

# ABRALIN

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE LINGÜÍSTICA

A B R A L I N

Associação Brasileira  
de Linguística

---

DIRETORIA - GESTÃO 84-86

Presidente: Ataliba T. de Castilho (UNICAMP)

Secretária: Zuleide Ilari (UNICAMP)

Tesoureiro: Luiz José (UNICAMP)

MEMBROS DO CONSELHO

Dino Preti (USP)

Leila Bárbara (PUC-SP)

Luiz Antonio Marcuschi (UFPe)

Neusa Martins Carson (UFSM)

Ulf Gregor Baranow (UnB)

Yonne Leite (Museu Nacional)

CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual de Campinas

Departamento de Linguística

Caixa Postal 6045

13.100 - Campinas - SP. - Brasil

## SUMÁRIO

### ATIVIDADES DA ABRALIN DURANTE A 36ª REUNIÃO DA SBPC

#### Mesa-Redonda 1: Problemas de Sociolinguística

Miriam Lemle - "Texto Gerador" .....	005
Sebastião Votre - "Para uma Política de Banco de Dados" .....	012
Claiz Passos - "Reflexões sobre a Profissão do Linguista" .....	017
Fernando Tarallo - "Dado é Dado" .....	027

#### Simpósio 1: Unidades de Análise em Aquisição de Linguagem

Eleonora A. Motta Maia - "Unidades Fonético-Fonológicas em Psicolinguística" .....	035
--	-----

#### Simpósio 2: Linguística de Texto

Mário A. Perini - "A Análise do Discurso e o Estudo do Processo de Leitura" .....	050
Ingedore Grunfeld Villaça Koch - "Coerência e Coesão na Teoria do Texto" .....	059
Ignacio A. Reis - "Problemas de Tipologia do Texto Narrativo" .....	072

#### Simpósio 3: Problemas de Linguística Histórica

Marco Antonio de Oliveira - "Sociolinguística e Linguística Histórica" .....	082
Fernando Tarallo - "A Fênix Finalmente Renascida" .....	095
Carlos Alberto Faraco - "A História na Descrição Linguística" .....	104

#### Simpósio 4: Problemas no Estudo de Línguas Indígenas no Brasil

Lucy Seki - "Problemas no Estudo de uma Língua em Extinção" .....	109
---	-----

Adair Pimentel Palácio - "Problemas de Interpretação Morfológica" .....	119
Carmen Junqueira, Mauro Leonel, Betty Mindlin e Roberto Gambini - "Estudo de Línguas Indígenas: Perspectiva Antropológica" .....	127
Neusa M. Carson - "Problemas de Análise Lingüística em Línguas Indígenas Brasileiras" .....	131
<b>Simpósio 5: <u>Estudo da Variação no Uso da Linguagem</u></b>	
Sebastião Votré - "Apresentação" .....	139
Cecília Mollica - "Alguns Fatores da Pausa entre Verbo e Sujeito" .....	141
Charlotte Emmerich - "Um Aspecto Morfosintático na Língua de Contato do Alto Xingu" .....	159
Maria Luiza Braga - "Tópico e Ordem Vocabular" .....	174
Sebastião Votré e Anthony Naro - "Inversão de Sujeito na Pala Carioca" .....	189
<b>Conferência: Luiz Carlos Cagliari - "Fonética e Alfabetização".</b>	<b>197</b>
<b>Encontro: Eni Orlandi - "Depoimento sobre o Início da Pós-Graduação em Lingüística, da USP" .....</b>	<b>211</b>
<b>Noticiário: .....</b>	<b>214</b>

ATIVIDADES DA ABRALIN DURANTE A  
36ª Reunião Anual da SBPC  
São Paulo, 6 a 11 de julho de 1984

Mesa Redonda 1:

Problemas de Sociolinguística

Presidente: Miriam Lemle (UFRJ)

Expositores: Sebastião Votre (UFRJ)  
Claiz Passos (UFBA)  
Fernando Tarallo (PUC/SP  
e UNICAMP)

Simpósio 1:

Unidades de Análise em Aquisição da  
Linguagem

Coordenador: Maria Cecília Perroni  
(UNICAMP)

Expositores: Maria Francisca Lier  
(USP)  
Eleonora A. Motta Maia  
(UNICAMP)  
Esther M. Scarpa Gebara  
(UNICAMP)

Simpósio 2:

Linguística do Texto

Presidente: Luiz Antonio Marcuschi  
(UFPE)

Expositores: Mário A. Perini (UFMG)  
Ingedore G. V. Koch (PUC/SP)  
Ignácio A. Neis (UPRS)

Simpósio 3:

Problemas de Linguística Histórica

Presidente: Carlos Franchi (UNICAMP)

Expositores: Marco Antonio de Oliveira  
(UFMG)  
Fernando Tarallo  
(PUC/SP)  
Carlos Alberto Faraco  
(UFPR)

Simpósio 4:

Problemas no Estudo de Línguas Indígenas  
no Brasil

Presidente: Lucy Seki (UNICAMP)

Expositores: Adair P. Palácio (UFPE)  
Carmen Junqueira, Mauro  
Leonel, Betty Mindlin e  
Roberto Gambini (PUC/SP)  
Neuza M. Carson (UFSM)

Simpósio 5:

Estudo da Variação no Uso da Linguagem

Presidente: Sebastião Votre (UFRJ)

Expositores: Cecília Mollica (UFRJ)  
Charlotte Emmerich (UFRJ)  
Maria Luiza Braga (UFF)  
Sebastião Votre e Anthony  
Naro (UFRJ)

Conferência:

Fonética e

Alfabetização - Luiz Carlos Cagliari  
(UNICAMP)

Encontro:

As primeiras turmas de pós-graduação  
em Linguística na USP

Organização: Eni L. P. Orlandi (UNICAMP)

Participantes: Telmo C. Arrais (UNESP)  
Francis H. Aubert (USP)  
Antonio S. Abreu (PUCCAMP)

TEXTO GERADOR

Miriam Lemle

(UERJ)

Já é hora de dedicarmos alguma atenção, no âmbito de nossa Associação, para a questão do estabelecimento de um código de ética para a profissão de lingüista, onde entendo por lingüista todo aquele ou aquela que dedica seu empenho profissional ao ensino ou à pesquisa em nível universitário de temas ligados à estrutura e uso da língua.

Justificar essa necessidade me parece até desnecessário, de tão evidente. Toda profissão cujas funções a sociedade concebe com clareza tem um código de ética, em parte tácito e em parte explícito, que é passado aos aprendizes no decorrer da sua formação profissional, juntamente com os conteúdos informativos e as habilidades psico-motoras que o trabalho requer. Quando assisto à cerimônia de formatura de médicos, é com uma ponta de inveja que ouço o lindíssimo texto de do juramento de Hipócrates, que codifica os princípios básicos da ética profissional dos médicos. Como princípios éticos que norteiam o trabalho de advogados, jornalistas, artistas, comerciantes, podemos arrolar as normas de direito autoral, normas de veracidade da informação, direito à proteção contra calúnia, normas de lealdade na concorrência comercial. Afinal de contas, até bicheiro tem lá seu código de ética!

É evidente que muitos dos comportamentos de nossa vida profissional, na sua faceta de professor e na de pesquisador, se pautam por normas comuns ao ensino e à pesquisa em geral.

Nã, no entanto, especificidades da profissão de lingüista que precisamos elaborar em comunidade. Vou dar alguns exemplos.

Primeiro exemplo: Quais os cuidados aos quais estamos obrigados no que diz respeito à publicação de dados colhidos em entrevista concedida para a pesquisa lingüística? É cuidado de discrição suficiente o de referir-se ao informante apenas pelas iniciais de seu nome? E se a comunidade pesquisada for suficientemente pequena para tornar fácil a identificação dos entrevistados? Não será justo dar ao informante o direito de decidir se consente ou não na publicação de seus pronunciamentos?

Segundo exemplo: Até que ponto é válido aquilo que se faz rotineiramente nas pesquisas psicolingüísticas, nas quais os sujeitos nunca são corretamente informados sobre qual o aspecto do seu desempe-



nho que o pesquisador quer conhecer? Não será justo pelo menos depois de computar resultados do teste levar ao conhecimento dos sujeitos o verdadeiro desígnio da pesquisa em que foram usados?

A terceira questão que coloco é mais complicada. Como formular um princípio justo de reciprocidade entre pesquisador e comunidade pesquisada? Que compromisso assume o pesquisador diante da comunidade alyó? Que salvaguardas de proteção, justa recompensa, acompanhamento dos estudos e solidariedade do pesquisador tem a comunidade pesquisada o direito (e até dever) de exigir em troca da informação fornecida?

A quarta questão que trago é difícilíssima. Que fazer quando um modelo de produção do saber que entrou em voga é por si só alienante? Aqui, é preciso concretizar mais a questão.

A modalidade de pesquisa sociolinguística inspirada nos trabalhos de Labov precisa de uma base de dados constituída por grandes extensões de discurso, para que apareça um número suficiente de ocorrências com várias combinações possíveis dos supostos fatores condicionantes do fenômeno de variação que se está computando, e isso deve ser levantado em distintos dialetos, estilos, registros, subgrupos de falantes. É um tipo de pesquisa que exige, portanto, um investimento intenso de horas de trabalho humano, de diversos graus de qualificação. Intra primeiro a mão de obra menos especializada, do par entrevistador-intervistado. Vem em seguida a tarefa de transcrição, com uma certa exigência de preparo específico, dependendo da fineza necessária à percepção correta dos fenômenos a captar. O momento seguinte, da codificação dos dados, requer a capacidade de decidir quais os fatores condicionantes presentes em cada ocorrência encontrada. Segue-se a fase de digitação dos dados para a apresentação ao computador.

A particularidade dessa metodologia de trabalho é que ela presta muito bem à compartimentação das tarefas, tal como na esteira rolante de uma indústria. Uns entrevistam os informantes, outros transcrevem as entrevistas, outros codificam as ocorrências dos dados pertinentes, outros se dedicam à criação do programa de computação apropriado, outros digitam os dados para a apresentação ao computador; qual, naturalmente, como o mais perfeito dos lacaios, pode fornecer a um simples apertar de botão quantos *print-outs* dos resultados forem desejados, *print-outs* essas que podem, a baixo custo, ser reduzidos às dimensões de microfichas, muito cômodas para transporte.

Naturalmente, a colocação da questão a investigar, a posulação das hipóteses, a interpretação teórica dos resultados, a sugestão das implicações práticas, a redação final do trabalho, o crédito acadêmico final, ficam por conta do dono da pesquisa, que, na ética corrente até este momento, não se sente necessariamente obrigado ou pres-

sionado a compartilhar a parte criativa do trabalho com os componentes das várias subequipes envolvidas nas etapas braçais da tarefa. Na verdade, o cérebro pensante da pesquisa pode até se encontrar a muitos quilômetros de distância do local de onde foram extraídos os dados primários, e do local onde esses dados foram transcritos, codificados e computacionalmente mensurados.

É muito importante compreender isto: nesse tipo de pesquisa, o mentor intelectual pode até encontrar-se em outro país. Basta um bom chefe-de-pessoal, com conhecimentos lingüísticos elementares, para tocar para frente o funcionamento da fábrica de dados.

Acho que ficou bem claro a armadilha moral envolvida nesse tipo de pesquisa: sua metodologia traz, inerente, a alienação do trabalhador, a exploração de mão de obra barata, a elitização dos elementos pensantes, o divórcio total entre a comunidade da qual partem os dados, aqueles que os arrumam para a análise e o benefício final do lucro acadêmico do saber lingüístico finalmente elaborado.

Não é impressionante? O modelo capitalista de produção transposto para o universo acadêmico!

Vamos mudar de assunto por um momento, e coloquemo-nos esta outra pergunta: Qual é o grande tema que ocupa a lingüística contemporânea? Curiosamente, convergem, por caminhos epistemológicos radicalmente distintos, os interesses do neo-empirismo laboviano e do racionalismo chomskiano, aquele ao perguntar como a língua varia segundo os contextos de uso; este ao perguntar quais são os traços universais do saber lingüístico e quais as realizações diversas possíveis da gramática universal nas gramáticas particulares.

Só para ilustrar essa convergência de temas, vou tomar como exemplo a questão que foi o assunto da tese de doutorado do colega de mesa aqui presente, Prof. Fernando Farallo: a formação de orações relativas em português. Este nosso colega, usando a metodologia variacionista, atinou com uma relação interessante entre a estratégia de pronominalização e uma das estratégias de relativização existentes na gramática do português, a relativização com presença de pronome, e também verificou a relação entre o surgimento de estratégia de relativização por cancelamento de sintagma preposicional e a expansão do uso de pronome zero em posições oblíqua. Do outro lado do Atlântico, trabalhando na França sob orientação de um gerativista ferrenho, Richard Kayne, um outro colega nosso, Samuel Moreira da Silva, atualmente professor da UFMG, diagnosticava à mesma correlação na gramática do português, o que, no caso dele, lhe valeu a causar certa decepção que ele não disfarça na tese, pois, justamente a abundância de pronomes cópia na gramática do português, incluindo os de forma fonológica zero, torna a nossa língua um péssimo laboratório para a verificação da vigência do princípio da

gramática universal que restringe a aplicabilidade de regras de movimento, o princípio da subjacência. Como a relação entre antecedente e pronome não é uma regra de movimento, não obedece à subjacência, restrição exclusiva de regras de movimento, daí se seguiu que o Samuel encontrou orações relativas possíveis na nossa língua que são agramatizadíssimas em inglês e em francês. Trabalhando sobre o mesmo tema na gramática do italiano, no MIT, Luigi Rizzi revelava a mesma correlação na gramática do italiano, que tem também as duas estratégias de relativização, ou seja, uma por movimento e uma por pronominalização. No italiano, Rizzi mostrou que onde há a estratégia de movimento a subjacência é obedecida, e onde a relativização é feita com a presença do pronome esse princípio não é obedecido. Também já houve pesquisa sobre o mesmo tema feita para o espanhol, por Ester Torrego, que identificou os mesmos mecanismos básicos e a mesma distribuição entre os dois tipos de oração relativa.

O grande tema que ocupará a lingüística pelos próximos anos é este: quais os parâmetros que delimitam as possibilidades de variação nas gramáticas humanas? Que correlações existem entre os diversos subsistemas da gramática? Que princípios regem essas correlações e delimitam a variação possível? Qual a variação possível? Ao longo de quais pontos no sistema podem mudar as gramáticas? Quais os traços mais estáveis e quais os periféricos? Há tanto o que estudar!

Não podemos nos permitir ser ingênuos. Se assim o permitirmos, dentro de pouquíssimo tempo veremos florescer fora do Brasil, graças ao mecanismo de pesquisa anteriormente esboçado, com o seu raio de alcance expandido graças à presteza dos processos de produção e duplicação de dados, uma rica literatura acadêmica sobre o português do Brasil, estudos que deveriam ter procedência em nossos próprios meios universitários.

Não podemos nos permitir ser ingênuos. É imprescindível tomar consciência de que informação é valor, e de que a língua é informação que tem valor. Fornecê-la gratuitamente seria leviandade. No Centro Pompidou, em Paris, há uma seção dedicada a línguas. Há estantes com gramáticas e dicionários, e há fitas que podem ser retiradas e ouvidas com fones de ouvido nas aparelhagens de som que estão ali instaladas. Você pode, freqüentando o Centro com a devida regularidade, aprender sozinho a língua que desejar. É uma seção freqüentadíssima. Língua é valor. Devemos aprender a olhá-la como aprendemos (a duras penas) a olhar o petróleo, os minérios, a Amazônia, as 200 milhas da costa litorânea, as espécies animais e vegetais. Riquezas que são o patrimônio da nação, a ser cuidado e protegido.

Cuidar de uma língua é estudá-la. Estudá-la, mas não dando espaço à formação da relação pouco saudável do extrativismo intelectual de um lado e do operariado da transcrição e da codificação, irres-

ponnável pela parte pensante do trabalho, de outro lado.

Quero deixar um proposta mais ou menos formalizada. Ainda que nossas possibilidades de produzir estudos à altura dos que circulam nos países mais adiantados progridam lentamente, parece-me bem plausível propor como uma norma ética da nossa profissão, no âmbito das relações internacionais, a de que cada linguísta deve de preferência tomar como tela de pesquisa a sua própria língua. As incursões a outras línguas deverão ser reservadas àquelas feitas no status de orientador de tese de estudante que seja falante nativo da língua. (Um parêntese para evitar mal-entendidos, antes que suspeita de xenofobia possam surgir: é claro que um professor estrangeiro residente no Brasil conta como pesquisador brasileiro).

A colocação que acabo de fazer impõe freios em extrativismos acadêmicos, mas traz como contrapartida um desafio pesado para nós. Certamente é muito mais difícil tornar-se capaz de pensar uma pesquisa do que fazer uma das partes mais ou menos mecânica de mão de obra que ela requer. Aí é que está. Nossas metas deverão subir, e com elas o preço a pagar em esforço pensante. Na universidade, deveríamos aprender a nos considerarmos todos em reciclagem permanente. A estagnação é inadmissível. Toda forma de trabalho que não estiver estimulando o permanente desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades críticas dos professores, pesquisadores, estudantes e membros das equipes de pesquisa deverá ser considerada uma infração ao nosso código de ética profissional.

Não é absolutamente nova a idéia proposta antes da necessidade de um certo cuidado com os privilégios de ocupação dos terrenos do saber. Há um grupo de linguístas nos Estados Unidos que se apercebeu da posição discutível do pesquisador que extrai informação de uma comunidade sem aliar-se a um esforço de auto-conhecimento partido dela mesma. A solução procurada pelos que tiveram essa sensibilidade ética foi a de procurar motivar e envolver profundamente os próprios falantes nativos no desejo de conhecimento de sua língua e de teoria lingüística, e assim, fazendo por exemplo de um índio Navajo um doutor em lingüística, penetrar junto com ele nos segredos de sua gramática. Isso foi o que fez Ken Hale, professor do MIT, estudando Navajo junto com o índio Navajo Paul Platero, agora doutor em Lingüística pelo MIT. Um outro caminho que me parece impecável é o do professor visitante que, ao mesmo tempo que se interessa pela gramática da língua do país em que se encontra, consegue estimular o desenvolvimento de um grupo de pesquisadores de alto nível grandemente produtivo. Isto foi o que conseguiu fazer Richard Kayne em Paris, como contrapartida da sua aquisição de uma posição de proa no conhecimento da gramática do francês.

Uma inquietação que está fortemente no ar em nosso meio é a de que sejamos intelectualmente colonizados, o que é sentido como uma situação muito indesejável, com o que só podemos concordar. No entanto, não me parece que as idéias estejam muito claras sobre o que é ser colonizado e o que é tentar não sê-lo. Na minha Faculdade, no ano passado, entrou em debate, em Assembléia, a questão das provas de seleção para os cursos de pós-graduação *stricto-sensu*. No caso da linguística, exigia-se até então prova de capacidade de leitura em inglês. Pois bem, dessa Assembléia saiu o ditame de que cada candidato escolhe a língua instrumental na qual quer ser examinado, dentre aquelas que são ensinadas na Faculdade. A argumentação dos que advogavam a saída do inglês o brigatório foi na linha de que constituía um caso injustificável de colonização cultural e privilégio dado a essa língua. Foi impossível fazer vencer a idéia de que a parte prejudicial para o colonizado na relação colonizador-colonizado está na privação dos poderes de decisão e nos preços vis que se vê forçado a aceitar em troca do seu trabalho e dos seus produtos. Ao contrário, o esforço por apropriar-se dos saberes e dos meios tecnológicos que são o apanágio do colonizador é na direção da luta pela equalização e não o contrário. O saber inglês é apenas o instrumento que nos permite apropriar-nos dos saberes possuídos pelos que sabem essa língua, e que os fazem tão fortes. Portanto, tratar de adquirir competência no manuseio dos instrumentos teóricos para a compreensão do fenômeno língua não é atitude colonizada. O terreno ideal para o colonizador é aquele onde grassa a ignorância. Procurar compreender os mecanismos que regem o fenômeno linguístico é o caminho que nos cabe nessa árdua, pesada, dura luta, e é a nossa difícil obrigação a de estarmos preparados para participar ativamente, de igual para igual, no processo de elaboração do saber linguístico em todas as suas etapas. Na arena acadêmica, a libertação vem pelo saber e não pela renúncia ao saber. Na arena acadêmica, ser colonizado é renunciar a dominar os instrumentos de compreensão, e, diminuídas as metas, aceitar o papel de chefe de sede local da fábrica de dados da multinacional da sociolinguística. Para nós, o grito de libertação só pode ser este: passar a vida inteira estudando, para estar à altura do papel que é nosso.

## Referências

1. TARALLO, Fernando - Relativization strategies in Brazilian Portuguese. Tese de doutorado, inédita, Philadelphia, Universidade de Pennsylvania, 1982.
2. MOREIRA DA SILVA, Samuel - Études sur la symétrie et l'assymétrie 'sujet/objet dans la portugais du Brésil. Tese de doutorado, Université de Paris, VIII. 1983.
3. RIZZI, Luigi - Violations of the wh-island constraint and the subjacency condition In: Issues in Italian Syntax. Dordrecht (Holanda), Foris Publications, 1982.
4. TORREGO, Ester - On inversion in Spanish and some of its effects. Linguistic Inquiry. 15, 1, 1984.
5. KAYNE, Richard - French Syntax: The Transformational Cycle. Cambridge Mass., The MIT Press, 1975.
6. HALE, KENNETH, LA VERNE MASAYESVA JEANNE & PAUL PLATERO - Three Cases of Overgenerations. In: Formal Syntax, editado por Peter Culicover, Thomas Wasow e Adrian Akmajian. New York, Academic Press, 1977.

## PARA UMA POLÍTICA DE BANCOS DE DADOS

Sebastião Votre

(UFRJ)

Em princípio, para cada projeto de pesquisa de campo em Linguística, os objetivos determinam a forma e o conteúdo das perguntas feitas ao entrevistado. Assim é que no estudo sobre o uso de NÓS e A Gente SUJEITO NO Rio de Janeiro, Eulália Fernandes e Edair Severo formularam suas intervenções de modo a favorecer sistematicamente o aparecimento de nós e a gente nas respostas. As perguntas eram do tipo:

- O que vocês fazem no trabalho?
- Como você e seus colegas vão organizar a próxima festa junina?

Quanto ao conteúdo, havia questões relativas a trabalho, moral, religião, em oposição a assuntos do dia a dia, ou situações que favorecessem falar de desejos sociais ou demonstrar afetividade.

Apesar da destinação específica das 64 entrevistas de Fernandes e Severo, o corpus em questão é certamente válido para outras pesquisas, embora não com a mesma propriedade e ao mesmo rendimento que se verifica para nós e a gente. A própria Severo está utilizando esses dados para o estudo do rastreamento das manifestações dos sintagmas nominais. Parece fora de dúvida que o corpus de nós e a gente deve ser adequado para fornecer dados para pesquisa fonológica. Pois a necessidade de controle das perguntas cresce à medida que se vai para fenômenos de ocorrência mais rara ou mais específica.

Vou tomar um exemplo mais ligado a um grupo de que participo. Esse grupo tem dois corpora de fala, um de 100 crianças de 6 a 9 anos do Estado do Rio, e outro de 42 adolescentes do Município do Rio de Janeiro. No primeiro os temas são de uma lista de assuntos do mundo infantil. O segundo contém dados de fala e da escrita dos adolescentes, organizados de modo que o mesmo informante produza fala e escrita sobre os mesmos tópicos de conversação. Imagine que alguém, no Recife ou em Porto Alegre, estudando a fala ou a escrita adolescente, queira comparar os achados do seu projeto com dados de outros locais. Parece que nosso corpus poderia servir para esse designio. O grau de adequação iria em parte depender do grau de compatibilidade das técnicas de coleta.

Só para citar mais um exemplo, podemos falar do projeto Censo da Variação Lingüística, da Faculdade de Letras da UFRJ, que contém 64 horas de fala do município do Rio de Janeiro. Pelas informações de que disponho até o momento, Porto Alegre projeta um estudo de natureza sociolingüística. Dentro do espírito do que estou propondo aqui, seria interessante aproximar os métodos de coleta e, dependendo dos objetivos, as próprias variáveis não-lingüísticas, de modo a poder comparar os resultados dos dois corpora, com o que poderão até surgir projetos conjuntos.

A implicação prática do que acabo de expor é que cada grupo de pesquisas que queira formar um banco de dados lingüísticos para análise sociolingüística procure fazê-lo segundo certos parâmetros, a ser definidos, de modo a permitir comparar os dados com os de corpora que já existem ou venham a existir nos diversos centros de pesquisa do país.

A idéia é viabilizar a verdadeira troca de dados entre os grupos de pesquisa. Esta proposta contém ingredientes complicadores que cabe avaliar. Imagine que para determinado projeto de pesquisa seja relevante comparar os dados em estudo com os da fala culta padrão. Uma vez que o projeto Norma Urbana Culta dispõe de mais de 150 horas de gravação dessa modalidade da década de 70, vamos bater à porta do NURC. Pelo que me consta, os participantes desse projeto pretendem discutir em breve uma decisão sobre acesso aos dados. Por ora, eles não são cedidos, ao menos no Rio.

Em vista da delicadeza do problema que estamos abordando, creio que vale reproduzir e comentar alguns dos argumentos comuns de quem tem bancos de dados:

- (1) levamos anos e anos de trabalho duro, braçal, na coleta, e agora vamos ceder os dados para outros, assim, no mais?
- (2) quem garante que os temas que nos interessam não vão ser tratados pelo grupo a quem cedemos os dados.
- (3) a quem podemos ceder os dados?

O argumento da retribuição é, certamente, muito sério, para ser esquecido. Imagino um mecanismo de disponibilidade que só será funcional se os métodos de coleta forem aproximados. Por exemplo, quem tiver corpus coletado segundo as técnicas labovianas pode contar com o acervo do nosso corpus dos adolescentes; e pelo menos uma dezena de outros corpora; em troca gostaríamos de poder ter acesso a dados de fala de crianças de mais de seis anos, e de adolescentes de outros



pontos do país.

A apreensão relativa ao direito de pesquisar os temas para os quais o banco foi organizado merece, a meu ver, uma solução que tem o mérito de detalhar e enriquecer os projetos. Cabe a cada grupo relacionar os temas que já pesquisou ou está pesquisando, e definir, delimitar os temas de pesquisa que pretende desenvolver sobre os dados do corpus e, se a ABRALIN topar, enviar à ABRALIN a relação desses temas, o que resultaria num banco de idéias extremamente valioso, à disposição de todos os associados. Essa decisão, além de contribuir para evitar duplicação de pesquisas com os mesmos objetivos, garantiria a cada grupo o direito de pesquisar, no seu corpus, os itens que quisesse. A maior vantagem adviria para a comunidade dos pesquisadores, que poderiam ter acesso logo aos dados dos bancos existentes, sem precisar esperar que os organizadores terminem primeiro seus próprios projetos para só então abrir o acesso aos dados.

A quem ceder ou não ceder os dados, eis certamente uma questão de interesse maior. Especialmente, agora, que se reativou o convênio entre FUNAI e o SUMMER. Creio que esse item, de tão delicado, me receia um encontro especial, para compreender, avaliar os desígnios que levaram a tal decisão, e posicionar-se claramente em relação ao que o convênio representa em termos de evasão de dados das línguas indígenas, uma vez que nossa realidade, hoje, é muito diferente da de 20 anos atrás, em termos do número de lingüistas brasileiros, dispostos a estudar as línguas indígenas. Voltando à questão, sou a favor de desfavorecer e mesmo impedir (na medida do possível) a saída de dados do país; e de só aceitar coautoria com pesquisador estrangeiro nos termos propostos por Miriam Lemle: em pé de igualdade.

A idéia de definir os temas e projetos como uma garantia de paternidade me veio de uma experiência que se faz na área de investigação em matemática aplicada em sistemas, da Universidade Autónoma do México. Lá o pesquisador Adolfo Guzmán Arenas e seus colegas esboçaram e relacionaram 125 projetos e temas de tese em computação, o que veio contribuir significativamente para a sistematização das pesquisas nessa área, além de lhes reservar o direito de desenvolver aquelas projetos, independentemente de que outros pesquisadores possam fazer. O documento que contém esses projetos está disponível aos interessados e é enviado pela UNAM a quem se dirigir ao professor Guzmán, cujo endereço é:

Apartado Postal 20.726  
México 20, D. F.  
Tel. 550 5585, ramal 4584

Cada um dos projetos contém, pelo menos: objetivo, descrição, soluções atuais, referências e principais publicações. Quando é o caso, cita-se o pré-requisito, critério de êxito, utilidade, produto esperado e importância do problema.

Pois bem, se cada grupo de pesquisa, ou pesquisador individual, além de enviar à ABRALIN uma ficha técnica com informações sobre o banco de que dispõe e sobre condições de uso desse banco, remettesse também uma lista dos projetos desenvolvidos, em desenvolvimento, ou por desenvolver, ganharíamos em racionalização de esforços, salvá-riamos inúmeros bancos de dados que se formam para servir de base para dissertações de mestrado ou tese de doutorado, e depois tem utilização marginal ou mesmo inexistente, o que é em todos os sentidos deplorável, por favorecer a produção de teses e dissertações em processos atomizados, sem condições de propiciar a discussão e o crescimento de grupos de pesquisa.

Concretamente, proponho que a ABRALIN encaminhe aos organizadores do próximo Encontro Nacional de Linguística uma sugestão de debate com participação das pessoas e instituições que têm, estão formando ou pretendem formar bancos de dados, com vistas a definir a posição da comunidade dos lingüistas, e da própria ABRALIN sobre a política de dados lingüísticos, não só dos bancos sobre o português, mas também sobre as línguas indígenas brasileiras, sob pena de vermos nessa área mais uma contundente manifestação de colonialismo.

No momento, creio que à ABRALIN caberia informar-se sobre a situação dos bancos de dados, individuais ou de instituições, e sugerir diretrizes gerais de organização da amostra e coleta dos dados, com vistas a favorecer o intercâmbio.

Em tese, os que seguissem essa orientação teriam mais chance de compartilhar dados com outros grupos de diferentes pontos do país.

A situação no momento se apresenta encorajadora, em termos da relativa uniformidade dos dados disponíveis, coletados para dissertações de mestrado, tese de doutorado, ou projetos autônomos: basicamente são seguidas as diretrizes de orientação de William Labov, a partir de Sociolinguistic Patterns, 1972. A título de ilustração, poderíamos citar: (1) o corpus de Competências Básicas do Português, organizado por Miriam Lemle e Anthony Naro para o MORRAL, em 1975, com 20 informantes e 120 horas de gravação; (2) o de Leda Bisol, sobre o português de Porto Alegre, Fronteira e regiões de colonização alemã e italiana; (3) o de Solange Lira, da fala do Rio; (4) o de Marco Antonio de Oliveira, da fala de Belo Horizonte; (5) o de Fernando Tarallo, de 40 informantes paulistanos; (6) o de Sebastião Votre, da fala de 100 cri-

anças do Estado do Rio; (7) o de Emmanoel Santos e Sebastião Votre, de 42 adolescentes do Rio; (8) o de Maria Luiza Braga, de 07 informantes, nascidos e criados no Triângulo Mineiro; (9) o de Teresinha Nina, de 20 informantes de 10 municípios da Região Bragantina, Estado do Pará; (10) de Vanessa Ponte, de informantes de Porto Alegre; (11) de Eulália Fernandes e Edair Severo, de 64 informantes do Rio de Janeiro; (12) de Luís Marcuschi, de informantes de Recife; (13) do Projeto Censo, de 64 informantes do Rio de Janeiro; (14) numa metodologia levemente diferente, do projeto NURC, com 1660 horas de gravação de Porto Alegre, São Paulo, Rio, Salvador e Recife; e (15) de Giselle Machline de Oliveira e Silva, de informantes do Estado do Rio.

A título de sugestão, apresento uma ficha-perfil para catalogação dos bancos:

- 0- instituição, grupo ou pessoa que possui os dados, com endereço;
- 1- identificação do banco
- 2- tamanho da amostra (nº de informantes, e duração da gravação de cada informante);
- 3- local da coleta e características dos informantes (nativos, etc)
- 4- variáveis não-lingüísticas sob controle (sexo, idade, etc)
- 5- situação do banco: gravado, transcrito, digitado, etc
- 6- condições de acesso.

## REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO DO LINGÜISTA \*

Cláiz Passos  
Universidade Federal da Bahia

As etapas de desenvolvimento dos estudos lingüísticos identificam-se ao elaborarem teorias sobre o funcionamento da linguagem humana. É claro que esse esforço de teorização tem conduzido ao uso de técnicas distintas de análise que, por sua vez, produzem modelos de definição sujeitos a questionamentos e contestações posteriores. Foi exatamente a possibilidade de contestar hipóteses que fez da lingüística uma ciência. Novas hipóteses são sempre postuladas a partir da discussão das formuladas anteriormente.

Em ciência, o conhecimento jamais poderá ser considerado um fato estático e concluído. É sempre fonte geradora de novas idéias e esclarecedora de novos conhecimentos. A dinâmica do saber científico faz com que os assuntos mais estudados e explorações sejam também os mais suscetíveis de questionamentos originando, por sua vez, novos estudos. É justamente este fluir e refluir de idéias que o acervo do saber científico da humanidade. Esse acervo deve estar ao alcance de todos os que queiram utilizá-lo para produzirem novos saberes.

A lingüística constrói teorias a partir da observação dos dados de línguas humanas. São os dados que

---

\* Agradeço às professoras Ivone Afonso Novis, Maria Emiliana Passos e Serafina de Souza Pondê por terem compreendido que o trabalho de equipe favoreceu a reflexão.

levam a formulação de hipóteses sobre o mecanismo de um modelo de descrição dos sistemas lingüísticos. Os dados de língua constituem fontes de informação da teoria. As propostas teóricas resultam de conhecimentos retirados do contacto com línguas. A teoria, portanto, se fortalece quando as hipóteses são testadas em sistemas diversos de línguas. A construção e reformulação de hipóteses se tornam necessárias no momento em que as previamente levantadas não são suficientes para tratar os dados. Esse processo inclui toda a dinâmica científica e, portanto, jamais se esgota.

Além disso, o que tem sido constatado em estudo científico de línguas é que a complexidade e heterogeneidade dos sistemas constituem fontes inesgotáveis de novas investigações. Como em qualquer ciência, o saber lingüístico deve estar disponível a quem pretender usá-lo para desenvolver outros conhecimentos.

Referências teóricas e acesso aos dados se processam conforme normas de conduta exigidas socialmente. Não resta dúvida de que a profissão do lingüista deve ser regida por princípios éticos de conduta. No que se refere ao Brasil, a regularização das atividades do lingüista, inclusive com prescrição de princípios éticos, explícitos e bem definidos, se torna imprescindível, desde quando os estudos lingüísticos estão institucionalizados nas Universidades brasileiras. A organização e discussão dessas normas não podem deixar de ser realizadas dentro da ABRALIN. Assim, o tema planejado para debater-se na Mesa Redonda justifica-se plenamente. Essa região deve ser o início de um trabalho que leve à concretização das sugestões

que aqui foram feitas. É preciso, porém, que ocorra um debate amplo e descontraído, livre de pressões emocionais e culturais. É preciso que todos os setores interessados na formulação do código se sintam livres para opinarem através da carteira plena de que todas as propostas serão estudadas e de que as normas representarão as idéias defendidas pela maioria. A exigência desse código de ética aumenta em análises de língua conforme postulados sociolinguísticos. Nesse caso específico, os prejuízos causados pela violação a princípios éticos podem extrapolar a comunidade dos linguistas e atingir um grupo, ou mesmo, toda a comunidade de falantes. Cumpre, então, sugerir uma definição de atitudes que devem ser seguidas pelo pesquisador ao estudar a fala de um grupo a que não pertence. Convém estabelecer quais os direitos da comunidade, como se pode evitar violar a privacidade do grupo. É óbvio que toda pesquisa que inclui dados pertencentes ao patrimônio de uma comunidade humana, requer autorização dos seus participantes ou, pelo menos, do representante desses para ser efetuada. Ao mesmo tempo, estudos prévios e contatos com o grupo são requeridos para que se criem laços de confiança recíproca entre entrevistador-entrevistado. É necessário uma conscientização dos direitos e deveres de cada elemento dessa relação. O respeito aos informantes deve ter prioridade a qualquer outra forma de comportamento, mesmo que essa última pudesse ser de extremo interesse para o bom êxito da investigação. Assim, o uso do gravador precisa ser autorizado pelo grupo. O informante deve ter conhecimento do que foi gravado e direito de exigir rasura total ou parcial da gravação. Os dados coletados passam a pertencer à equipe dos pesquisadores, que, no entanto,

sô poderão usá-los para fins científicos. Além das normas que controlam a entrada na comunidade, outras combinações que não importam para definição de um código de ética, poderão ser estabelecidas no contrato firmado entre comunidade e pesquisador.

Normas de conduta, por sua vez, não devem restringir-se a disciplina o processo de coleta dos dados. Devem estar presentes em todas as atividades do lingüista, cujos resultados atinjam outros grupos ou interessem a eles. A profissão do lingüista, principalmente, quando mantida pela sociedade, não pode deixar de ser regularizada por um comprometimento de produzir bens para essa mesma sociedade. Tudo que transgrisa esse compromisso deve ser considerado passível de condenação. Resta decidir, no entanto, que comportamentos do lingüista são realmente prejudiciais à sociedade e à ciência e quais beneficiam a sociedade e, concomitantemente, estimulam e contribuem para o progresso dos estudos lingüísticos. Talvez definir com precisão o que deva ser ético ou mesmo aceito na tarefa do lingüista seja mais polêmico que saber como uma comunidade de informantes deve ser tratada.

Os estudos empíricos exigem um árduo trabalho até que se consiga recolher informação suficiente para ser interpretada. Desse modo, um projeto de análise de dados normalmente é elaborado e executado por equipes de pesquisadores. O trabalho de equipe exige organização disciplinar e atividades delineadas para que tem bom rendimento. É necessário que todos os membros do grupo estejam conscientes do valor e dos benefícios resultantes da sua participação nas discussões sobre o trabalho. Uma equipe só funciona verdadeiramente quando há integra

ção dos seus membros. Cada elemento da equipe desempenha um papel que compõe o conjunto de papéis requeridos para execução do projeto. Por outro lado, o conjunto se enfraquece com o mau desempenho de qualquer dos elementos. Convém que o grupo de colaboradores esteja em perfeita sintonia para que a investigação se processe com eficiência.

Se os pesquisadores compõem o corpo docente de uma Universidade, a pesquisa adquire uma função didática e, como tal, poderá ser usada para treinamento do corpo discente. Assim, a equipe de pesquisa fica bastante heterogênea, incluindo participantes que se distinguem pela idade, grau de escolaridade, experiência em trabalho científico, domínio e atualização da literatura pertinente. A heterogeneidade, porém, não deixa de ocorrer mesmo em equipes formadas simplesmente de pessoal docente. A diferença em grau de qualificação não implica em estratificar os componentes da equipe através das atividades exercidas, mas em provocar o enriquecimento intelectual de todo o grupo através da troca de experiências e participação de todas as atividades. Mesmo a equipe discente deve participar do planejamento e discussão do projeto, comparecer aos seminários de revisão da literatura e ser incentivada a participar em seminários estudantis. Um trabalho com uma organização de funcionamento como a descrita acima objetiva principalmente utilizar os poucos recursos humanos e materiais disponíveis para produzir ciência e contribuir, na medida do possível, para o crescimento e aprimoramento da pesquisa lingüística.

Com a criação dos cursos de pós-gradua



ção nas Universidades brasileiras, a pesquisa recebeu maior incentivo e as perspectivas de organização de centros de estudos especializados começaram a surgir. Professores brasileiros, pós-graduados no exterior, interferiram muito diretamente na implantação e consolidação desses cursos de pós-graduação. Além disso, os cursos pós-graduados provocam intercâmbios com centros de pesquisa nacionais e estrangeiros. As bibliotecas universitárias ampliaram-se e enriqueceram-se. Os horizontes estenderram-se e o debate acadêmico ultrapassou os limites locais atingindo âmbito nacional, não podendo prescindir do *know-how* e do saber encontrados nos grandes centros de investigação. Os estudos linguísticos ampliaram suas perspectivas com toda essa reestruturação universitária. As pesquisas proliferaram, produzindo primordialmente dissertações de mestrado e doutorado.

A Universidade Federal da Bahia mantém, desde 1976, um curso de Mestrado em Letras com uma área de estudos em Linguística. Especialistas foram convidados para integrar, como Professores Visitantes, a equipe docente do curso que se estava instalando. Essa política de reforçar a equipe local com a participação de Professores Visitantes tem sido constante em todos esses anos da pós-graduação em Letras na Bahia. Assim, os contactos nacionais e internacionais foram sempre incentivados. Logo após a implantação do curso, o professor Jean- Pierre Angenot coordenou pesquisas fonológicas da área de Linguística ao elaborar um modelo de Fonologia Natural Pura. Houve um grande entusiasmo pelos estudos fonológicos e vários professores e alunos envolveram-se na seleção de dados de línguas que serviriam de teste às hipóteses teóricas. Inúmeros desses estudos

chegaram a ser publicados (cf. dissertações de mestrado na área de Linguística U.F.Ba., 1978 e *Studies in Natural Phonology*, Santa Catarina, 1981). Desde então, os planos eram de, com auxílio de professores visitantes, ser instalado um laboratório de análise linguística em nível pós-graduação. Os professores Jacques Lucien Vinckie, da Universidade do Zaire e Yaap Spa, da Universidade de Leiden, deram suas colaborações a essa área, por um semestre de 1977.

Mais recentemente, no 2º semestre de 1983, o curso recebeu as visitas dos professores Sandra Pinckerton e Antony Kroch, então professores visitantes na UNICAMP e UPRJ, respectivamente. Durante um período de somente uma semana, os referidos professores pronunciaram conferências e dedicaram-se à orientação de projetos de pesquisa em desenvolvimento no curso. Embora em tempo excessivamente curto, ambos os visitantes colaboraram com os estudos locais, proporcionando debates, respondendo questionamentos, apresentando argumentos e sugerindo interpretações para dados de línguas. A visita do professor Antony Kroch constituiu-se em mais uma oportunidade que teve a equipe de Linguística da U.F.Ba. de entrar em contacto com a pesquisa sociolinguística desenvolvida na Universidade da Pennsylvania.

Há 9 anos atrás, frequentei aquela Universidade, durante um semestre acadêmico, quando tive oportunidade de assistir às aulas e participar dos trabalhos de pesquisa sociolinguística coordenados por William Labov. Embora, naquela época, ainda não existisse a pós-graduação em Letras na U.F.Ba., o grupo de Linguística, pretendendo iniciar um estudo

sobre uma comunidade de fala local, percebeu a necessidade de conhecer mais detalhadamente a teoria da variação, que estava sendo usada com muito sucesso em centros norte-americanos de pesquisa. Projetos sociolinguísticos não poderiam ser concebidos sem que, pelo menos, se referissem aos avanços atingidos pelas pesquisas sobre variabilidade. Tornava-se imprescindível o conhecimento da literatura e familiaridade com as técnicas de análise em sociolinguística.

A descrição de acontecimentos relacionados à implantação e desenvolvimento da pesquisa linguística na Bahia e, provavelmente, no Brasil, evidencia a grande influência que os intercâmbios produziram nos trabalhos realizados. Algumas ponderações sobre esses intercâmbios culturais levam certamente a uma melhor reflexão sobre a profissão do linguista. Na discussão dos princípios de controle desses intercâmbios, entretanto, deve-se ter cuidado para que as propostas aceitas resultem de argumentos cientificamente válidos e ideologicamente descomprometidos. Não há argumentos que possam negar a validade dos intercâmbios culturais. A literatura produzida por linguistas brasileiros evidencia o fato de que nenhum linguista deste País pensa em Linguística, trabalha com línguas, teoriza sobre a linguagem humana sem apoio de postulados produzidos além das fronteiras nacionais. É claro que os acontecimentos de destaque no campo da ciência devem estar ao alcance de toda e qualquer comunidade científica. É difícil visualizar-se uma coincidência entre fronteiras políticas e fronteiras científicas.

Por outro lado, os intercâmbios se efetivam, quando ambas as partes estão conscientes dos benefícios decorrentes do ato da troca. Cumpre, no entanto, cuidar para que as vantagens de uma parte não resultem em prejuízo para a outra. A convivência com especialistas e contacto com outras técnicas de pesquisa, a experiência decorrente do trabalho em equipe, a familiarização com a literatura, o entusiasmo e incentivo em progredir, encontrados nos debates acadêmicos, são alguns dos muitos méritos atingidos em convênios entre centros de investigação científica. Falhas em justificar e determinar os objetivos do projeto de intercâmbio, porém, poderão prejudicar gravemente um ou ambos os grupos envolvidos. As obrigações, os direitos dos participantes do sistema de troca precisam estar definidos. Talvez, como medida de controle, as colaborações provocadas por intercâmbios possam ser definidas e administradas pelas autoridades acadêmicas para que beneficiem sempre as partes envolvidas.

Resta ainda abordar questões concernentes ao controle de dados lingüísticos. Os dados constituem o instrumento de trabalho do pesquisador. Uma análise só atingirá adequação descritiva se for baseada em dados adequadamente observados. Coletar dados exige domínio de técnicas apropriadas e conhecimento do referencial teórico que presuppõe as hipóteses. O entrevistador precisa estar consciente dos meios que levam à obtenção do vernáculo e deve controlar postulados teóricos para conseguir dados lingüisticamente significativos. A seleção de dados constitui uma etapa bastante séria do processo de realização da pesquisa e dos resultados conseguidos,

i.é., da amostra, depende a eficácia das demais fases da realização do projeto. Sem dúvida os dados coletados são de propriedade do projeto e compõem o acervo de material a ser estudado. Os pesquisadores, ao trabalharem nas suas áreas de especialização, individualmente, com dados do projeto, não poderão deixar de fazer referência ao trabalho coletivo. A concessão de dados para serem trabalhados por outros investigadores deve estar condicionada à autorização concedida mediante convênio entre as partes interessadas. O material publicado, por sua vez, obedecerá às normas gerais de referências bibliográficas.

O controle de dados, portanto, deve ser considerado exclusivamente como norma de conduta natural e exigida por toda atividade social. Vale ressaltar, no entanto, que as propostas teóricas de interpretação da língua sempre estiveram além das possibilidades de análise oferecidas pelos dados, pois, mesmo para o inglês, uma das línguas mais estudadas, não existe um estudos gramatical completo. As perspectivas de surgimento de novas proposições teóricas são ilimitadas. Se esse argumento for negado, o *status* da ciência atribuído à Linguística não se fundamenta.

## DADO E DADO

Fernando Tarallo

UNICAMP e PUC-SP

A articulação teórica norteadora da investigação lingüística nas duas últimas décadas, i.e., a tensão e a complementaridade entre o racionalismo de Chomsky e o neo-empirismo de Labov, far-se-á presente nesta discussão. No modelo de argumentação de Chomsky, asteriscar sentenças não constitui exceção, mas é a regra; no modelo sociolingüístico de Labov, este tipo de evidência negativa não aparece na lista das variantes lingüísticas em questão. Além disso, a natureza do fato lingüístico em Chomsky e em Labov é radicalmente diferente: o primeiro modelo provoca discussões quanto à veracidade dos dados; o segundo discute diferentes explicações para um mesmo fato lingüístico. Em poucas palavras, a noção de possíveis artefatos existe em Chomsky, mas inexiste em Labov. Uma vez que os grandes debates acadêmicos revolvem (ou, em princípio, somente deveriam resolver) em torno de explicações conflitantes para um mesmo e único fato lingüístico, o que, por exclusão, cerceia a produtividade dos mesmos no momento em que fato e artefato se confundem, tem-se como ponto de partida já devidamente firmado para a investigação científica, a análise de dados reais.

Este novo estandarte, novo somente na medida em que a preocupação descritivista dos estruturalistas das décadas de 20 e de 30 ressurge com brilho e força mais intensos e com arrojada instrumentação e sofisticada maquinaria para a análise lingüística, não necessariamente implica na negação do racionalismo. A nível epistemológico é suficientemente evidente que ao estudo da variação lingüística e à postulação da possibilidade de se sistematizar a heterogeneidade e o caos (Cf. Weinreich, Labov e Herzog: 1968; Labov: 1982) subjaz a racionalidade do analista. E nem poderia ser diferente! Não se discute, portanto, a articulação teórica acima mencionada; ao contrário, esta articulação tem-se mostrado altamente produtiva no processo de busca e estabelecimento do novo saber lingüístico.

O que se pretende discutir aqui é algo de natureza mais prática e imediata, ou seja, a noção de dado, aquela conjunto de elementos que forma a base de nossas análises. Este dado apresenta-se sempre em estado bruto, não polido, e nossas teorias emergem desta impureza, deste primitivismo rousseauiano do cotidiano sociolingüístico. Segundo palavras do próprio Labov (1981, p. 305), nossas teorias "tomam

formas, crescem fortalecidas na medida em que mantenham estreitas relações com o mundo cotidiano" e "sua beleza não está em sua simplicidade ou simetria, mas em sua firme conexão com a realidade" (minha tradução).

Mas que dado é este que está sendo constantemente coletado, catalogado, armazenado, analisado, e reciclado? Onde procurá-lo? Como coletá-lo? Como e onde armazená-lo? Como distribuir tais tarefas? Como garantir que o que se colhe é o que se quer? Como usá-lo sem abusar dele? Como aproveitá-lo eficazmente? Como evitar que ele pereça?

Para encaminhamento de nossa discussão, sugiro que comece mos pelo avesso da questão e que tentemos resolver a seguinte proposição tautológica: "dado é dado", proposição esta que dá título a este breve ensaio. Considerando-se que, independentemente do objeto lingüístico de estudo em foco, a orientação para a resolução de problemas com base em dados reais tem sido imperativa nos últimos anos, momento se faz para se estancar o processo da busca do novo saber lingüístico e questionar a força desta tautologia em nossos meios acadêmicos de pesquisa.

No esquema da lógica conversacional proposto por Grice (1975), esta proposição tautológica estaria, de uma maneira geral, rompendo a máxima de quantidade de informação fornecida, bem como a de qualidade e a de relação. "Dado é dado" nada define, nada evidencia, e não implica relevância de tópico. Por outro lado, tal tautologia pode assumir tal força de expressão que sua dissolução fatalmente acarretaria sua destruição. Assim, imaginem-se contextos para "Dado é dado" semelhantes a "Guerra é guerra", "Homem é homem" e "Mulher é mulher", entre outros. Mas como se tem proposto que o significado se prende à intenção do locutor (Cf. Searle: 1975; Grice: 1975, entre outros), cabe refletir sobre a possível significação da parte predicativa da proposição e, a partir deste elenco de possíveis candidatos, escolher aquela ou aqueles que mais possam contribuir para a dissolução da equação.

Para fins de exposição, nequemos à noção de pré-texto, pretexto, co-texto e contexto, ou qualquer noção teoricamente mais sofisticada e recorramos ao dicionário, grande destruidor e construtor de tautologias. O Novo Dicionário Aurélio, à página 417, lista significações para a palavra dado, enquanto substantivo. Primeiramente, aos substantivos:

1. Dado é "elemento ou quantidade conhecida que serve de base à resolução de um problema".
2. Dado é "princípio em que assenta uma discussão".
3. Dado é "elemento ou base para a formação de um juízo".
- e 4. já numa acepção filosófica, dado é "o que se apresenta à consciência como imediato, não construído ou não elaborado".

As quatro definições acima elencadas sustentam a orientação neo-empirista, pós-estruturalista, que tem embasado a investigação lingüística nas duas últimas décadas. Neste sentido, a resolução da tautologia reforça o veio teórico-metodológico orientador de nossos projetos de pesquisa. O dado lingüístico é, portanto, o elemento que serve de base à resolução de problemas; provocador de discussões enquanto objeto de estudo e de análise; deflagrador da formação e da emissão de juízos e, sobretudo, de vital importância na medida em que não é construído ou elaborado, sendo assim real, verdadeiro, primitivo e bruto.

As acepções adjetivas que o mesmo dicionário oferece, causam, ao contrário, certa estranheza, e passam a insinuar outras possibilidades, as quais passariam despercebidas, caso não estivéssemos jogando com a proposição tautológica. Assim, tem-se:

1. Dado é "que se deu; oferecido, presenteado; gratuito".
2. Dado é "permitido, concedido, facultado".
3. Dado é "que se dá bem com os outros; afável, lhano, tratável".
4. Dado é "determinado".

Isto é, na composição de um corpus para análise lingüística, coletam-se determinados elementos/(dados), tratáveis/(dados) e que foram presenteados, concedidos, (dados). Mas coloque-se agora em questão o conceito dado dentro de um ato de comunicação, com a rede de participantes que o compõem.

Começemos pelo doador! Do ponto de vista do doador, do informante, a noção do que se deu, do que se concede, do que é gratuito pode, por sua vez, ser questionada. Se se considerar o inatismo da linguagem (Cf. Chomsky: 1957, etc) ou mesmo seu "biologismo" (Cf. Sickeron: 1981), a linguagem não é doável, pois é um presente dos "deuses": o doador não precisou de qualquer esforço para obtê-la e, em princípio, portanto, não tem o direito de dispor dela. Assim, não pode doá-la, e o pesquisador não terá dados para a análise. Talvez tente suas próprias intuições dentro de seu próprio gabinete! Se, por outro lado, a linguagem for considerada como algo que se adquire no processo de socialização do indivíduo na comunidade, em função do meio ambiente em que o doador em potencial cresce, aí é que ele não pode mesmo doá-la, pois ela não lhe pertence. Cada uma destas duas facetas pode, evidentemente dentro de certas medidas de ética profissional, ser revertida e mascarada para lucro próprio do investigador: como o doador recebe a linguagem gratuitamente, com ou sem esforço, de mãos divinas ou humanas, justo é que ele a doe de volta para estudos que objetivam unicamente o estabelecimento de sua constituição.



E do ponto de vista do pesquisador? O que busca este quando decide adentrar o campo, ligar o gravador, e colher dados? A resposta é única e imediata: dados espontâneos, de situação natural de comunicação (ou seja, dados oferecidos e concedidos); dados homogeneizados (fato é, manipuláveis, tratáveis: cada sub-conjunto de dados deve "dar-se bem" com os outros sub-conjuntos); e, por fim, determinados dados, especificados em relação aos objetivos da pesquisa empreendida. Se me permitirem, neste momento, um pouco mais de redundância: o investigador pretende que seus dados sejam dados dados, i.e. oferecidos, concedidos, tratáveis, e específicos.

Seja a linguagem gratuita ou não, -dependendo do ponto de vista adotado-, parece que o grande lucrador desta empreitada ainda é o investigador. Não que seu trabalho como profissional-lingüista deva ser obrigatoriamente marcado por um cunho imediatista, de resultados recicláveis à comunidade, mas claro é que o doador da linguagem não passa de um doador de sangue. Mas há ainda outros pontos a discutir. Passemos, portanto, às outras etapas da pesquisa sociolingüística.

Estes mesmos dados, depois de coletados, são armazenados em bancos. Tais bancos apresentam-se sob formas variadas: bancos estatais, federais, e até internacionais; grandes bancos e pequenos bancos; bancos particulares com dono único ou em sociedade anônima. Assim é que se tem bancos como o NURC na América do Sul, com filial no Brasil; o banco Competências Básicas do Português a Censo da Variação do Rio; o banco LCV (Language Change and Variation) em Filadélfia; o banco Sankoff-Cedergren em Montréal; o banco Poplack em Ottawa: todos estes, grandes bancos. Além deles, bancos particulares que forneceram dados para várias dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o português e dialetos crioulos: o banco LIRA do Rio (1982); o banco OLIVEIRA de Belo Horizonte (1983); o banco BRAGA de Cabo Verde (1982); o banco TARALLO de São Paulo (1983); o banco ALMIN de Ziguinchor, no Senegal (1983), entre outros. O refinamento destes bancos é ainda maior: fala-se de bancos de passivas: relativas; topicalizações e deslocamentos à esquerda e à direita; de tempo e de aspecto verbais; de pluralidade e de nasalidade; até em banco de formas de tratamento se fala. A capacidade e o alcance destes bancos particulares é bastante inferior à dos bancos maiores, o que procuraremos justificar pela organização interna da entidade mantenedora, armazenadora dos dados. Portanto, definamos banco!

Banco é "estabelecimento, particular ou estatal, cuja atividade consiste na guarda, empréstimo de dinheiro, transações com títulos de crédito, etc" (Cf. Aurélio, p. 181). No caso dos pequenos bancos, dos bancos particulares, a guarda dos dados é, na grande maioria

das vezes, efetuada pelo próprio dono. A mão-de-obra necessária à guarda dos dados compreende desde a catalogação das fitas e dos informantes à transcrição dos dados. Ainda que doloroso e lento, este processo de guarda dos dados é de fundamental importância, pois força o pesquisador a uma identidade maior com os dados, uma familiaridade mais estreita com os possíveis objetos de estudo, cujas análises futuras somente terão a ganhar em profundidade e coerência. No caso dos grandes bancos, o dono (ou donos) em geral municiam-se de mão-de-obra especializada ou não, para fins de catalogação e transcrição do conteúdo das fitas gravadas. Como decorrência deste fato, tem-se uma quantidade maior de dados, uma prosperidade de recursos para análise, mas, precisamente devido à amenização da dor e da vagarosidade da guarda-própria dos pequenos bancos, a identificação dos donos com seus "háveres" é, em geral, menor.

Qual a política, portanto, a ser seguida no tocante às transações de títulos e empréstimo de dinheiro, uma vez que a construção do capital é tão difícil? Será justo e lícito supor que não-depositários destes bancos tenham acesso a empréstimos, ou será mais viável instituir um esquema de caderneta de poupança? Em hipótese alguma, no entanto, o banco e suas atividades devem adormecer em decorrência de uma atitude radical de não empréstimos a não-depositários. Mas nesse processo de busca do saber lingüístico, a chegada ao qual envolve uma atitude racional do pesquisador em cima de grande quantidade de dados reais, e como a coleta destes dados, seu armazenamento e transação, compreende um trabalho doloroso, demorado, e metuciloso, é necessário que se apresse este processo de busca do saber, sem, contudo, permitir que imagens de pirataria sequer o infiltrem. Qual solução, portanto, deveria ser almejada?

A solução mais viável, e menos comprometedora, parece ser uma de conciliação entre os dois tipos de banco. Inútil será abrir dois bancos particulares e pequenos em São Paulo. O estabelecimento de um só banco, com propósitos maiores para São Paulo, -ou para outra comunidade tão grande quanto-, deve pressupor a criação e o respeito a certas regras. Apesar de todo o cuidado previsto na coleta de dados, e de todos os escrúpulos e precauções tomadas pelo dono do pequeno banco, este prevê, justificadamente, que a descrição sociolingüística de São Paulo, por exemplo, envolve um trabalho conjunto de grupo. Tal trabalho, contudo, não deveria em absoluto estratificar a mão-de-obra dentro de uma escala de agentes pensantes e não pensantes, de contínuos a gerentes. Ao se colocar tal requisito, transcende-se a questão ética discutida por M. Lemie (1984). Retornam neste momento dois sentidos de

dado enquanto adjetivo: tratável e determinado. Os dados devem ser compatíveis e determinados pelos objetivos gerais da pesquisa, estes pensados a nível de grupo. E assim retorna-se naturalmente ao esquema de poupança. Cada 5 ou 10 horas dadas ao banco por um dos pesquisadores, estarão sendo acumuladas a outras 5 ou 10 depositadas por outro sócio - pesquisador: todos dados de igual qualidade; portanto, determinados e tratáveis. O lucro, conseqüentemente, é coletivo. Os sócios-pesquisadores lucram e lucra a ciência. Pouco tempo se perde; muito se ganha através do esforço conjunto. Injusto é que não-depositários utilizem deste fundo de garantia de outros e que lucrem mais que os ardentes trabalhadores originais. Claro é, deve-se ressaltar, que outros agentes pensantes também possam contribuir de outra forma que não o depósito de dados. Mas que referência a estes dados e a sua procedência seja sempre feita e que crédito, -este de outra natureza-, seja dado, gratuitamente, a aqueles que se infiltraram na comunidade, e que passaram horas a fio catalogando e transcrevendo fitas.

Esta solução parece óbvia, e neste sentido, o propósito desta mesa-redonda não parece ser prontamente justificável, mas a atual situação de coleta de dados e de utilização dos mesmos está longe de refletir o seguimento destas regras propostas. Mas reflitam agora comigo sobre o grande valor deste tipo de banco proposto. Em primeiro lugar, o depósito de dados criteriosamente selecionados implica sua valorização crescente; não se corre, portanto, o menor risco de desvalorização da moeda. Por outro lado, se bancos de igual peso forem abertos em vários continentes, nacionais e internacionais, a troca da moeda será uma atividade não só viável, como praticamente possível, o que nos dá finalmente o acesso pretendido no processo de busca do novo saber lingüístico. Afinal de contas, nosso propósito central como sociolinguistas é o de buscar "universais" de variação e de mudança lingüística, i.e., através da frequência de certos grupos de fatores condicionadores ao uso de uma regra presente em vários dialetos de uma mesma língua, ou em línguas diferentes, postular e prever certos caminhos a serem seguidos pelo sistema lingüístico. E assim chega-se à noção de reciclagem de dados. Com o sistema de poupança, nosso fundo somente tende a crescer. Com a troca de dados com outros bancos, nacionais e internacionais, a consolidação de nossos projetos de pesquisa afigura-se como certa, realizável. Neste momento poderíamos citar vários tópicos de pesquisa, de interesse geral, que somente poderão ser levados a cabo, caso um esforço conjunto seja realizado em função da coleta de dados.

Neste sistema bancário, nacional e internacional, não deve haver "congelamento de verbas" e de "empréstimos": o FMI nem de longe deve marcar esta constituição bancária. Não que estes riscos não existam!

experiência nos tem demonstrado que também nos meios acadêmicos de pesquisa, as multinacionais e o FMI têm deixado sua marca. Tempo se faz, portanto, que estanquemos o processo de fraude e de colonização. Quanto ao congelamento de verbas, pouco temos a dizer além do óbvio: ele não deve existir! O Novo Dicionário Aurélio traz, à mesma página 417, uma outra significação para o dado: "dormente de pedra". Claro é que a significação de dormente é um caso à parte, mas nos é útil na medida em que propomos que os dados nunca devam ser congelados, ou adormecidos. Sendo a língua um processo possuidor de tal dinamismo, não queremos fazer de nosso grande banco mais um "gigante adormecido em mares plácidas".

Mas que nem por isso mesmo sócios-não-depositários se julguem no direito de abusar da força da tautologia "Dado é dado" e dar a ela entoações várias para o lucro próprio. Afinal de contas, nós, como sócios-depositários devemos fazer valerem as acepções adjetivais de dado: nós também temos direito e o dever, no cumprimento de nossas regras, de "permitir", "oferecer", "conceder", "facultar" e "determinar".

## Referências

- BICKERTON, D. 1981. Roots of Language. Ann Arbor: Karoma Publishers, Inc.
- CHOMSKY, N. 1957. Syntactic Structures. The Hague, Paris: Mouton.
- GRICE, P. 1975. Logic and Conversation. In: Cole e Morgan (eds), Syntax and Semantics, vol 3.
- HOLANDA FERREIRA, A. B. 1978. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A.
- LABOV, W. 1982. Building on Empirical Foundations. In: Lehman e Malkiel (eds), Perspectives on Historical Linguistics. Amsterdam: John Benjamins.
- , 1981. Resolving The Neo-Grammarian Controversy. In: Language, vol. 57, number 2.
- LEMLE, M. 1984. Problemas em Sociolinguística: Texto Gerador. Trabalho apresentado na 36a. reunião anual da SBPC. São Paulo, julho de 1984, USP
- SEARLE, J. 1975. What is a speech act? In: Philosophy in America.
- WEINREICH, U. ; LABOV, W.; Herzog, M. 1968. Empirical Foundations for a theory of language change. In: Lehman e Malkiel (eds), Directions for Historical Linguistics. Austin: University of Texas Press.

UNIDADES FONÉTICO-FONOLÓGICAS EM PSICOLINGÜÍSTICA

Eleonora Albano da Motta Maia  
Departamento de Lingüística  
Universidade Estadual de Campinas

Falar de unidades de análise em Psicolingüística é revolver a delicada questão das suas relações com a Lingüística. Questão delicada porque, se a primeira se ressentida sua posição de devedora frente à segunda, não menos deve ressentir-se essa apropriação que aquela e outras interdisciplinas têm feito do seu patrimônio. Uma situação tipicamente constrangedora é a seguinte: a Lingüística postula uma unidade de análise para um determinado fim, uma interdisciplina utiliza-a para outro fim e logo apressa-se em proclamar a sua insuficiência. O que se passa aqui: invasão de domínios? Ou luta pelo direito de partilhar um mesmo e obscuro objeto?

Invasão há, sim, na medida em que conclusões desse tipo passam por cima de diferenças metodológicas consideráveis. Mas há, também, num outro nível, um direito legítimo de reivindicar uma parcela da investigação desse fascinante e obscuro objeto que é a linguagem.

Eis aí uma situação contraditória cujo potencial polêmico nos toca a todos. Será, portanto, útil explorar as suas consequências através do exame de um caso exemplar. Tenta

rei, a partir dele, discutir o tipo de fecundação recíproca que tais mal-entendidos interdisciplinares podem produzir.

Tomemos como ponto-de-partida o segmento fonético. Essa é uma unidade cuja história na Linguística é bastante antiga e cuja entrada na Psicolinguística seguiu o caminho tradicional: tratava-se de demonstrar a realidade psicológica de uma abstração já utilizada com sucesso pelos lingüistas (Wells 1951, Greenberg & Jenkins 1964). Isso feito, não tardou que os psicolingüistas, independentemente de questões postas pela Linguística, apontassem a sua insuficiência para descrever os processos de produção, percepção e desenvolvimento da fala (Braine 1974, Fromkin 1973). Na literatura sobre aquisição da fonologia, assim como na literatura sobre lapsos de fala, surgem, além do traço — unidade menor cuja origem remonta inquestionavelmente à Linguística —, unidades maiores que subordinam o segmento assim como esse subordina o traço, a saber: a sílaba, o vocábulo fonológico, os sintagmas rítmicos e prosódicos (Ferguson & Farewell 1975, Halliday 1975, Martin 1973, Schourup 1973).

A Psicolinguística repete, assim, em relação às unidades sonoras, o mesmo percurso que já trilhara em relação às unidades significativas (Cf., por exemplo, Ervin-Tripp & Mitchell-Kernan 1977, Freedle 1977): o todo subordina as partes, isto é, o discurso subordina o enunciado, a frase, o sintagma, e assim até o segmento ou o traço.

Não se pode, entretanto, dizer com justiça que a Linguística tenha ficado à margem desse processo. Ao lado de uma Psicolinguística do discurso — e de uma Sociolinguística do discurso, para citar apenas mais um exemplo —, há inegavel-

mente uma Linguística do discurso (por exemplo, Hallyday e Hasan 1976, Van Dijk 1977), que, embora sensível à influência das primeiras, tem seu campo de argumentação próprio, tanto no terreno da gramática como no da fonologia. Seria este o destino de todo comércio interdisciplinar: promover o acordo, a unifor-midade, ao cabo de alguns mal-entendidos e polêmicas?

O caso das unidades fonético-fonológicas parece indicar que não. A razão é simples: enquanto a Linguística toma a organização hierárquica das suas unidades como um produto acabado cuja arquitetura se quer desvendar, a Psicolingüística — pelo menos a que conheço, professo e creio representativa do labor interdisciplinar<sup>1</sup>. — preocupa-se antes com o processo através do qual falante/ouvinte produz e reproduz uma tal organização. Não se trata apenas de reiterar a preocupação com a ontogênese que tem marcado esta interdisciplina desde os seus primórdios. Mesmo em situações aparentemente momentâneas, a ótica psicolingüística supõe um tempo psicológico dentro do qual o conhecimento lingüístico do indivíduo sofre mudanças e reorganizações ditadas pelo uso que dele é feito. Assim, uma hierarquia de unidades que é una e estática para a Linguística pode, para a Psicolingüística, resultar de processos de produção diferentes conforme o indivíduo e a situação.

Examinemos de perto o caso das hierarquias de unidades sonoras. Várias teorias fonológicas hoje advogam, com diferenças de detalhe, que os segmentos e os traços se organizam em unidades maiores, tais como a sílaba, o pé, o vocábulo e o sintagma fonológico (por exemplo, Halle & Vergnaud 1980, Selkirk 1980, Bolinger 1982). Por outro lado, já se sabe há algum tempo que unidades semelhantes são necessárias à descrição de fe-



nômos da percepção, da produção e do desenvolvimento da fala (para uma resenha, ver Clark & Clark 1977: 175-220, 259-292 e 375-404). O que não se sabia — e que só recentemente se vem começando a enxergar — é que há uma multiplicidade de maneiras pelas quais tais hierarquias podem ser resgatadas em tarefas psicolinguísticas específicas.

Eunice Pacheco, em sua tese de mestrado (Pacheco, 1983), teve a paciência e o rigor de realizar um experimento extremamente simples, que, não obstante, muito nos ensina sobre a tarefa de reconhecimento de palavras. O experimento consistia em solicitar que vários grupos de sujeitos, divididos quanto à idade e à audibilidade dos estímulos, repetissem uma lista gravada de oitenta palavras portuguesas da forma CVCV. As palavras foram escolhidas de modo a propiciar um grande número de confusões consonantais: todas formavam pares mínimos com mais de uma palavra existente através da simples troca de C<sub>1</sub> ou C<sub>2</sub>. Dentre as confusões possíveis, havia sempre aquelas que se poderiam considerar foneticamente motivadas (i.e., mudança no valor de algum parâmetro fonético, tal como em bote → pote/vote) e aquelas que se deveriam considerar mais propriamente lexicalmente motivadas (i.e., confusão entre dois segmentos muito distantes foneticamente, tal como em pote → lote/note). Uma análise dos erros cometidos pelos sujeitos indica que (a) eles utilizam uma hierarquia de unidades sonoras ao formular suas hipóteses sobre o conteúdo fonético das palavras e (b) a escolha das unidades utilizadas sofre variações individuais e situacionais.

Antes de passar ao cerne da nossa questão, que é a variabilidade no uso daquelas hierarquias, é preciso estabe-

lecer que elas são, de fato, usadas em tarefas de processamento fonético tais como a do experimento em questão. Os argumentos, expostos em Maia e Pacheco (1984), podem ser resumidos como se segue.

Em primeiro lugar, não há evidência de que, no reconhecimento de palavras tal como instanciado neste experimento, os segmentos fonéticos sejam processados seqüencialmente um a um. Se eles o fossem, esperar-se-ia que C<sub>2</sub> apresentasse uma maior proporção de confusões foneticamente motivadas do que C<sub>1</sub>, o que não ocorre. O raciocínio subjacente a essa previsão apóia-se no fato de que a memória auditiva degenera após o processamento (Pisoni & Sawusch 1975): sob a hipótese da seqüencialidade, ela deveria, portanto, recuperar-se melhor em C<sub>2</sub> do que em C<sub>1</sub> após a audição da palavra toda. Assim, uma dúvida sobre C<sub>2</sub> teria melhores chances de ser foneticamente resolvida do que uma dúvida análoga sobre C<sub>1</sub>. Nossos resultados, entretanto, mostram que tanto C<sub>1</sub> como C<sub>2</sub> podem ser alvo de adivinhações puramente lexicais tais como 'sino' por 'pino' ou 'roã' por 'rosa'.

Em segundo lugar, não há evidência de que a unidade de máxima utilizada pelos sujeitos na resolução da tarefa seja o segmento. Se assim o fosse, esperar-se-ia que o número de erros de mais de um segmento — que denominamos erros globais — fosse previsível a partir do número de erros de um segmento — que denominamos erros locais —, o que também não ocorre. O raciocínio subjacente a essa previsão é o de que, se o segmento fosse a unidade máxima, a probabilidade de errar globalmente seria fatalmente condicionada pela probabilidade de errar localmente, visto que uma dúvida em qualquer ponto da pala

va impediria o fechamento do leque de hipóteses possíveis, acarretando em dúvidas ulteriores. Assim, o número de erros globais dever-se-ia correlacionar positivamente com o número de erros locais. Nossos resultados, entretanto, mostram que em qualquer dos grupos, a correlação entre eles não difere significativamente de zero, o que indica que as tendências a errar de uma ou de outra forma seguem cursos independentes.

Combinando esses resultados a uma análise qualitativa dos erros globais, Maia e Pacheco concluem que os sujeitos podem fazer suas hipóteses sobre conteúdo fonético em vários níveis, do vocábulo fonológico ao segmento, passando pela sílaba e os constituintes silábicos. Isso seria uma mera constatação da realidade psicológica de hierarquias estáticas de unidades fonológicas, não fosse o complexo dinamismo psicológico que descobrimos subjazer à utilização efetiva das hierarquias. Tal dinamismo é inferível a partir da variabilidade dos fatores que parecem determinar o nível a partir do qual o sujeito resgata a palavra toda na tarefa de reconhecimento.

Enfoquemos agora as condições de realização do experimento. Os sujeitos foram divididos em três grupos de 20 crianças (de 4,5 e 6 anos, respectivamente) e três grupos de 5 adultos, estes homogêneos quanto à faixa etária (de 20 a 30 anos). As crianças foram testadas uma a uma numa sala calma da escola que frequentavam. Um dos grupos de adultos foi testado nessas mesmas condições, enquanto os outros dois o foram em cabines audiométricas com som, respectivamente, a 40 e a 15 db acima do limiar de audição. Obviamente, teria sido ideal estender as duas últimas condições às crianças, mas isso não

foi feito por dificuldades práticas. Apesar disso, pôde-se inferir bastante sobre as papéis da idade e das condições de tarefa através de comparações dos grupos de crianças com o primeiro grupo de adultos e dos grupos de adultos ou de crianças entre si.

Quanto ao fator etário, constata-se que a proporção de erros locais aumenta com a idade, o que implica obviamente numa diminuição concomitante da proporção de erros globais. Também as proporções de erros totais (i.e., todos os segmentos) e de erros de três segmentos tendem a diminuir com a idade, passando os erros de dois segmentos a prevalecer na categoria global. Tudo isso indica que sujeitos mais jovens tendem a escolher níveis mais altos da hierarquia fonológica para formular suas hipóteses sobre conteúdo fonético. Outro fato que corrobora essa interpretação é que os sujeitos mais jovens são os que mais cometem o tipo de erro global que denominamos 'expansão', isto é, a escolha de palavras mais longas que as originais, tal como em 'espiga' por 'figa' e 'chácara' por 'chata'. Ora, as expansões só se explicam se supusermos que, após uma extração sumária de traços do sinal acústico, o sujeito busca diretamente nos setores mais acessíveis do seu léxico uma palavra que tenha a configuração de traços extraída. Note-se que essa busca pode ser guiada tanto por elementos do começo (como em 'chácara') como do final da palavra (como em 'espiga').

Nada disso, evidentemente, implica em que sujeitos mais velhos não possam operar ao nível da palavra. Que eles fazem, embora com menor frequência, é indicado por certas semelhanças qualitativas entre os erros globais de todos os gru

pos. De qualquer maneira, entre as crianças mais velhas e os adultos em condições favoráveis (i.e., escola e cabina audiométrica a 40 db), as unidades favoritas parecem ser as sílabas e os constituintes silábicos. A evidência disso é que os erros globais concentram-se em  $C_1C_2$  (inícios silábicos<sup>2</sup>) ou  $C_2V_2$  (segunda sílaba). Falamos de constituintes silábicos e não de segmentos, embora nem sempre se possa distingui-los, porque isso facilita a interpretação de erros tais como 'troca' por 'toca', que ocorreram em todos os grupos. Considerando-se os inícios silábicos como constituintes desdobráveis em até duas consoantes, podem-se entender tais erros como resultantes de uma busca lexical em que um pareamento sumário de traços se faça a esse nível, desprezando-se a composição interna do constituinte propriamente dito<sup>3</sup>.

Embora as diferenças etárias que acabamos de discutir sejam significativas, não se pode dizer que a distribuição de erros de cada grupo seja homogênea. Em todos os grupos, respeitadas as devidas proporções, há sujeitos que favorecem os erros globais, outros que favorecem os erros locais e ainda outros que tendem a equilibrar ambas as classes de erros. Se dividirmos cada grupo nesses três tipos e compararmos os sujeitos de mesmo tipo no total dos grupos (incluindo adultos e crianças), verificaremos que seus erros apresentam semelhanças qualitativas consideráveis, ou seja: sujeitos que favorecem as mesmas unidades tendem também a cometer os mesmos erros. Tudo isso leva a crer que estratégias de reconhecimento baseadas nesta ou naquela unidade estão disponíveis para todos os sujeitos, sendo escolhidas de acordo com preferências indivi-

duais que são afetadas mas não determinadas pela idade.

Os fatores até agora discutidos não são, ainda, suficientes para determinar aquela escolha. Outro fator importante é a dificuldade da tarefa, aqui representada pelas diferenças da audibilidade entre os três grupos de adultos. Quanto mais se dificulta a tarefa pela redução de audibilidade, maior tendência há a que os sujeitos escolham operar com níveis mais altos da hierarquia fonológica. Assim, a proporção de erros globais aumenta à medida que a audibilidade diminui, sendo baixa na condição ótima (40 db), média na condição normal (ambiente escolar) e alta na condição reduzida (15 db). Mais uma vez, corrobora-se a hipótese de que os sujeitos têm várias direções disponíveis na recuperação da hierarquia fonológica e escolhem-nas de acordo com determinantes individuais e situacionais.

Outro fator importante, cuja análise ainda está sendo processada<sup>4</sup>, é a acessibilidade relativa das palavras correta ou incorretamente evocadas pela lista. Parece, por exemplo, que a ocorrência de uma configuração de traços semelhantes à de uma palavra muito familiar propicia uma busca lexical sumária, favorecendo a incidência de erros globais. Um caso flagrante é o das palavras com nasais mediais, tais como 'dano' e 'cano', que foram freqüentemente substituídas por 'cans'. Um fenômeno semelhante, exceto por ser determinado pela experiência recente, é o que Panheco (1983) chamou de 'referência intralista', isto é: uma palavra já ocorrida no teste contamina o reconhecimento de palavras novas, ocasionando até protestos dos sujeitos contra a suposta repetição. O

interessante é que, embora tanto o recurso a palavras familiares como a referência intra-lista exijam uma certa semelhança fonética com a palavra original, houve casos esporádicos em que ela era nula ou remota, o que aponta para a possibilidade de que a acessibilidade possa, às vezes, ser o único determinante da escolha.

Tudo isso nos leva a crer que, no intervalo de dois a três segundos que separa o estímulo da resposta neste experimento, os sujeitos realizam um grande número de operações com unidades fonológicas de vários níveis, recuperando relações hierárquicas tanto na direção de cima para baixo como na direção de baixo para cima. Provavelmente, nem todos os níveis são percorridos antes que se chegue a uma resposta, pois a redundância intrínseca daquelas relações propicia adivinhações com base em dados fragmentários. O importante, porém, é que, mesmo numa tarefa aparentemente simples e mecânica como esta, os sujeitos demonstram explorar criativamente várias vias possíveis de solução.

Com relação às questões que nos propusemos no início a conclusão acima é instrutiva porque evidencia a especificidade de da investigação psicolinguística em oposição à investigação linguística: no experimento relatado, certos produtos linguísticos - as hierarquias fonológicas - são surpreendidos em alguns de seus processos de reprodução. Quanto aos seus processos de produção propriamente dita, só a investigação ontogenética poderá resgatá-los, mas fica aqui a sugestão de que a multiplicidade de processos de reprodução observada nesta situação específica se possa originar numa análoga multiplicidade

de processos de produção durante a ontogênese.

Podemos, finalmente, voltar à questão das relações entre a Lingüística e as interdisciplinas que nela se apóiam. Tomando-se o caso examinado como prototípico, que projeções podemos fazer acerca do futuro da cooperação interdisciplinar no estudo da linguagem?

Minha opinião pessoal é a de que a Lingüística deve estar cada vez mais atenta aos achados dos interdisciplinas que enfocam a linguagem sob um prisma dinâmico, pois uma compreensão adequada dos produtos lingüísticos passa necessariamente pela compreensão dos processos que os engendram. É interessante observar que essa orientação, ao invés de tornar os construtos lingüísticos mais concretos, como advogam certos defensores contemporâneos do empirismo (por exemplo, Linell 1979), poderá aproximá-los das formas de abstração mais comuns na ciência em geral: cada produto lingüístico descrito será uma projeção de uma multiplicidade de processos lingüísticos empiricamente investigados ao nível do indivíduo e da comunidade e não uma simples projeção da intuição lingüística do investigador.

Houve um tempo em que psicolingüistas e sociolingüistas não tinham outro recurso senão tomar de empréstimo unidades de análise postuladas pelos lingüistas com base numa visão estática de linguagem. Ao propor hoje unidades mais coerentes com os processos lingüísticos que investigam, aqueles pesquisadores estão contribuindo não só para refinar o instrumental teórico comum às crianças da linguagem como também para inocular um dinamismo maior na concepção de lin -



guagem da própria Lingüística. O que resultará disso ainda me parece bastante nebuloso. Mas não nos deverao faltar oportu - nidades futuras de discuti-lo.

## N o t a s

- (1) - É claro que nem todas as versões da Psicolinguística contemporânea partilham dessa visão processual. Para uma discussão dos impasses que retardaram a emergência de uma concepção dinâmica de linguagem nessa interdisciplina, ver De Lemos (1982) e Maia (1984).
- (2) - Segundo Halle e Vergnaud (1980), que sintetizam as propostas da fonologia não-linear e tridimensional, as sílabas se desdobrariam nos constituintes início (onset) e rima (rhyme), que, por sua vez, se desdobrariam em constituintes intermediários (tais como o núcleo e a coda da rima), até chegar ao segmento.
- (3) - Um fenômeno análogo, ao nível da rima, ocorreu em erros tais como 'corte' por 'pote'.
- (4) - Uma dificuldade para este tipo de análise é a impossibilidade de se estimar a familiaridade relativa das palavras da lista. Embora se tenha tido a precaução de nivelar os estímulos a partir de informações obtidas de pais e professores sobre o vocabulário do grupo de 4 anos, observou-se que algumas das palavras da lista eram muito melhor conhecidas que outras.

## Referências

- BRAINE, M.S. "On what might constitute a learnable phonology". Language 50(20): 270-299, 1974.
- BOLINGER, D. "Intonation and its parts". Language 58(3): 505-533, 1982.
- CLARK, H. & E. CLARK. Psychology and language: an introduction to psycholinguistics. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1977.
- DE LEMOS, C. "Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original". Boletim da ABRALIN 3: 97-126, 1982.
- ERVIN-TRIPP, S. & C. MITCHELL-KERNAN. Child discourse. New York: Academic Press, 1977.
- FERGUSON, C. & C. FAREWELL. "Words and sounds in early language acquisition: English initial consonants in the first fifty words". Language 51(2): 419-430, 1975.
- FREEDLE, R. (org.) Discourse production and comprehension. Norwood: Ablex, 1977.
- FROMKIN, V. (org.) Speech errors as linguistic evidence. Haia: Mouton, 1973.
- GREENBERG, J. & J. JENKINS. "Studies in the psychological correlates of the sound system of American English". Word 20 (2): 157-177, 1964.
- HALLE, M. & J.R. VERGNAUD. "Three-dimensional phonology". Journal of Linguistic Research 1: 83-105, 1980.

- HALLYDAY, M. Learning how to mean. Amsterdam: Elsevier, 1975.
- HALLYDAY, M. & R. HASAN. Cohesion in English. London: Longman, 1976.
- LYNELL, P. Psychological reality in phonology. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- MAIA, E. "A dialética da gênese e do empréstimo na constituição da Psicolinguística". MS., IEL, UNICAMP, 1984.
- \_\_\_\_\_ & E. PACHECO. "The non-linear nature of children's responses to a word recognition test". Trabalho apresentado no Fifth International Phonology Meeting, Eisenstadt, Austria, junho de 1984.
- MARTIN, J. "Rhythmic (hierarchical) versus serial structure in speech and other behavior". Psychological Review 79: 487-509, 1972.
- PACHECO, E. "Aspectos psicolinguísticos da percepção fonológica em crianças de quatro a seis anos". Dissertação de mestrado inédita, PUC-SP, 1983.
- FISONI, D. & J. SAWSCH. "Some stages of processing in speech perception". In: A. Cohen & S. Neebom (orgs.) Structure and process in speech perception. Heidelberg: Springer-Verlag, 1975.
- SCHOURUP, L. "Unique New York, unique New York, unique New York". Papers from the Ninth Regional Meeting, CLS: 587-596, 1973.
- SELKIRK, E. "The role of prosodic categories in English word stress". Linguistic Inquiry 11: 563-606, 1980.
- VAN DIJK, T. Text and context. London: Longman, 1977.
- WELLS, R. "Predicting slips of the tongue". Reproduzido em Fromkin (1973).

Mário A. Perini

(UFMG)

## 1. Introdução

No presente artigo vou considerar brevemente alguns pontos de contato entre a análise do discurso e os estudos de leitura. Minha abordagem é programática: ao invés de fazer uma resenha de trabalhos realizados, vou sugerir uma das direções que poderiam ser tomadas pela investigação em análise do discurso, a fim de perseguir resultados de interesse para o especialista em leitura; estas páginas podem, portanto, ser entendidas como uma espécie de encomenda feita por um interessado em leitura a seus colegas de leitura de análise do discurso. Fique claro que o aspecto selecionado para este trabalho não é o único ponto em que a colaboração entre as duas disciplinas me parece promissória; ao contrário, o especialista em leitura fará bem em prestar aos desenvolvimentos da análise do discurso uma atenção constante e cuidadosa.

## 2. Papel da estruturação discursiva na leitura

Estou interessado na leitura como processo de obtenção de informação a partir de um texto escrito. Esse é o único aspecto da leitura que me vai ocupar aqui, embora não seja, evidentemente, o único objetivo possível de um leitor ao ler um texto. Meu interesse pela leitura nasce da tentativa de encontrar caminhos que facilitem sua aquisição por parte de alunos do primeiro grau; daí concentrar-se no seu aspecto de obtenção de informação, que aliás precede os demais objetivos como um pré-requisito.

Dentro desta perspectiva, o objetivo da leitura de um texto pode ser expresso como a alteração do sistema de conhecimentos do leitor. Não apenas o leitor busca, pela leitura informativa, alterar seu sistema de conhecimentos, mas ainda é lícito dizer que um texto é compreendido na medida em que a informação seja integrada no sistema de conhecimentos pré-existente na memória do leitor.

Orá, isso condiciona fortemente a legibilidade de um texto. À primeira vista, poder-se-ia pensar que um texto é tanto mais legível (ou compreensível) quanto mais bem elaborado ele for, de acordo com certos critérios de construção de textos, critérios esses que restaria determinar. E que, uma vez determinados esses critérios, a ques-

ção de como caracterizar a legibilidade dos textos estaria encerrada. Mas essa posição, ao definir a legibilidade como uma propriedade exclusiva do texto, deixa de considerar um fato crucial, que é a necessidade acima referida de integração da informação a estruturas pré-existentes na memória do leitor. O fato é que um texto mal estruturado pode ser bem compreendido por um leitor razoavelmente bem informado sobre o assunto em questão; e, por outro lado, a melhor das organizações textuais não salva um texto de ser inteiramente misterioso para o leitor ignorante do tópico.

É necessário ter em mente essa situação quando se pretende avaliar a importância de uma análise discursiva para a investigação das condições de legibilidade de um texto. Como veremos, o estudo dos traços discursivos dos textos pode ser relevante para esse fim, desde que colocado em seu lugar próprio: a estruturação formal do texto não é o fator único determinante da legibilidade, mas constitui um dentre vários fatores, com uma função específica (tentarei dar algumas indicações quanto a essa função específica mais adiante neste trabalho). Em outras palavras, o reconhecimento do caráter cognitivo do fenômeno da leitura não implica que seja irrelevante a investigação dos fatores textuais de facilitação (ou dificuldade) da leitura. A leitura, como processo complexo que é, também inclui um componente discursivo, de tal maneira que é possível, por exemplo, manipular a organização de um texto, sem mudar o seu conteúdo, conseguindo com isso variar as suas condições de legibilidade.

Por ora, consideremos que a leitura não é uma atividade puramente lingüística, nem puramente cognitiva, mas lingüístico-cognitiva. Seu objetivo é puramente cognitivo: a alteração de estruturas dentro da memória de longo termo do leitor. O seu elemento disparador é puramente lingüístico: o texto escrito. Mas o processo propriamente dito de alteração de estruturas na memória a partir de um texto se caracteriza por uma mistura de recursos lingüísticos e cognitivos, de várias naturezas e controlados por mecanismos muito pouco compreendidos. Para levar a exposição a um plano mais concreto, vejamos um exemplo. Seja uma sentença como

(1) Estou perdendo a minha fé na análise

É claro que o significado da palavra análise é essencial para a compreensão dessa sentença - pelo menos se considerarmos que "compreensão" envolve a transmissão de alguma informação que possa ser integrada ao sistema de conhecimentos do leitor. Mas análise em (1) pode significar várias coisas radicalmente diferentes, dependendo de quem fala, e em que circunstâncias. Imaginemos um patologista, um professor de Português, o cliente de um psicanalista etc. No que nos in-

teressa, (1) só estará realmente compreendida quando for possível apurar qual é o sentido de análise. Para isso, teremos de verificar em que contexto ocorre (1) - e aqui "contexto" vale tanto para o restante do texto quanto para a situação extra-lingüística em que (1) foi enunciada. Examinemos primeiro o caso do contexto lingüístico:

- (2) Os professores de Português andam muito insatisfeitos com o conteúdo tradicional de sua disciplina. Ainda ontem um deles me disse: "Estou perdendo a minha fé na análise".

Aqui o contexto lingüístico foi suficiente para desambiguar o termo análise e permitir a compreensão total da frase (1). No entanto, não é adequado concluir de tais exemplos que a compreensão é um fenômeno que se detém no nível do texto, porque há muitas outras maneiras igualmente naturais de desambiguar análise, sem envolver o contexto lingüístico. Digamos que (1) fosse dita, sem acréscimos, por uma pessoa que sabemos estar-se submetendo a psicanálise - ainda assim a desambiguação seria eficiente. E, o que me parece importante, em ambos os casos vistos a base para a desambiguação seria a mesma: o conhecimento que temos da identidade do falante. No caso de (2), esse conhecimento nos veio da leitura do material lingüístico que precede a sentença (1); no segundo caso, ele nos veio do fato de que o falante nos é conhecido previamente (ou, talvez, do fato de que o encontramos à saída de um consultório).

Dessa forma, mesmo no caso de (2), não é correto dizer que a desambiguação de análise se fez com base no contexto lingüístico isto é, no texto stricto sensu. Trata-se, nos dois casos, do nosso conhecimento do mundo, pouco importa como ele tenha sido adquirido. Em (2), evidentemente, o texto, enquanto sequência de unidades lingüísticas, tem um papel crucial, ainda que instrumental: ele fornece pistas para a inserção da informação nas estruturas da memória, e é a partir do momento em que sabemos onde inserir a nova informação que o significado da palavra análise se torna claro. Essa é a função específica da organização do texto na leitura.

À primeira vista, parece haver aqui a possibilidade de um paradoxo: primeiro, eu disse que a informação contida no texto é a que deve ser inserida nas estruturas já presentes previamente na memória; depois, que o texto (isto é, a informação nele contida) serve de pista para a inserção da informação na memória. Mas como pode a informação contida no texto servir de pista sem estar previamente presente na memória (isto é, sem ser previamente compreendida)? Não estaria eu afirmando, em última análise, que para se compreender um texto é preciso, antes, compreendê-lo?

O paradoxo, entretanto, é apenas aparente. Isso porque

demos utilizar parte do texto como fonte de pistas para a compreensão de informação contida no restante do texto; a parte utilizada como pista deverá conter, com efeito, informações já presentes na memória (2). É possível fazer isso, em parte, porque a língua tem recursos para marcar porções de um texto como veiculando informação já presente na memória, de tal modo que o leitor consegue discriminar no texto, por um lado, aquilo que lhe servirá primariamente de pista e, por outro, aquilo que deverá ser propriamente "captado" e inserido na memória.

Sumariando, direi que vimos até o momento dois pontos importantes: (a) o papel do texto na leitura é necessariamente duplo: primeiro, ele fornece pistas sobre como inserir a informação nova nas estruturas pré-existentes na memória do leitor; e, depois, ele fornece novas informações a serem colocadas na memória. Isso configura antes um processo de alteração de estruturas cognitivas do que um processo de acréscimo puro e simples de informação à memória. E (b) um problema a ser resolvido pelo leitor é o de decidir que porções do texto funcionam como pistas e que porções contêm a informação nova. Uma das funções da estruturação dos textos é justamente facilitar essa decisão.

### 3. A contribuição da Análise do Discurso

Antes de vermos exatamente em que uma análise do discurso pode ajudar na descrição dos fenômenos que vimos examinando, terei que fazer mais algumas considerações sobre o processo da leitura como atividade linguístico-cognitiva; em particular, interessamos discutir como a forma pela qual funciona a mente humana condiciona o nosso processamento de textos escritos.

A capacidade de processamento de informações do ser humano é muito limitada; não seria possível, por exemplo, compreender um texto que tivesse mais do que determinada porcentagem de informações totalmente novas. E mesmo a informação nova só pode ser apreendida, como vimos, na medida em que se relaciona com estruturas de informação já existentes no sistema. Por isso foi dito que o objetivo da leitura é "alterar estruturas de memória".

Façamos a um novo exemplo, que talvez ajude a esclarecer o que estou tentando dizer:

(1) Quantos animais de cada espécie Moisés levou para a arca?

Ao serem confrontados com essa pergunta, a maioria das pessoas tende a responder "Dois" - em geral sem perceber que a pergunta não pode, a rigor, ser respondida, porque afinal de contas Moisés não tem nada a ver com a arca (de Noé).

Como interpretar esse fenômeno? Ao construir um enuncia-



de qualquer, o emissor codifica-o de maneira a fornecer pistas sobre qual é a informação a ser acrescentada à memória, em oposição à informação que se pressupõe já estar presente na memória, e que é incluída no enunciado principalmente como pista para a inserção da informação nova nas estruturas pré-existentes. Existem vários recursos formais para isso, mas não foram feitos, que eu saiba, esforços sistemáticos no sentido de deprecendê-los. Na sentença (3), o sintagma Interrogação (Quantos animais de cada espécie) está marcado como portador de informação nova; o restante da sentença fica automaticamente rotulado como portador de informação já conhecida. Ora, a evidência é de que esta última porção é apenas semi-processada, sendo seu significado, em certa medida, sintetizado pelo leitor, e não simplesmente "retirado" do texto.

Esse fenômeno de semi-processamento tem a meu ver corolários importantes do ponto de vista da leitura como instrumento de alteração de conhecimento. O que vemos em (3) é um exemplo do uso que o leitor faz de seus conhecimentos prévios ao tentar compreender um texto. Observe-se que esse uso não tem nada de especialmente passivo - não só o leitor insere a nova informação em suas estruturas cognitivas, como também utilizará, para isso, outras estruturas cognitivas como subsídio à depressão da informação do texto. No caso de (3), esse processo é desencadeado pelas pistas discursivas: a parte do enunciado é topicalizada e marcada como informação nova; o leitor processa plenamente essa porção, deixando o resto na sombra do semi-processamento. Ainda aqui, as pistas discursivas são apenas um dentre vários recursos utilizáveis para fornecer ao leitor indicações de como ativar suas estratégias de processamento (estratégias essas que têm, como função central, possibilitar o emprego mais econômico possível dos mecanismos de processamento). Efeitos semelhantes podem ser obtidos sem que a pista discursiva utilizada seja facilmente discernível. De um modo geral, as condições (discursivas ou não) que determinam o semi-processamento são muito mal conhecidas, mas sua existência é difícil de negar. O processamento dos textos envolve uma variação contínua de graus de profundidade, e essa variação é, em grande parte, orientada por pistas de natureza discursiva - acessíveis, em princípio, a uma análise do discurso.

Ao invés de se falar em "graus de profundidade de processamento", encontra-se usualmente na literatura uma menção a dois tipos básicos de processamento, o "de baixo para cima" (abreviadamente BC; em inglês "bottom-up") e o de "cima para baixo" (CB; em inglês, "top-down"). O processamento BC se caracteriza por ser alimentado por dados; isto é, pela informação explicitamente presente no texto. O processamento CB é alimentado por previsões, ou hipóteses formuladas pelo lei-

tór com base em conhecimentos prévios (sejam eles resultado da leitura de porções prévias do mesmo texto, sejam parte do seu conhecimento geral da situação ou do mundo). O que chamei de "semi-processamento" seria reformulado, dentro dessa nomenclatura, como uma situação em que predomina o processamento CB, e em que o leitor se apóia não tanto em sua percepção (visual) do texto quanto em hipóteses formuladas a partir de seu conhecimento prévio. Nesse caso, a informação visual teria a função meramente auxiliar de confirmar ou não as hipóteses feitas.

Prefero ver essa oposição não como uma dicotomia discreta entre dois pontos polares de processamento (CB versus BC), mas como um contínuo, ao longo do qual o leitor se move constantemente, ajustando o tipo de processamento segundo as necessidades do momento. Por isso acho interessante continuar falando em termos de "graus de profundidade do processamento". Acho interessante encarar a estruturação explícita do discurso como tendo (entre outros) o papel de elemento orientador desse mecanismo de ajustamento dentro do eixo CB-BC. Nesse sentido, torna-se importante estudar traços da organização dos textos com vistas a avaliar seu papel no mecanismo de processamento de textos escritos: uma das funções dos traços discursivos seria a de fornecer pistas para que o leitor ajuste o processamento em determinado ponto do eixo BC-CB para cada porção do texto. É o que se verifica no exemplo (3),

(3) Quantos animais de cada espécie Moisés levou para a arca?

onde a presença do SN interrogado parece equivaler a um aviso de que esse SN deve ser processado mais profundamente (ou, se se preferir, mais para o lado da BC do que para o lado de CB). Dentro dessa perspectiva, pode-se conceber uma análise do discurso que objetive pesquisar os recursos formais utilizáveis para sinalizar a orientação (ou a profundidade) predominante do processamento (BC ou CB).

O caso de (3) ilustra um exemplo, e exemplos temos muitos. Mas faltam generalizações: por exemplo, a partir de (3) se poderia imaginar que o tópico é tipicamente processado com maior profundidade do que o restante da sentença (o comentário). Mas as coisas não devem ser tão simples: em primeiro lugar, existe uma tendência a que os tópicos sejam dados; e não se esperaria que os elementos dados sejam tipicamente processados com profundidade - afinal de contas, um elemento dado é por definição, um elemento presente muito à superfície da memória do leitor (cf. Chafe, 1976; Liberato, 1980). Logo, o mais provável é que processamento mais profundo seja característico de certos tópicos, mas não de todos eles; é possível, por exemplo, que seja característico de SNs interrogados, mas não de SNs não interrogados, ainda que estes sejam tópicos. Por outro lado, mesmo em (3), a topicalização do SN interrogado não parece ser o único fator em funcionamento, porque é possí -

vel manipular o resto da sentença de maneira a mudar o efeito. Se em vez de (3) tivéssemos

(4) Quantos animais de cada espécie foram levados para a arca de Moisés?

provavelmente a incorreção seria mais evidente.

Em outras palavras, as condições que regulam o semi-processamento são misteriosas. Voltando ainda a (3), é interessante observar que o efeito é muito forte com Moisés, mas diminui imediatamente se colocarmos, digamos, Adão no seu lugar. Por que isso? Será por causa de certa semelhança fonológica entre Noé e Moisés? Mas se em lugar de Moisés colocarmos Zoé ou Noé, novamente verificaremos que o efeito diminui. É o caso de perguntarmos: que têm em comum Noé Moisés que facilita a "passagem" sub-reptícia de um pelo outro? Vejo pelo menos dois fatores, a semelhança fonológica e a semelhança semântica (ambos são personagens de primeiro plano da Bíblia). Se essa observação for pertinente, teremos indicação de um semi-processamento operando em vários níveis simultaneamente: no caso, ao nível fonológico e ao nível semântico.

Não se trata, aqui, de procurar respostas, mas antes de apontar problemas que possam orientar uma pesquisa. Minha preocupação no momento é sugerir direções para um trabalho que faça convergir os interesses da análise do discurso e o estudo do processo da leitura fluente. Permita-me, portanto, mostrar problemas sem propor soluções. No caso em questão, a pergunta poderia ser formulada assim:

"Que relação existe entre o "status" funcional de um constituinte e a profundidade de processamento que ele tipicamente recebe?"

O exemplo citado acima considera o problema dentro do âmbito de um período. Mas a noção de tópico e comentário, assim como seus efeitos no processamento, vale também para domínios mais amplos. Acredito ter demonstrado (Perini, 1981) que o tópico de um parágrafo condiciona fortemente a interpretação dos elementos anafóricos presentes dentro de seu escopo. Concluí, naquele trabalho, que o estabelecimento de um tópico para um parágrafo tem o efeito de uma advertência ao leitor de que os elementos anafóricos do parágrafo se referem ao tópico, a menos que haja indicação explícita em contrário. Na verdade meus dados revelam que mesmo quando existe indicação em contrário (por exemplo, quando o tópico é um SN feminino e o elemento anafórico é marcado como masculino) continua havendo uma tendência muito forte dos leitores no sentido de relacionarem o anafórico com o tópico.

Temos aqui novamente o fenômeno observado em conexão com o exemplo (3): certos traços do texto são semi-processados, e a sele-

ção desses traços segue instruções derivadas da estruturação discursiva. E, tal como no exemplo (3), existe aqui o perigo de algum traço deixar de ser devidamente compreendido, pelo fato de ter sido semi-processado e de ser relativamente inesperado; conseqüentemente, nem é ele "captado" do texto através de um processamento BC, nem é corretamente sintetizado (CB). Em (3), foi o que aconteceu com a ligação de Moisés com a arca; nos textos examinados em Perini, 1981, com elementos anafóricos cujos antecedentes não eram tópicos dos respectivos parágrafos. Trata-se, em ambos os casos, manifestações da limitada capacidade do nosso mecanismo processador de textos. E novamente aqui formula-se uma pergunta dirigida ao investigador do discurso:

"Em que o tópico de um parágrafo condicione a compreensão desse parágrafo por parte dos leitores?"

ou, para sermos mais específicos,

"Que estratégias de economia de processamento são ativadas através da percepção de determinado elemento como tópico de um parágrafo (ou de uma porção maior de um texto)?"

Observe-se que meu trabalho mencionado acima foi extremamente restrito e mal arranhou a superfície da questão. Só considereí tópicos representados por sintagmas nominais; só levei em conta o efeito do tópico na interpretação de elementos anafóricos (com pronomes, advérbios como ai e lacunas anafóricas); e trabalhei com parágrafos simples, de 40 palavras aproximadamente.

#### 4. Em conclusão

No início deste artigo propus-me a tarefa de sugerir um caminho que pudesse levar a um encontro entre os interesses do especialista em leitura e os do estudioso do discurso. Minha proposta se resumiu em abordar a estruturação do discurso a partir do seguinte pressuposto: Um leitor utiliza os traços da organização de um texto para distinguir dois tipos de informação: (1) aquela cuja função é identificar a área da estrutura cognitiva onde deve ser inserida a informação eventualmente transmitida pelo texto, e (2) aquela que deve ser inserida nas estruturas cognitivas, dessa maneira alterando o sistema de conhecimentos do leitor. Uma das tarefas da análise do discurso é caracterizar os traços que distinguem as porções do texto que veiculam informação do primeiro tipo das porções que veiculam informação do segundo tipo.

## NOTAS

1. A participação do Prof. Mário A. Perini se deu graças a ajuda da FAPESP (Proc. 84/1014-0).
2. A informação pode estar "presente na memória" de mais de uma maneira; em especial, a acessibilidade da informação varia, e condiciona as possibilidades de expressão e compreensão. Assim, dado não é a mesma coisa que conhecido; ver discussão em Chafe, 1976 e em Liberato, 1980.

## REFERÊNCIAS

- CHAFE, W. (1976) "Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view", in C. Li, org., Subject and Topic, New York, Academic Press.
- LIBERATO, Y. G. (1980) Sobre a Oposição Dado/Novo, dissertação de mestrado, UFMG.
- PERINI, M. A. (1981) "Discourse topics and readability", trabalho apresentado no VI Congresso da AILA, Lund, Suécia.

Ingedore Grunfeld Villaça Koch  
(PUC-SP)

partirei da conceituação de *Linguística Textual* apresentada por Marcuschi (1983:12): "Proponho que se veja a *Linguística Textual*, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Seu tema abrange a *coesão superficial* ao nível dos constituintes linguísticos, a *coesão conceitual* ao nível semântico e cognitivo e o sistema de premissões e implicações ao nível pragmático da produção de sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a *Linguística Textual* trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a *organização linear* que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro lado, deve considerar a *organização reticulada ou tentacular*, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas."

Em primeiro lugar, devo elucidar uma questão terminológica: estou empregando *Teoria do Texto* e *Linguística Textual* como expressões sinônimas, o que nem sempre acontece (cf. Fãvero e Koch (1983)). Outro ponto a ressaltar é que, de conformidade com Beaugrande-Dressler (1981), Marcuschi (1983) e Fãvero e Koch (1983), faço distinção entre *coesão* e *coesão*, ao contrário de grande parte das autoras em *Linguística Textual*. Esta posição se justifica pelo fato de haver textos que se apresentam destituídos de coesão, mas cuja textualidade se dá no nível da coerência; por outro lado, pode ocorrer um seqüenciamento coesivo de enunciados isolados que não têm condições de formar um texto, devido à falta de coerência. Assim sendo, a coesão não é condição necessária nem suficiente para a existência do texto.

Pretendo, neste trabalho, discutir o papel da *argumentação* (tomada como sinônimo de *intencionalidade*, de *orientação discursiva*) como elemento constitutivo da textualidade. Defenderei a posição de que não se trata apenas de um fator entre outros, mas sim do fator fundamental de coesão e coerência textuais.

## 2. *Coesão e Coerência.*

2.1. Beaugrande-Dressler (1981) apresentam sete critérios ou padrões de textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitação

bilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade, que funcionariam como *princípios constitutivos* (na acepção de Searle - (1969)) da comunicação textual. Segundo elas, a coesão concerne os modos como os componentes do texto de superfície, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos, estão conectadas entre si dentro de uma seqüência (dependências gramaticais), enquanto a coerência diz respeito aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações subjacentes ao texto de superfície se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevantes. Assim a coerência não se apresenta como mero traço dos textos, mas como o resultado de processos cognitivos operantes entre os seus usuários - a simples justaposição de eventos e situações em um texto ativará operações que recobrem ou criam relações de coerência. Os autores afirmam, ainda, serem a coesão e a coerência *noções centradas no texto*, por designarem operações direcionadas para os materiais lingüísticos que o compõem. Postulam, adicionalmente, *noções centradas no usuário*, que atuam sobre a atividade de comunicação textual como um todo, envolvendo emissor e receptores. Entre estas é que mencionam a *intencionalidade*, que diz respeito à atitude do emissor do texto no sentido de que o conjunto de enunciados possa constituir um instrumental textual coesivo e coerente para concretizar as suas intenções, como, por exemplo, veicular conhecimentos ou atingir um objetivo especificando em um plano.

2.2. Marcuschi (1983), em seu esquema (provisório) de categorias textuais, para cuja construção se fundamenta em Beaugrande-Dressler, sugere quatro grupos de categorias funcionais: fatores de contextualização, de conexão seqüencial (coesão), de conexão conceitual-cognitiva (coerência) e de conexão de ações (pragmática). Considera fatores da coesão "aqueles que dão conta da estruturação da seqüência superficial do texto", afirmando não se tratar de princípios meramente sintáticos, mas sim de "uma espécie de semântica da sintaxe textual, onde se analisa como as pessoas usam os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentidos". Classifica-os em *repetidores, substituidores, seqüenciadores e moduladores*. Já a coerência é, segundo ele, o nível da conexão conceitual e da estruturação do sentido, manifestando-se, em grande parte, macro-textualmente. É a coerência que dá conta do processamento cognitivo do texto e fornece as categorias que possibilitam a análise no nível mais profundo, envolvendo os fatores que estabelecem *relações causais, pressuposições, implicações de alcances supra-frasal e o nível argumentativo*.

De acordo, ainda, com Beaugrande-Dressler, Marcuschi fez ver a necessidade, para a análise da coerência, de incorporar elemen-

tos da psicologia cognitiva e de inovar no aspecto semântico, já que ela se estabelece no âmbito de um universo textual que abrange toda a constelação de produção e recepção, contendo o texto muito mais que a soma das expressões linguísticas que o constituem, por incorporar os conhecimentos e a experiência cotidiana. Este é a razão que leva os três autores a adotarem, como mais adequada, a *semântica procedimental*, em que se distinguem dois tipos de conhecimento: o *conhecimento declarativo*, dado pelas sentenças e suas proposições, que organizamos conhecimentos de situações, eventos e fatos do mundo real; e o *conhecimento procedimental*, dado pelos fatos ou convicções num determinado formato para um uso determinado ou dado tipo de operação. A semântica procedimental opera, pois, com a interação de dois níveis de processamento do texto: *a razão e a experiência*, de modo que, na construção e compreensão de um texto, nem tudo se dá como uma seqüência de operações lógicas.

2.3. Por outro lado, conforme já mencionei, são muitos os autores que não distinguem coesão e coerência ou que fazem referência a apenas um desses dois fenômenos, a par daqueles que estudam vários de seus aspectos - como é o caso de Weinrich - sem procederem a qual-quer rotulação. Citarei alguns deles, a título de exemplificação.

2.3.1. Halliday e Hasan (1973) limitam-se ao estudo dos fatores de *coesão textual* - entendida como um conceito semântico concernente às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados componentes do texto, fazendo com que a interpretação de determinados elementos seja dependente da de outros. Segundo eles, o que possibilita o estabelecimento das relações coesivas - como também de outras relações semânticas (que, aliás, não chegam a explicitar) - é a organização do sistema linguístico em três níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e o fonológico-ortográfico (expressões): os significados são codificados como formas e estas, realizadas como expressões. Desse modo, a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente através do léxico, sendo os principais fatores de coesão textual a referência, a substituição, a elipse, a conjunção (conexão) e a coesão lexical.

2.3.2. Weinrich (1964, 1976, dentre outros) estuda determinados aspectos revelantes para a elaboração de uma *macrossintaxe do discurso*, tais como a sintaxe dos tempos verbais e a dos artigos. De acordo com a atitude comunicativa do falante, classifica os tempos verbais em dois grupos, com limites bem definidos: os do "modo comentado" e os do "modo narrado". Quanto aos artigos, mostra ser a sua distribuição um aspecto importante da estrutura signica textual, já que, do mesmo modo que os tempos verbais, são sinais que orientam o receptor na com-



preensão quer dos demais signos do texto, quer da interdependência entre eles. Embora não fale nem de coesão, e nem de coerência, tanto os tempos verbais quanto os artigos devem ser incluídos entre os elementos de coesão textual.

2.3.3. Isenberg (1968) cita treze fenômenos apenas explicáveis no âmbito da estrutura textual. Dentre eles, podem-se destacar a anáfora, a seleção do artigo, a pronominalização e o emprego de elementos pro-adverbiais, a sucessão dos tempos, a propriedade referencial dos nomes - todos estes, e nosso ver, elementos de coesão - ao lado de diversos tipos de textualização (*Vertextung*), ou seja, relações entre enunciados assindetivamente conjugados (v. g., conexão causal, conexão de motivos, interpretação diagnóstica, conexão de pressupostos, confronto, metafematização), que constituem, para nós, fatores de coerência.

2.3.4. Enquanto Harvey (1968), por exemplo, tenta determinar a coerência textual por meio das relações de substituição pronominal, Bellert (1968), por seu lado, mostra que ela é garantida, sobretudo, pela estrutura lógico-semântica dos enunciados.

2.3.5. Van Dijk (1977), postulando a existência de uma estrutura profunda textual, afirma que o falante de uma língua conhece as regras subjacentes às relações interfrásticas - anáforas, pronomes, tempos verbais, definitivização, tópico, comentário, foco, ênfase, praxe, posição, implicação, etc - sem as quais não poderia produzir textos coerentes. Também aqui encontram-se, lado a lado, elementos de coesão e elementos de coerência, além de outros tipos de categorias textuais.

### 3. A argumentatividade na língua.

3.1. Ducrot, em uma série de trabalhos (especialmente 1972, 1976, 1978, 1980), vários deles em co-autoria com Anscombre, como também Vogt (1977, 1981), sustentam que a noção de sentido de um enunciado deve ser entendida, por um lado, como função de suas combinações possíveis com outros enunciados da língua capazes de lhe dar continuidade no discurso, isto é, como função de sua orientação discursiva, do futuro discursivo que se abre no momento de sua enunciação e, por outro lado, como função das relações que o enunciado estabelece com outros pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo, ou seja, que apontam para o mesmo tipo de conclusão. Abrem-se, assim, as perspectivas para um estudo macrosintático ou semântico-argumentativo da língua, visto que se considera o ato de argumentar como ato linguístico fundamental, isto é, postula-se que a argumentatividade se encontra inscri-

ta sistematicamente no interior da própria língua.

Os autores sustentam que, considerando-se como constitutivo de um enunciado o fato de se apresentar como orientando a seqüência do discurso, é preciso admitir também que existem enunciados cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o receptor para certos tipos de conclusões, com exclusão de outras. Ao descrevê-los, faz-se necessário mostrar qual a orientação discursiva a favor da qual podem servir de argumento (embora haja conclusões que se podem tirar deles, não deduzíveis diretamente de um valor argumentativo).

*Argumentar* significa, para eles, *apresentar A em favor da conclusão C, apresentar A como devendo levar o receptor a concluir C*. Daí a necessidade de incluir, na descrição semântica das frases, as indicações relativas à sua orientação argumentativa. Evidenciando a existência, na língua, de uma série de elementos - os operadores argumentativos - responsáveis pelas relações argumentativas, postulam uma pragmática e uma retórica integradas à descrição lingüística.

3.2. A partir destas colocações, defenderei a opinião de que a argumentação constitui o fator fundamental de coesão e de coerência textual, subjacente, portanto, à maior parte dos demais. Partirei do esquema de categorias textuais apresentado por Marcuschi (1983):

*Esquema geral provisório das categorias textuais*

*I - Fatores de contextualização*

- |   |                        |   |                       |
|---|------------------------|---|-----------------------|
| { | (A) Contextualizadoras | { | 1. assinatura         |
|   |                        |   | 2. localização        |
|   |                        |   | 3. data               |
|   |                        |   | 4. elementos gráficos |

- |   |                  |   |           |
|---|------------------|---|-----------|
| { | (B) Perspectivas | { | 1. título |
|   |                  |   | 2. início |
|   |                  |   | 3. autor  |

II - Fatores de conexão sequencial (coesão)

- (A) Repetidores {
  - 1. recorrência
  - 2. paralelismo
  - 3. definitivização
  
- (B) Substituidores {
  - 1. paráfrase
  - 2. pró-formas {
    - 2a. nominais
    - 2b. verbais
    - 2c. adverbiais
    - 2d. pró-sintagmas
  - 3. pronominalização {
    - 3a. anáfora
    - 3b. catáfora
    - 3c. exófora
  - 4. elipse
  
- (C) Sequenciadores {
  - 1. tempo
  - 2. aspecto
  - 3. disjunção
  - 4. conjunção
  - 5. contrajunção
  - 6. subordinação
  - 7. tema-rema
  
- (D) Moduladores {
  - 1. entonação
  - 2. modalidades

III - Fatores de conexão conceitual-cognitiva (coerência)

- (A) Relações lógicas {
  - 1. relações causais
  - 2. pressuposições
  - 3. implicações
  - 4. argumentação
  - 5. sentidos

- |                                |                     |
|--------------------------------|---------------------|
| (B) Modelos cognitivos globais | 1. conceitos        |
|                                | 2. "frames"         |
|                                | 3. esquemas         |
|                                | 4. "scripts"        |
|                                | 5. macro-estruturas |
|                                | 6. planos           |

IV - *Fatores de conexão de ações (pragmática)*

- (A) intencionalidade: ação; atos de fala; postulados conversacionais ...
- (B) Informatividade: informação ...
- (C) Situacionalidade ...
- (D) Aceitabilidade ...
- (E) Intertextualidade ...

3.2.1. *Fatores de coesão.*

Examinando, em primeiro lugar, os fatores de coesão, verificar-se-á que a argumentatividade subjaz ao emprego de todos os repetidores, seqüenciadores e moduladores, e mesmo ao de alguns substituidores, como é o caso das pró-formas nominais.

3.2.1.1. *Repetidores.*

A) *Recorrência* - Marcuschi entende por recorrência as repetições atuais de expressões morfologicamente idênticas ao mesmo texto, mas modulados por algum outro aspecto textual. Beaugrande-Dressler salientam que a recorrência é proeminentemente usada para *asseverar e reafirmar nesse ponto de vista*, ou para exprimir surpresa diante de ocorrências que parecem conflitar com ele. Segundo Halliday e Hasan ela pode ser usada como forma de repúdio, isto é, para rejeitar algum material enunciado (ou implícito) no discurso anterior. Afirmando, ainda, que outro fator contextual elicitador da recorrência é a necessidade de se sobrepor a interrupções irrelevantes e continuar a enunciação anteriormente iniciada. Todas estas asserções vêm comprovar o valor argumentativo da recorrência.

B) *Paralelismo* - Conforme Beaugrande-Dressler, o paralelismo consiste em re-utilizar esquemas superficiais, preenchendo-os, porém, com expressões diferentes. Tem-se, assim, a recorrência de estruturas sintáticas, recurso retórico bastante conhecido.

C) *Definitividade* - Diz Marcuschi que o artícolo -

termo cunhado por Weinrich para designar um termo ou expressão introduzidos por um artigo - permite a antevisão da informação ou a sua recuperação no texto: cria expectativas e resolve-as; cria dependências e permite, assim, a coesão interna micro-estrutural do texto, estabelecendo dentro dela relações bastante estáveis. Convém acrescentar que uma expressão introduzida pelo artigo definido encerra um pressuposto existencial, donde releva o seu valor argumentativo: o emissor cria um universo textual em que o referente determinado pelo artigo ganha existência.

### 3.2.1.2. Sequenciadores.

A) *Tempo e aspecto verbal* - Weinrich, conforme se mencionou anteriormente, classifica os tempos verbais em dois grandes grupos, de acordo com a atitude do emissor em dada situação comunicativa: comentário ou relato. O emprego de cada grupo é, portanto, determinado pela intenção do emissor, pelo seu grau de engajamento em relação ao seu discurso, pelos fins que pretende atingir sendo, pois, argumentativamente determinado. O emprego metafórico dos tempos verbais (cf. Weinrich (1964), Koch (1984)) é outro recurso argumentativo de grande eficácia.

Quanto ao aspecto, tratar-se-ia, segundo Weinrich, apenas de uma questão de relevo narrativo. Discordo do autor em alguns pontos que não seria relevante discutir no momento. Acredito, porém, que o uso de dados aspectos verbais é determinado, em muitos casos, por razões de ordem argumentativa, já que as distinções aspectuais dizem respeito à maneira como o emissor organiza as situações ou eventos do universo textual uns em relação aos outros.

B) *Conjunção, disjunção, contração, subordinação* - Trata-se de relações interfrásticas (marcadas, na maioria das vezes, por operadores discursivos) em que se somam, alternam, opõem ou relacionam argumentos orientados para determinadas conclusões (cf. Koch (1984)). Levando-se em conta, no estudo dos enunciados, a atividade de enunciação, verifica-se que, em grande número de ocorrências, as relações não se estabelecem entre os enunciados efetivamente produzidos, mas entre estes e a enunciação: são as relações pragmáticas, argumentativas ou ideológicas, que não podem ser descritas apenas em termos lógicos, já que a língua tem a sua lógica própria. Como exemplos de ocorrências em que o encadeamento discursivo recai sobre o próprio ato de enunciação, poderiam citar-se:

(1) Encontrei seu marido ontem no cinema - tanto que ele estava de gravata amarela.

(2) Depois de tudo o que fiz por você - e você me trata desse jeito.

(3) Você precisa comprar um apartamento maior. Ou, talvez, uma casa bem grande.

(4) O presidente estava zangado e bastante nervoso. Mas o líder da oposição continuou firme em seu propósito.

C) *Tema-Rema* - De acordo com a "functional sentence perspective", o simples fato de se colocar determinado material no início ou no fim da oração sugere prioridades e graus de informatividade do conteúdo subjacente. Trata-se, segundo Beaugrande-Dressler, de um aspecto típico da interação entre a sintaxe, a informatividade e a situação comunicativa. Assim sendo, a tematização está intimamente ligada à intencionalidade do emissor, aos efeitos por ele visados ao produzir o enunciado. Tem-se, pois, no caso, um recurso argumentativo inscrito na própria língua, já que fatores de ordem pragmática vêm exercer interferência direta nas escolhas sintático-semânticas a serem efetuadas.

### 3.2.1.3. Moduladores.

A) *Entonação* - É, na linguagem oral, um dos mais importantes modalizadores do enunciado, através do qual o locutor revela as suas intenções, dando pistas ao receptor sobre a maneira como o enunciado deve ser entendido.

B) *Modalidades* - Na estruturação do discurso, a relação entre enunciados é, frequentemente, projetada a partir de certas relações de modalidade, donde se depreende a sua importância pragmática. Isto nos leva a considerar as modalidades como parte da atividade ilocucionária, por revelarem a atitude do emissor perante os enunciados que produz (cf. Koch (1984)). Segundo Parret (1976), elas constituem atos ilocucionários constitutivos da significação dos enunciados, sendo motivadas pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções do emissor e, como os demais atos da fala, classificáveis e convencionalizadas. É isto que leva a postular para as modalidades um caráter ilocucionário argumentativo.

### 3.2.1.4. Substituidores.

Entre os substituidores, tem-se as *pró-formas nominais*, que são substituições léxicas para o mesmo referente, funcionando como repetições. A esse mecanismo textual, Harweg (1974) denomina *múltiplo referenciamento*. Não há, no caso, uma correferencialidade estrita - a correferência se dá como intersecção de características semânticas

de vários tipos. O que vai determinar a escolha da expressão substitutiva é, evidentemente, a intenção do emissor, que seleciona, com relação ao referente, determinadas características, com exclusão de outras. O emprego de expressões definidas consiste sempre numa disjunção de propriedades, isto é, dentre todas as propriedades que caracterizam o referente, selecionam-se aquelas que devem orientar a sequência do discurso, que as tomará por argumento para levar o receptor a determinadas conclusões. A retomada de um mesmo referente por meio de pró-formas nominais diferentes é, pois, um recurso argumentativo constitutivo do sentido.

### 3.2.2. *Fatores de coerência.*

Marcuschi apresenta, de conformidade com Beauzrande-Dressler, como fatores de conexão conceitual-cognitiva (coerência), as relações lógicas e os modelos cognitivos globais. Ainda de acordo com esses autores, salienta que, enquanto o *significado* consiste na capacidade potencial de uma expressão lingüística de representar ou veicular conhecimentos ou conteúdos, o *sentido* constitui aquilo que é atualmente veiculado pelas expressões que ocorrem no texto. Assim, para que um texto seja compreensível, faz-se preciso existir uma continuidade de sentido. Essa continuidade, que é o fundamento da coerência, expressa-se através de conceitos e relações. A configuração destas, subjacente ao texto, constitui o universo textual, que pode não estar de acordo com a versão estabelecida do "mundo real", por abranger toda a constelação de produção e de recepção. É por esta razão que o texto contém muito mais do que a soma das expressões lingüísticas que o compõem. Ele incorpora, diz Marcuschi, os conhecimentos e a experiência do dia-a-dia.

Todavia, ele incorpora, também, a ideologia, isto é, a intencionalidade do emissor que vai estruturar as relações, os conhecimentos e os conteúdos segundo objetivos preestabelecidos, tendo em vista certos fins. Assim, além da *experiência* e da *razão* - os dois níveis de processamento do texto cuja interação a semântica procedimental se propõe efetuar - intervêm, ainda, o nível da *vontade*, estruturando argumentativamente esses níveis.

Segundo Schmidt (1973), para que um conjunto de enunciados venha a constituir um texto coerente, é preciso que nele seja mantida uma intenção e que esta seja reconhecível por parte dos parceiros. A reconstrução lingüística desta intenção comparece na *análise* como a estrutura em profundidade lógico-semântica, garantindo a coerência do texto e habilitando-o a constituir uma relação socialmente legitimada de atuação textual.

Beaugrande-Dressler salientam, como vimos, que a intencionalidade diz respeito à atitude do emissor do texto no sentido de que o conjunto de enunciados possa constituir um instrumental coesivo e coerente para concretizar as suas intenções.

Marcuschi, como foi mencionado, cita, como fatores de coerência, as relações lógicas (relações causais, pressuposições, implicações, argumentação e continuidade dos sentidos), ao lado dos modelos cognitivos globais (conceitos, "frames", esquemas, "scripts", planos e macro-estruturas), colocando, entre os fatores de conexão de ações, a *intencionalidade*.

Ora, se, como bem diz Marcuschi, na construção e na compreensão de um texto, nem tudo se dá como uma sequência de operações lógicas, e os fatores de conexão de ações (pragmática) não representam, em relação à coesão e à coerência, algo que se acrescenta simplesmente como outra fase, visto acharem-se presentes no momento da atualização do texto, é a intencionalidade - ou argumentação - que vai presidir ao estabelecimento quer das relações lógicas, quer das relações linguísticas de superfície entre os elementos componentes do texto, e, ainda, à organização dos conceitos e à utilização dos diversos modelos cognitivos globais. Assim sendo, ela não é, somente, um dos fatores de textualidade: é, isto sim, o integrador de todos os demais.

A partir do exposto, proponho uma complementação da definição de *Linguística Textual* apresentada por Marcuschi: ela deve ser vista como o estudo das operações linguísticas, cognitivas e argumentativas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais.



## BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- BEAUGRANDE, Robert de e DRESSLER, Wolfgang, V. (1981). Einführung in die Textlinguistik. Tübingen, Max Niemeyer.
- DIJK, Teun A van (1972). Some Aspects of Text Grammars, Paris, Mouton, The Hague.
- \_\_\_\_\_ (1978). The Porto Lectures on the Structures and Functions of Discourse. Amsterdã, Mimeo-grafado.
- DUCROT, O. (1972). Dire et ne pas dire. Trad. bras. São Paulo, Ed. Cultrix, 1977.
- DUCROT, O. e ANSCOMBRE, J. C. (1976). "L'Argumentation dans la Langue" In Langages 42, Paris, Didier-Larousse, 5-27.
- DUCROT, O. et al. (1980). Les Mots du Discours. Paris, Ed. Minuit.
- PÁVERO, Leonor L. e KOCH, Ingedore G. V. (1983). Linguística Textual: Introdução, São Paulo, Cortez Ed.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1976). Cohesion in English. Londres, Longman.
- HARWEG, Roland (1968). Pronomina und Textkonstitution. Munique, Wilhelm Fink.
- ISENBERG, Horst (1968). "Überlegungen zur Texttheory". In IHWE, Literaturwissenschaft und Linguistik: Ergebnisse und Perspektiven. Frankfurt, Athenäum Verlag, 1971, 155-172.
- KOCH, Ingedore G. V. (1984). Argumentação e Linguagem, São Paulo, Cortez, Ed.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio (1983). Linguística de Texto: o que é e como se faz. Série Debates 1, Universidade Federal de Pernambuco.
- PARRET, Hermann et al. (1976). Modalités. Langages 43, Paris, Didier-Larousse.
- SEARLE, John R. (1969). Speech Acts, Londres, Cambridge University Press.
- SCHMIDT, Siegfried J. (1973). Linguística e Teoria de Texto, Trad. bras., São Paulo, Pioneira, 1978.
- VOGT, Carlos A. (1977). O Intervalo Semântico. São Paulo, Ed. Ática.

- VOGT, Carlos A. (1980). Linguagem, Pragmática, Ideologia. São Paulo, Ed. Hóccitec/Funcamp.
- WEINRICH, Harald (1964). Tempus Besprochene und Erzählte Welt. Stuttgart, Ernst Klett, 2<sup>a</sup> ed., 1971.
- 
- (1976). Sprache in Texten. Stuttgart, Ernst Klett.

## PROBLEMAS DE TIPOLOGIA DO TEXTO NARRATIVO

Ignacio Antonio Neis

(PUC/RS e UFRGS)

1.1 - Mais difícil do que reconhecer o tipo de uma frase isolada é, sem dúvida, reconhecer o tipo de um texto, entidade complexa e sujeita a um grande número de condições comunicacionais, e empreender uma classificação da massa de todos os textos já produzidos ou a serem produzidos. O problema da tipologia textual encontra-se ainda em fase de muitas controvérsias e longe está de chegar a propostas satisfatórias. E, no entanto, não se pode abordar o problema de uma gramática textual que sirva para orientar os processos de recepção e de produção de textos, principalmente em situação de ensino/aprendizagem, sem procurar respostas para as questões referentes às tipologias textuais.

Entre as tipologias já propostas, podemos lembrar:

- as distinções entre textos factuais e textos ficcionais;
- as classificações, de acordo com as funções da linguagem propostas por Bühler, em textos predominantemente expressivos, representativos e apelativos; ou, de acordo com o modelo de funções ampliado por Jakobson, em textos emotivos, referenciais, conativos, metalinguísticos, fáticos e poéticos;

- as classificações baseadas nas estruturas lingüísticas dos textos, que nos interessam mais diretamente aqui.

1.2 - De um modo geral, no âmbito da lingüística textual, têm sido e continuam sendo enfatizados predominantemente os aspectos pragmáticos e ideológicos como elementos estruturantes do discurso. Tais aspectos são indispensáveis, fundamentais até, para quem se debruça sobre a análise de textos como produções lingüísticas de atuações sócio-comunicativas. A atuação sócio-comunicativa, entretanto, consideradas as diferentes situações pragmáticas de comunicação e as diversas funções que a linguagem possa assumir, não se concretiza sem o recurso a formas e modelos lingüísticos até certo ponto previsíveis e descritíveis, mais ou menos consagrados e mais ou menos adequados ao contexto enunciativo e à intenção dos falantes.

Nesta perspectiva, a competência comunicativa dos falantes pode ser descrita em dois níveis:

- o 1º nível compreende as dimensões estruturais e situacionais próprias à comunicação lingüística que se pretende realizar, entendendo-se por dimensão estrutural um esquema formal (independente de conteúdos) e convencional (adquirido culturalmente), esquema esse que

deve ter sido assimilado pela prática da recepção de textos de determinado tipo e na interação verbal; e por dimensão situacional o condicionamento da produção verbal pelos diferentes elementos da situação comunicativa.

- o 19 nível situa-se na seleção e uso dos meios linguísticos socialmente consagrados e adequados a determinada atuação sócio-comunicativa, na constituição de determinado tipo de texto.

Existe entre esses dois níveis ao mesmo tempo uma hierarquia (o 19 nível determinando o 29) e uma interação. Significa isso que há uma relação estreita entre o tipo de atuação sócio-comunicativa através da linguagem e o tipo de texto e de recursos linguísticos empregados.

2 - Com relação à tradicional distinção, baseada em estruturas linguísticas, entre textos descritivos, narrativos e dissertativos, deve-se dizer, sem hesitar, que tal classificação tem abrangência demasiadamente limitada, pois não dá conta de um grande número de textos que se produzem e se lêem diariamente. Com base nas marcas linguísticas, Wehrlich (1975) propôs um leque um pouco mais amplo, distinguindo cinco tipos estruturais:

- o tipo *descritivo* (que representa a disposição no espaço);
- o tipo *narrativo* (concentrado no desenrolar no tempo);
- o tipo *expositivo* (associado à análise e à síntese de representações);
- o tipo *argumentativo* (que toma posição, que se propõe debater);
- o tipo *instrutiva* (que incita a atos).

Não é propósito da presente exposição discutir esse esquema em si. Mas quer nos parecer que os tipos propostos são suscetíveis de identificação, análise e descrição, com base em elementos linguísticos superficiais caracterizadores. E não resta dúvida de que quase tudo está ainda por ser pesquisado, em língua portuguesa, no que se refere à tipificação de textos do ponto de vista linguístico, dentro de modelos que se alinhem com a linguística textual.

Relativamente ao texto argumentativo, podemos citar um estudo pioneiro em língua portuguesa, no livro de Ingedore G. V. Koch, *Argumentação e Linguagem* (1984). O que interessa ressaltar aqui é o fato de a autora, permanecendo sempre na perspectiva da pragmática, da ideologia, como categorias estruturantes do discurso, consagrar a grande parte central de sua pesquisa (p. 35 até 159) ao que ela denomina de *núcleos linguísticos da argumentação*, confirmando o pressuposto de que determinado tipo de texto, com determinada função, se caracteriza, no nível superficial, pelo uso de determinados *marcadores linguísticos*, os quais podem ser levantados e descritos de maneira sistemática.

3 - Assim, poder-se-ia propor a realização de estudos sobre o que caracteriza, do ponto de vista dos marcadores lingüísticos, outros tipos textuais. Dentro das limitações da presente exposição, elegu-se aqui apenas o texto de tipo narrativo para a discussão de questões fundamentais a serem estudadas para se chegar ao levantamento e à descrição dos marcadores lingüísticos que o caracterizam. Todos sabem de quantos estudos já foi objeto a narrativa, desde, principalmente, as propostas de Propp e dos demais formalistas russos e as correntes da análise estrutural da narrativa, até as abordagens de teóricos da lingüística textual, como Van Dijk. O que, a nosso ver, ainda está por se fazer, sobretudo em língua portuguesa, são pesquisas sistemáticas e aprofundadas sobre os marcadores lingüísticos definidores dos textos narrativos considerados na sua mais ampla variedade.

3.1 - Se a narração é a "relação verbal de um fato ou de uma seqüência de fatos" (Vigner, 1979:84), se a narrativa é "um texto referencial com temporalidade representada" (Ricardou, 1967), então um primeiro aspecto a considerar para uma tipologia é aquele que se refere ao tempo.

Essa dimensão temporal vai manifestar-se nas narrativas em três níveis, a saber:

- o tempo da *história*, aquele dentro do qual os fatos se sucedem no plano referencial; é a cronologia da história;

- o tempo da *narração*, isto é, a ordem em que os fatos são distribuídos na narrativa. Muitas narrativas contêm inversões quanto à ordem referencial dos fatos, usando-se não raramente a técnica do denominado *flash-back*, ou a volta da narrativa a fatos anteriores, através da lembrança ou da reconstituição de cenas passadas pelas personagens;

- o tempo da *instância narrativa*, que é o ponto de vista da enunciação. Esse tempo, por sua vez, pode situar-se de três maneiras diversas em relação à narrativa, caracterizando, respectivamente:

- a narração *simultânea* de fatos (mais comum em narração oral, como na transmissão de uma partida de futebol, por exemplo);

- a narração *anterior* (tipo relativamente raro);

- a narração *posterior* (o caso mais freqüente e normal).

(O romance *La Modification*, de Michel Butor, é um exemplo do uso constantemente alternado dessas três instâncias narrativas: a simultânea, a anterior e a posterior.)

O esquema de níveis da dimensão temporal, acrescido da possibilidade de diferentes combinações e alternâncias, condiciona e determina a complexidade da narração do ponto de vista de sua realização lingüística, especialmente quanto ao funcionamento do sistema verbo-temporal, do uso de advérbios, nexos e outros marcadores temporais. U-

a gramática da narrativa deve chegar a pesquisar sistematicamente, a partir de um corpus representativo de narrativas em língua portuguesa, problemas tais como:

- Quais são os tempos verbais predominantes numa narração?
- Quando se usa, normalmente, o pretérito perfeito? Quando o pretérito mais-que-perfeito? Quando o imperfeito? E qual a função e a carga semântica de cada um desses tempos?
- Em que condições se observa a passagem do pretérito perfeito para o presente narrativo? Essa passagem muda o estatuto da narrativa no plano enunciativo? Como distinguir o presente narrativo e o presente de comentário?
- Quando é empregado, para a narração de fatos, o pretérito imperfeito em lugar do pretérito perfeito?

Os inúmeros operadores temporais (*então, mais tarde, depois, a seguir, no dia seguinte, na véspera, já antes, às... horas, enfim, ao cair do sol, ao nascer do dia, enquanto, e, aí, etc.*) deveriam ser levantados, estudando-se de que modo articulam o texto narrativo no nível de frases e de parágrafos, que tipos de relações estabelecem e de que modo se relacionam com os tempos verbais. (Pode-se observar, por exemplo, o uso de *uma vez* seguido de um verbo no presente e, inversamente, o uso de *agora* seguido de um verbo no passado.) Um tal estudo demonstraria quão diferente é o inventário de conectores, de articuladores, usados em textos narrativos daqueles usados, por exemplo, em textos expositivos e argumentativos, e constituiria uma face importante na tipologia em questão.

3.2 - Um outro aspecto caracterizador da narrativa é a noção de personagens. Ora, as personagens são constituídas a partir de um certo número de signos verbais disseminados no texto, de indicações não contínuas, mas que dão ao leitor a impressão de uma personagem viva, contínua, com existência própria, unidade e coerência. As mesmas considerações, aliás, podem ser aplicadas à noção de trama narrativa. Trama e personagens só se realizam mediante uma indissolúvel implicação recíproca ao longo de todo o texto narrativo.

Há certas categorias textuais, entre aquelas que são ressaltadas pela lingüística textual, cuja importância adquire especial relevo se relacionadas com o estudo das personagens e da trama. Entre tais categorias, pode-se destacar:

- o fenômeno da *co-referência*, ou seja, o fato de cada personagem, ou outro elemento narrativo, ser identificado, ao longo da narrativa, alternadamente, por designações diferentes. És vezes em grande número. Uma personagem pode ser designada por seu prenome, por seu sobrenome, por suas relações de parentesco com outras personagens, por sua profissão, por um cognome ou apelido, por uma característica

pessoal, física ou psicológica, ou de outras maneiras; essas designações podem até ocorrer todas, alternadamente, num mesmo texto;

- a *definitivização*, que ocorre tanto em relação às personagens como em relação aos seres, objetos, lugares a elas associados durante a narrativa;

- o processo *diafórico*, ou seja, a rede de pronomes e outros elementos textuais, como certos advérbios, com os quais o autor ou o narrador se referem, no texto, às personagens, aos objetos, aos fatos citados na narrativa;

- as *preocupações e inferências* que, introduzidas no texto e relacionadas às personagens ou aos fatos relatados, são um fator básico de coerência e uma condição de continuidade da trama.

Constata-se facilmente que uma narrativa pode ter maior ou menor grau de complexidade lingüística, bem como maior ou menor grau de coerência e unidade, devido à rede de marcadores dessas categorias.

3.1 - Na narrativa, como em qualquer texto, há sempre uma voz que fala. Pelo fato de narrar, essa instância de emissão é distinta da de outros tipos textuais. Mas, além disso, de acordo com os diferentes textos narrativos, ela se manifesta de maneiras variadas: pode ser aparente ou velada, determinada ou indeterminada. De qualquer forma, deverá funcionar como fonte homogênea e contínua de signos, de modo que o leitor saiba a todo momento quem está na origem do que é dito.

A instância de enunciação varia muitas vezes no decorrer da narrativa, como quando o narrador se apaga para dar a palavra a outra personagem, através do discurso direto, através do ponto de vista das próprias personagens. Já foram bastante estudados aspectos relativos à narração, ao narrador e ao ponto de vista; mas tais estudos têm tido enfoques predominantemente estruturalistas. Pesquisas sobre marcadores lingüísticos, dentro do âmbito da lingüística textual, poderão chegar a resultados novos na caracterização de textos narrativos, se investigarem problemas tais como:

- Que tipos de textos são narrados na primeira pessoa? Que função e que implicações lingüísticas tem o uso da primeira pessoa?

- Que características distinguem textos narrativos enunciados na primeira pessoa de outros, enunciados na terceira pessoa?

- Que marcas lingüísticas denotam a passagem da instância de narração para a instância de discurso direto, para o discurso indireto, para o discurso indireto livre (tempos verbais, pessoas verbais, sinais gráficos, etc.)?

- Como se caracteriza globalmente, do ponto de vista dos marcadores lingüísticos, um texto em que predominam os diálogos, de outro texto em que há recurso mais freqüente ao discurso indireto, ou

de um texto em que há amplo uso do discurso indireto livre?

1.4 - Embora sempre seja citada como um tipo textual à parte, a descrição está presente em qualquer texto narrativo. De fato, verificamos que, se se pode conceber uma descrição sem narração, não se pode conceber uma narração sem a inclusão de elementos não narrativos. Entre esses elementos não narrativos, cumpre ressaltar dois, que, por sua vez, não podem ser confundidos entre si: a descrição e o comentário.

3.4.1 - No texto narrativo, a descrição tem suas características próprias, como o diz esta definição de Genette (1966:156): "Toda narrativa comporta, com efeito, ainda que intimamente misturadas e em proporções muito variáveis, por um lado, representações de ações e de fatos, que constituem a narração propriamente dita, e, por outro lado, representações de objetos e personagens, que constituem o que se denomina hoje de descrição."

Sendo a narração o essencial e a descrição como que subalterna, embora indispensável, será uma tarefa interessante pesquisar o conjunto de características lingüísticas que distinguem a primeira da segunda. Todo bom leitor distingue intuitivamente uma seqüência descritiva dentro de um texto, mas, muitas vezes, certos elementos descritivos inseridos e intimamente ligados à narração não são reconhecidos como funcionalmente descritivos. Importa estabelecer teoricamente, com base num corpus de textos narrativos diversos:

- Quais índices formais distinguem a descrição da narração? Alguns desses índices formais, facilmente observáveis, relacionam-se com os seguintes fatos: nas seqüências descritivas formais, há mudança no regime verbo-temporal (passagem do pretérito perfeito ao imperfeito); predomínio de enunciados de estrutura atributiva; procedimentos de enumeração; vocabulário que corresponde a uma espécie de inventário relativo aos espaços ou às personagens descritos (partes, ambientes, cores, roupas, características físicas); mas também um vocabulário mais abstrato para a descrição psicológica, de sentimentos ou de estados de espírito.

- Em que ponto da narração e de que modo é feita a passagem da narração à descrição e a volta dessa à narração? Como, numa frase de cunho narrativo, reconhecer elementos descritivos, através de seus marcadores lingüísticos?

Parece inaceitável, hoje, o que Genette, já acima citado na definição de descrição, escrevia em 1966 (p. 150): "... do ponto de vista dos modos de representação, narrar um fato e descrever um objeto são duas operações semelhantes que põem em jogo os mesmos recursos da linguagem." Para a lingüística textual, é fundamental ressaltar a função demarcativa da descrição, evidenciando suas articulações com a



narração, e os recursos lingüísticos que possibilitam e realizam tal articulação.

3.A.2 - Por outro lado, numa narração é muito comum aparecer um comentário, ou seja, uma intervenção do narrador no plano primeiro da instância narrativa, através de uma apreciação sobre personagens ou fatos. Também aqui, haverá marcadores lingüísticos que denotam o comentário, tais como:

- a mudança nos tempos verbais; por exemplo, o uso do presente com valor geral;
- o aparecimento de nexos lógicos não usuais na narração propriamente dita;
- o aparecimento de enunciados com estatuto de regras ou de princípios gerais;
- o aparecimento de índices enunciativos, tais como modalidades lógicas e apreciativas (através da escolha de certos suabstantivos, adjetivos, verbos, advérbios que implicam uma apreciação por parte do autor).

O estudo das marcas lingüísticas do comentário numa narrativa não deixa de ser problemático. Muitas vezes (como, por exemplo, na frase "João deveria trabalhar mais"), se apresentam casos bastante sérios em que é difícil determinar se o comentário pertence à instância enunciativa do narrador, ou ao ponto de vista de uma personagem.

As observações relativas à inclusão de comentários nos fazem perceber que tais intervenções por parte do narrador têm, em geral, uma função elevada, cumbo tipicamente argumentativo e, portanto, que encerram marcas lingüísticas de argumentação. Pode-se lembrar, como exemplo de texto narrativo com inclusão sistemática de elementos argumentativos, a crônica policial.

Fica evidenciado, assim, que, se o texto narrativo está indissolúvelmente ligado, por um lado, ao texto de tipo descritivo, também está, por outro lado, ligado ao texto de tipo argumentativo.

4 - Os problemas relativos à tipologia do texto narrativo não se esgotam, entretanto, com as respostas que se possam apresentar para as questões levantadas até aqui. Será necessário ir mais longe na prospecção dos campos de pesquisa a serem explorados.

4.1 - Uma vez estabelecida uma tipologia geral do texto narrativo, será desejável uma caracterização das histórias infantis do ponto de vista de sua complexidade lingüística. A importância que assume hoje a literatura infantil justifica, e as categorias acima propostas podem orientar uma tal pesquisa. Ela poderia basear-se na hipótese ampla de que as histórias infantis apresentam uma complexidade lingüística menor, devido às seguintes características:

- menor complexidade na combinação dos níveis relativos às diferentes dimensões temporais: menos inversões quanto à ordem referencial dos fatos narrados, acarretando, portanto, a ocorrência de um sistema verbo-temporal mais simples; passagens menos frequentes do pretérito perfeito para o presente narrativo;

- número menor de personagens e trama simplificada, resultando num emprego mais limitado de fenômenos de co-referenciação, num número mais reduzido de disfóricos, numa maior explicitação de fatos com a conseqüente diminuição de pressuposições e inferências implícitas no texto;

- menor recurso ao discurso indireto e, principalmente, ao discurso indireto livre;

- outros fenômenos especiais relativos ao vocabulário, como a limitação no uso de unidades lexicais, a seleção de palavras características da linguagem infantil, o uso mais freqüente de diminutivos; ou fenômenos relativos à sintaxe, como períodos menos longos, uma articulação mais simples entre frases e um uso mais reduzido de nexos.

4.2 - Por um lado, já ficou evidenciado que se pode caracterizar um texto narrativo através de um certo número de marcadores lingüísticos. A questão que se coloca agora é se seria possível estabelecer uma relação entre o tipo textual narrativo, descrito com base nos seus marcadores lingüísticos, e a função do texto ou a intenção do autor. Percebe-se sem dificuldade que uma narração pode não ter como objetivo principal o relato puro e simples de fatos, com o predomínio da função referencial da linguagem. Na realidade, inúmeras narrativas são utilizadas como textos argumentativos; ou, invertendo o ponto de vista, inúmeros textos argumentativos se apresentam sob a forma de narrativas.

Assim, não se pode confundir os dois critérios classificatórios, nem estabelecer que haja coincidência entre determinados tipos textuais e determinadas funções da linguagem, pois se trata de classificações baseadas em critérios independentes. Uma história poderá ter função predominantemente argumentativa (uma alegoria), como também poderá ter função predominantemente expressiva (um conto literário) ou referencial (um relato de viagem). Afirmamos, entretanto, a hipótese de que, mesmo nestes casos, tais funções da linguagem poderão ser identificadas na narrativa através de marcadores textuais descritíveis.

4.3 - Por outro lado, muitos problemas tipológicos se situam além do roteiro de estudos acima proposto, mesmo que se admita a classificação do texto narrativo como um tipo distinto. Dentro do próprio tipo narrativo, os textos se apresentam de formas tão variadas que se tornará necessário operar subclassificações.

Com quantos textos nos deparamos diariamente, todos eles indiscutivelmente narrativos, mas também indiscutivelmente diferentes.

entre si? Para nos darmos conta do problema, basta comparar a narração de um manual de História do Brasil ou de História da Civilização com a de uma crônica policial, ou uma reportagem com uma fábula, ou uma anedota com um conto, ou um romance com uma biografia, ou um relatório de viagem com uma informação jornalística de cunho narrativo.

Nesses casos todos, haverá sempre os elementos passíveis de generalização, que são os marcadores lingüísticos de um texto narrativo; mas haverá também elementos distintivos, no nível dos marcadores lingüísticos, que podem ser analisados e descritos. Talvez fosse pertinente adotar uma classificação geral de textos de "tipo narrativo", por um lado, e, por outro, uma subdivisão em "categorias textuais narrativas", vistas, essas "categorias", como sub-conjuntos do "tipo textual" definido anteriormente.

Tudo parece indicar que, nas pesquisas a realizar no âmbito da lingüística de texto, o veio da tipologia do texto narrativo é dos mais promissores e dos mais gratificantes.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean-Michel. *Imparfait / Passé simple. Pratiques*, Metz (10): 49-68, juin 1976.
- CHAROLLES, Michel. *Grammaire de texte: théorie du discours, narrativité*. *Pratiques*, Metz (11-12): 133-53, nov. 1976.
- GENETTE, Gérard. *Frontières du récit. Communications*, Paris, Seuil (8): 152-63, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Figures III*. Paris, Seuil, 1972.
- GÜLICH, Elisabeth & RAIBLE, Wolfgang. *Textsorten. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht*. Frankfurt, Athenäum, 1972.
- \_\_\_\_\_; NEGER, Klaus; RAIBLE, Wolfgang. *Linguistische Textanalyse. Überlegungen zur Gliederung von Texten*. Hamburg, Buske, 1974.
- HAMON, Philippe. *Qu'est-ce qu'une description? Poétique*, Paris, Seuil (12): 465-86, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Introduction à l'analyse du descriptif*. Paris, Hatte, 1981.
- HARWEG, Roland. *Prozamina und Textkonstitution*. München, Wilhelm Fink, 1968.
- KOCH, Ingedore G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez, 1984.
- MARCUSCHI, Luiz A. *Lingüística de texto: o que é e como se faz*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- PRATIQUES. *Raconter & décrire*. Metz (34), juin 1982.
- PRATIQUES. *Récit (1)*. Metz (11-12), nov. 1976.
- PRATIQUES. *Récit (2)*. Metz (14), mars 1977.

- RICARDOU, Jean. *Problèmes du nouveau roman*. Paris, Seuil, 1967.
- RIGAULT, André, ed. *La grammaire du français parlé*. Paris, Hachette, 1971.
- RÜCK, Héribert. *Linguistique textuelle et enseignement du français*. Paris, Hatier, CREDIF, 1980.
- VIGNER, Gérard. *Lire: du texte au sens*. Paris, CLE International, 1979.
- WEHLICH, E. *Typologie der Texte*. Entwurf eines linguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik. Heidelberg, 1975.
- WEINRICH, Harald. *Le temps. Le récit et le commentaire*, Paris, Seuil, 1973.

## SOCIOLINGÜÍSTICA E LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

Marco Antonio de Oliveira

(UFMG)

Introdução

Uma das questões principais em lingüística tem sido, sem dúvida, a da mudança lingüística. Este problema vem sendo estudado, há mais de dois séculos, por inúmeros lingüistas, através de dados de diferentes línguas. Mais importante, estes estudos foram capazes de mostrar que a mudança lingüística é um fenômeno governado por regras. No que se refere ao problema da mudança sonora, os estudos históricos nos forneceram descrições interessantes destes fenômenos, e identificaram processos que parecem simplificar as articulações. No entanto, os dados históricos apresentam algumas limitações, que dificultam a apreciação de alguns aspectos importantes da mudança sonora. Por exemplo, não há muito que possamos dizer, ainda, sobre a questão das causas desencadeadoras das mudanças sonoras. É evidente que a simplificação das articulações não pode ser estabelecida como sendo uma explicação causal para as mudanças sonoras: por um lado, temos o fato de que, ao lado de processos como enfraquecimento, apócope, assimilação, etc., há processos de mudança que não parecem simplificar a articulação, tais como as dissimilações, fortalecimento, etc.; e, por outro lado, temos o fato de que não se pode prever quais segmentos serão simplificados, como eles serão simplificados, quando eles serão simplificados, e em que dialeto (s) eles serão simplificados. Conforme escreve Bloomfield (1933:385),

"...nenhum estudioso conseguiu estabelecer uma correlação entre mudança sonora e qualquer fenômeno antecedente: as causas da mudança sonora são desconhecidas..."

Problemas como este decorrem das próprias limitações dos dados históricos. Af, nós dependemos principalmente de dados escritos, que refletem apenas aproximadamente a língua falada e, mesmo assim, a das classes cultas. Além do mais, esses dados escritos são de natureza fonêmica, e trazem muito pouca informação sobre detalhes fonéticos. Finalmente, os dados escritos nos mostram apenas o input e o output de uma mudança; eles não nos permitem apreciar os passos intermediários entre os dois estágios e, assim sendo, sabemos muito pouco sobre a rota utilizada por uma mudança sonora. Tudo isto nos permite dizer, com Labov, que a Lingüística Histórica é uma arte, a arte de se fazer bom uso de dados deficientes.

Nas análises sincrônicas, por outro lado, encontramos problemas de outra natureza. Tanto no estruturalismo quanto no gerativismo há uma tendência generalizada de se remover da argumentação lingüística qualquer consideração sobre geografia dialetal, antropologia cultural e ... a própria fala. Alguns lingüistas advogaram, com bastante ênfase, em favor desta postura nos estudos históricos. Por exemplo, Kurylowicz (1964:11), discutindo a questão das explicações para as mudanças lingüísticas, escreve:

"...o campo da explicação lingüística no sentido literal deve ser circunscrito pelo aspecto lingüístico da mudança em questão, i.e., pelo estado real do sistema antes e depois da mudança."

Na Gramática Gerativa Transformacional temos um outro ingrediente nesta questão, que é o da seleção de dados. Aqui, o julgamento introspectivo dos falantes - e, portanto, dos lingüistas - aparece como sendo o critério decisivo para a seleção dos dados para uma gramática. Sem entrarmos no mérito desta posição, parece-nos claro que ela é totalmente inoperante quando se trata do estudo da mudança lingüística, para a qual não temos nenhuma intuição. Assim, na Gramática Gerativa Transformacional a questão da mudança é tratada da maneira sugerida por Kurylowicz, i.e. sem se levar em conta os fatores não-estruturais que produziram os dados de estágios sucessivos da língua.

Labov (1974) sugere uma mudança de direção na abordagem dos problemas de lingüística histórica: a de que eles podem ser resolvidos somente se nós nos dispusermos a utilizar princípios gerais formulados a partir da pesquisa em fonética e em sociolingüística. De fato, se trabalharmos com dados extraídos de comunidades de fala às quais podemos ter acesso, nós poderemos nos equipar melhor para lidar com os aspectos recalcitrantes da mudança lingüística: nós poderemos contar com a quantidade de informação que quisermos sobre os detalhes estruturais de uma mudança lingüística, bem como sobre a organização da sociedade na qual a língua é falada. Estes dois tipos de informação, cobetados sobre dados do presente, podem nos ajudar a entender problemas do passado. A relevância dos fatores sociais na questão da mudança lingüística tem sido acentuada por uma considerável parte da literatura em socio-lingüística. E estes mesmos estudos apresentam ainda análises detalhadas dos aspectos estruturais de mudanças lingüísticas em progresso, o que permitiu um melhor entendimento de muitos problemas históricos, tais como o da mudança sonora regular vz difusão lexical (cf. Labov, 1981), e o da irreversibilidade das fusões (cf. Labov, 1974; Nunberg, 1975; Labov, Yeager & Steiner, 1972), para citar apenas dois. E é exa-

tamente em termos estruturais que passo a abordar um problema diacrônico que, em minha opinião, pode ser resolvido se considerarmos um caso de variação lingüística do português coloquial brasileiro.

### A Questão Diacrônica

Embora o português seja uma língua cuja história é bem documentada, ainda há numerosos pontos de controvérsia envolvendo a explicação de alguns fatos históricos. Um destes pontos se refere ao desenvolvimento das formas verbais de Terceira Pessoa do Plural (daqui em diante 3PP) do Perfeito do Indicativo, a partir de suas fontes latinas. Tomemos como exemplo, a forma amaram. Esta forma, que termina num ditongo nasal ôtono, [-ãũ], tem como seu correspondente latino a forma ama(ve)runt. De acordo com os desenvolvimentos fonéticos ocorridos do latim vulgar para o português, a forma ama(ve)runt se desenvolve em amarom que é, na verdade, a forma do português arcaico:

(1) ama(ve)runt > amarun > amaron > [v'marõ]

Contudo, no português moderno encontramos um [-ãũ] final, e não um (-õ) final. Assim sendo, podemos nos perguntar aqui qual seria a origem deste ditongo nasal final ôtono na 3PP do Perfeito do Indicativo no português padrão moderno.

Se examinarmos a literatura sobre esta questão encontramos pelo menos duas análises diferentes para o problema:

A) Alguns estudiosos, como Bourcier e Meyer-Lübke (apud Coutinho, 1969) afirmam que formas como amaram, em vez de amarom, são criações analógicas, cujo modelo é a 3PP do Imperfeito do Indicativo:

(2) amabant > amavam > [v'mavãũ].

B) Outros estudiosos, como Nascentes (1960) e Coutinho (1969), afirmam que as terminações verbais -am e -om fundiram-se no português do século XV.

No caso da análise B podemos pensar em dois desenvolvimentos alternativos. Primeiro, poderemos dizer que -am e -om eram ambos pronunciados como [-ã] que, mais tarde, ditongou-se em [-ãũ]. Segundo, poderemos dizer que [-ã] e [-õ] fundiram-se em [-ãũ], por ditongação, sem um estágio anterior de fusão em [-ã].

Fato é que em textos portugueses do século XV podemos encontrar a mesma forma verbal grafada de duas maneiras diferentes, ora com um -om final, ora com um -am final. Por exemplo, na Crônica do Condestabre (apud Leite de Vasconcelos, 1922) encontramos:

E este Arcebispo dom Gonçallo Pereyra ouue hum  
filho a que chamarom dom frey Aluaro Gonçalles  
Pereyra...

e também

...dō Nuno Alurez Pereyra, do qual he a estoria,  
filho de outra madre, a qual chamaram Eyrea Gon-  
çalvez do Carualhal...

Exemplos como este poderiam ser multiplicados ad nauseam. Mas a questão fundamental ainda é a mesma: isto prova que -am e -om finais átonos fundiram-se no português do século XV?

Aqueles que preferem a análise B, baseada na fusão de -om e -am finais, certamente gostarão de saber que mais ou menos na mesma época os -am's finais acentuados, independentemente de sua origem, rimavam entre si. Ou seja:

(a) -am (ou -ão), do latim -anu- e -adunt, rima com -am (ou -om), do latim -one-, -on, -un, etc.

Exemplos:

vilaão - coraçam ; vilão - nam ; vaão - coraçam ; vam - nam.

(b) -am (ou -ão), do latim -anu- e -adunt, rima com -am (ou -ã), do latim -ane-, -ant, etc.

Exemplos:

veram - capitam ; mão - Joham

(c) -am (ou -om), do latim -one-, -on, -un, etc., rima com -am (ou -ã), do latim -ane-, -ant, etc.

Exemplos:

trazam - Joham ; repartizam - dam

(Apud Leite de Vasconcelos, 1956:131-5)

Estes exemplos mostram, de maneira irrefutável, que os -am's finais acentuados, juntamente com suas variantes gráficas, eram pronunciados como [-'ɐw]. Estes fatos poderiam sugerir algo parecido no caso de -am e -om finais átonos, ou seja, eles apontariam na direção da análise B. Contudo, conforme procurarei mostrar adiante, se levarmos em conta alguns fatos do português coloquial brasileiro, somente a análise A permanece.

Concordância Sujeito-Verbo: Um Fenômeno Variável no Português coloquial Brasileiro.

Na modalidade padrão do português um verbo deve concordar com seu sujeito em Pessoa e Número. Mas no português coloquial brasileiro esta concordância é variável. O que acontece é que sujeitos no plural



são frequentemente seguidos de formas verbais na terceira pessoa do singular (3PS). Por exemplo, ao lado de (3) e (4):

(3) Nós falamos.

(4) Eles falam.

encontramos também construções não-padrão como (5) e (6):

(5) Nós fala.

(6) Eles fala.

Vou limitar a discussão, aqui, às formas de 3PP.

Muito já se escreveu sobre este processo variável do português brasileiro. Uma das análises mais importantes a respeito do assunto foi apresentada por Naro & Lemle (1976), onde a regra de concordância é tratada como uma regra sintática variável que, por vezes, deixa de ser aplicada. Naro & Lemle mostram também que esta regra variável é condicionada por fatores estruturais e não estruturais. E há um ponto da análise de Naro & Lemle que merece ser destacado aqui. Conforme estes autores mostram em sua análise quantitativa do problema, a Concordância Sujeito-Verbo (daqui em diante CSV) tem menos probabilidade de se aplicar, na 3PP, exatamente naquelas formas verbais cujas diferenças com a 3PS são mínimas.

De seja, Naro & Lemle mostram que a frequência de ocorrência de formas como eles fala, em lugar da forma padrão eles falam, é maior do que a frequência de ocorrência de formas como eles fez, em lugar da forma padrão eles fizeram. De fato, oposições como fala/falam, que constituem sua classe morfológica R, apresentam uma frequência substancialmente maior de neutralização entre o singular e plural do que as outras classes morfológicas. Na classe morfológica R a oposição entre a 3PS e a 3PP se faz em termos de uma vogal final oral átona versus um ditongo nasal final átono, enquanto que nas outras classes morfológicas encontramos diferenças adicionais entre as formas do singular e as do plural. Em (7) podemos ver a gradação das diferenças entre o singular e o plural nas várias classes morfológicas propostas por Naro & Lemle:

(7)	<u>Classe Morfológica</u>	<u>Oposição Singular/Plural</u>
	R	fala/falam: acentuação na raiz; nasalização da vogal final não-acentuada (= ditongação)
	V	faz/fazem: acentuação na raiz; presença ou ausência de vogal final nasal não-acentuada.

K	falou/falaram: acentuação na <u>ter</u> minação; desinências <u>completamen</u> te distintas.
F	fez/fizeram: como na classe E, mas incluindo alguma irregulari- dade.
W	é/são: monossílabos; formas com- pletamente diferentes.
L	dá/dão: monossílabos como em W, mas regulares como em K.

Para dar conta das diferenças na frequência de neutralizações entre o singular e o plural nas várias classes morfológicas Naro & Lemle apresentam um princípio explicativo, que é chamado Princípio da Saliência Fônica. Segundo este princípio,

"...agreement is less probable precisely in those forms where its absence would be least salient."

Portanto, caso a CSV deixe de se aplicar, o verbo fica na forma não-marcada, i.e., na 3PS. O Princípio da Saliência Fônica é, sem dúvida, um princípio altamente anti-funcional, e é difícil imaginar que as pessoas obliterem oposições exatamente nos casos em que aquilo que está sendo omitido é a única marca para a diferença entre formas do singular e formas do plural.

Guy (1978) oferece uma abordagem diferente para este problema, onde não se utiliza nenhum princípio baseado na saliência fônica. Guy pretende analisar não só o problema da CSV mas também a concordância entre os elementos de uma frase nominal em português. Na verdade, o que Guy pretende é uma análise geral da regra variável de concordância de número, tanto na frase nominal quanto entre o sujeito e o verbo.

Conforme Guy demonstra em seu artigo, há pelo menos dois modos possíveis de se analisar a neutralização da oposição entre 3PP e 3PS nas formas verbais. Consideremos alguns exemplos de Guy:

- (8) a- Ela fala português (exemplo (3) de Guy)  
 b- Elas falam português (exemplo (4) de Guy)

A primeira alternativa mencionada por Guy é postular-se uma regra fonológica "low level" que elimine os traços que marcam pluralidade. No caso dos verbos isto poderia ser representado pela regra (9) (= regra

(8) de Guy)

(9) [+ nasal] < - nasal >  $\left( \frac{\quad}{[- \text{acento}]} \right)^{**}$

A aplicação da regra (9) numa forma como falam ['falãw] produziria fa la ['falɹ]. E, de acordo com o texto de Guy, a regra (9) pode ser mo-  
tivada independentemente no português do Brasil: além das pronúncias  
padrão em (10a) encontramos também as pronúncias não-padrão em (10b)

(10)

a	b
homem ['ômey]	'homi' ['ômi]
benção ['bês'w]	'bença' ['bêsɹ]

além de mais alguns casos<sup>1</sup>.

A segunda alternativa oferecida por Guy é em termos de uma re-  
gra sintática variável de CSV. Neste caso, uma forma como elas fala se-  
ria resultante da não-aplicação da regra de CSV, ficando o verbo, pois,  
na forma não marcada. E, conforme afirma Guy, temos que postular a ex-  
istência de tal regra, uma vez que nenhuma regra fonológica seria ca-  
paz de produzir as formas não-padrão de (11a) como sendo derivadas da  
forma padrão em (11b)

(11)

a	b
Elas <u>diz</u> ['Yis]	Elas <u>dizem</u> ['Yizey]
Elas <u>fez</u> [fes]	Elas <u>fizeram</u> [fi'zɹw]

A aplicação de uma regra fonológica variável nas formas de (11b) teria  
produzido as formas desnasalizadas não-padrão de (11c) que são, não  
obstante, reconhecidas como formas de plural, uma vez que elas são di-  
ferentes das formas do singular

(11c) Elas dizê ['Yizi]  
Elas fizeru [fi'zɹu]

Uma vez que as formas de (11a), (11b) e (11c) são formas que ocorrem  
no português brasileiro falado, Guy propõe que

"...both a variable syntactic and a variable  
phonological rule will be required, even though  
this may necessitate using more symbols in  
our grammar"

Conforme podemos observar, a proposta de Guy nos fornece uma explica-  
ção alternativa para a maior incidência de neutralizações entre 3PP e a

JPS na classe morfológica R de Naro & Lemle: é que, nas formas verbais desta classe morfológica, tanto a não-aplicação de regra sintática variável de CSV quanto a aplicação da regra fonológica variável de desnasalização irão produzir a mesma forma de superfície. Por exemplo

- |      |  |                                |
|------|--|--------------------------------|
| (12) | a- Plural Padrão   | Elas <u>falam</u> [ 'fal P ũ ] |
|      | b- não aplicação da regra de CSV                         | Elas <u>fala</u> [ 'fal P ]    |
|      | c- aplicação da regra de desnasalização à forma de (12a) | Elas <u>fala</u> [ 'fal P ]    |

Como se pode ver, uma forma de superfície como "elas fala" tem duas de rivações diferentes. E, de acordo com esta análise, poder-se-ia avançar um pouco mais e dizer que há no português brasileiro uma mudança sintática (a regra de CSV) implementada por uma regra fonológica variável (a desnasalização).

Embora a análise de Guy pareça bastante convincente, ela apresenta problemas. O problema principal desta análise é a regra de desnasalização. Esta regra, de acordo com o texto de Guy, se aplica tanto a falam [ 'fal P ũ ], produzindo fala [ 'fal P ], quanto a fizeram [ fi'zɛr P ũ ], produzindo "fizeru" [ fi'zɛru ] (cf. exemplos (11) e (12) do texto de Guy). Mas há dois problemas aqui. Primeiro, não há nenhum modo de se derivar a forma "fizeru" [ fi'zɛru ], que também ocorre como forma plural não-padrão. Segundo, às vezes o [- P ũ ] final passa a [- P ], como em falam/fala, e às vezes ele passa a [- u ], como em fizeram/fizeru. O segundo problema é o do conhecimento de Guy, que escreve o seguinte em sua nota 4:

"The actual phonetic realization of these vowels depends on a number of phonological processes besides nasalization. Hence differences in vowel quality accompany denasalization. However this is immaterial to the issues raised here."

Contudo, não penso que isso seja "immaterial". Pelo contrário, este é um problema que deve ser enfrentado. Convém notar que não se pode atribuir as diferenças de qualidade vocálica a segmentos precedentes. Por exemplo, não se pode dizer que o [- P ũ ] final passa a [- u ] quando precedido por /r/ se, por um lado, a regra de desnasalização de Guy leva fizeram a "fizeru", por outro lado ela não pode levar choram a "choru", uma vez que a variante de eles choram é eles chora, e não eles choru.

Na verdade a situação é bastante simples em suas linhas gerais: na 3ª P do Perfeito do Indicativo encontramos, além da forma padrão

terminada em [- $\bar{v}\bar{w}$ ], duas outras variantes, uma em [- $\bar{u}$ ] e outra em [- $\bar{u}$ ], mas nenhuma variante terminada em [- $\bar{v}$ ], como em (13)

(13)

<u>Padrão</u>	<u>Não-Padrão</u>		<u>Não-ocorrentes</u>
Eles <u>fizeram</u>	'fizerum'	'fizeru'	Fizera
[ $\bar{v}\bar{w}$ ]	[ $\bar{u}$ ]	[ $\bar{u}$ ]	[ $\bar{v}$ ]

Enquanto que no Presente e no Imperfeito do Indicativo encontramos, além da forma padrão terminada em [- $\bar{v}\bar{w}$ ], uma variante terminada em [- $\bar{v}$ ], mas nenhuma variante terminada em [- $\bar{u}$ ] ou [- $\bar{u}$ ], como em (14)

(14)

<u>Padrão</u>	<u>Não-Padrão</u>	<u>Não-ocorrente</u>	
Eles <u>falam</u>	Fala	'falum'	'falu'
Falavam	Falava	'Falavum'	'Falavu'
[ $\bar{v}\bar{w}$ ]	[ $\bar{v}$ ]	[ $\bar{u}$ ]	[ $\bar{u}$ ]

Temos agora dois problemas: o problema diacrônico da origem das formas de 3PP do Perfeito do Indicativo, e o problema sincrônico da explicação da variação encontrada na 3PP nas formas verbais. O problema sincrônico tem, na verdade, dois aspectos distintos: Primeiro, a maior incidência de neutralizações entre a 3PP e a 3PS em posições do tipo falam/fala, comem/come, etc, e, segundo, o fato de a terminação padrão -am, de 3PP, variar ora com '-u(m)', ora com -a. Minha proposta é a de que os problemas diacrônico e sincrônico estão interligados, e a solução, de ambos é, basicamente, a mesma.

#### Os Problemas Sincrônico e Diacrônico Reconsiderados

Suponhamos que a regra de desnasalização proposta por Guy atinja as formas de 3PP do Presente e Imperfeito do Indicativo, mas não as formas de 3PP do Perfeito do Indicativo. Isto nos garantiria a derivação das formas não-padrão terminadas em [- $\bar{v}$ ], na 3PP do Presente e do Imperfeito, a partir de [- $\bar{v}\bar{w}$ ], bloqueando a derivação de formas não padrão em [- $\bar{u}$ ] ~ [- $\bar{u}$ ] a partir de [- $\bar{v}\bar{w}$ ]. Evidentemente esta regra não poderia ser uma regra estritamente fonológica, uma vez que não há nenhuma diferença fonológica entre [- $\bar{v}\bar{w}$ ]'s do Perfeito e [- $\bar{v}\bar{w}$ ]'s do Presente e do Imperfeito. Teríamos, pois, uma regra morfofonêmica, que teria que fazer referência ao tempo verbal. Isto, por si só, já seria bastante suspeito: não há nenhum motivo para que um processo fonético ordinário seja controlado por categorias verbais. Além disso, teríamos que postular uma segunda regra de desnasalização, para derivar as formas não-padrão em [- $\bar{u}$ ] do Perfeito a partir de [- $\bar{v}\bar{w}$ ]. E, mes-

no assim, ainda não seria possível, dentro da proposta de Guy, derivar-se as formas não-padrão em [-ũ], da 3PP do Perfeito, em casos como 'fizerum', 'forum' etc. Tudo isto nos mostra que uma análise que faça uso de uma regra sincrônica de desnasalização é, na verdade, bastante problemática.

Minha hipótese aqui é a de que não há nenhuma regra sincrônica de desnasalização operando sobre [-ẽũ]. Assim sendo, passo a apresentar uma outra análise para os fatos abordados aqui.

Primeiramente, parece claro que o que foi discutido até aqui invalida totalmente a proposta de que as terminações verbais -am e -om tenham se fundido no português do século XV (cf. proposta B, seção 1). Se [-ẽ] e [-õ] tivessem se fundido em [-ẽũ], então todos os [-ẽũ]'s independentemente de sua origem, deveriam estar em variação ou com [-ẽ] ou com [-ã], mas não com ambos. Mas, como vimos, não é isso o que acontece, e há variação em ambas as direções. Tudo isto me leva a supor que algo deva ter ocorrido com as formas em [-õ] da 3PP do Perfeito do Indicativo, antes do surgimento das formas correspondentes em [-ẽũ]. Na verdade, minha hipótese mais geral é a de que certos processos fonológicos afetaram as vogais nasais tônicas finais do português arcaico, alguns delas com um caráter categórico e outros com um caráter variável. Os processos são a ditongação, o alçamento e a desnasalização, começando por este último:

Desnasalização: as vogais nasais tônicas finais do português arcaico, [-õ] (<-unt>), [-ẽ] (<-ent>) e [-ẽ] (<-ib|ant>), sofreram o processo de desnasalização representado por (15)

$$(15) \begin{bmatrix} +\text{silábico} \\ +\text{nasal} \end{bmatrix} \rightarrow \langle \text{-nasal} \rangle / \frac{\quad}{[-\text{acento}]} \# \#$$

que acabou criando a variação representada por (16)

$$(16) \begin{array}{l} [-õ] \sim [-o] \\ [-ẽ] \sim [-e] \\ [-ẽ] \sim [-ẽ] \end{array}$$

Ditongação: no estágio representado por (16) ocorreu a ditongação, que podemos representar por (17)

$$\beta \rightarrow \begin{bmatrix} -\text{silábico} \\ -\text{consonant.} \\ +\text{alto} \\ \alpha \text{ arredond.} \\ +\text{nasal} \end{bmatrix} / \begin{bmatrix} +\text{silábico} \\ +\text{nasal} \\ -\text{arredond.} \\ -\text{acento} \\ -\alpha \text{ anterior} \end{bmatrix} \# \#$$

ficando a situação representada em (16) alterada para (16')

$$(16') \quad \begin{array}{l} [-\tilde{o}] \sim [-o] \\ [-\tilde{e}\tilde{y}] \sim [-e] \\ [-\tilde{e}\tilde{w}] \sim [-\tilde{e}] \end{array}$$

Alçamento: No estágio representado por (16') ocorreu um processo bastante difundido no português, o alçamento de vogais médias pós-tônicas que podemos representar por (18)

$$(18) \quad \begin{array}{l} [+silábico] \\ -alto \\ -baixo \end{array} \rightarrow \begin{array}{l} [+alto] \\ / \\ [-acento] \end{array} \# \#$$

Alterando o quadro de (16') para (16'')

$$(16'') \quad \begin{array}{l} [-\tilde{u}] \sim [-u] \\ [-\tilde{e}\tilde{y}] \sim [-i] \\ [-\tilde{e}\tilde{w}] \sim [-\tilde{e}] \end{array}$$

O estágio (16''), que reflete parte da variação encontrada na 3PP das formas verbais (excetuando-se, é claro, as formas resultantes da não aplicação da regra variável de CSV), é um resíduo histórico refletido na variação sincrônica do português do Brasil. Em outras palavras, variação entre [- $\tilde{u}$ ] e [-u] na 3PP do Perfeito do Indicativo, a variação entre [- $\tilde{e}\tilde{y}$ ] e [-i] na 3PP do Presente do Indicativo dos verbos de 2ª e 3ª conjugações, bem como alguns casos de variação entre [- $\tilde{e}\tilde{w}$ ] e [- $\tilde{e}$ ] na 3PP do Imperfeito e do Presente do Indicativo nos verbos da 1ª conjugação, não devem ser atribuídos a uma regra sincrônica variável de desnasalização. Estes casos de variação estão presentes na língua há muitos séculos.

Em função do que foi exposto, podemos estabelecer os seguintes pontos:

- 1º - O [- $\tilde{e}\tilde{w}$ ] da 3PP do Perfeito do Indicativo é, pois, uma criação analógica, baseada nas formas padrão do morfema de 3PP no paradigma verbal do português. A evolução fonética histórica teria produzido uma forma em [- $\tilde{u}$ ] ou [- $\tilde{o}$ ], como acontece em espanhol, onde temos amaron, vendieron, partieron.
- 2º - Não temos necessidade de postular nenhuma regra sincrônica de desnasalização, que transforme ditongos nasais em monotongos orais em posição final átona. Com isso não temos que arranjar explicações ad hoc para o fato de algumas vezes o [- $\tilde{e}\tilde{w}$ ] estar em variação com [-u] e outras vezes com [- $\tilde{e}$ ].

37 - O fator fonológico precede o fator sintático. Não temos aqui na da que evidencie que haja uma mudança sintática (a regra de CSV) implementada por uma regra fonológica posterior a ela. Grafias como rricone, para rico homem, encontradas em textos arcaicos, mostram que a desnasalização é um processo de muitos séculos atrás.

49 - Torna-se possível entender-se a razão pela qual a classe morfológica R de Naro & Lemle apresenta uma frequência maior de neutralizações entre a 3PF e a 3PS, sem qualquer recurso ao princípio da saliência fônica ou a uma regra fonológica problemática de desnasalização. O que esta análise prediz é que a classe morfológica R apresenta mais casos de neutralização entre a 3PF e a 3PS porque, além do efeito da não aplicação da regra variável de CSV, formas não padrão terminadas num monotongo oral âtono coexistem com formas padrão em  $[-\bar{e}\bar{w}]$  há muito tempo no português.

#### N O T A

1. Os outros casos semelhantes aos listados em (10) não são todos da mesma natureza. Os exemplos paralelos a homem, como garagem, folhagem, paisagem, etc., admitem, todos eles uma variante com um  $[-i]$  final. No entanto, os exemplos paralelos a benção, apresentam variantes ora com um  $[-\bar{e}]$  final, como em  $['b\bar{e}s\bar{e}]$ , e ora com um  $[-u]$  final, como em órgão e órfão. Na verdade, esta evidência independente para se motivar uma regra sincrônica de desnasalização é fraca, uma vez que seu escopo é muito reduzido. Além de benção, órgão e órfão temos apenas mais umas poucas palavras como sôtão e acórdão. Ou seja, uma pequena lista não justificaria uma regra mais geral. E mesmo que se insistisse nesta regra, como explicar que haja variantes em  $[-\bar{e}]$  e em  $[-u]$  ?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOOMFIELD, L., 1933: Language. New York: Henry Holt.
- COUTINHO, I. L., 1969: Gramática Histórica. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- GUY, G. R., 1978: "Locating variation in the grammar". Philadelphia: texto inédito.
- KURYLOWICZ, J., 1964: "On the methods of internal reconstruction" in H. G. Lunt (org.), Proceedings of the Ninth International Congress of Linguists. The Hague: Mouton, 9-31.
- LABOV, W., 1974: "On the use of the present to explain the past". in, Proceedings of the Eleventh International Congress of Linguists. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 825-51.
- LABOV, W., 1981: "Resolving the neogrammarians controversy". in, Language 57, vol. 2, 267-308.
- LABOV, W., M. Yaeger, and R. Steiner, 1972: A Quantitative Study of Sound Change in Progress. Philadelphia: U. S. Regional Survey.
- LEITE DE VASCONCELOS, J., 1922: Textos Arcaicos. Lisboa.
- LEITE DE VASCONCELOS, J., 1966: Lições de Filologia Portuguesa. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 131-6.
- NARO, A. J. & M. Leale, 1976: "Syntactic Diffusion". in, Papers from the Parasession on Diachronic Syntax, CLS, 221-40.
- NASCENTES, A., 1960: O Idioma Nacional. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- NUNBERG, G., 1975: "A falsely reported merger in eighteenth Century English". in, PWPLCV, vol. 1, nº 2, Philadelphia.

## A FÊNIX FINALMENTE RENASCIDA

Fernando Tarallo

(UNICAMP e PUC-SP)

Segundo as lendas antigas, havia uma ave fabulosa que vi-  
veu muitos séculos no meio dos desertos da Arábia. Diz-se que, ao sen-  
tir avizinhar-se a morte, construía um ninho de plantas aromáticas no  
qual se deitava. Os raios solares incendiavam este ninho e nesse fogo  
ela se deixava consumir. Da medula de seus ossos nascia então um verme  
que se transformava em outra ave, da mesma espécie. O nome desta ave,  
renascida das próprias cinzas é diacrônica, - desculpem! -, fênix.

Durante muitos anos a fênix diacrônica morreu e renasceu,  
repetidamente e repetidas vezes, em cada uma das evoluções lingüísti-  
cas marcadas nos livros de gramática histórica, reflexo do compêndio  
dos tempos. Assim, persicum morreu e pêssego renasceu em português; as-  
sim também ego desapareceu e a forma eu ressurgiu das cinzas. As vogais  
médias anteriores e posteriores breves do latim ditongaram em francês  
(eg. piéd), espanhol (eg. fuego) e em italiano (eg. nuovo), mas conti-  
nuaram monotongos em português (eg. pê; fogo; novô). E assim por dian-  
te, sempre das cinzas do passado para a nova forma do presente!

Preocupações de outra ordem na lingüística começaram a en-  
fraquecer os estudos filológicos. Em sua substituição surge uma fênix  
com propostas novas no cantão suíço-francês: a diacrônica como contra-  
ponto à sincronia; uma articulação teórico-analítica considerada de ab-  
soluta necessidade para o estudo da mudança lingüística. Os neogramáti-  
cos então, e seus sólidos princípios sobre a regularidade da mudança  
fonológica (Osthoff e Brugmann: 1878) ainda não haviam sido rigidamen-  
te questionados, ou apenas estavam começando a ser (Jespersen: 1924),  
mas nenhuma tentativa definitiva havia sido feita para os preparativos  
de seu funeral (Wang: 1969; Robinson: 1975). Os neogramáticos passam,  
por conseguinte, a orientar todo o pensamento estruturalista da primei-  
ra metade do século XX, e a diacronia continua, conseqüentemente, a ter  
simplesmente o caráter e a função de "isto passou a aquilo"; destas cin-  
zas renascem as seguintes formas: tudo aquilo que não se encaixasse den-  
tro desta fórmula seria forçosamente explicado como analogia ou empré-  
timo lingüístico.

Com a chegada de Chomsky, a fênix falece sem qualquer possibilidade de continuar seu mito: nenhum raio solar incendia as plantas aromáticas, ou talvez, neste momento do pensamento lingüístico, as plantas nem mesmo aromáticas fossem. Como decorrência, a diacronia é totalmente abandonada (excetue-se aqui Lightfoot, 1979) e, apesar de a análise ser baseada em intuições que têm uma pretensão acrônica (ie. universal, atemporal), ela fica irremediavelmente marcada pela temporalidade do corte sincrônico realizado.

Conseqüentemente, a força e o poder de descrição e de explicabilidade da teoria chomskiana são sempre projetados para o futuro, nunca para o passado. Este futuro é, no entanto, fantasmagórico, pois é hipotetizado, não-realizado. Formula-se, portanto, uma teoria hoje, neste momento, cuja sustentação se mede através de uma bola de cristal. O fantasma diacrônico (e questione-se aqui a noção de "fantasma", pois ele é um morto-vivo presente em nosso desempenho lingüístico) nunca é invocado. Ao contrário, a gramática deve ser universal e pancrônica. Ao retomar o caráter básico do problema enfrentado pela lingüística gerativa, Chomsky (1982, p. 3) nos lembra que:

A teoria da gramática universal deve satisfazer duas condições óbvias. De um lado, ela deve ser compatível com a diversidade de gramáticas existentes (e possíveis). Ao mesmo tempo, a gramática universal deve ser suficientemente condicionada e restritiva nas opções que ela permite de tal maneira a justificar o fato que cada uma dessas gramáticas se desenvolve na mente com base em evidência bastante limitada.

(minha tradução)

A ambição por regularidades da língua e da gramática é natural em lingüistas e, certamente, o propósito central de Chomsky é o de formalizar um conjunto de regras de língua que governará não somente aquilo que pode ser encontrado em qualquer corpus, como também tudo aquilo que puder ser acrescentado a ele, sem, contudo, causar dificuldades para seu reconhecimento como o mesmo sistema lingüístico original. Dentro desta linha de pesquisa o objetivo do lingüista deveria ser, portanto, estudar algo infinito, esotérico, sem tempo e sem espaço. Conseqüentemente, a língua é homogênea, e o sistema lingüístico seria disfuncional caso não fosse caracterizado pela homogeneidade.

Em 1968 Weinreich, Labov e Herzog publicaram um artigo, a-

gora clássico, a favor da possibilidade de se sistematizar o "caos" da variação lingüística, propondo, por exclusão, que homogeneidade e diafuncionalidade se equacionem. Além destas implicações para a análise lingüística sincrônica, o trabalho propõe um modelo de análise diacrônica. O "fantasma" diacrônico reaparece depois de terido algum tempo pelos gerativistas. Neste modelo discute-se, em particular, o problema da transição e da implementação de variantes lingüísticas, e o dado diacrônico novamente toma forma e força. Mas é somente em 1975 que a articulação sincronia e diacronia volta à tona, desta vez com evidências maiores e incontestáveis, e o contraponto entre o presente e o passado delineado por Saussure recabe novo aopro de vida.

Neste trabalho e em outros que o seguiram (Milroy: 1976; Labov: 1980; Nunberg: 1980) questiona-se a noção da irreversibilidade de mergers, demonstrando-se que se mergers são na realidade irreversíveis, determinados fatos dos compêndios de gramática histórica deveriam ser reformulados, pois evidência sincrônica revela que, a nível de produção (não percepção), certas alternâncias fonêmicas, supostamente neutralizadas, ainda persistem no sistema fonológico. Toda a argumentação dos trabalhos acima mencionados guia-se pela articulação entre o presente e o passado, i.e., o uso do presente para explicar o passado; o oposto, portanto, da tradicional gramática histórica, cujo procedimento básico é uma viagem com ponto de partida no passado e de chegada no presente. Assim é que Labov (1975, p.350), até poeticamente, escreve que "somente no momento em que nos sentirmos verdadeiramente em casa no cotidiano lingüístico do presente, poderemos pensar em nos sentirmos em casa no passado". Dentro desta proposta de trabalho vê-se que a diacronia já renasce como peso e medida para a adequação descritiva e o poder explicativo de teorias lingüísticas.

Nosso compromisso com o cotidiano sociolingüístico, com os dados reais, espontaneamente usados pelos falantes de uma determinada comunidade, nos impõe a sincronia como ponto de partida para a análise lingüística: nossa grande arma na batalha por uma teoria gramatical mais adequada. Pretendemos demonstrar neste ensaio que a diacronia cabe semelhante papel, ao fazermos articularem entre si presente, passado, e presente. Ou seja, uma viagem de ida e volta, um sair de, e um voltar ao presente, com uma escala obrigatória no passado. Se os resultados de análises sincrônicas podem nos encaminhar na reformulação de certos erros, inadvertidamente cometidos pela gramática histórica, assim também o retorno do passado ao presente poderá nos confirmar os resultados sincrônicos da análise, atuando, conseqüentemente, como avaliador da força de explicabilidade de nossas teorias. Neste sentido, fantasma diacrônico algum existe; o fantasma futurista, sim não deve ser

tomado como medida de avaliação de vários modelos teóricos. A fênix diacrônica, por consequente, renasce com todo seu aromatismo: o sol queima seu leite, e ela inicia um voo ainda mais alto.

A fim de demonstrar a força desta dupla articulação entre presente-passado e passado-presente, será tomado um exemplo de sintaxe em variação: o uso de relativas no português falado de São Paulo. Em especial, pretendemos discutir o desaparecimento de relativas com estrutura  piedpiping  (como em, "O homem COM QUEM eu falei...") e sua substituição por duas estruturas co-ocorrentes e concorrentes. A candidata mais forte e mais promissora a esta substituição referir-nos-emos como relativa cortadora (como em, "O homem QUE eu falei..."); a candidata mais fraca e mais marginalizada é a relativa com pronome lembrete ou sombra, também chamada de relativa com cópia (como em, "O homem QUE eu falei COM ELE..."). A relativa  piedpiping  é gerada segundo a análise padrão dada às relativas por Chomsky (1977), i.e. movimento do sintagma NP à posição de complementizador e retenção de um traço na posição de lacuna. Evidentemente, a relativa com pronome lembrete não pode ser gerada por movimento, uma vez que não há deslocamento do sintagma NP potencial, o qual chega à superfície em sua posição original. Quanto à relativa cortadora, a situação não é tão clara e propostas têm sido feitas para o francês de Montreal (Cf. Lefebvre e Fournier: 1978; Bouchard: 1982) e para o português do Brasil (Cf. Wheeler: 1982), sugerindo que tais relativas são geradas por movimento e que a preposição é apagada na posição do COMP.

Destas três estratégias de relativização para as funções sintáticas de objeto indireto, objeto de preposição, e genitivo, a relativa  piedpiping  praticamente inexistente na fala; a relativa cortadora, apesar de não-padrão goza do privilégio social na comunidade; resta à relativa com pronome lembrete a estigmatização social. Por outro lado, a existência de dois sistemas de relativização, -um sistema padrão funcionando à base de regra de movimento e um não-padrão, à base de apagamento-, já fora mencionada para o francês continental (Guiraud:1966); francês de Montréal (Lefebvre e Fournier: 1978; Bouchard: 1982); e para o português do Brasil (Pizzini: 1976; Mollica: 1977; Leble: 1978; Kato: 1981; Tarallo: 1983). Como resolver o problema?

A evidência para a relativa cortadora ser gerada por apagamento tem que ser procurada fora dela, isto é, em orações principais e em outras subordinadas, que não relativas. A relativa com pronome lembrete é, essencialmente, uma estratégia de redundância pronominal; a relativa cortadora, por outro lado, peca por ausência de formas marcadas. Uma vez que esta variação pronominal existe dentro da relativa, justo é que se procure fora das relativas: serão as estratégias de relativização atuais do português, neste momento sincrônico,

um reflexo de um sistema maior, o de estratégias anafóricas?

A análise apresentada em Tarallo (1982; 1983), teoricamente motivada por Kato (1981), comprova a relação entre estratégias de relativização e de pronominalização, i.e. a relativa cortadora somente existe no português do Brasil devido a uma re-estruturação do sistema pronominal que permite anáfora zero em posições de objeto indireto, objeto de proposição, e genitivo. Como o sistema de pronominalização também é variável, justifica-se a variação encontrada dentro dos limites das relativas. Este é o resultado sincrônico: O importante será demonstrar que esta re-estruturação pronominal realmente aconteceu no passado, e o retorno a ele torna-se uma necessidade.

Em poucas palavras, as duas candidatas à substituição da moribunda  piedpiping  encontram-se encaixadas dentro de um sistema maior de referencialidade: o sistema anafórico. Esta noção de encaixamento lingüístico (Cf. Weinreich, Labov, e Herzog: 1968, "Linguistic and Social Embedding of the Variable"), apesar de elucidar o tipo mais adequado de descrição das relativas faladas no momento sincrônico, não dimensiona as origens de cada uma das duas candidatas. Teria sido o sistema relativização do português do Brasil sempre encaixado dentro do sistema anafórico geral? A resposta a esta pergunta somente virá no momento em que a primeira etapa da viagem for empreendida: o retorno ao passado:

Voltamos ao passado com duas hipóteses centrais à investigação do uso de relativas. A primeira é a de que as duas candidatas se rão encontradas pancronicamente, i.e. serão usadas paralelamente, o que confirma uma tradição de elo entre estratégias de relativização e estratégias anafóricas. A outra hipótese, ao contrário, prevê que, apesar dos dois sistemas se apresentarem intimamente relacionados, uma das estratégias será essencial, e a outra accidental, i.e. algum tipo de mudança sintática deve ter ocorrido dentro do sistema anafórico, acarretando o nascimento de uma das duas variantes. Mas onde procurar estes fatos?

Um estudo acurado das gramáticas históricas e normativas pode oferecer valiosíssimas informações sobre o uso de relativas no momento diacrônico, bem como nos permitir acesso à noção de norma e prescrição gramatical através dos tempos. Mas isto somente não basta; principalmente, ao considerarmos a riqueza dado sincrônico! Livros sobre etiqueta sociolingüística, os do tipo "consultório sentimental", apesar de raras, são de extrema valia, pois nos dão o conceito de avaliação e encaixamento sociolingüístico das variantes concorrentes.

Além disso, e sobretudo, a ausência do gravador pode e deve ser compensada por textos em prosa retirados de cartas pessoais; diários, e peças teatrais. De acordo com palavras de Ellegard (1953, pág.

156), um sueco mestre em estudos diacrônicos quantitativos, o objetivo é "esclarecer o desenvolvimento da fala, e descrever os fatores que a transformaram naquilo que ela é hoje"; "não que textos em prosa dêem uma representação exata da "fala natural", ou para usar jargão estatístico, formem uma amostra real do universo de atos de fala de uma comunidade; mas eles são a melhor amostra que podemos conseguir".

Pois bem, e assim procedemos! A fim de se evitar lusitanismos, não foram considerados os textos escritos antes de 1700. A partir de então textos foram coletados e organizados em períodos de 50 anos cada. Para cada período considerado foram quantificados os dados de pronominalização e os de reativização. Os dados sobre o sistema anafórico revelaram que até mais ou menos 1825 a anáfora zero predomina em função do sujeito, sendo quase que categórica em função de objeto direto e em funções oblíquas. A partir da segunda metade do século XIX, os pronomes começam a ser mais retidos em função de sujeito, e o sistema começa a se re-organizar, infiltrando a anáfora zero nas posições de objeto direto e das oblíquas. Esta é exatamente a dimensão pronominal encontrada nos dados sincrônicos: anáfora zero quase que categórica em objeto direto, e em posições oblíquas (excetue-se o genitivo), e retenção pronominal em função do sujeito.

Isto posto, passou-se à análise das relativas no corpus diacrônico. Com base nos dados de pronominalização, o estudo de relativas foi levado a cabo com algumas expectativas já determinadas, as quais foram devidamente confirmadas, conforme exponho a seguir. Até mais ou menos 1825 são raríssimos os exemplos de relativas cortadoras, as quais são implementadas no sistema exatamente durante o período no qual ocorre a re-estruturação do sistema anafórico, i.e. no momento em que a anáfora zero começa a ser implementada em posições oblíquas. Durante este mesmo período a quantidade de relativas predpiping começa a diminuir. A relativa com pronome lembrete, por outro lado, aparece marginalmente em todos os períodos de tempo estudados, o que confirma a sua marginalização e estigmatização sociolinguística do momento sincrônico. Para resumir: de 1700 a 1825, duas variantes concorrem nas funções oblíquas: relativa predpiping (padrão) e a relativa com cópia ou pronome lembrete (não-padrão). Com a re-organização do sistema anafórico, ou seja de pois da primeira metade do século XIX, outra candidata surge na batalha: a relativa cortadora, a qual, apesar de não-padrão, é implementada como não-estrutura não-marginal.

Terminada a escala de nossa viagem, reiniciamos o retorno ao presente e observamos que o dado diacrônico, o qual sofreu tratamento estatístico igual ao dado sincrônico, confirma nossos resultados para o português falado atual. Mais que isto: o dado confirma nossa pos

ção teórico-metodológica, ao mesmo tempo em que nos auxilia em um refinamento maior da análise sincrônica. Novamente o dedo sincrônico, portanto!

Das três posições oblíquas o genitivo é a função menos favorável à relativa cortadora; objeto de preposição é a posição mais favorável à cortadora, e objeto indireto encontra-se em uma posição intermediária. Contrariamente o genitivo é a função (excetuando-se sujeito) que mais favorece o uso do pronome lembrado, e objeto de preposição a que menos favorece o aparecimento da cópia na posição da lacuna. A função de objeto indireto é, portanto, intermediária. Demonstrada e confirmada a relação entre estratégias de pronominalização e relativização novamente podemos prever a configuração dos dados pronominais. E o resultado não é outro: os genitivos favorecem a retenção pronominal; os objetos de preposição favorecem a anáfora zero, e os objetos indiretos encontram-se em posição intermediária.

A sociolinguística não é a única sub-área de investigação linguística interessada em fazer renascer a linguística histórica; outras sub-áreas têm apreciado a contribuição dos estudos diacrônicos à formulação e confirmação de hipóteses de trabalho. A sociolinguística histórica, portanto, surge com grande força no estudo da variação e da mudança fonológica, morfo-fonológica e sintática (Cf. Labov: 1975; 1981; 1982 e Romaine: 1982). É tempo de se terminar com o mito da fênix dentro da linguística, e propor que ela renasça finalmente das cinzas e que não mais precise desempenhar seu ritual. Seu voo contínuo já é esperado de longa data! Se necessidade houver que o mito continue, então que ela o reviva dentro de unidades menores do tipo "isto passa a aquilo", mas que não lhe seja mais permitido o grande ritual original. Que esta última performance seja a derradeira!



Referências:

- BOUCHARD, D. 1982. Les constructions relatives en français vernaculaire et en français standard: étude d'un paramètre. In: C. Lefebvre (ed.), Langues et sociétés, La syntaxe comparée du français standard et populaire: approches formelle et fonctionnelle Tome I Québec: Editeur officiel du Québec.
- CHOMSKY, N. 1977. On Wh-movement. In P. Culicover; T. Wasow; A. Akmajian (eds.), Formal Syntax. New York: Academic Press.
- . 1982. Lectures on Government and Binding. Foris, Dordrecht.
- ETJEBGARD, A. 1953. The auxiliary 'do' the establishment and regulation of its use in English. Stockholm: Almqvist & Wiksell.
- GUIRAUD, P. 1966. Le système du relatif en français populaire. In: Languages 3
- JESPERSEN, O. 1924. The Philosophy of Grammar. London: Allen & Unwin.
- RATO, M. 1981. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. In: Estudos Linguísticos V, Anais de Seminares do GEL. São Paulo: PUC
- LADOV, W. 1975. On the use of the present to explain the past. Estratto de: Linguistics at the crossroads. Liviana Editrice Jupiter Press.
- . 1980. Locating Language in Time and Space. New York: Academic Press.
- . 1981. Resolving the neo-grammarians controversy. In: Language 57, # 2.
- . 1982. Building on Empirical Foundations. In: Lehman e Malkiel (eds.) Perspectives on Historical Linguistics. Amsterdam: John Benjamins.
- LEFEBVRE, C. e FOURNIER, R. 1978. Les relatives en français de Montréal In: Syntaxe et sémantique du français, Cahier de Linguistique 8.
- LEMLE, M. 1978. Heterogeneidade Dialectal: um apelo à pesquisa. In: Loba to (org.), Linguística e Ensino do Vernáculo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- LIGHTFOOT, P. 1979. Principles of Diachronic Syntax. Cambridge: Cambridge University Press.
- OSTHOFF, H. e BRUGMANN, K. 1878. Morphologische Untersuchungen aus dem Gebiete der indogermanischen Sprachen, I. Leipzig.
- MILROY, L. e MILROY, J. 1977. Speech and context in an urban setting. In: Belfast Working Papers, 2
- MOLLICA, M. C. 1977. Estudo da cópia nas construções relativas em Português. PUC-Rio: Dissertação de Mestrado.
- NUNBERG, G. 1980. A falsely reported merger in eighteenth-century English: A study in diachronic variation. In Lavov, W. 1980
- PIZZINI, Q.A. 1976. Três Tipos de Orações Relativas em Português. In: Encontro Nacional de Linguística, Conferências- Rio de Janeiro: PUC.
- ROBINSON, I. 1975. The New Grammarians' Funeral. A critique of Noam Chomsky's linguistics. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROMAINE, S. 1982. Socio-historical Linguistics. Its status and methodology. Cambridge: Cambridge University Press.
- SAUSSURE, F. de. 1975. Curso de Linguística Geral. 7a. ed. São Paulo: Editora Cultrix.
- TARALLO, P. 1982. Inside and outside relative clauses: Pronominal redundancy in Brazilian Portuguese. Trabalho apresentado no 11º Encontro NAVE, Georgetown University. No prelo, in: R. Fasold e D. Schiffrin (eds.), Proceedings of the 11 NAVE Meeting. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- , 1983. Relativization Strategies in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania: PhD. dissertation.
- WANG, W.. 1969. Competing sound changes as a cause of residue. In: Language 45.
- WEINREICH, U.; LABOV, W; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehman e Malkiel (eds.), Directions for Historical Linguistics. Austin: University of Texas Press.
- WHEELER, D. 1982. Portuguese Pseudo Clefts: Evidence for Free Relatives. In: CLS 18.

## A HISTÓRIA NA DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA

Carlos Alberto Faraco\*

(UFPR)

Neste trabalho, pretendemos desenvolver uma reflexão sobre a necessidade de introdução de considerações de ordem histórica nas atividades de descrição lingüística. A defesa de tal postura metodológica se prende a duas razões principais:

- a) assim procedendo criamos condições para ampliar nossa compreensão dos fenômenos lingüísticos, porque nos obrigamos a apreendê-los dentro de referenciais que procuram transcender qualquer descompromisso com a realidade histórica da linguagem;
- b) a introdução de considerações de ordem histórica nas atividades descritivas contribui para se romper a compartmentalização metodológica rígida entre sincronia e diacronia, que desde sua sistematização por Saussure, nos persegue com tanta intensidade.

### *1º Movimento: Ponto de Partida*

Antes de delineararmos nosso mal estar com a dicotomia sincronia/diacronia, alguns pontos precisam ser considerados.

Primeiramente, é preciso ter claro que a separação rígida entre diacronia e sincronia não pertence ao plano do objeto e sim ao plano da investigação, como bem argumentou Coseriu.

Quando Saussure afirma com radicalidade que a oposição entre o sincrônico e o diacrônico é absoluta e não admite compromisso (Curso: 98), ele estava propondo uma metodologia e não uma ontologia. A não-historicidade nas palavras de Coseriu (p.27) - pertence ao ser da descrição e não ao ser da língua.

A separação radical sincronia/diacronia é, em suma, uma proposição de método e, nesse sentido, é difícil negar sua funcionalidade e fertilidade para a lingüística do século XX, que se constitui sincrônica, a-histórica. Mas é também difícil negar sua crise, especialmente a partir das sendas e conseqüentes desafios colocados pelos estudos sociolingüísticos.

De outro lado - e além do que Coseriu nos apresenta - é preciso também ter claro que o estabelecimento da separação metodológi

ca rígida entre diacronia e sincronia se dá como um passo quase inevitável no bojo do processo também quase inevitável de crescente especialização da atividade científica.

A dicotomia em pauta não é, desse modo, apenas uma proposição metodológica; ela é uma proposição metodológica imposta, por assim dizer, pelo crescente aumento do escrutínio científico da linguagem.

Apropriar-se cientificamente de um dado qualquer do real tem exigido o alto preço da segmentação, da fragmentação, da especialização, com o que se acaba por comprometer a dimensão da totalidade e se cria uma espécie de opacidade crescente do conhecimento científico, que já não é mais transparente para todos os mentes, mas apenas para o especialista.

#### *Sã movimento; outras trilhas*

Reagir à separação rígida entre diacronia e sincronia é reagir a uma proposição de método, mas é principalmente reagir à fragmentação do saber científico.

Justamente por ser tal separação radical um princípio metodológico (uma atitude assumida pelo investigador diante do real) é que com mais facilidade podemos nos rebelar contra ele, i.e., podemos experimentar outras trilhas.

É esse desejo de experimentar outras trilhas não é uma atitude apenas diletante. Na verdade, ele se produz - de um lado - a partir do próprio embate com o empírico; e - de outro - a partir duma reflexão epistemológica mais ampla.

A questão empírica se coloca principalmente quando não perdemos de vista que a separação radical entre sincronia e diacronia está fundada no pressuposto também radical da homogeneização do objeto: o sincrónico é sempre assumido como não diversificado, o que esbarra na heterogeneidade do real e exige de nós concessões idealizantes que nem sempre queremos fazer por considerá-las excessivas.

E a questão epistemológica, por seu turno, se apresenta a partir duma perspectiva que questiona justamente a separação radical de pontos de vista, porque questiona a fragmentação e a especialização da atividade científica, e ambiciona recuperar o horizonte da totalidade.

A interpenetração dos dois métodos é, portanto, a um só tempo, ousadia metodológica necessária (porque queremos atentar à heterogeneidade do real) e anáclis de dar um sentido para nossas apreensões científicas do real, i.e., integrá-las numa perspectiva de totalidade (porque nos rebelamos contra o sujeitamento impotente à fragmentação).

Engana-se, por isso, Coverley quando diz que a descrição não pode se referir a estados pretéritos sem se tornar incongruente (18 (Mercurio: 229), incoerente e caótica (p.235)

A descrição meramente factual é pobre, por não dar um sentido para o real. É isso o próprio Saussure já intuíra (embora não a ponto de assitar a interpenetração dos dois métodos), quando afirma na *Curso*: 105: "Costuma-se dizer que não há nada mais importante que conhecer a gênese de um determinado estado; isto é verdade em certo sentido; as condições que formaram esse estado nos esclarecem acerca de sua verdadeira natureza e nos livram de certas ilusões"

A incongruência se gera quando operamos com compartimentalizações metodológicas rígidas; quando queremos equilibrar a força o que é desequilibrado; quando queremos uniformizar o que é diversificado.

A recuperação da história (ou das histórias) fornece uma visão menos artificial (porque abdicamos das "simetrias de sistema") à diversidade do presente, diversidade que muitas vezes se mostra incoerente, incongruente e caótica, se olhada apenas pela ótica da descrição.

A interpenetração dos métodos é, portanto, particularmente fértil quando operamos com fatos que se apresentam em variação, isto porque a variação aponta, ao mesmo tempo, para trás e para frente, i.e., a variação é, num só tempo, resultado do movimento histórico contínuo; e taldo em que se gera continuamente a mudança.

É aí que precisamos recuperar o passado para atribuir sentido à variação do presente (é a sincronia e a diacronia se interpenetrando em termos dos efeitos da história pretérita); e podemos surpreender mudanças em processo (é a sincronia e a diacronia se interpenetrando em termos do movimento para frente). Na intersecção do passado, do presente e do futuro, é que podemos ver os fenômenos linguísticos na perspectiva da totalidade.

### 3º movimento: horizontes empíricos

Durante toda esta reflexão, além de juntar idéias da - qui e dali, tivemos em mente, como pano de fundo empírico, um dos desafios mais interessantes para quem lida com a língua portuguesa, ou seja, a realidade contemporânea dos pronomes pessoais.

É uma realidade que congrega uma extrema variedade de formas pronominais e, mais que isso, uma complexa rede de interrelações entre pronomes retos, oblíquos, preposicionados e possessivos em especial no tratamento do interlocutor), nas diversas variedades que constituem a língua.

Esta realidade - que tomamos aqui como referencial exemplificativo - nos põe uma série de perguntas que, imaginamos, sintetizam num plano mais concreto as proposições gerais postas anteriormente.

As perguntas: É suficiente uma apresentação apenas sin-crônica daquela complexa realidade? É possível dar sentido àquele quadro heterogêneo sem tentar recuperar sua história? Sem lembrar, entre outros aspectos, a introdução a partir do século XIV de formas de tratamento do interlocutor que se combinavam com a 1ª pessoa verbal (*Vossa Magestade*, por exemplo)? Ou sem lembrar o período de "mistura pronominal" que se seguiu àquela introdução?

E, por último, cabe ainda perguntar: em que sentido recuperar esta história e introduzir considerações de ordem histórica no estudo da realidade contemporânea dos pronomes pessoais em português é produzir necessariamente incongruência, incoerência e caos?

Ainda um outro dado empírico interessante. A interpenetração da história e da descrição lingüística se mostrou como o único caminho viável quando tivemos diante de nós a questão de classificar a forma verbal de frases como *Não fala mais nisso!*, ocorrentes em variantes que organizam o tratamento do interlocutor com o sistema *você*.

Para tratar de tais frases, tem havido duas análises alternativas: uma que as considera como imperativas, e outra, como indicativas. Há, inclusive, um ar de irresolução entre aqueles que estudaram o assunto, principalmente pela falta de uma argumentação clara a favor de uma ou de outra.

Em Faraco (1982), procuramos romper este ar de irresolução, desenvolvendo uma argumentação a favor da primeira das análises, o que só foi possível reconstruindo sua história.

E a classificação mais precisa da forma - longe de ser uma questão filológica insignificante - acabou por revelar um quadro histórico e pragmático muito interessante.

Por isso tudo, e para concluir, citamos Bréal (apud Kristeva: 283:4) que já em 1875 dizia com clareza meridiana: "É necessário reatarmos a cadeia para compreendermos os fatos que encontramos num dado momento de sua história. O erro do antigo método gramatical foi pensar que um idioma forma um todo completo em si, que se explica por si mesmo".

\* A participação do Prof. Carlos Alberto Faraco se deu graças à ajuda da FAPESP (Proc. 84/1014-0).

#### Referências Bibliográficas

- COSEIRU, E. Sincronia, Diacronia e História: o problema da lingüística. Rio, Presença, 1979.
- FARACO, C. A. The Imperative Sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion. Ph. D. Thesis, Salford (UK), Salford University.
- KRISTEVA, J. História da Linguagem. Lisboa, Edições 70, 1974.
- SAUSSURE, F. Curso de Lingüística Geral. São Paulo. Cultrix, 1970.

PROBLEMAS NO ESTUDO EM UMA LÍNGUA EM EXTINÇÃO

Lucy Seki

(UNICAMP)

As línguas obsoletas, bem como os vários aspectos relacionados à morte de línguas têm sido objeto de crescente interesse por parte de linguistas e outros estudiosos. De um lado a investigação de tais línguas muito pode contribuir para a teoria linguística, em particular para um melhor conhecimento dos universais da mudança e das relações entre estrutura linguística e funções da linguagem. De outro lado, o estudo dos diversos fatores envolvidos no desaparecimento de línguas pode oferecer subsídios para a formulação de uma política adequada com relação às línguas minoritárias (num sentido a ser definido adiante) que são, via de regra, as que correm o risco de extinção. Essas questões adquirem especial relevo no contexto brasileiro, onde existem inúmeras línguas minoritárias que a política em vigor insiste em ignorar e onde, ao mesmo tempo, tenta-se utilizar a existência de uma língua própria do no um critério de indianidade de um povo.

Esta comunicação pretende tratar de problemas com que nos deparamos no estudo de uma língua brasileira ameaçada de extinção. Antes, porém, parece-nos conveniente abordar, ainda que de modo necessariamente breve, alguns aspectos relacionados à questão da "morte" de línguas, na medida em que serão úteis à discussão.

As tentativas em definir o que vem a ser "morte" de uma língua com base em definições de "língua" são problemáticas e contraditórias, conforme já observado por Denison (1977), no qual nos inspiramos para o apanhado que se segue.

De fato, se se parte do conceito de língua enquanto um sistema supraindividual de regras (cf. língua no sentido de Saussure, ou competência linguística, segundo Chomsky) a conclusão é a de que uma língua deve ser considerada extinta quando não pode ser codificada e descrita mesmo através de registros. Neste sentido o Etrusco seria uma língua morta, mas não o Tupinambá, embora esta última esteja cristalizada num determinado estágio de sua existência, não seja mais falada como tal, e não tenha a capacidade de se desenvolver.

As contrário, se partirmos de compreensão funcional da língua enquanto um sistema de meios de expressão que tem uma finalidade (a comunicação antes de tudo) e que apresenta, portanto, como atributo constante e essencial a mutabilidade, o potencial de desenvolver e de se a-



daptar, deveríamos concluir com Vachek (apud Denison, 1977) que uma língua se extingue quando deixa de se desenvolver. Sob este ponto de vista o Tupinambá, tal como fixada nos documentos históricos, seria uma língua morta, mas, ao mesmo tempo, não poderia ser assim considerada pois se desenvolveu e se adaptou, assumindo a forma do que hoje se denomina a Língua Geral Amazônica. Ainda aqui deve-se admitir, dadas as evidências relativas ao hebraico, que uma língua pode estar em estado de morte por algum tempo e ressuscitar tão logo existam as condições propícias para seu uso desde que, naturalmente, existam registros bastante completos da mesma que possibilitem o seu conhecimento enquanto sistema supra-individual de regras.

Um outro aspecto a considerar é a compreensão de língua enquanto um sistema que apresenta uma certa homogeneidade estrutural no tempo e no espaço. Vista sob este prisma, uma língua que muda de modo significativo não é a mesma língua do período anterior às mudanças, e a língua desse período, se não é mais falada, deve ser considerada uma língua morta, no exemplo seria o Tupinambá com relação à Língua Geral. Cabe perguntar em que medida uma língua deve mudar para que se transforme em outra língua. Sabe-se que não há limites claros entre diferentes estados de uma língua, seja do ponto de vista do espaço, seja do ponto de vista do tempo. Só podemos dizer que o Tupinambá é uma língua diferente da Língua Geral porque no caso é bem conhecido o estado anterior (o Tupinambá) desta língua e, o que é mais importante, com base em um ponto de vista externo aos falantes, aos quais caberia, de direito, decidir quanto à questão de identidade lingüística.

Verifica-se assim que com base em conceitos puramente lingüísticos, tomados isoladamente, é difícil de se chegar a uma conclusão adequada quanto ao que seja uma língua extinta ou uma língua viva, ou quanto à identificação de diferentes estados de uma língua como sendo a mesma língua ou diferentes línguas. Contudo, partiremos do princípio de que uma língua está extinta quando não tem falantes que a adotem e quando não foi e não pode ser codificada e descrita, mesmo que através de registros.

Uma língua deixa de ser falada ou devido ao desaparecimento dos falantes, ou porque estes deixam de usá-la, substituindo-a por outra. No primeiro caso, se o desaparecimento dos falantes decorre de etnocídio ou de assimilação forçada fala-se em "linguicídio" (Kloss, apud Dressler e Wodak-Leodoeter, 1977). No segundo caso, se na substituição da língua está envolvido o desinteresse dos falantes em usá-la e transmitir a língua materna pode-se, em certas situações, falar de "suicídio" lingüístico (Denison, 1977).

A substituição de uma língua por outra ocorre, via de regra, em comunidades multilíngues sob a influência de múltiplos e complexos fatores fundados, em última análise, na desigualdade de condições em que se encontram os falantes das línguas envolvidas - dominante de um lado, e minoritárias, de outro, entendendo-se por língua minoritária aquela que se caracteriza simultaneamente por ter um número reduzido de falantes e por ser desprestigiada com relação à língua dominante (Dressler, 1977).

Sob um prisma político, as minorias linguísticas são oprimidas e sem voz, sem condições de fazer valer os seus direitos mais básicos, inclusive no que se refere à adoção de medidas capazes de favorecer a preservação de sua cultura e sua língua. De um ponto de vista sócio-psicológico, a situação de opressão a que está submetida a minoria linguística, o desprestígio de sua cultura e de sua língua face àquela da sociedade dominante, a internalização de estereótipos de que é vítima, tudo isto pode levar a conflitos de identidade e a uma atitude negativa com a língua a culminar no abandono da mesma. Sociolinguisticamente, as minorias linguísticas convivem com grupo majoritário, falante de língua institucionalmente organizada, numa situação em que todos os fatores favorecem e mesmo implicam a necessidade de adoção da língua dominante. Surge a diglossia, à qual se segue com frequência a perda de funções e de diversificação por parte da língua minoritária que deixa, entre outros, de ser usada na socialização. Linguisticamente, na língua minoritária se fazem sentir os fatores mencionados. Ocorre a simplificação e desorganização estrutural da língua que pode finalmente desaparecer.

Este quadro geral bastante simplificado das condições em que se processa o desaparecimento de línguas pode, naturalmente, sofrer alterações, agravando-se ou amenizando-se dependendo das condições históricas particulares de cada minoria linguística.

Dentre as línguas minoritárias brasileiras está o Krenak, da família linguística Botocudo (Butum), segundo classificação de Rodrigues (1972). Os dados em que nos fundamentamos provêm a) de trabalho de campo para estudo de língua e da situação sociolinguística da comunidade Krenak e b) de levantamento das fontes de dados sobre a história dos Botocudo em geral e dos Krenak em particular.

O Krenak ou, mais propriamente, o Krenak/Nakrehé é atualmente o único representante da família linguística Botocudo que ocupava, no passado, toda a região compreendida entre o rio Pardo, na Bahia, e os afluentes da margem sul do rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Embora o Krenak (e o Botocudo em geral) tenha sido consi

derado extinto por alguns estudiosos (Ribeiro, 1957; Emmerich e Monserrat, 1975), a nosso ver tal status não pode ser incondicionalmente atribuído à língua. Basta aqui acentuar que o Krenak tem falantes (e pode assim ser modificada e descrita) e é por elas reconhecido como sendo a língua da comunidade, a marca de sua identidade.

Por outro lado, é inegável que o Krenak se encontra extremamente ameaçado de desaparecimento. Esta constatação baseia-se no fato de que, além de ser uma língua minoritária, isto é, numericamente muito reduzida e desprestigiada, ao Krenak se aplicam de modo drástico, os fatores de ordem política, sociopsicológica e sociolinguística já referidos, pois que agravados por fatos particulares à história dos Botocudo, mormente no que se refere ao seu confronto com os civilizados.

O tempo disponível para esta comunicação nos impede de abordar em detalhes a história desse confronto (veja-se a respeito Ottoni, 1888; Marcato, 1979; Seki, 1983, 1984). Diremos apenas que os Botocudo foram, até período bem recente, objeto de um dos mais cruéis tratamentos por parte dos "civilizados", o qual incluiu extermínio físico, aculturação forçada, escravização e dispersão. O processo de desestruturação dos Botocudo continuou mesmo quando este povo, já muito reduzido em número, habitava postos indígenas e se encontrava, portanto, sob amparo oficial. Sofreram privações de toda sorte, transferências várias para locais habitados por outros grupos indígenas e se viram obrigados a conviver com o Reformatório Indígena, que funcionava em suas áreas e para o qual eram enviados índios de diferentes tribos e regiões. Assim, a discriminação por parte dos civilizados somava-se a de grupos indígenas, em cujas terras os Botocudo eram tratados como intrusos.

A redução numérica levou à aglutinação dos representantes de diferentes sub-grupos Botocudo. Não obstante ser conhecido com o nome de Krenak, além destes a comunidade inclui representantes e/ou descendentes de Munjajirum, Gut-Krak e principalmente Nakrehe. A comunidade como um todo apresenta um alto grau de miscigenação com não botocudos (índios e não índios) e acha-se bastante dispersa, tendo um núcleo principal de 57 pessoas (na ocasião da pesquisa de campo) na Aldeia Krenak, à margem esquerda do rio Doce, Município de Resplendor, e com representantes na Fazenda Guarani (MG), no Bananal, em Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

Todos falam o português característico da região rural e apenas cerca de quinze adultos acima de quarenta anos mantêm, em graus variados, um melhor conhecimento da língua nativa. Isto constitui evidência de que o Botocudo há algum tempo não vinha sendo usado na socialização. Um grande peso tem aqui as uniões interétnicas que levaram à descontinuidade na transmissão da cultura e da língua e que, ao lado da

dispersão, constitui um fator que dificulta o uso da língua.

A língua é usada principalmente por mulheres (em número de seis, no rio Doce) no contexto familiar e nas situações em que todos os participantes da comunicação a falam ou entendem. É usada também nas ocasiões em que desejam evitar que pessoas estranhas tenham acesso ao que dizem. Ao que foi possível observar, falam com mais desenvolture e também respondem mais prontamente às perguntas do pesquisador quando o assunto é referente a fatos e objetos ligados ao passado cultural.

Verifica-se assim que a língua perdeu, além da função de socialização, também a função de comunicação no sentido amplo do termo. Mantém no entanto, a função de solidariedade e, ao lado dos laços de parentesco, é um fator de coesão e identidade grupal. Persiste, ainda, alguma forma de função ritual e estética que se exprime, por exemplo, no uso de fórmulas mágicas para sustar a enchente do rio, ou em cânticos que têm por temas a vida da comunidade. Por outro lado a língua assumiu uma função de resistência. Entendida como marca de identidade do povo, mesmo por aqueles representantes que não a dominam, a língua é o único bem que restou aos Krenak e constitui o último reduto em cuja defesa contra a incursão dos civilizados concentram suas forças.

Paralelamente à perda de algumas funções, o desuso levou também à perda de diversificação da língua, pelo menos superficialmente. A julgar pela dificuldade em obter textos seguidos, e pelo que se pode observar da linguagem em uso, esta ficou em grande parte reduzida a uma forma dialógica.

Necessário é ressaltar que desde o retorno da comunidade ao rio Doce, 1980, têm-se desenvolvido mecanismos conservadores e revitalizadores do idioma. O fato de terem conseguido voltar ao local de origem por sua própria iniciativa contribuiu para uma valorização da auto-imagem, fortaleceu o desejo de recuperar o passado e a língua. Livres de proibições e de discriminação quanto ao seu uso, têm procurado falá-la e também ensiná-la às crianças.

No processo de investigação do Krenak/Nakrehê defrontamos com uma série de problemas decorrentes da situação particular dessa minoria linguística e do estado em que se encontra a língua.

Um desses problemas é a atitude quase geral de desconfiança e mesmo agressividade para com o pesquisador. Tal atitude é compreensível, se considerarmos que os Krenak/Nakrehê têm bem presentes na memória todos os sofrimentos por que passou o seu povo na história de seu contacto com os "civilizados". Assim, a tendência era nos encarar como um civilizado e assim, pronto a enganá-los e explorá-los. Acresce que ainda conhecemos os Krenak ainda na Fazenda Guarani, num meio inóspito e alheio, convivendo com representantes de diferentes tribos pelos quais eram

discriminados, passando toda sorte de privações. Posteriormente estive  
mos com eles já no rio Doce, para onde se haviam transferido à revelia  
dos órgãos oficiais e onde enfrentavam dificuldades de moradia, falta  
de alimentação, etc, vivendo em grande tensão resultante das pressões  
dos fazendeiros e da incerteza de sua situação. Nestas circunstâncias,  
somente à custa de grande esforço e paciência nos foi possível vencer  
em parte a desconfiança e a animosidade e conseguir desenvolver o estu-  
do da língua.

Outro problema também relacionado ao contacto com os infor-  
mantes decorre da rivalidade existente entre representantes de diferen-  
tes sub-grupos Botocudo, que na época da pesquisa se dividiam por duas  
casas aruinadas pela enchente do rio. Devido a essa rivalidade não  
foi possível trabalhar com informantes das duas casas ("se você quer  
trabalhar com eles lá pode ir, mas eu não vou mais te ensinar"). Deci-  
dimos então trabalhar com uma informante do grupo Gut-Krak, já idosa,  
e que todos apontavam como sendo a que melhor conhecia a língua, embo-  
ra estivéssemos conscientes das dificuldades que tal opção poderia nos  
trazer com relação aos representantes da outra casa. Essa rivalidade  
entre os representantes de diferentes sub-grupos tem, a nosso ver, raí-  
zes históricas, estando relacionada a características sócio-culturais  
dos Botocudo e não decorre, como se poderia ingenuamente supor, da  
"retribuição" feita ao informante pelo seu trabalho.

A atitude negativa que se observa na comunidade em geral  
quanto ao ensino da língua constitui uma séria dificuldade no estudo  
do Krenak. É possível que em parte essa atitude se deva à consciência  
de que já não dominam a língua como antigamente. Julgamos porém que a  
reserva em ensinar está fundamentalmente relacionada à função de resis-  
tência de que a língua se revestiu no decorrer do confronto dos Botocu-  
do com os civilizados.

Malgrado a reserva geral, há alguns informantes que ficam  
divididos entre o desejo de dar a conhecer a "linguagem", de que sen-  
tem grande orgulho, e a pressão contrária da comunidade. E foi com o  
auxílio dessas representantes que conseguimos ir aos poucos penetrando  
nos segredos do Krenak/Nakrehê e fixando aspectos do mesmo através de  
anotações e gravações. Contudo, tivemos sempre de agir com muito cuida-  
do, ficando muitas vezes num impasse. Se não demonstrássemos capacida-  
de em aprender provocávamos o desinteresse do informante ("se você não  
aprendeu até agora não aprende mais..."; "está difícil... com os ou-  
tros também é assim, pelega, pelega mas não aprende"). Por outro lado,  
se deixávamos que percebessem progressos no conhecimento da língua pro-  
vocávamos, ao lado da satisfação da informante, uma reserva maior por  
parte da comunidade. Era como se estivéssemos ultrapassando um determi-

nado limite, além do qual sua resistência estava ameaçada.

Também problemática é a coleta de dados pelas vias usuais, devido ao esquecimento dos falantes e a certas particularidades culturais do povo. Observa-se, por exemplo, uma recusa sistemática em repetir itens já fornecidos. Para conseguí-lo usávamos de artifícios como, por exemplo, pronunciar de modo deliberadamente incorreto os itens necessários, caso em que o informante não resistia ao desejo de nos corrigir. Observa-se também uma ligação extremamente forte ao contexto situacional, o que tornou difícil a utilização de questionários existentes que, apesar das muitas falhas, são de utilidade no sentido de permitir maior rapidez no estudo da língua, principalmente na fase inicial do trabalho.

Peias mesmas razões foi necessário delembrar séries de questões destinadas à determinação de paradigmas, dividindo-as em várias entrevistas e acarretando, assim, maior morosidade no trabalho.

Uma grande dificuldade encontrada no estudo do Krenak/Nakrehê é o número limitado de informantes potenciais que, além do mais, encontram-se dispersos. Conforme mencionado, a rivalidade entre representantes de diferentes sub-grupos e a atitude negativa da comunidade com relação ao ensino da língua a pessoas alheias à comunidade dificultam o trabalho com vários dentre os poucos informantes potenciais. No rio Doce trabalhamos com S.S., uma representante já idosa do grupo Gut-Krak, viúva de um Nakrehê, considerada como um dos membros da comunidade que melhor domínio tinham da língua nativa. Fora do rio Doce serviram-nos de informantes tres representantes do grupo Nakrehê - J.B, A.J. e J.A. Inicialmente coletamos junto a esses falantes um mesmo conjunto de dados, o que nos permitiu verificar que as diferenças dialetais são mínimas. Ampliamos depois a coleta de dados, conseguindo assim obter um corpus bastante razoável da língua. Contudo, dada a situação em esta se encontra, seria necessário utilizar o concurso de todos os falantes a fim de se obter um quadro mais completo da estrutura da mesma.

Um problema maior com que nos defrontamos no processo de investigação da língua Krenak/Nakrehê é o de como avaliar o grau de conhecimento dos falantes e, portanto, o grau de completude do material coletado. De um lado, a situação sociolinguística da comunidade leva a supor que tenha havido simplificação e esquecimento de estruturas por parte dos falantes. Por outro lado, conforme referido, há uma reserva da comunidade quanto ao ensino da língua. Nestas condições, e principalmente na fase inicial da pesquisa, quando tínhamos menor domínio sobre os dados, surgiu a necessidade de avaliar a natureza do material coletado. Avaliar, por exemplo, em que medida a ausência de certas es-

estruturas esperadas na língua se deviam ao esquecimento, ou decorriam do fato de o informante não querer fornecê-las, ou ainda do fato de nunca terem existido na língua.

A avaliação tem sido feita por meio de certos recursos de ordem externa e interna. Um desses recursos é comparação entre os dados coletados junto aos falantes e os materiais históricos sobre a língua. Efetuando o levantamento dos materiais lingüísticos referentes ao Notoudu (Seki, 1984a) verificou-se que os mesmos tem sua utilidade reduzida, visto consistirem quase que exclusivamente de listas vocabulares com transcrição por vezes de qualidade duvidosa, sem indicações precisas quanto ao grupo e local de coleta. Apesar das deficiências que apresentam e de exigirem cuidado em sua utilização, esses materiais têm sido de grande valia na identificação dos dados lingüísticos atuais, principalmente no que se refere a itens lexicais e mesmo certos aspectos da gramática.

A comparação de dados obtidos de diferentes informantes constitui um recurso para avaliar o grau de interferência do Português e também, o grau de esquecimento da língua nativa. Tal comparação mostrou, por exemplo, que a interferência é variável nos quatro informantes com que trabalhamos. J.D. apresentou um grande número de empréstimos quando da elicitação de itens lexicais isolados, enquanto os outros informantes forneceram, sem hesitação, os equivalentes desses itens na língua nativa. Da mesma forma, estruturas gramaticais aparentemente esquecidas por um informante foram prontamente lembradas por outro, ou mesmo por todos os demais.

Um outro recurso utilizado foi o de observar as reações dos informantes enquanto ouviam a produção gravada de outro. Faziam-no com grande interesse, concordando ou discordando das respostas, voluntariando alternativas e explicações.

Também reveladora é a observação da atitude do informante ao fornecer as respostas às questões a ele colocadas. A demora em responder, a hesitação entre diferentes formas, o tom mais débil do voz podem ser, e são com frequência, indícios de insegurança e esquecimento. Com relação a uma de nossas informantes a insegurança na produção de textos seguidos se manifestava inclusive no tremor do corpo.

Cumpre esclarecer que os indícios mencionados eram mais frequentes na fase inicial da pesquisa, isto é, pouco depois do retorno da comunidade ao rio Doce e após, portanto, um período bastante longo em que a língua foi pouco ou nada usada. Com o correr do tempo, o uso mais frequente da língua e o próprio trabalho com o linguista contribuíram para reavivar a memória lingüística. Os informantes foram adquirindo uma segurança cada vez maior em suas respostas, inclusive em

admitir, quando era o caso, que no momento não se lembravam de um determinado termo, mas que se lembrariam depois. Este fato é indicativo de que o conhecimento da língua está em parte passiva, latente, mas não totalmente perdido, e que poderá ser recuperado caso existam as condições apropriadas.

A mesma conclusão nos leva a comparação de dados fornecidos por um mesmo informante em diferentes momentos de uma sessão ou em diferentes sessões. Estruturas gramaticais em que era patente a interferência do Português eram depois substituídas por estruturas típicas da língua nativa. Assim, por exemplo, obtivemos para a expressão "carne de galinha" obtivemos inicialmente a resposta "Īiy du ʔāʔā" (Īiy "carne", ʔāʔā "galinha") que é um óscurecimento do Português. Posteriormente o equivalente nativo foi recuperado pelo próprio informante que nos forneceu a expressão "ʔāʔā ñik (ñik "carne"), uma estrutura característica de línguas indígenas e também do Krenak, conforme confirmado por outros informantes.

Cabe acentuar o importante papel que pode ter o investigador neste processo de recuperação linguística, N. decorrer da pesquisa nosso interesse pela língua contribuiu inegavelmente para uma maior valorização da mesma perante a comunidade. Por outro lado, na medida em que elicitávamos os dados sobre a língua de uma maneira metódica e organizada induzimos à associação de idéias, contribuindo para fazer aflorar à memória do falante estruturas adormecidas, mas não perdidas. Por outro lado, nosso trabalho foi útil também no sentido de "passar" informações entre falantes de diferentes localidades, dando-lhes acesso ao material coletado, inclusive cartas gravadas.

Obviamente, a maior contribuição que o linguista poderia fazer seria colocar à disposição da comunidade Krenak e daqueles que com ela trabalham uma descrição o mais completa possível da língua. Contudo, o êxito deste projeto dependerá fundamentalmente da possibilidade de vencer as dificuldades abordadas nesta comunicação, bem como outras dificuldades encontradas no trabalho de investigação da língua.



## REFERÊNCIAS

- Denison, N. (1977). "Language Death or Language Suicide?". International Journal of the Sociology of Language, 12: 13-22.
- Dressler, W. e Wodak-Leodolter, K. (1977). Introduction to International Journal of the Sociology of Language, 12: 5-11.
- Emmerich, Ch. e Monserrat, R. (1975). Sobre os Aimorés, Krenas e Botocudos. Boletim do Museu do Índio (Antropologia), nº 3, Rio de Janeiro.
- Marcato, S. de Almeida (1979). "A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais". Boletim do Museu do Índio (Etno-História), nº 1. Rio de Janeiro.
- Ottoni, T. B. (1868). "Notícia sobre os Selvagens do Mucuri". Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, T. 21: 191-238, Rio de Janeiro.
- Ribeiro, D. (1957). Línguas e Culturas Indígenas do Brasil. CPE, Rio de Janeiro, pg 15-16.
- Rodrigues, A.D. (1972). "Línguas Ameríndias". Grande Enciclopédia Delta-Larousse, vol. IX.
- Seki, L. (1983). "Estado Atual do Povo e da Língua Krenak (Botocudo)". Ms. não publicado. Apresentado em Colóquios Linguísticos, IEL, UNICAMP.
- Seki, L. (1984). "Botocudos - Notas para a História de uma Sobrevivência". Ms. não publicado. Apresentado em Colóquios Linguísticos, IEL, UNICAMP.
- Seki, L. (1984a). "Apontamos para a Bibliografia da Língua Botocudo". Inédito.

Adair Pimentel Palácio

UFPE

A cada momento do desenvolvimento da análise de uma língua, o pesquisador enfrenta problemas, grandes e pequenos, os quais ele tem que resolver com base nos dados coletados e na abordagem teórica adotada.

Se o objeto de estudo for uma língua ainda não analisada e sem documentação prévia, a tarefa não é só mais árdua, como também de maior responsabilidade, pois a interpretação dos fatos da língua ficam a cargo de apenas um investigador.

Uma língua, em sentido lato, tem compromissos com as demais no que se refere aos universais. Mas ainda não sabemos o suficiente sobre esses universais porque para delimitá-los depende-se do levantamento e descrição de muitas línguas.

No momento, com o estudo entusiástico sobre o comportamento de línguas ergativas, noções consagradas como a de sujeito, por exemplo, vêm sendo abaladas. O desenvolvimento dos estudos lingüísticos depende das descrições.

Uma língua, em sentido restrito, não tem compromissos com outra. Sua estrutura independe da estrutura de línguas de prestígio, aquelas que já vêm sendo estudadas, que têm sido objeto de reflexão de muitos e por bastante tempo. As línguas sem prestígio têm a sua lógica interna, suas idiossincrasias. E são esses fatos que o pesquisador deve descobrir, sistematizar com todo o comportamento da língua para prestar sua contribuição à lingüística geral.

O levantamento de dados lingüísticos não é um trabalho isolado. É um complexo observar de tudo o que cerca e compõe o grupo que fala a língua em estudo, pois ela é a única manifestação cultural do grupo cuja função exclusiva é a de interrelacionar seus falantes. Como escrava de seus senhores, ela vai acompanhando o desenvolvimento social, os contatos, as guerras, a política, modificando-se de acordo com esse desenvolvimento, registrando em seu bojo toda a história do grupo.

Os empréstimos fazem parte da mutação lingüística, palavras tornam-se obsoletas, outras, já idosas, renovam-se para assumir posições bem definidas, como é o caso de duas palavras em português que se combinaram para registrar um momento histórico: *diréctas já*.

O investigador tem que estar atento a todos esses fatores. A língua cujos problemas vamos destacar para servir de e-

xemplo aos nossos posicionamentos de análise é o Guató, uma língua falada por índios canoeiros do mesmo nome, que habitam nas margens do Rio Paraguai, na fronteira do Brasil com a Bolívia, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Registrada pela primeira vez em meados do século passado (Castelnau, 1851), a língua Guató foi documentada ainda por Schmidt (1905, 1942), Rondon (1938) e Wilson (1959). Toda essa evidência de dados lingüísticos é constituída por listas de palavras. Schmidt, que estudou os Guató etnograficamente, além de listas de palavras, fornece observações gerais sobre a fonologia e a estrutura das palavras e registra quatro pequenas narrativas. Os dados coletados por Wilson não foram publicados. Rodrigues (1970) classifica o Guató genericamente no tronco Macro-Jê sem nenhuma relação de família com outra língua conhecida.

Pouco de lado quaisquer dificuldades enfrentadas pela pesquisadora, as condições para o levantamento da língua são muito precárias. Acreditamos não haver mais do que cinquenta falantes que vivem espalhados pelas margens do rio e pelas cidades vizinhas. Poucas e pequenas famílias ainda vivem reunidas possibilitando as últimas chances de sobrevivência da língua.

Socialmente esses índios vivem bastante marginalizados. Apesar de citados frequentemente na literatura especializada, foram considerados extintos por um período de quarenta anos e nunca tiveram reconhecimento ou ajuda oficial.

Da análise que fizemos, podemos dizer, com boa margem de segurança, que o Guató é uma língua tonal, altamente aglutinante, de grande complexidade morfológica, do tipo VSO e que opera tanto no sistema ergativo/absolutivo como no nominativo/acusativo.

Um fato que surpreendeu Castelnau (1949:319-321) e ainda hoje nos fascina é o sistema numeral, um sistema de base quinhária e decimal que, diferentemente dos sistemas usados pela maioria dos índios brasileiros, tem palavras para números muito altos que representam quantidades além de 1.000.

O Guató também tem um marcador específico para os verbos descritivos que só se combina com temas de valor notional referente a tamanho e grandeza, como grande, largo, comprido.

Neste trabalho faremos algumas considerações sobre as decisões que tomamos na interpretação da morfologia da língua Guató.

Adotamos na análise uma abordagem distribucional, tão concreta quanto possível, para montar um mapa do comportamento geral da língua.

Trataremos de quatro problemas específicos. O primeiro está ligado à flexão nominal, o segundo e o terceiro são sobre a fle-

xão verbal e o quarto diz respeito às partículas.

Sobre a flexão dos nomes precisamos afirmar que o que caracteriza os substantivos é o fato deles se flexionarem obrigatoriamente ou através de marcadores determinativos, ou através de marcadores possessivos.

Os marcadores determinativos são os prefixos *na-* e *gor-*. Os temas substantivos que se referem a fenômenos naturais ou a elementos da natureza só são flexionados pelos marcadores determinativos.

Quatro substantivos, entretanto, não se flexionam. Eles o correm no corpus aparentemente como formas livres: *nuhá rã*, *núv sol*, *náti ráio* e *níto reiãmpaga*<sup>1</sup>.

Três hipóteses podem ser levantadas para dar conta desses substantivos:

- 1 - Essas palavras são formas livres;
- 2 - Essas palavras são a combinação do prefixo *n-* com os temas *uá*, *úv*, *áti* e *íto*;
- 3 - Essas palavras são a combinação do prefixo *nu-* com os temas *á*, *úv*, *áti* e *íto*.

A primeira hipótese não nos satisfaz porque essas formas:

a) constituiriam as únicas exceções de substantivos que não se flexionam. Perder-se-ia portanto uma generalização que é a característica dessa classe de palavras, contrastando-a com as demais;

b) apresentam um traço semântico comum. Elas representam elementos naturais que podem ser interpretados como unívocos;

c) têm a mesma marca morfológica, a consoante *n*.

Interpretá-las como formas livres parece-nos uma solução bastante simplista e inconsequente.

A segunda hipótese apresenta apenas um problema. Os padrões silábicos do Guató são *V* e *CV*. Não temos motivação para interpretar um marcador de morfema como uma consoante. Além disso, em toda a análise não ocorreu um só caso que sugerisse tal interpretação.

Embora a terceira hipótese pareça a mais complexa, ela é a que melhor se enquadrará no comportamento geral da língua.

Neste ponto temos que esclarecer o porquê da nossa opção pela terceira hipótese.

Uma análise de enfoque concreto pauta-se na interpretação dos dados como eles realmente ocorrem. Neste caso há um *n* que se combina com três vogais: *u*, *a* e *i*. A única vogal com duas ocorrências é *u*, mas esta questão quantitativa ainda não é o que determina a nossa escolha.

O Guató tem uma regra morfofonológica geral que estabele-

ce a elisão de vogal prefixal de tom baixo diante de vogal. Qualquer que seja a vogal escolhida para compor o prefixo, haverá caso de elisão em alguma combinação. Isto indica que a vogal do prefixo tem tom baixo e se ela tem tom baixo desaparecerá também diante do u de úv, que tendo tom alto não pode ser o mesmo u prefixal. O único caso em que a vogal pode ser interpretada como parte do prefixo é o u que ocorre em nuhá. Esta reflexão prova que a escolha da vogal u para formar o prefixo nu- só aparentemente está baseada em uma questão quantitativa. Se o u do prefixo tivesse tom alto ele não sofreria elisão diante de a e de i.

Podemos finalmente afirmar que as quatro palavras discutidas são formas nrasas, marcadas pelo prefixo nu-, alomorfe da flexão determinativa, cuja distribuição é limitada a temas que representam elementos da natureza com valor unívoco. O prefixo realiza-se plenamente diante do tema há, mas sua vogal sofre elisão diante dos temas úv, áhá e íta, elisão determinada por regra morfológica.

A terceira interpretação é mais motivante e mais adequada. Como podemos ver todos os processos da língua devem estar presentes para dar solução a um problema com apenas quatro substantivos.

O segundo caso que discutiremos está ligado à flexão verbal.

O imperativo em Guató realiza-se pelo prefixo o-, que por seu comportamento paralelo ao de outros prefixos modais, foi interpretado como marcador modal: o-roqĩ (imp.-comer) coma.

O imperativo negativo realiza-se pelo prefixo na- e por um sufixo re-, que ocorrem simultaneamente: na-roqĩ-re (imp.neg.-comer?) não coma!.

A flexão pessoal de segunda pessoa manifesta-se pelo sufixo -re com um grande número de verbos. Quando o enunciado é negativo, em vez do sufixo -re essa flexão ocorre como -reha. Essa evidência indica que o re tem relação com a segunda pessoa e com a negativa.

Se o imperativo representa uma ordem, esta só pode ser concebida, em termos pragmáticos, de falante para ouvinte. É compreensível, portanto, interpretar o sufixo -re, que ocorre nas realizações do morfema imperativo negativo, como o mesmo marcador da flexão pessoal de segunda pessoa.

Há duas alternativas de interpretação do sufixo -re: a primeira, que ele é um marcador obrigatório de segunda pessoa nos enunciados negativos; e a segunda, que ele é a parte sufixal do marcador da flexão imperativa negativa.

Esta segunda alternativa de interpretação acarreta um problema porque, como todos os marcadores modais são prefixos, este seria o único marcador a ter uma expressão sufixal. Se optarmos por essa interpretação perderemos a generalização sobre as realizações dos marcadores modais. Preferimos, assim, a primeira alternativa, que além de manter a generalização dos modais, reforça uma generalização para a flexão pessoal de segunda pessoa, que terá esse marcador obrigatório nas negativas.

Vale a pena acrescentar que, em Guató, a primeira pessoa do singular e a segunda pessoa têm uma marca especial, tanto para os enunciados negativos, como para aqueles marcados por determinantes das conjunções subordinativas.

O terceiro caso que trataremos é relativo à flexão pessoal dos verbos. Essa flexão realiza-se por prefixos ou sufixos, dependendo da pessoa e do tipo de verbo com que se combina.

O problema que discutiremos envolve a primeira pessoa dual (1d), que é inclusiva, e a primeira pessoa plural (1p), que é inclusiva ou exclusiva. Por uma questão de simplificação, focalizaremos apenas a primeira pessoa plural.

Para situar o problema usaremos também a segunda pessoa (2), que se neutraliza para o singular e o plural, e a terceira pessoa do singular (3).

O seguinte esquema mostra como essas pessoas ocorrem nas funções de sujeito e de objeto de verbos transitivos:

PESSOA	SUJEITO	OBJETO
2	g <sup>va</sup> -	-he
3	ɛ-	ɣ <sup>ɔ</sup>
1p	ja-	je-

A flexão de função objetiva, que só se expressa em combinação com uma flexão de função subjetiva, é marcada conforme o esquema acima. Entretanto, as combinações da segunda pessoa com a primeira plural (2-1p) e da terceira singular com a primeira plural (3-1p) manifestam-se diferentemente. Pelo esquema esperaríamos que elas ocorressem \*g<sup>va</sup>-je-<sup>ɔ</sup>, na combinação 2-1p; e ɛ-je-, na combinação 3-1p. Entretanto elas se realizam pelo seguinte esquema:

PESSOA	SUJEITO	OBJETO
2-1p	g <sup>va</sup> -	ja-
3-1p	ɣ	je-

Exemplos: 3-1p je-kayé ((3-1p)-chamar) *ele nos chama*;

2-1p g<sup>va</sup>-ja-kayé (2-1p-chamar) *voce nos chama*.

Temos duas alternativas para dar conta dessas manifestações: a primeira focaliza o problema na combinação 3-1p; e a segunda, na combinação 2-1p.

A primeira alternativa interpreta que, diacronicamente, a primeira pessoa plural manifesta-se ja-. Este prefixo, em combinação com o de terceira pessoa singular s-, teria sofrido as seguintes alterações: s-ja- passou a s- jɛ- por harmonia vocálica e posteriormente, a jɛ- por elisão da vogal inicial.

Esta alternativa de interpretação apela para uma solução diacrônica e faz uso de duas regras, a de harmonia vocálica e a de elisão.

A segunda alternativa interpreta, focalizando a combinação 2-1p, que o prefixo de primeira pessoa plural é jɛ-. Este, na combinação com o prefixo de segunda pessoa g\*ɔ-, torna-se ja- porque sua vogal assimila traços da vogal precedente, sofre harmonia vocálica.

Quanto ao desaparecimento da marca morfológica de flexão do sujeito de terceira pessoa do singular, na combinação 3-1p, temos a observar que em todas as instâncias dessas combinações, no anexo de dois prefixos ou de dois sufixos, um desapareceu, ou melhor, aquele que marca a função de sujeito não é representado morfológicamente. Este não é, portanto, um fato estranho à língua. O único caso de combinação de dois prefixos plenamente realizados é a combinação 2-1p já discutida.

O quarto e último caso de interpretação morfológica que vamos tratar refere-se às partículas.

O Guató tem duas classes de palavras: variáveis e invariáveis. As palavras invariáveis são as partículas.

As partículas são diferentes dos afixos por sua independência posicional com relação às raízes das demais classes de palavras. Elas se distinguem das demais palavras por não se flexionarem.

Muitas partículas funcionam no enunciado como vocábulos fonéticos (v. Câmara, 1959:100-105), outras têm que apoiar-se em palavra contígua para poder formar com ela um vocábulo fonético.

Para dar conta desses dois tipos de partículas, parece-nos adequado o conceito de forma dependente, segundo Mattoso Câmara (1959). Dividimos as partículas em formas livres e formas dependentes.

As formas livres são aquelas partículas que têm autonomia de realização, podendo constituir sozinhas um enunciado. As formas dependentes são as partículas que, embora tendo mobilidade posicional, não se constituem em enunciado por não terem autonomia de manifestação. Elas precisam de uma palavra de apoio para poderem realizar-se.

A interpretação dessas partículas como formas dependentes é bastante conveniente para dar conta dos dois comportamentos das

palavras não flexionais em Guatô. A definição de forma dependente, autônoma embora nunca apareça isolada (Câmara, 1959:104), adequa-se às partículas que, por apresentarem dependência fonética, nunca ocorrem sozinhas.

Chamaremos as primeiras de partículas Classe I e às dependentes foneticamente, de partículas Classe II.<sup>1</sup>

As decisões que tomamos nas interpretações da morfologia do Guatô não são arbitrárias. Elas estão baseadas na estrutura da língua e nos seus processos de operação.

#### NOTAS:

- <sup>1</sup>. Usamos transcrição fonêmica para registrar as palavras em Guatô. Os símbolos  $\xi$ ,  $\epsilon$  e  $\sigma$ , têm as seguintes pronúncias aproximadas do português:  $\xi$ , como em tio (dialeto carioca);  $\epsilon$ , como em ê; e  $\sigma$ , como em avô. O acento agudo indica tom alto. As vogais não acentuadas têm tom baixo.
- <sup>2</sup>.  $\phi$  representa o morfema zero, um morfema que não se expressa morfológicamente.
- <sup>3</sup>. O asterisco indica que a sequência seguinte é agramatical.
- <sup>4</sup>. Não cabe aqui chamar as partículas Classe II de clíticos, pois isto implicaria em conceituá-las como partículas tônicas, o que não se justifica para o Guatô.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CÂMARA, J. Mattoso, Jr. 1959. *Princípios de Linguística Geral*. 3a. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- CASTELNAU, Francis de. 1851. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para. Histoire du voyage*. Paris, (s/e), 6v. Tradução: 1949 *Expedição às Regiões Centrais e da América do Sul*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 6v., v. 2.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. 1970. *Línguas Ameríndias*, in *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro, Editora Delta.
- RONDON, Frederico. 1938. *Na Rondônia Ocidental*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Brasiliense, v. 130.
- SCHMIDT, Max. 1905. *Indianerstudien in Zentralbrasilien. Kriebnisse und ethnologische Ergebnisse einer Reise in den Jahren 1900-1901*. Berlin, (s/e), Tradução: Catarina Baratz Canha Brava. 1942. *Estudos de Etnologia Brasileira*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Brasiliense, Gr. Formato, v. 2.
- . 1942. "Resultados de mi tercera expedición a los Guatós efectuada en el año de 1928", *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, v. 5, 6:41-75.



WILSON, James. 1959. "Guató Word List" (não publicado) no Arquivo de Línguas do Summer Institute of Linguistics, Brasília. (Dados coletados em Bela Vista do Norte, MT).

Carmen Junqueira, Mauro Lae nel, Betty Mindlin e Roberto Gambini  
(PUC/SP)

A retomada, em particular nos últimos seis anos pela Universidade Estadual de Campinas, do estudo das línguas dos povos indígenas representa uma importante contribuição à cultura brasileira. Lamentável que o obscurantismo cultural tenha interrompido, em 1965, a experiência pioneira da Universidade de Brasília, iniciada em 1963. Mas vale agora, no entanto, recuperar o tempo perdido, do que chorar o leite derramado. Antropólogos e etnólogos, e todos os cidadãos comprometidos com a defesa dos povos indígenas, não podem deixar de saudar todo esforço científico que redunde na preservação da riqueza cultural destes povos contemporâneos, ameaçados pelo etnocídio, pela integração forçada, ou pelo fanatismo religioso, que os ofendem desde os primórdios da colonização.

Esta retomada chama antropólogos e lingüistas a uma reflexão sobre o amplo leque de possibilidades de mútua colaboração. Esta troca de informal, que aumentou nos últimos anos, demonstrou a importância de trabalho em conjunto. Tornou indispensável a definição de formas de intercâmbio institucionais, que, por mais organizadas e permanentes, ofereçam maior eficiência e resultado a ambos os campos de pesquisa. Não se pretende - e é importante a ressalva - oferecer com este modesto trabalho, todo o inventário das possibilidades de intercâmbio. O propósito aqui é aventar algumas pistas, à guisa de abrir o debate.

A excessiva compartimentação dos campos de conhecimento em fechados espaços acadêmicos ocasionou a perda de muitas chances de troca, nem sempre oferecendo a profundidade com que se pretendeu justificá-la. No caso dos lingüistas e antropólogos é urgente romper as camisetas de força institucionais que atomizam o conhecimento em áreas, obstaculizando o esforço comum que é o conhecimento e a defesa dos povos indígenas.

A não inclusão de estudos introdutórios à lingüística tem se mostrado uma lamentável lacuna de formação para os antropólogos e etnólogos ao afrontarem-se com o trabalho de campo. Não é impossível que em alguns casos a recíproca mostre-se também verdadeira: ou seja que lingüistas possam ressentir-se de uma insuficiente introdução às questões da diversidade cultural.

Na resposta a esta dupla lacuna talvez se encontre uma primeira forma de intercâmbio. A promoção nos centros e laboratórios de lingüística de cursos introdutórios destinados aos antropólogos pode ser um começo. A proposta é que se realizem, formal ou informalmente, através das universidades ou de instituições especializadas, enfim, por soluções imaginativas que permitam superar a míngua dotação orçamentária atualmente destinada ao ensino no Brasil. Por seu lado, poderiam os antropólogos refletir sobre a forma mais ágil de introduzir os lingüistas no estudo de diferença cultural. Na formação encontramos assim um primeiro campo de comunicação.

Uma outra vertente de colaboração mútua refere-se à introdução às línguas e culturas propriamente ditas. De maneira informal em troca tem-se verificado em muitos casos. Trata-se de sistematizá-la. A primeira iniciativa seria a listagem dos estudos específicos a cada língua ou cultura realizados pelas duas especialidades. É indispensável a elaboração de pequenos sub-produtos do trabalho científico, algo como guias introdutórios a uma língua ou uma cultura, manuseáveis por todos. Um exemplo é o trabalho recente sobre a língua Macuzi. Cada especialidade tende a criar uma linguagem de iniciados, necessária à definição de suas categorias próprias; Para a mútua colaboração é importante, no entanto, que o lingüista ofereça ao antropólogo uma introdução diretamente operacional às línguas já conhecidas, ou até mesmo em estudo. Esses guias lingüísticos conteriam, por exemplo, algumas páginas com frases usuais cotidianas. (Por exemplo: a saudação em algumas comunidades é "o que você veio fazer aqui?") Para um estudo etnológico, que não exigirá o rigor do lingüista, o domínio de formas simples de interrogação poderá significar uma abertura para o posterior enriquecimento do vocabulário. Este guia introdutório poderia conter noções do plural, gênero, concordância, tempos dos verbos, exemplificados com frases relativas à roça, casa ou caça. Um guia deste tipo facilitaria a inserção do antropólogo no universo indígena.

Até mesmo quanto à especialidade dos temas em estudo poderiam antropólogos e lingüistas promover um intercâmbio concreto. Uma introdução à etnologia permitiria a um lingüista produzir e elaborar hipóteses sobre o parentesco ou a religião, assim como um antropólogo poderia ajudar o lingüista a identificar ou precisar as formas lingüísticas ligadas às estações do ano, aos números, ao ritual de alimentação ou à religião.

É no campo das línguas e culturas específicas que a troca poderá assim enriquecer-se. Para um lingüista que vai iniciar sua pesquisa a introdução ao modo de vida de um determinado povo poderá evitar-lhe tempo perdido, abrir portas e até contornar situações constran-

sonoras. Os antropólogos com alguma introdução operacional à linguística (são raros) poderiam reunir material e observações e passarem aos especialistas. Por exemplo, através de gravações rápidas das que permitiriam a confirmação da identidade de uma tribo com este ou aquele grupo linguístico.

Enfim, o campo da mútua colaboração torna-se assim inesgotável e vai além da ajuda concreta. Através de seminários e publicações deverá passar por questões abrangentes, como a etno-história, o papel da língua na cultura, até a ajuda específica no estudo da música e mitos. Na etno-história, por exemplo, o estudo das línguas permitirá a formulação e confirmação de hipóteses sobre a localização das culturas na história e na geografia, os seus centros de difusão e concentração, até o mais simples, como a troca de bibliografias.

Ampliam-se infinitamente as possibilidades de intercâmbio se as especialidades juntam também seus esforços na análise da situação real dos povos indígenas confrontados com nossa sociedade. No campo da política indigenista, por exemplo, as possibilidades são inúmeras. Dois exemplos concretos: o recente "pacote" presidencial enviado ao Congresso que inclui arditosamente a proibição do ensino primário em outras línguas que não o português e o recente acordo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com o Summer Institute of Linguistics (SIL). Estas duas medidas exigem pronta resposta, pela via da ciência e da ética. Não é possível que a sociedade etnocêntrica a que pertencemos continue pretendendo destruir culturas milenares e impor às minorias nacionais uma língua que não lhe é própria. Quanto ao SIL, já não se ignora que sua atividade científica, em raros casos de alguma utilidade, resume-se a uma camuflagem ao combate criminoso à liberdade cultural e religiosa, ao direito à autonomia indígena, assegurado pela Constituição e pelo Estatuto do Índio. Mais grave ainda a denominada New Tribes, organização fanática e arrogante, cuja contribuição às comunidades indígenas é absolutamente nula, e à ciência tão suspeita quanto a do SIL.

No campo da política indigenista, o intercâmbio entre antropólogos e linguistas passa por duas prioridades: a primeira é a luta pela expansão de cursos para a formação de linguistas ligados às Universidades, que permitam terminar com o danoso monopólio que pretende o SIL e sua co-irmã New Tribes manter sobre o conhecimento e a vida dos povos indígenas. A segunda é a passagem da educação formal e informal dos povos indígenas para os seus próprios líderes, eventualmente apoiados por educadores especializados, mas dentro do princípio constitucional de respeito à sua cultura. É verdade que, dada emergência do contato indígena com a sociedade envolvente, é necessário ensinar por-

tuguês aos índios para que possam enfrentar-se à selvageria dos auto-denominados civilizados. Mas não resta dúvida que a primeira alfabetização deve ser promovida em sua própria língua através da valorização de sua cultura.

A reorientação da política oficial no referente à educação dos povos indígenas é uma responsabilidade e um desafio ético a lingüistas e antropólogos. Para os lingüistas porque poderão promover uma melhor formação dos educadores laicos e desinteressados. Poderão ainda produzir uma grafia das línguas indígenas mais aproximada do português, inevitavelmente a segunda língua. Tem-se verificado que a alfabetização promovida por missionários estrangeiros frequentemente cria dificuldades em lugar de facilitar a alfabetização posterior na língua nacional. Compreende-se que lingüista necessite de um código internacional de fonemas. Mas pode o lingüista auxiliar o educador, de preferência o próprio índio, produzindo um alfabeto graficamente mais próximo do português do que do inglês ou do alemão. O lingüista pode fornecer ao educador (também ao antropólogo) frases e listas de palavras de famílias silábicas da língua indígena que facilitem a alfabetização dos índios no próprio idioma, desde que esse material esteja centrado no cotidiano indígena.

Este trabalho pretendeu apenas abrir o debate e sugerir tentativamente alguns caminhos. Não esgotou, nem podia, as amplas possibilidades de intercâmbio. Mas talvez tenha aberto assim uma porta. Seria a conclusão, contrário ao saber não colaborarmos no campo da ciência ou, e mais grave, contrário à humanidade, se não colaborarmos na defesa dos índios, de sua língua e cultura, reduzindo-os a simples objetos de pesquisa. Perderíamos a chance de conviver e aprender com culturas milenares, e frequentemente, em múltiplos aspectos, superiores a nossa

PROBLEMAS DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA EM  
LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Neusa M. Carlson  
UFPA

Na prática de análise lingüística em línguas indígenas brasileiras, verifica-se que ocorrem problemas de duas ordens: os de origem extra-lingüística e os de repercussão lingüística, propriamente. Os de origem extra-lingüística são abordados em primeiro lugar, sendo divididos em mobilidade, informantes e materiais. A seguir, aborda-se os problemas lingüísticos, que abrangem os limites e o método empregado na análise, e, finalmente, apresenta-se um exemplo de dificuldade de análise, com suas implicações sintáticas e semânticas.

Summary

In practicing linguistic analysis in Brazilian Indian Languages two types of problems are detected: those of extra-linguistic origin and those of linguistic repercussion. The ones of extra-linguistic origin are dealt with in the first place and are divided into mobility, informants and materials. Next the linguistic problems are examined. They comprise the limits of the analysis and method used in the work, and finally, a sample of a difficulty in analysis, along with its syntactic and semantic implications is presented.

1. Problemas Extra-Lingüísticos

São inúmeros os problemas extra-lingüísticos com que se defronta o lingüista-pesquisador. Desses, são tratados três, julgados de primordial importância na pesquisa com línguas indígenas: Mobilidade, Informantes e Materiais.

1.1. Mobilidade

A mobilidade é restrita por fatores administrativos, econômicos e geográficos, entre outros. A restrição do lingüista por causas administrativas é motivada pelo fato de as autoridades respectivas nem sempre compreenderem a importância da pesquisa em línguas indígenas.

Quando a área objeto da pesquisa está restrita à jurisdição da FUNAI existem regras a serem seguidas, as quais incluem provas de boa saúde .

vacinas várias, além de um plano ou proposta de trabalho detalhado. Mesmo após o atendimento às normas prévias à pesquisa, ainda assim, não há garantias de que o acesso será autorizado.

Quando são as missões católicas ou evangélicas que atuam na área, os critérios são ainda menos claros. Alguns missionários aceitam a pesquisador se este demonstra engajamento com as causas defendidas por sua missão. Tudo isto coloca o pesquisador em difícil posição: de um lado o desejo de parte de certos órgãos, que se mantenha sintonia aos problemas lingüísticos da comunidade em estudo e de outro, que seja o mais atuante possível, sob pena de não ser autorizado.

Ora, o linguista traz consigo uma determinada visão do mundo, bastante idealismo (senão não estaria na área), mas seu objetivo primeiro, naquele momento, é coletar dados lingüísticos de uma língua de que talvez seja o único a ter acesso. Diante dessas circunstâncias, não há garantias de que ele seja autorizado a desenvolver um trabalho para o qual está apto, porque, mesmo que não explicitamente, existe alguma orientação prévia que tem que ser satisfeita e que independe da contribuição científica do pesquisador.

Isso é bastante desalentador, dado o grande número de línguas indígenas com pouco ou nenhum estudo, e o relativamente pequeno número de estudiosos interessados no assunto.

Uma vez atingida a sede maior de uma comunidade e ser objeto de estudos, o pesquisador deve encontrar meios para se locomover até o interior, onde vivem os falantes da comunidade lingüística. Quase nunca é tarefa simples. Dependê dos horários e possibilidades de auxílio da FUNAI ou Missão que o recebe, além de lugar nas conduções que se deslocam para o interior. Ou terá de contratar, com enorme dispêndio de recursos financeiros, seu meio de transporte.

Mesmo quando tudo favorece o deslocamento, ocorrem fatores ocasionantes de imobilidade na sede. Entre esses estão incluídos os fatores geográficos, tais como clima, terreno acidentado, falta de condições de vôo, entre outras. Os fatores econômicos igualmente são poderosos cerceadores de locomoção.

O pesquisador, então, busca na própria sede urbana, especialmente na Delegacia da FUNAI, no hospital ou Casa do Índio, nas Missões ou escolas, indivíduos falantes da língua escolhida, para ir se familiarizando com a mesma até chegar ao local de maior concentração de seus falantes. Quando lança mão desse recurso, sempre tem que ter presente a irrealidade da situação, ou seja, do contexto de fala.

## 1.2. Informantes

Quando se busca dados sobre a língua, é claro, o pesquisador entra em contato com a comunidade, visando reunir o melhor material possível.

Em todas as sociedades humanas existem indivíduos com personalidades mais extrovertidas e até considerados pelos outros como os melhores

falantes de sua própria língua. Eles demonstram maior aptidão para colaborar com os propósitos do pesquisador e normalmente já desempenham um papel de liderança em seu grupo. Entre esses estão o chefe, o professor, o enfermeiro, o pajé, a metristroca. As mulheres mais idosas, por exemplo, costumam ser informantes monolíngües, o que tem grande utilidade na coleta da literatura oral, como lendas e cantos.

Os problemas que podem inibir a qualidade do material lingüístico incluem o mau de vocabulários previamente organizados pelo pesquisador.

As listas de palavras apresentadas ao informante só servem muito no início da pesquisa, pois elas não têm um contexto maior de ocorrência: seja lingüística ou cultural, incorrendo-se na perda de grosseiros níveis de detalhamento ou de simplificação de fatos muito complexos de língua.

Também, a pesquisa conduzida "in situ" consegue resultados mais satisfatórios quanto à qualidade do "corpus". Quando se trabalha com informantes distantes de sua vida nativa, além da perda de naturalidade contextual, muitas vezes sobrevêm o problema da incerteza quanto ao uso de uma forma ou outra, quase sempre sobrevivendo dúvidas, especialmente com relação aos elementos dêiticos da língua. Além disso, por causa da aculturação ocorrida com o meio da sociedade européia, ocorrem transformações inevitáveis na fonologia, gramática e vocabulário.

### 1.3. Materiais

Os recursos com que conta o pesquisador são sempre escassos, como foi destacado acima. Assim mesmo, ele tem que estar munido de gravador, pilhas, fitas, papel e lápis, além de tudo o mais que torna operacional esses objetos. Isso sem falar em suas coisas de uso pessoal, desde a rede de dormir até seus alimentos - sempre sob o risco de ter de se desfazer de les quando a canoa ou avião estiver com excesso de carga.

Entre as dificuldades materiais de pesquisa estão o próprio custo da viagem. O pesquisador não só dispõe de muito pouco tempo, como tem dificuldade de fazer as autoridades administrativas entenderem que a tarefa de estudos lingüísticos é uma tarefa científica que envolve tempo, custos e riscos e que portanto tem uma aplicação definida, diferentemente de outras ciências, em que o retorno é imediato em termos sociais, educacionais ou tecnológicos.

O superação dos problemas extra-lingüísticos, alguns dos quais foram identificados acima, são, em grande parte, o principal motivo de não contar-se com mais lingüistas no campo de línguas indígenas no Brasil.

Após a superação da dificuldade de locomoção na área indígena, outra dificuldade é conseguir-se um patrocinador da pesquisa, ou ainda, conseguir o informante ideal para coleta de dados de qualidade e em quantidade adequadas. Ainda assim, o pesquisador, muitas vezes se depara com problemas diretamente concernentes ao seu trabalho lingüístico. Alguns são destacados, a seguir. Estes envolvem a delimitação e tempo de execu-



ção, além do método escolhido para o desenvolvimento do trabalho, as quais pesam muito para que o trabalho chegue com sucesso ao seu término.

## 7. Problemas lingüísticos

Os problemas lingüísticos são, pelo menos, de conhecimento mais íntimo do pesquisador dessa área. Vamos tratar de apenas lembrar dois deles: os limites da pesquisa e o método, e após, apresentar uma questão de análise sintático-semântica da língua macuxi (Caribe), como exemplo de dificuldade de análise lingüística.

### 7.1. Limites

Assim como na prática, os elementos do discurso são delimitados por pausas, fronteiras silábicas, morfológicas e frasais, assim também, o linguista deve impor-se limites em seu trabalho.

Esses limites, em parte, surgem do tipo de platô a que o pesquisador espera atingir. De quanto, também, já foi feito na língua, por outros, o que decorra da revisão da literatura relacionada. E por um esquema de trabalho que pode ser baseado em descrições já existentes para alguns ou tra língua indígena adequada ao nível que se espera descrever. Aos poucos, essas fronteiras se delimitam melhor e se modificam segundo as peculiaridades da língua em estudo. Quanto mais amplo o espectro da descrição, tanto mais superficialmente são tratados os problemas lingüísticos.

Uma descrição em profundidade de um determinado aspecto da língua também é possível e é uma tarefa que surge como consequência do exame mais detalhado de mesma.

Os limites devem ser estabelecidos de início, previamente mesmo ao levantamento dos dados da língua, e isto, não só porque as entidades patrocinadoras da pesquisa necessitam de um plano, e posteriormente de um relatório final, mas porque normalmente estamos sujeitos a outras tarefas, que não são a pesquisa. Se o trabalho é pioneiro, então maior a necessidade de se estabelecer limites de tempo e tarefas, já que há a expectativa de toda uma comunidade científica que deseja apoiar em descrições de línguas pouco divulgadas, novas teorias lingüísticas, ou descartar mitos teóricos que por vezes se perpetuam pelo desconhecimento de dados e métodos dessas línguas.

### 7.2. Método

Quando ainda existem falantes da língua, normalmente, coletam-se dados e procede-se à análise, usando-se métodos e técnicas recomendados por pesquisadores do assunto (V. Samarin: 1967, Carson: 1981b).

O método de descrição dos dados assim coletados de uso mais corrente entre os pesquisadores de línguas de povos sem escrita, ainda são os

preconizados pelos estruturalistas neo-Bloomfieldianos (v. Hockett: 1959) e tagméticos (v. Dixon e Pickett: 1962).

Outras análises, utilizando métodos baseados na teoria prosódica de Firth (1948), ou mesmo na teoria gerativo-transformacional, não só são possíveis, como existem análises de línguas indígenas utilizando essas modalidades. A análise fonológica, por exemplo, apresenta regras elegantes e econômicas com a utilização do modelo de fonologia gerativa de Chomsky e Halle (1969) ou de variantes dessa teoria (para a fonologia Macuxí, por exemplo, v. Carson: 1982). Hoff (1968) em seu trabalho The Carib Language, é um exemplo primoroso de aplicação da teoria linguística do Círculo de Traga. Os missionários do SIL (Summer Institute of Linguistics) utilizam, na maioria de seus trabalhos, a orientação tagmética.

A utilização consistente de qualquer método baseado em modernas teorias linguísticas sempre resulta em um trabalho homogêneo e de valor para o linguista. Mas se ainda não foi feita uma descrição da língua nos moldes estruturalistas, inicialmente, torna-se bastante difícil o uso de teorias recentes, como a transformacional, já que essa teoria propõe o uso da intuição do falante de que carece o pesquisador, ao menos em seu contato inicial com a língua, como o antropólogo, o pedagogo e o missionário, o trabalho será mais acessível e portanto de maior utilidade, se estiver em conformidade com os moldes estruturalistas descritivos, com o qual estão mais familiarizados.

### 2.3. Dificuldades na análise do campo léxico, com implicações sintáticas e semânticas.

Nas línguas indoeuropeias encontra-se o verbo "comer", expresso por um vocábulo que se apresenta com a mesma forma e sentido, mas que sintaticamente pode ser classificado como transitivo ou intransitivo, dependendo de um complemento completar sua predicação ou não.

Na língua macuxí (Carib) a situação com o verbo "comer" é bastante diversa da do indo-europeu. Além de um morfema para o verbo intransitivo, ocorrem três outras formas que exigem um complemento verbal, equivalente ao nosso verbo transitivo "comer algo" (v. Carson: 1979).

Essa situação morfo sintática tem como contrapartida uma situação semântica, igualmente complexa. A distribuição dos três verbos sinônimos, está na dependência da seleção de itens léxicos da categoria semântica dos comestíveis, a qual é muito clara.

Segundo a natureza do alimento que irá completar a predicação do verbo, na posição sintática de objeto direto, será selecionado um dos sinônimos que se traduz por "comer": yani, yakú ou yenã pi. O verbo intransitivo que significa "comer" é antano kã, que por sua vez é derivado do substantivo untã' boca'.

Os referentes dos alimentos da categoria caca e peca ocorrem como objeto direto do verbo yani.

1. moró? yani 'eu como peixe'  
peixe comer eu
2. sírarú yani uyá 'eu como carne'  
carne comer eu

Os referentes dos alimentos da categoria de farináceos, verduras etc., ocorrem como objeto do verbo yakú.

3. ikkéi yakú uyá 'eu como pão'  
pão comer eu
4. sá yakú uyá 'eu como batata'  
batata comer eu

Os referentes dos alimentos da categoria de frutas e doces ocorrem como objeto do verbo yená pi.

5. kwirá yená pi uyá 'eu como abacaxi'  
abacaxi comer eu
6. wán yená pi uyá 'eu como mel'  
mel comer eu

O verbo intransitivo que significa "comer" é entamo?ká.

7. entamo?ká-pi 'eu comi'  
comer perfeito

Esse exemplo de sinonímia no campo léxico macuxi demonstra como certas áreas da língua, neste caso, a do vocabulário, podem apresentar-se altamente complexas.

A estrutura linguística reflete a organização cultural macuxi, que valoriza, prioritariamente, o alimento proveniente da caça e da pesca, que ocorre com o verbo yani. Logo após, os alimentos que consideramos "companhamentos" de uma refeição, como o milho, a batata, o pão, as verduras, que ocorrem com o verbo yakú. Finalmente, surgem os alimentos suplementares, que consideramos "gulosinas" e que são ingeridos em seu estado natural como as frutas e o mel, que ocorre com o verbo yená pi.

Embora a análise linguística detecte as relações sintáticas e morfológicas da língua, é a observação do mundo bio-social, e portanto das considerações pragmáticas, que permitem concluir que a hierarquia de vocabulários acima proposta, existe.

As relações linguísticas de sintaxe e semântica só podem estar completas com a observação do usuário da linguagem, em seu meio natural. E ele é um problema fundamental para o linguista que manuseia dados de uma língua por vezes já não mais falada. Essa descrição in situ é um problema urgente para a linguística na atualidade, pois os exemplos de línguas indígenas em desaparecimento são demasiado numerosos para que não nos sintamos.

O linguista, pesquisador de línguas indígenas brasileiras, defronta-se com inúmeros problemas, nem sempre sob seu controle. Alguns desses foram abordados mais detalhadamente acima. Salientou-se que as autoridades administrativas nem sempre são sensíveis ao fato de que são muitas as línguas e poucos os pesquisadores dispostos a atuar nessa área.

Assim, mesmo dos poucos candidatos, ainda alguns não recebem autorização para atuar em determinadas localidades indígenas, sem que o pesquisador saiba claramente das razões para a negativa. Outro problema que cercaria o desenvolvimento de pesquisa linguística é o econômico. Embora, em termos comparativos com outras áreas de pesquisa, seja necessário um mínimo de fundos para seu desenvolvimento, o pesquisador de campo, por exemplo, não pode coletar seus dados por conta própria, sem auxílio financeiro. Como os dividendos da pesquisa são, no máximo, uma gramática descritiva da língua, os patrocinadores da pesquisa neste país nem sempre se entusiasma em aplicar dividas nela. Esquecem que o patrimônio cultural de um povo inclui o conhecimento das línguas faladas em seu território.

São problemas, igualmente, já mais afetos ao linguista, e portanto sob seu controle, os limites que deve dar ao seu trabalho e a método que irá norteá-lo. Ambos tem fundamental importância, para que seu tempo e recursos sejam utilizados da melhor maneira possível.

Para ilustrar as implicações dos problemas linguísticos com a cultura de um povo indígena, foi apresentada um dado do vocabulário macuxi (Caribe). A distribuição das palavras sinônimas na sintaxe, que inclui a distinção entre verbo transitivo e intransitivo e na semântica, envolvendo a seleção na categoria de alimentos, expressa no sistema linguístico uma hierarquização de ações fundamentais à sobrevivência do indivíduo: a ação de alimentar-se.

Assim, conclui-se que a língua sem seus usuários é um estudo de conjecturas que nem sempre podem ser validadas. Este é um problema essencial do linguista: descrever línguas, conforme usadas por uma comunidade de língua. É, cada vez mais, um problema, pela assimilação dos indígenas à comunidade branca, na melhor das hipóteses, ou pela dizimação por doenças, ou outras causas, nos casos mais tristes.

B I B L I O G R A F I A

- Carson, N. M. 1969. "Relações Semântico-Sintáticas em Macuxí. Revista Letras de Hoje, nº 37, PUC/RS.
- \_\_\_\_\_. 1981 b "Análise Linguística: Coleta de Dados". Revista do Centro de Artes e Letras da UFES, V 3, nº 2 Jul/Dex.
- \_\_\_\_\_. 1982. "Phonology and Morpho-Syntax of Macuzi (Caribe)". Tese de Doutorado. University of Kansas. EUA.
- Chomsky and Halle. 1969. The Sound Pattern of English. New York: Harper and Row.
- Eison and Fickett. 1962. An Introduction to Morphology and Syntax. Norman, Oklahoma. SIL.
- Firth, J.R. 1948. "Sounds and Prosodies". pp. 47-65. In Jones and Laver eds. Phonetics in Linguistics. London: Longman Group Ltd. 1973.
- Hockett, C. 1955. A Manual of Phonology. IJAL. Vol 21, nº 4, Out.Memoir 11.
- Hoff, B. J. 1968. The Carib Language. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Samarin, 1967. Field Linguistics. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Trubetsky. 1939. "Grundsüge der Phonologie". Travaux du Cercle Linguistique de Prague, nº 7.

## APRESENTAÇÃO

Sebastião Votre

(UFRI)

Variação e mudança lingüística são os aspectos a ser discutidos neste simpósio. A variação aqui abordada é sintático-prosódica, como em "Alguns fatores da pausa entre verbo e sujeito", de Cecília Mollica; é morfossintática, como no trabalho de Charlotte Emmerich sobre a língua de contacto do Alto Xingú; ou pode ser de natureza sintático-discursiva, como em "Tópico e ordem vocabular", de Maria Luiza, e "Inversão de sujeito", de Votre e Naro.

O trabalho de Charlotte Emmerich detém-se num tipo de variação incorporativa, relacionado à aquisição de estruturas de uma segunda língua, enquanto os demais trabalhos lidam com variação estável, sem pistas claras de um movimento de mudança em curso no sistema da língua.

O modelo quantitativo utilizado nos três trabalhos individuais apresenta grande uniformidade, pois está centrado nos programas de série VARBRUL, de David Sankoff e Pascale Rousseau, que operacionalizam o que se convencionou chamar de modelo logístico. Já o trabalho de Votre e Naro procura discutir até que ponto o fenômeno em estudo, da ordem relativa entre sujeito e verbo, pode ser analisado por um modelo que supõe coatuação simultânea dos fatores condicionantes.

Com exceção dos dados de Charlotte Emmerich, que procedem do Alto Xingú, os dos três outros trabalhos provêm do corpus do projeto Censo da Variação Lingüística do Rio de Janeiro, que conta com 64 horas de gravação de fala espontânea do Município do Rio de Janeiro, transcritas e armazenadas eletronicamente, com controle das variáveis idade, sexo, procedência e nível de escolaridade.

O trabalho de Cecília Mollica examina as chances de diferentes fatores influírem na ocorrência de pausa entre o sujeito e o verbo no português falado do Rio de Janeiro, e demonstra que a pausa possui diferentes funções, do tipo gramatical, discursivo e psicolingüístico, e conseqüentemente deve ser analisada em diversos níveis de análise lingüística.

O trabalho de Maria Luiza Braga, atento à função que as topicalizações desempenham no discurso, examina o uso de topicalizações na fala e avalia o efeito dos fatores relacionados a presença/ausência de sujeito em orações topicalizadas, o status informacional do SN topicalizado e seu caráter definido.

O trabalho de Charlotte Emmerich estuda o efeito de variáveis de natureza estrutural e etnográfica na incorporação dos mecanismos de

flexão verbal pelos índios da aldeia Kamayurã, da aldeia Yawalapiti e do Posto Indígena Leonardo Villas Boas, do Parque do Xingu. O trabalho detalha os efeitos da saliência fônica, de natureza segmental e prosódica, na taxa de incorporação da regra. Entre os traços de natureza discursiva, dialógica, é avaliado o efeito da repetição parcial ou total, por um interlocutor, do que acaba de ser produzido pelo outro interlocutor. A residência do grupo indígena, seu contacto com a comunidade nacional, é o traço etnográfico avaliado.

O trabalho sobre inversão do sujeito procura descobrir o intento comunicativo presente em construções na ordem de VS, e para isso analisa fatores estruturais responsáveis pela posposição de sujeito na fala espontânea, e define até que ponto esses fatores coatuam, simultaneamente, na produção de fala com sujeito posposto. A análise aqui desenvolvida parece mostrar que quando um dos fatores principais atua, os demais se mostram indiferentes.

Cecília Móllica

(UFRJ)

## 1. Introdução

Nesta comunicação, estão apresentados os resultados da pesquisa sobre os fatores que favorecem a presença da pausa entre sujeito e verbo no discurso falado. Inicialmente, delimitamos o objeto de estudo bem como a amostra com que trabalhamos e traçamos as linhas mestras da metodologia utilizada. Em seguida, definimos as hipóteses mais plausíveis para o fenômeno em questão, mostrando os resultados com as respectivas possibilidades de interpretação. Por último, levantamos algumas considerações e delineamos resumidamente caminhos a serem ainda percorridos.

### 1.1. Objeto de estudo, Amostra e Metodologia

A fala espontânea possui características, frequentemente consideradas como "erros de fala" (Clark e Clark, 1977), tais como 'falsos começos', 'correções', 'hesitações', que aparecem pouco na escrita. Essas e outras marcas vêm sendo explicadas e interpretadas pela literatura psicolinguística (Carroll, 1969) como evidências de dificuldade no processamento dos enunciados ou como indícios da relação dos interlocutores durante o jogo da conversa (Cabral, Martin, Chiari, 1979). Pensa-se que essas podem ser explicações verdadeiras mas não necessariamente únicas aos fenômenos mencionados.

Um projeto amplo, que ora desenvolvemos, objetiva estudar as pausas do discurso oral nos pontos da cadeia sintagmática que não são comumente marcados na escrita por qualquer recurso de pontuação segundo a tradição da ortografia do português. O estudo quer conhecer todas as ocorrências desse tipo e estabelecer os princípios que lhes regulam as chances do aparecimento.

Escolhemos como ponto de partida a fronteira sintática entre sintagma nominal sujeito e sintagma verbal, investigando as condições favoráveis ao aparecimento da "pausa vazia" (Clark e Clark, 1977). Assim, passamos a estudar a fronteira entre sujeito e verbo no que tange à presença de pausa vs ausência de pausa, delineando duas variantes:

variante I, caracterizada pela ausência de marca e variante II, marcada pela presença de pausa. Os trechos de (1) a (3) ilustram o foco de atenção do nosso estudo. Utilizamos o código § (cifração) para registrar



pausa; na ausência de marca, não há nenhum registro especial.

Variante I: Ausência de marca

- (1) "Pra mim, eu não posso falar pelas outras pessoas, porque eu acho que cada ser humano tem uma visão de vida, né?"

Variante II: Presença de pausa

- (2) "Cada ser humano veio ao mundo pra viver sua própria experiência"  
(3) "Ele é um homem que ele não luta por nada."

Nesta primeira etapa de estudo, demos exclusiva atenção aos casos em que a fronteira sintática apresenta ausência ou presença de pausa<sup>1</sup>, por isso eliminamos dados do tipo:

- a) sentenças com expressões entre sujeito e verbo (ver exemplos de 4 a 7);  
b) sentenças subordinadas com é que, foi que a exemplos de (8) a (10);  
c) sentenças sem sujeito expressão como em (11) a (13);  
d) sentenças inacabadas como em (14);  
e) sentenças com deslocamento para a esquerda do tipo (15) e (16).
- (4) "Aí, ele de vez em quando telefonava para casa e eu sentada naquela cadeira e eu atendia o telefone."  
(5) "Ele comprou uma Kombi, eu ainda disse para ele: Ih, meu filho! Sua avó não gosta da Kombi."  
(6) "Olhei pro lado, olhei pro outro, não vinha nada. Vou atravessando. Na contra mão. Veio um carro, em toda velocidade e eu, por instinto de defesa, né, fiz assim pro carro."  
(7) "Eu, graças a Deus, tenho dois filhos e eles têm assim nenhum vício."  
(8) "Um colega meu que bateu"  
(9) "Quem estava com a chave era o jardineiro"  
(10) "Bom, que na verdade não é ela quem vai governar, isso é que é uma verdade."  
(11) "Hoje não tem isso não."  
(12) "Brincava-se muito de roda."  
(13) "Atualmente não dá."  
(14) "Isso eu nunca... eu nunca fui à casa de vizinhos e os meus filhos também não."  
(15) "Minha sobrinha, ela não gosta de nada."

(16) "Eu acho que as crianças de hoje em dia falam não são mais volun-  
tárias."

Portanto, examinamos a pausa entre o sujeito e o verbo quando:

- i) não há elementos de interferentes entre SN1 e SV;
- ii) o sujeito está expresso;
- iii) a sentença contém pelo menos os constituintes essenciais, mesmo que não seja completada em outros níveis como em (17):

(17) "Mas você sabe que o menino foi... Que gracinha!"

A hipótese fundamental liga-se à idéia de que a presença da pausa não é aleatória, mas obedece a princípios específicos. O falante interrompe a emissão, imprimindo efeitos especiais na comunicação. Desse modo, partimos do princípio segundo o qual a presença de silêncio durante frações de segundo entre sujeito e verbo possui funções de natureza discursiva, gramatical e psicolinguística.

A amostra se compõe de quatro horas de fala espontânea de quatro informantes, tomadas aleatoriamente do conjunto global da amostra do banco de dados criado pela "Censo da Variação Linguística do Estado do Rio de Janeiro". A exemplificação usada aqui é quase toda retirada da amostra; há, porém, exemplos criados por nós e extraídos de outrem, recurso usado para ilustrar e fundamentar nossos argumentos.

Os procedimentos metodológicos normalmente utilizados em Teoria da Variação serviram-nos na operacionalização da análise dos dados: na obtenção de resultados (se bem que preliminares) bastante satisfatórios. Hipotetizamos 14 grupos de fatores em relação aos quais foram calculadas frequências e probabilidades, utilizando o sistema SWAVA (programas SWMINC/VARBRUL)<sup>2</sup>.

Dos 14 grupos, 12 foram selecionados como estatisticamente significativos para aumentar as chances de ocorrência da pausa ora em exame. Nesta comunicação, porém, falaremos a respeito de apenas cinco grupos por razões de tempo.

## 2. Grupos de Fatores

### 2.1. Estrutura Gramatical do sujeito

O grupo 1 diz respeito à natureza morfo-sintática dos SNs sujeitos. Devida-os inicialmente em nominais e pronominais, distribuindo os sintágmata nominais de núcleo pronominal em:

- a) 1a. pessoa;
- b) 2a. pessoa;
- c) 3a. pessoa;
- d) 'outros',

Incluindo os respectivos plurais. Consideremos (d) 'outros' os casos de pronomes indefinidos e demonstrativos e os de difícil classificação tais como 'alguém', 'tudo', 'isso'. Nos trechos (18) e (19), aparecem sublinhados os SNs de núcleo pronominal, codificados conforme acabamos de descrever.

(18) "Aí ficamos naquela negôcio, bateu radiografia, ele me deu pra eu ver e tal. Eu vi e disse: É, não tem fratura nenhuma não. Mas eles imobilizaram o braço, né?"

(19) "Se você enguiça com o carro, ninguém pára pra te socorrer. Você fica enguiçado."

Dos sintágramas nominais de núcleo nominal, distinguindo os SNs plenos dos SNs sentenciiais, classificando-os e codificando-os segundo o critério de sua estrutura sintática. Assim, codificamos os SNs plenos quando:

- a) formados apenas por N;
- b) formados por DET+N;
- c) estruturados por (DET)+N+"SATR". (sintagma atributivo)

Convém esclarecer que o símbolo "SATR" (as aspas são nossas), se bem que em desacordo com as descrições estruturais de que dispomos do SN em português, foi adotado com o único propósito de apresentar convencionalmente qualquer constituinte preposicionado ou não preposicionado que modifique N. O trecho (20) apresenta sublinhados alguns tipos de SNs plenos:

(20) "A mãe dele disse: "Ah, porque D. Dália, o Luciano não vai almoçar. Eu disse: "Vai sim". O meu neto, disse pra ele: "Olha você não pede pra comprar nada não, heim? Que a vovô não tem dinheiro!"

Também codificamos os SNs sentenciiais, distinguindo-os em dois tipos:

- a) subordinadas substantivas subjetivas;
- b) SNs contendo uma cláusula relativa como atributo do núcleo nominal.

O trecho (21) ilustra os casos (a) e (b) respectivamente:

(21) "Aí arranjavam as namoradas. Ah! Aí, já viu, né, mãe que é mãe sempre quer o melhor pro seu filho ou pra sua filha. Não acha? É a gente... Quer dizer, casa, depois não se dá bem, e é um problema que Deus me... Por exemplo, esse meu filho que é desquitado tem dois filhos homens."

A expectativa quanto a esse grupo de fatores ligava-se à idéia, primeiro de que pronomes inibem a presença da pausa. Em segundo lugar, esperávamos que, quanto mais complexo fosse a estrutura de SN, no caso de

SNs de núcleo nominal (englobando aí os plenos e sentenciiais), maiores as chances de ocorrer a pausa. Realmente, a complexidade nesse caso correlaciona-se de forma estreita à extensão do sintagma nominal. Pois o acréscimo de determinantes, modificadores, quantificadores, atributos ou demais constituintes de SN, significa maior número de "galhos" convergindo para um mesmo nó de árvore, ou mesmo concorrendo para a criação de novos nós de nível mais baixo dominados por N, implica obviamente o aumento de tamanho de SN. A tabela 1 mostra os resultados percentuais e probabilísticos referentes a cada um dos fatores desse grupo:

TABELA 1: ESTRUTURA GRAMATICAL DE SNI

	Pro.	Per.	ApI.
pronomes de 1a. pessoa	.25	02%	20/905
pronomes de 2a. pessoa	.17	02%	02/102
pronomes de 3a. pessoa	.31	03%	14/554
'outros'	.58	12%	08/68
SN = N	.54	23%	03/13
SN = DET + N	.41	12%	39/339
SN = (DET) + N + "SATR"	.86	44%	20/45
SNs sentenciiais	.79	23%	03/13

Segundo a tabela 1, os resultados condizem razoavelmente com as intuições que tínhamos. Observemos as probabilidades associadas às variáveis pronominais. Com exceção da categoria 'outros' podemos afirmar com tranquilidade que pronomes de 1a., 2a. e 3a. pessoas inibem a presença de pausa. Por esse motivo constituem um subgrupo, comportando-se de forma homogênea. É possível ver configurado outro conjunto formado pela variável 'outros', (pois os pronomes indefinidos se comportam mais como nomes do que como pronomes), e pelas variáveis SN = N e SN = DET + N. Diríamos que esse subgrupo se mantém neutro em relação à pausa, pois os resultados se voltam em torno de .50. Já os SNs estruturados por (DET) + N + "SATR" e os formados por sentenças se apresentam como bons condicionadores à presença da pausa, pois mostram probabilidades bem acima de .50, por esse motivo circunscrevem um terceiro subgrupo.

Essa é uma leitura possível, porém parcial dos números, pois só leva em conta as probabilidades. Se olharmos para as frequências e para a quantidade de dados em relação a cada uma das variáveis, vamos concluir que nem sempre a distribuição é satisfatória. Por exemplo temos um número relativamente pequeno de dados para SNs pronominais de 2a. pessoa, o que não constitui surpresa, pois as situações de entrevistas do tipo do "Censo" conduzem mais naturalmente ao uso de eu, nós, ele(s), ela(s) do que ao de tu, vós, você, o(a), senhor(a)<sup>3</sup>. Esse fato deve ser responsável também pela mais baixa probabilidade associada aos pronomes de 2a. pessoa.

Da mesma forma é interessante ressaltar os poucos dados (somente 13) para os SNs estruturados apenas por núcleo nominal, fato que deve estar explicando a inversão entre porcentagens e as probabilidades entre as variáveis 'outros' e SN = N. Do ponto de vista da complexidade, relacionada à estruturação de SN, esperávamos que SN = N e SN = DET + N fosse favorável à pausa. No entanto foi a variável 'outros' que se apresentou favorável. Atribuímos esses resultados à "insuficiência relativa" de dados entre os fatores.

Apesar desses "inconvenientes", há sem dúvida três subconjuntos entrevistados na tabela II:

Tabela II: ESTRUTURA GRAMATICAL DE SN1

	Pro.	Per.	Apl.
pronomes	.17	02%	36/1561
nomes	.34	14%	63/458
sentenças	.90	38%	06/16

Essa tabela mostra os resultados obtidos quando amalgamadas todas as ocorrências de sujeitos pronominais, todas de SNs plenos incluindo a categoria 'outros' e todos de tipo (a) subordinadas substantivas subjetivas, pois as do tipo (b), com sentenças adjetivas, sempre tinham pausa.

A tabela II vem reforçar a idéia de que a estrutura morfo-sintática de SN tem a ver com a pausa entre sujeito e verbo. Por exemplo os SNs pronominais inibem a presença de pausa. De fato, fizemos

uma rodada apenas com pronomes e uma outra só com nomes e sentenças, para testar não só a ação dos grupos de fatores, distintamente nos dois casos, como também o comportamento dos pronomes em particular. Em quanto na rodada com nomes e sentenças o programa selecionou 8 grupos de fatores, na rodada só com pronomes, foram selecionados apenas 3 grupos. Esse teste nos prova que de fato os pronomes são menos "paradoxos", conforme já pensávamos. No entanto, resta a dúvida se os resultados estão contaminados pela superposição existente entre a natureza morfo-sintática e o tamanho do SNI.

Ainda quanto à estrutura de SNI, podemos dizer que os SNI mais complexos estruturalmente são os que mais favorecem a presença da pausa, respectivamente os formados por (DET) N "SATR" sentenciais (ver tabela 1). Aqui também fica a dúvida quanto ao aspecto de superposição da extensão de SN sobre a natureza morfo-sintática, pois esses SNI são em geral naturalmente maiores que os SNI estruturados diferentemente.

Conscientes da correção entre a natureza morfo-sintática e a extensão de SN, controlamos também a variável tamanho de SN. Por esse motivo achamos que, para prosseguir a discussão, necessário se fez introduzir considerações referentes ao grupo TAMANHO. Na codificação original, tínhamos várias faixas de extensão de SN. No entanto, nossos dados variaram apenas nos casos de 1a. e 2a. faixas, isto é, de SNI com 1 a 3 sílabas e de SNI com 4 a 8 sílabas, respectivamente. As faixas de 9 a 15 e de 16 a 20 sílabas, além de ocorrerem menos, (11 casos de 9 a 15 sílabas e 2 casos de 16 a 20 sílabas) apresentaram dados categóricos, quer dizer, dados invariáveis, porque no caso de todas as sentenças tinham pausa. Notemos, por outro lado, que, quando processamos exclusivamente os SNI pronominais, o grupo TAMANHO não foi selecionado e isso se deve ao fato de a maioria dos pronomes possuírem de 1 a 3 sílabas, correspondendo à primeira faixa de tamanho que usamos na codificação dos dados.

Concluímos até aqui que estamos lidando, em geral, com SNI curtos e que temos superposição parcial entre dois grupos: só há variação em SNI de até 3 sílabas e alguns de nossos dados foram codificados duas vezes sob o mesmo aspecto. Embora reconheçamos que haja problemas na codificação, achamos que os resultados não estão completamente inproveitados. De fato todos os SNI pronominais têm de 1 a 3 sílabas (exceto 'a senhora'), porém nem todos os SNI plenos e os sentenciais estão na faixa de 4 a 8 sílabas. Apenas a variável 'outros' não ocorreu na faixa de 4 a 8 sílabas, o que significa que, mesmo alguns dos SNI sentenciais, (portanto SNI mais complexos sintaticamente falando), acham-se na faixa de 1 a 3 sílabas.

Evidentemente não podemos ainda decidir a respeito do peso de cada uma das variáveis, estrutura e tamanho do SN1, mas tendemos a acreditar que o tamanho deva ser apenas um indicio em nível superficial da língua com razões mais profundas de natureza sintática. Note-se que os resultados referentes à natureza morfo-sintática se mantêm os mesmos seja incluindo ou excluindo os dados categóricos referentes às faixas maiores de tamanho. Quando acrescentamos os SNs maiores, amalgamando-se aos da faixa de 4 a 8 sílabas, as probabilidades permaneceram em torno de .70 para os SNs plenos e .80 para os sentenciais (conferir tabela 1). O mesmo ocorreu para o grupo TAMANHO: sintagmas nominais de até 3 sílabas mantiveram-se com uma probabilidade em torno de .30, portanto com poucas chances de apresentar pausa, enquanto que os de mais de 3 sílabas estabilizaram-se em torno de .60 de chances de apresentar pausa. Viabilizamos desta maneira a hipótese de superioridade de morfo-sintática sobre o tamanho, na questão da pausa entre o sujeito e o verbo.

## 2.2. Contrastividade Discursiva

Outro grupo de fatores que nos apareceu igualmente importante para condicionar o aparecimento da pausa foi Contrastividade Discursiva. Trata-se de variável que controle a presença de contraste em SN (Chafe, 1976 e Prince, 1979) cuja expectativa baseia-se na idéia segundo a qual, o sujeito é 'foco de contraste' no discurso, aumentam as chances de ocorrer pausa. A hipótese lança-se na direção de investigar que não é só a marca entonacional sobre SN sujeito capaz de imprimir contraste de idéia, mas também a pausa pode produzir semelhante efeito discursivo.

Note que a idéia de contrastividade correlaciona-se a marcas entonacionais não constitui novidade. Dos gramáticos tradicionais aos gerativistas, linguistas pragmáticos em geral até aos especialistas em estudo sobre entonação (Ladd, 1980), todos admitem que a sentença (22) por exemplo:

(22) Pedro veio,

se receber força entonacional especial em 'Pedro', significará também idéia de contraste, além do seu sentido naturalmente expresso.

Já os gramáticos tradicionais, tal como Cunha (1972) e Bechara (1968) falam sobre isso, descrevendo o fenômeno como acento de intensidade. Além dos acentos primário e secundário das palavras, prevêem duas funções do acento, cognominadas como o acento de insistência. Observemos as palavras de Cunha abaixo transcritas: "Além dos acentos normais (principal e secundário), uma palavra pode receber outro, chamado de insistência, que serve para realçá-la em determinado contexto,

quer impregnando-a de afetividade (emoção), quer dando ênfase à idéia que expressa. Daí distinguirmos dois tipos de acento de insistência: o acento afetivo e o acento intelectual". (pág. 41)

Segundo ele, o acento afetivo tem a finalidade de imprimir certa emoção no enunciado, tal como se observe nos exemplos a seguir

- (23) "É um homem miserável!"
- (24) "É uma pessoa abominável!"
- (25) "Esta criança é um amor!"

Cunha explica que, com o acento afetivo, impressionamos determinada palavra de emoção particular. Por outro lado, o chamado acento intelectual tem, segundo o autor, propósito pragmático-discursivo diverso do afetivo. Isto traduzido nos próprios termos de Cunha, temos:

"Mas nem sempre o realce sonoro de uma sílaba diversa da tônica normal põe em jogo a nossa sensibilidade aguçada. É por vezes um recurso eficaz de que dispomos para valorizar uma noção, para defini-la, para caracterizá-la, geralmente, contrastando-a com outra" (o grifo é nosso) (pág. 42)

Observem os exemplos do autor para ilustrar o trecho transcrito anteriormente:

- (26) "Esta medida é arbitraria"
- (27) "Não se trata de um ato imoral, mas amoral";
- (28) "Quero razões objetivas e não subjetivas";
- (29) "São razões subjetivas!"
- (30) "Foi uma ação arbitrária";
- (31) "Trata-se de ato ilegal!"

Nas sentenças acima, o acento de intensidade (conforme cognominou Cunha), corresponde à entonação que incide sobre a primeira sílaba da palavra, imprimindo-lhe "maior duração, maior altura e sobretudo maior intensidade".

Todos os exemplos, sem dúvida, ilustram o uso da marca entonação com o propósito discursivo de função contrastiva. Entretanto difere do nosso caso, na medida em que estamos postulando contrastividade apenas no sintagma nominal, sujeito, quando o foco do discurso e os exemplos do autor coincidem serem sempre em sintagmas adjetivos. De toda maneira, constatamos que a idéia de contrastividade através de recurso prosódico não é nova nos estudos lingüísticos. Sabemos que outros modelos de análise lingüística descrevem diferentemente o fenômeno ou referem-se a ele.



Não caberia aqui transcrever o ponto de vista de cada um, pois fugiria muito do escopo do trabalho. Queremos ressaltar, no entanto, que nenhum deles levanta a hipótese do significado contrastivo advir também a pausa (o grifo é nosso). É exatamente o que estamos admitindo e os resultados nos animam a prosseguir nesta direção, conforme mostramos na tabela III.

Tabela III: CONTRASTIVIDADE DISCURSIVA

	Pro.	Perc.	Apl.
com contraste	.74	16%	21/131
sem contraste	.25	05%	88/1908

Os números que aparecem na tabela III nos conduzem a pensar que realmente a pausa pode ter uma função contrastiva no discurso assim como já sabemos que a entonação o possui. Então, além de marcas gramaticais, como conjunções adversativas, oposição de tempos verbais ou mesmo estratégias de negação, o recurso prosódico do tipo pausa, acompanhado eventualmente de entonação ascendente, marca SN tornando-o foco de atenção e destacando-o contrastivamente dos demais no discurso.

### 2.3. Interacionalidade

O grupo intitulado Interacionalidade controla a relação entre interlocutores (entrevistador/entrevistado). Isto é, pretende examinar o fato de SN ser produzido espontaneamente pelo falante ou o de ser produzido através de um "gatilho", ou seja, através de um comando do entrevistador. A terminologia "gatilho" tem sido usada pela equipe do projeto "Censo", tem-se mostrado bastante útil para traduzir as situações de entrevista em que o falante é provocado de alguma maneira a processar determinadas regras que se querem ver produzidas, tal como o subjuntivo ou o infinitivo ou infinitivo pessoal.

Originalmente, porém, o conceito "gatilho" foi criado por (Emmerich, 1977) e tem sido operacionalizado como uma variável em seus trabalhos sobre a língua de contato do Alto-Xingú, mais precisamente, sobre o eu em todas as formas verbais possíveis de ocorrer no português xingano. Segundo a professora, a variável "gatilho" pertence a um grupo de fatores intitulado "Traço Propulsor" e refere-se à situação dialógica em que o entrevistado (o locutor) reage lingüisticamente

a um estímulo do entrevistador (o interlocutor) em contraste com outras situações de discurso que, segundo a autora seriam consideradas como "discurso livre". A variável gatilho define-se na versão de 1984 como: "... o descalçar na resposta a forma não flexionada da pergunta. Este mecanismo de cópia se reflete na tendência a inibir o uso da regra de concordância, em situações dialógicas" (pg. 132).

Nos exemplos da professora, fica claro o mecanismo de cópia na relação locutor/int interlocutor:

I: Você sabe as duas?

L: Sabe.

I: Você aprendeu com quem?

L: Eu aprendeu com Orlando (pág. 132)

Inspirados nessa experiência, criamos o nosso grupo de fatores intitulado Interacionalidade, com o intuito de investigar as chances que o discurso provocado tem de fazer ocorrer pausa, revelando-se possivelmente como um efeito psicolinguístico, resultado da interação entrevistador/entrevistado. No entanto, no nosso trabalho, pareceu-nos interessante, para condicionar a ocorrência da pausa, tanto a repetição 'ipsis literis' do SN sujeito por parte do entrevistador, tal como foi concebido o "gatilho", como considerar "gatilho" todo e qualquer primeiro SN sujeito que surgisse na fala do entrevistado, imediatamente após a fala do entrevistador. Os trechos (32) e (33) mostram, sublinhados, os tipos de SNs que consideramos "com gatilho" no nosso trabalho:

(32) E: O que que é pegar jacaré?

F: Pegar jacaré é quando vem uma onda, a pessoa fica preparado com as mãos na frente, aí deixa a onda levar até na beirada.

"E: É perigoso quando a pessoa ganha um caixote, né?

E: O que que é isso?

F: Caixote é quando o cara vai assim, a onda vem e quebra por cima dele.

"E: Mas você não acha que lutar também traz suas...

F: Não, eu não acho não. Pra mim, e eu não posso falar pelas outras pessoas, porque eu acho que cada ser humano tem uma visão de vida, né? Cada ser humano vem ao mundo pra viver a sua própria experiência."

No entender de Emmerich, apenas o primeiro SN sujeito que aparece sublinhado em (32) possuiria características de 'engatilhado'. Sem dúvida, o conceito foi aqui tomado de forma bem ampla, distancian

do-se bastante da concepção inicial e isto se deveu ao fato de estar  
mos estudando fenômeno bem diferente.

Observemos os resultados referentes a esse grupo na tabela IV:

Tabela IV: INTERACIONALIDADE

	Pro	Perc	Apl
com gatilho	.87	17%	02/12
sem gatilho	.12	05%	107/2027

A tabela IV mostra que os SNs codificados como "com gatilho" têm chances em torno de .87 de apresentar pausa em contrastes com .12 de não apresentar. Embora os resultados probabilísticos estejam bem polarizados, o número de apenas 2 casos de pausa sobre um total de 12 SNs "engatilhados" põe em risco interpretações apressadas. Note-se, no entanto, que a validade estatística está assegurada pelo fato de o programa ter escolhido esse grupo como significativo.

Por isso, atrevemo-nos a afirmar que tais interpretações têm natureza pragmático-discursiva, pois revelam ser a pausa um efeito resultante de mecanismos próprios à intercomunicação entrevistador/entrevistado. Com a presença de um "gatilho" ou "provocação" por parte do entrevistador a probabilidade de ocorrer na fala do entrevistado aumenta, enquanto que, na ausência do gatilho, a probabilidade cai. Isso parece revelar que a pausa tem efeito de ligação entre o discurso dos interlocutores, servindo de "gancho" entre falante e ouvinte, bem como possui o papel de destacar o tópico do discurso. Sem dúvida, aí estão abertos dois caminhos: um, que sugere ser importante a atuação da atuação de diálogo sobre o fenômeno da pausa; outro, que introduz um elemento a mais na discussão a respeito de topicalização.

#### 2.4. Estilo Discursivo

O quarto grupo de fatores cumpre a função de controlar o estilo usado no discurso, entendendo-se por "estilo direto" a reprodução alegada como literal da sentença de outrem tal como foi produzido originalmente, e, por "estilo indireto", qualquer sentença própria ao falante que está sendo entrevistado.

Estamos usando os conceitos tradicionais de "estilo direto" e "estilo indireto", deixando de lado o de "estilo indireto livre" (Cohn, 1972), porque não nos apareceu influir em nada na presença de marcas entre SNI e SV. Os trechos a seguir exemplificam "estilo direto" e

"estilo indireto". O que foi codificado como "estilo direto" apresenta-se sublinhado. Os trechos não sublinhados foram considerados "estilo indireto";

(34) "E ele disse: "Ah, Dona Dália! Eu pensei que a senhora estivesse toda arrebatada. Não está não, graças a Deus."

(35) "E vim para casa, ele me trouxe aqui em casa... Eu passei uma noite horrível, cheia de dores! Ai, ele de vez em quando telefonava pra casa e eu sentada naquela cadeira e eu atendia o telefone"

Codificamos também como estilo indireto os SNs sujeitos que vinham acompanhados de verbo dicendi tal como ocorre em (34). Ao reexaminarmos os dados após o término dessa fase piloto do trabalho, constatamos que parece não ocorrer pausa entre sujeito e verbo, quando se trata de verbo de apresentação e de verbo dicendi, conforme mostra o exemplo (36), assim como em sentenças estereotipadas, as chamadas 'frases feitas', conforme mostram os exemplos (37) e (38).

(36) "Ai, ele me disse assim: Ó, eu não gosto disso não, heim? Eu não gosto disso não! Ai, eu disse:"

(37) "A Luciene é uma gracinha! Inclusive, você sabe, ela tem três anos"

(38) "Meninas, repetiu a comida que só você vende."

Se de fato não há variação nesses casos, a fase de recodificação dos dados e de aumento da amostra, a que pretendemos proceder num futuro próximo, não levará em conta as fronteiras entre sujeito e verbo com as características mencionadas.

A inclusão dessa variável ESTILO DISCURSIVO se deve à expectativa segundo a qual o estilo direto não favorece a pausa por ser um enunciado pronto, apenas citado e o estilo indireto favorece pelo motivo inverso. Os resultados apresentados a seguir (tabela V) confirmam nossas intuições.

Tabela V: ESTILO DISCURSIVO

	Pro	Perc	Ap1
estilo indireto	.75	068	105/1875
estilo direto	.24	028	04/164

As estatísticas referentes ao grupo 4 vão ao encontro da li-

nha de argumentação que correlaciona a pausa a um efeito de processamento. Os números demonstram que a pausa tem maior probabilidade de ocorrer em discurso indireto, e menor, quando o discurso é direto. Ora, o discurso direto caracteriza-se pela reprodução do discurso de outrem, portanto, como mera transcrição de cadeias prontas de fala, sentenças já processadas que o informante simplesmente repete. Não é o caso do discurso indireto (a própria cadeia de fala do informante) em relação ad qual se vê envolvido com problemas de planejamento e execução. É natural então que no segundo caso (discurso indireto), haja mais pausas que no primeiro (discurso direto), pois obviamente os problemas de processamento tendem a aparecer no momento em que a conversa se realiza.

Imaginamos, porém, que resultados desse tipo possam ser melhor reforçados se apurados e retirados os dados categóricos acima mencionados, quais sejam, frases feitas e sentenças com verbos dicendi. Tal procedimento será realizado numa próxima oportunidade.

### 2.5. Ordem Intrasentencial dos Constituintes

O grupo 5 leva em conta a ordem do sujeito e verbo dentro de uma sentença. Distinguimos nele a ordem canônica da ordem invertida. Os trechos (39) e (40), respectivamente, exemplificam sentenças cujos constituintes foram ordenados canonicamente e aquelas cujos constituintes sofreram inversão:

(39) "O ônibus levou quase duas horas da rodoviária até aqui, menina, um trânsito horrível!"

(40) "Sempre foi tudo muito fácil, porque nós nunca lutamos por nada."

A expectativa de incluir a ordem como variável capaz de influir sobre a presença ou ausência da pausa tem a ver com problemas de processamento da cadeia de fala. É razoável supor que a pausa tenda a ocorrer em sentenças onde os constituintes essenciais estejam invertidos, pois revela estar o falante em dificuldades quanto ao desempenho lingüístico. Isso se confirma na análise dos resultados obtidos, expostos na tabela VI:

Tabela VI: ORDEM INTRASENTENCIAL DOS CONSTITUINTES

	Pro	Perc	Ap1
ordem canônica	.25	05%	99/1985
ordem invertida	.74	20%	10/50

Esse grupo se comportou exatamente como pensávamos. A pausa tem chances de .74 de ocorrer quando o verbo vem anteposto ao sujeito, isto é, quando há inversão entre sujeito e verbo; quando a ordem é S + V as chances são para .25 Quer dizer que a ordem canônica da sentença inibe a presença da pausa.

Novamente retornamos à questão da natureza psicolinguística do fenômeno da pausa. Se há inversões na "ordem normal" dos constituintes da sentença, aumentam os "problemas" de processamento em relação à fala, crescendo conseqüentemente as probabilidades de ocorrer pausa.

Mas não é a ordem tão importante se a investigarmos entre sentenças, conforme era uma das intenções quando criamos um outro grupo intitulado Ordem Intersentencial. Esse grupo queria examinar se o fato de a sentença matriz vir anteposta ou posposta à subordinada correlacionava-se à questão da pausa entre sujeito e verbo pelas mesmas razões que motivaram a investigação da ordem dos constituintes dentro de uma sentença (grupo 5). Entendíamos que, se a inversão da ordem normal dos constituintes da sentença favorecia a pausa, do mesmo modo a "ordem invertida" (as aspas são nossas) entre as sentenças num período composto, isto é, sentenças subordinada mais sentenças matriz, interferiria no comportamento de SN1 e SV. Ocorre que os resultados obtidos indicam que as chances de ocorrer pausa ligam-se não à ordem mas ao fato de as sentenças serem subordinadas, antepostas ou pospostas à matriz, portanto a causas correlacionadas à natureza mesma da sentença.

### 3. Conclusões

Gostaríamos de frisar primeiro que estamos lidando com fenômeno de baixa ocorrência, se compararmos a outras variáveis na fala. Das 2039 fronteiras sintáticas entre o sujeito e o verbo, apenas 109 apresentaram pausa, correspondendo a um pequeno percentual de 05%. Isto significa que 95% das sentenças examinadas não possuem nenhuma marca prosódica entre sujeito e verbo.

Trata-se, na verdade, de uma faca de dois gumes. Se, por um lado, os dados de aplicação são escassos e por essa razão precisamos trabalhar com um corpus relativamente grande, sobretudo se o número de grupos de fatores é igualmente grande, por outro lado, os fatores explicativos ao fenômeno, quando bem detectados, passam a ter significativa importância. Já dissemos que, neste estudo, dos 14 grupos postulados como variáveis condicionadoras à presença da pausa, 12 foram selecionados como estaticamente significativos. Este resultado parece indicar duas coisas:

a) estamos diante de fenômeno complexo, que envolve vários níveis de análise linguística;

b) estamos na trilha certa para entender as razões da pausa, presentes na fala entre o sujeito e o verbo.

De fato, é incomum em trabalhos dessa linha metodológica tantos grupos de fatores mostrarem-se significativos. Como dissemos, deparamo-nos com uma faca cujos lados cortam positiva e negativamente: um favorece-nos, já que nos anima a insistir nas mesmas hipóteses; o outro desfavorece-nos, já que nos evidencia o desafio que se nos apresenta, dada a complexidade do fenômeno em questão.

Os resultados dos cinco grupos aqui discutidos nos parecem indicar ser a pausa não somente um fenômeno complexo mas com diversas funções. Assim, nosso estudo vem confirmar os achados que as pesquisas psicolinguísticas tradicionalmente apresentam (Clark e Clark, 1977) de processamento na fala, bem como introduzir outras dimensões para explicar melhor o fenômeno da pausa.

Observemos que no conjunto dos cinco grupos apresentados podemos visualizar três subconjuntos, seguindo o critério da função da pausa. Assim, as pausas têm razões gramaticais de acordo com o grupo 1; têm razões pragmático-discursivas se considerados os grupos 2 e 3; finalmente, possui causas psicolinguísticas, do ponto de vista de processamento dos enunciados, se nos prendermos aos grupos 4 e 5. Estamos então afirmando que o fenômeno da pausa tem muitas explicações cujas investigações devem-se dar em diversos níveis de análise.

A guisa de conclusão geral, consideremos que este estudo encontra-se ainda em fase de teste de hipóteses, podendo novas hipóteses serem acrescentadas, sobretudo as que dizem respeito a variáveis sociais. A nível dos atuais resultados, fica patente a possibilidade de quantificar fenômenos exclusivos à fala.

- 1- A pausa que estamos estudando vem normalmente acompanhada de marca entonacional em SN1, caracterizada por curva ascendente. Semelhante traço entonacional pode ocorrer também sem pausa. Embora não tratemos aqui de entonação, o nosso programa de estudos inclui igualmente a investigação dos fatores condicionadores à presença de entonação. Podemos adiantar, contudo, que os resultados que temos até o momento emparelham-se àqueles obtidos para a questão da pausa.
- 2- O sistema SWAVA, na versão de 1980, permite calcular freqüências e probabilidades associadas a grupos de fatores em relação a regras variáveis binárias ou não binárias. Além disso, fornece-nos uma seleção dos grupos estatisticamente significativos, hierarquizando-os segundo o critério de importância.
- 3- O processo de entrevista realizada pelo projeto "Censo" não consiste num sistema do tipo pergunta/resposta. Ao contrário: o entrevistador é mero 'estimulador', na expectativa de que o falante, ao se sentir à vontade, proceda a um discurso o mais espontâneo e longo possível. Quando atingimos os objetivos, a situação de discurso conduz naturalmente o indivíduo a falar, ou sobre si, empregando as primeiras pessoas, ou sobre referentes externos à entrevista, empregando as terceiras pessoas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- CARROLL, John B. Psicologia da Linguagem. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969.
- CHEFE, Wallace L. "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics, and Point of View. In: Subject and Topic. Ed. by Charles Li, 25-46. New York: Academic Press, 1976.
- CLARK and CLARK, Herbert H. and Eva V. Psychology and Language. An introduction to Psycholinguistics, Harcourt Brace Jovanovich, INC, 1977.
- CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo. Editora Bernardo Álvares S/A, Belo Horizonte, 1972.
- EMMERICH, Charlotte. "Um traço propulsor numa língua de contato". In: Encontro Nacional de Linguística, II, RJ, 1977, Atas ... Rio de Janeiro, PUC, 1977, pp 393 a 399.
- EMMERICH, Charlotte. A Língua de Contato no Alto-Xingú; origem, forma e função. Tese de Doutorado, versão mimeografada, UFRJ, 1984.
- LADD, D. Robert Jr. The Structure of Intonation Meaning. evidence from English. Indiana University Press, Bloomington and London, 1980.
- CABRAL, MARTIN e CHIARI, Leonor S., E. Goreti P., e B. Maria. "Fenômenos de pausa e hesitação em língua portuguesa". In: Anais do IV Encontro Nacional de Linguística, PUC/RJ, 1979.
- NARD e VOTRE, Anthony J. e Sebastião. SWAVA (Sistema SWAMINC/VARBROL) Manual do Usuário, Faculdade de Letras, UFRJ, 1980.
- PRINCE, Ellen F. "On the Given/New Distinction. Versão Mimeografada. Para aparecer em CLS 15, 1979.

UM ASPECTO MORFOSSINTÁTICO  
NA LÍNGUA DE CONTATO DO ALTO XINGU - MT

Charlotte Emmerich  
(Museu Nacional, UFRJ)

Introdução.

O crescente contato dos grupos tribais brasileiros com a sociedade nacional determina formas de comunicação lingüística, cuja natureza é relevante para o conhecimento e a compreensão de princípios fundamentais da linguagem, tais como os processos aquisitivos, a origem e formação de códigos auxiliares e a universalidade destes mecanismos.

O Parque Indígena do Xingu, mais precisamente a área do Alto Xingu, no Estado de Mato Grosso, devido ao seu isolamento geográfico, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura altamente uniforme entre os grupos indígenas aí localizados.

Do ponto de vista lingüístico constitui um mosaico com representantes das quatro maiores famílias, a saber: Tupi, Karib, Aruak e Jê, onde vem se desenvolvendo uma forma de comunicação verbal que utiliza, em grande parte, como língua de base o léxico do português, embora com estruturas gramaticais reduzidas. Esta variedade do português constitui, pela sua forma e função, uma língua de contato. Ele passou a desenvolver-se gradativamente a partir de 1946, através do contato de alguns grupos indígenas com membros da Expedição Roncador-Xingu; intensificou-se com a criação de um Posto Indígena e uma base da FAB, e vem se firmando e desenvolvendo com o contato habitual entre índios e equipes assistenciais, pesquisadores, além de visitantes e nacionais estrangeiros.

No entanto, sendo a situação de contato no Alto Xingu de cunho intermitente e seletivo (Junqueira, 1975), diferente, portanto, da maioria das demais áreas indígenas brasileiras, onde o contato intenso e indiscriminado tem levado a um rápido bilingüismo e freqüentemente à conseqüente perda da língua nativa, o português de contato, em formação no Alto Xingu, se configura com uma estrutura bastante singular.

Estudos preliminares realizados por nós desta língua de contato, bem como a observação de vários anos de pesquisa na área, permitem afirmar que no caso xinguanos estamos lidando com uma graduação de fluências que se caracteriza por indivíduos em praticamente todos os estágios lingüísticos, desde os falantes monolíngües nas línguas nativas respectivas, até os praticamente bilingües. Esta sucessão de estágios configura, portanto, um continuum ou escala de fluência caracterizada,

em cada nível ou ponto, por funcionamentos lingüísticos próprios.

Assim, o estágio de fluência baixa é representado por formas pidginizadas, isto é gramaticalmente reduzidas, enquanto a fala de indivíduos com fluência de regular a alta, se aproxima ao português padrão, com forte incidência de variação morfológica e sintática, o nível fonológico sendo marcadamente influenciado pelos respectivos sistemas nativos.

No estágio por nós definido como sendo de fluência baixa, vamos detectar todos os principais traços definidos tradicionalmente na literatura pertinente como marcas de pidgins ou traços de pidginização, a saber: ausência de artigo, preposições, relativizadores e cópula; redução do paradigma verbal no que concerne a tempo, aspecto, número, etc.

Os estágios subsequentes se caracterizam por crescente complexidade gramatical assinalada pela presença de regras variáveis, conforme conceituadas por Labov. Dentre estas, são frequentes regras viáveis de concordância, sobretudo de gênero, pessoa e número verbal, bem como de concordância nominal. O grau de variabilidade difere, no entanto, tanto de indivíduo para indivíduo, como de regra para regra.

Observada impressionisticamente a flutuação no português xinguano parece ser de cunho arbitrário, tratando-se de variação livre, portanto. Entretanto, contextos lingüísticos, socio-culturais e psicolingüísticos há que parecem condicionar as alternâncias registradas no português de contato dos falantes xinguanos.

Assim, entre as restrições lingüísticas parecemos destacar-se variáveis como a saliência fônica das estruturas morfofonológicas, princípio observado e descrito por Naro & Lemle (1976), o mecanismo de cópia ou traço propulsor, conforme registrado por Emerich (1977) e a posição superficial do sujeito na sentença.

A par das variáveis lingüísticas contribuem marcadamente para determinar o contínuum variáveis de cunho etnográfico. Parece-nos inclusive válido admitir a hipótese de que, no português xinguano, as variáveis extralingüísticas sejam tão importantes quanto as lingüísticas. Entre estas convém mencionar fatores tais como local de residência do informante indígena, isto é, se vive na aldeia ou posto indígena, seu status tribal, idade e grau de interação com a sociedade nacional.

Partimos, pois, do pressuposto de que a língua de contato no Alto Xingu se caracteriza por estágios de fluência marcados por maior ou menor complexidade gramatical. A fluência dos falantes seria determinada pelo acréscimo progressivo de regras que se incorporam como regras variáveis à competência bilingüe do falante indígena.

Com base no exposto acima, parece-nos justificável admitir a hipótese de que entre o estágio de pidginização e o de fluência regu-

lar a plena, haja apenas uma gradação de complexidade gramatical, ou seja, um acréscimo progressivo de regras na competência do falante, o que procuraremos demonstrar mediante um tópico escolhido da língua de contato para esta comunicação, qual seja, a concordância da primeira pessoa verbal.

### Objetivos.

Mediante a análise da regra de concordância focalizada propomo-nos a dois objetivos básicos: trabalhar com o modelo quantitativo da teoria da variação a fim de testar sua adequação a uma situação de variação incorporativa característica a processos aquisitivos de língua gem e aquilatar, através de procedimentos e objetivos, a relevância relativa das variáveis lingüísticas e socio-culturais que influem sobre a aquisição do português como segunda língua por parte dos falantes xinguanos.

Visando, pois, uma abordagem teórica condizente com a realidade sociolingüística do Alto Xingu, que, pela sua forma e função, desempenha o papel de uma língua de contato, adotamos o conceito de continuum e suas implicações, conforme proposto por DeCamp, para definir a natureza do fenômeno lingüístico em curso e tentamos testar a aplicabilidade das conceituações conforme cunhadas e elaboradas por Labov e Sankoff (1975).

### Metodologia.

Trabalhamos com quatorze (14) informantes, residentes em duas aldeias e no Posto Indígena Leonardo Villas Boas. Todos os falantes são do sexo masculino, visto a mulher pouco participar do contato interétnico e restringir-se predominantemente a aprender o português passivamente, isto é, ela o entende mas pouco usa fax dele para sua comunicação verbal.

Os informantes foram divididos em duas classes etárias: jovens e seniores.

As duas aldeias escolhidas o foram devido à situação diferenciada do contato interétnico de cada uma delas: a aldeia Yawalpiti, tendo precipuamente contato com os visitantes do Posto, e a aldeia Kamayurá, mantendo contatos tanto com os visitantes do Posto Leonardo como, e sobretudo, com a base da FAP. Os residentes do Posto Indígena Leonardo Villas Boas são todos jovens e caracterizam-se não apenas por um contato permanente com o não-índio como são na sua totalidade alfabetizados, tendo visitado reiteradas vezes centros urbanos como São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, etc.

Gravou-se com estes falantes, em média cinco (5) horas de fala espontânea, transcrita semi-foneticamente para fins desta análise. O problema em estudo foi isolado, tabelado e codificado para a análise computacional, cujo processamento foi realizado através dos programas SWAMINC e VARBRUL2 no RIO-DATACENTRO.

### O problema em estudo.

Como já mencionamos, trabalhamos com a variação observada na concordância da pessoa verbal.

A fim de determinar a natureza dos fatores atuantes sobre a regra de concordância focalizada, foram propostos nove (9) grupos de fatores, a saber: forma morfológica do verbo, fluência, posição superficial do sujeito, traço propulsor, local de residência, status tribal, contato extra-parque (ou intensivo) e cronologia.

Os cálculos de significância estatística revelaram a seguinte hierarquia dos grupos de fatores (cf. tab. 1), onde desponta com maior relevância estatística a forma morfológica do verbo, seguida da fluência do falante. Mostrou-se como contexto socio-cultural mais significativo a proximidade dos falantes aos núcleos de difusão do português, isto é, o local de residência, secundados pelo traço propulsor, o status etário, a intensidade do contato (ou contato extra-parque) e a posição superficial do sujeito.

O status tribal do informante, bem como a cronologia da pesquisa que se estendeu por um período de três (3) anos revelaram-se irrelevantes no cômputo geral das variáveis.

Dada a exiguidade de tempo, limitar-nos-emos nesta apresentação a mostrar os resultados de apenas três grupos de fatores que demonstram influir decisivamente sobre a variação da concordância estudada: a forma morfológica do verbo, variável de cunho lingüístico; o local de residência, variável socio-cultural e o traço propulsor, variável de natureza psicolingüística.

Os principais resultados são apresentados nas tabelas que seguem. Para melhor visualizar os valores em termos de frequência e probabilidade, de cada variável são aqui apresentados resultados parciais (por grupo de residência) e os valores globais dos fatores de cada grupo de variáveis.

Uma das prerrogativas do modelo quantitativo da teoria da variação é o de permitir avaliar a relevância relativa de cada variável no conjunto dos fatores que atuam sobre a aplicação de uma dada regra variável.

Dentro desta perspectiva, descreveremos a saliência relativa de cada uma das três variáveis mencionadas, no conjunto das variáveis que influem sobre a incorporação e uso da regra de flexão verbal de pessoa.

#### A forma morfológica do verbo.

Analisando o inventário de formas verbais recorrentes na fala dos três grupos (aldeia Yawalapití, aldeia kamayurá e Posto Indígena Leonardo Villas Boas), observa-se três tipos de variação: alternância entre formas flexionadas e não flexionadas (1-15); alternância com formas infinitivas (16) e alternância resultante de hipercorreção (17).

Enquanto o primeiro grupo de fatores parece condicionar-se pelo princípio da saliência fônica, os fatores 16 e 17 refletem respectivamente, a pidginização e hipercorreção, esta última um traço pouco freqüente nos falantes estudados.

Cotejando os resultados dos fatores 1-15, por grupo, na tabela 2, nota-se, inicialmente, nos falantes do posto, a tendência a concordarem categoricamente nas variantes tônicas estruturalmente mais diferenciadas.

A comparação, nos mesmos contextos, das aldeias entre si, revela índices de variabilidade praticamente equivalentes. Todavia, a partir do fator 6, e até o 10, das classes tônicas, a concordância parece visivelmente inibida nos falantes de aldeia, divergindo ainda parcialmente dos índices registrados no posto.

A base da escala é formada pelos fatores 11 a 15, cuja variação se dá em contexto átono. Como fator mais relevante deste grupo revela-se a categoria quero/quê, vejo/vê, caracterizada pela alternância com zero, em contexto oral. A variação com a saliência em contexto nasal, demonstrou ser o fator mais inibidor da concordância de pessoa verbal, em formas como venho/vem e tenho/tem.

A análise dos resultados globais, contidos na tabela 3, mostra que a variabilidade das formas verbais na língua de contato se configura como um continuum, em que os fatores fonicamente mais salientes favorecem a concordância, assumindo os menos salientes foro inibidor.

A aparente discrepância da hierarquização dos fatores, revelada nos índices de concordância dos itens 6-10, leva a admitir que a tonicidade admitida como condição fundamental à concordância esteja associada no português xinguano a outro fator de relevância similar.

Por se tratar de uma situação de contato lingüístico, é plausível que na língua de contato estejam convergindo eixos de saliência diversamente estruturados. A provável causa desta dicotomia, e a forma que ela assume, encontram sua explicação na co-existência do sistema fonológico do português com os sistemas inativos.

Para determinar a natureza dos elementos que configuram a saliência fônica no português xinguano, a forma morfológica dos verbos foi analisada dentro do enfoque dos traços distintivos.

#### Análise dos traços distintivos.

A interpretação dos resultados, por grupo de residência, e dos falantes em conjunto, levou a pressupor uma superposição de sistemas de saliência, organizados diversamente.

Tonicidade por um lado e alternância vocálica por outro, pareceram ser as motivações básicas de cada sistema; aquela inerente à estrutura do português, esta relevante línguas nativas dos xinguanos.

Com o objetivo de avaliar a relevância de cada componente, isoladamente, e precisar seu grau de influência sobre a variabilidade observada nas formas verbais, postulou-se três novos grupos de fatores: tonicidade, alternância vocálica e mudança estrutural.

A alternância vocálica objetivou estimar quantitativamente a direcionalidade da mudança na raiz (fatores 1,2,3,5,6,9,10) e na desinência (fatores 4,7,12,13,14) das formas variantes, compreendendo três fatores: alternância horizontal, realizada nas classes: sou/é [so/ê], sei/sabe [sei/sabi], vou/vai [vô/vai], tou/tá [tô/tã], andei/andou [an-dei/andô], e posso/pode [posu/podyi], falo/fala [falu/fala], entendo/entende [intendu/intendyi]; alternância vertical, efetuada nos fatores: vim/veio [vi/veyu], corri/correu [corri/correu], fui/foi [fui/foi], fiz/fez [fiz/fez] e alternância inexistente, representada pelos fatores: vi/viu, quero/quê e tenho/tem.

A mudança estrutural buscou captar as alternâncias morfofonológicas que ocorrem nas variantes: a) por acréscimo, perda ou mudança consonantal, abrangendo os fatores: sou/é [sou/ã], sei/sabe [sei/sabi], vim/veio [vĩ/veyu], quero/quê [queru/quê], posso/pode [posu/pody]; b) por acréscimo de ditongo, em: vou/vai [võ/vai], andei/andou [andei/andõ], corri/correu [corri/correu], vi/viu [vi/viu] ou c) mantendo inalterada sua estrutura consonantal, com ou sem mudança vocálica: tou/tê [tõ/tã], fui/foi [fui/foi], fiz/fez [fiz/fez], falo/fala [falô/fala], tenho/tem [tēyu/tēy].

A tonicidade se constitui com os contextos tônicos, representados pelos fatores 1-10, e os contextos átonos, realizados nos fatores 11-15.

O desdobramento da variável - forma morfológica do verbo em traços foi feito através de comandos de recodificação do programa SWAMINC4. Seus resultados se encontram na tabela 4.

O conjunto de traços que alcançou maior índice de concordância foi o da alternância vocálica, secundado pela mudança estrutural.

A direcionalidade horizontal da mudança vocálica revelou ser o traço mais favorecedor de uso da variante flexionada, enquanto a variação de altura assumiu caráter inibidor. A flagrante convergência de abertura e ausência de alternância vocálica leva a concluir que, ela não é percebida pelo falante xingano como distintiva.

A mudança estrutural foi o grupo que revelou maior polarização, sendo a natureza da variação consonantal seu traço mais significativo. A ditongação mostrou-se pouco relevante, o que leva a supor a existência na língua de contato de algum outro princípio, de ordem funcional, atuando em casos como vou/vai, verbo que desde os estágios de pidginização é incorporado para expressar cumulativamente a noção de futuridade.

A tonicidade revelou ser o grupo mais operativo no português xingano, provavelmente por interferência dos sistemas fonológicos nativos.

#### O local de residência

De acordo com os resultados da tabela 5, a localização física dos três grupos de residência, focalizados nesta análise, indica ser um fator relevante na competência bilíngüe dos falantes desta pesquisa.



Os três grupos apresentam índices de concordância polarizados, sobretudo os jovens do Posto Indígena Leonardo Villas Boas que, em virtude do seu contato permanente, atingem um percentual elevado de aplicação da regra. Sua probabilidade de uso das formas flexionadas eleva-se ao dobro da dos falantes de aldeia.

Analisando comparativamente os resultados das aldeias Kamayurá e Yawalapiti, observa-se ainda que a primeira constitui contexto favorecedor à aplicação da regra, não alcançando a aldeia Yawalapiti valores correspondentes.

Justifica a discordância entre as duas aldeias a natureza diferenciada do seu contato.

### O traço propulsor.

Os resultados desta variável estão representados nas tabelas 6 e 7.

Na análise dos grupos de residência (tab. 6), observa-se, inicialmente, flagrante convergência entre os resultados das aldeias, e simetria nos índices de concordância delas com o posto. A constante nos três grupos é uma marcada polarização dos resultados, onde o princípio de cópia inibe a aplicação da regra, reduzindo a probabilidade de realização das variantes flexionadas.

Cotejando os índices de frequência atingidos pelos dois fatores nas aldeias e no Posto Indígena, vê-se que o discurso livre constitui contexto favorável ao uso de variantes flexionadas, mesmo nos falantes de aldeia. Com índices de 58,90% na aldeia Yawalapiti, 73,54% na aldeia Kamayurá e 87,73% no Posto Indígena Leonardo Villas Boas, a concordância parece mais estavelmente incorporada à gramática dos falantes do que na situação dialógica, em que o fator gatilho assume caráter inibidor, nas aldeias.

Os valores globais da variável traço propulsor (tab. 7) revelam nítida polarização dos fatores, configurando-se o gatilho como um mecanismo de freio à autonomia lingüística do falante.

### Conclusão.

Dentre as numerosas conclusões que ressaltam dos resultados estatísticos e dos dados, sejam elas lingüísticas ou etnográficas, merece destaque a pertinência do modelo analítico, tradicionalmente utilizado para analisar a variação inerente de línguas estabelecidas, para

estudar a variação incorporativa de processos aquisitivos como é o caso do português xinguano pelos falantes indígenas.

Ademais a análise da língua de contato confirma a generalidade do princípio da saliência fônica, através de sua vigência também em situações de contato lingüístico. Ratifica-se assim que a saliência fônica é o princípio geral atuante em formas de comunicação marcadas pela oralidade.

Ficou também validado o traço propulsor, mais precisamente o gatilho, como um mecanismo de ampla funcionalidade, sobretudo em contextos aquisitivos de segunda língua.

Finalmente, parece o modelo quantitativo da teoria da variação ser um instrumental válido para a organização e análise sistemática de situações lingüísticas caracterizadas pela existência de um continuum e que impressionisticamente se configuram como um contexto caótico e sem nenhuma sistematicidade orgânica aparente.

Variáveis Lingüísticas e Extralingüísticas		Dados/Total	Frequência	Prob.
Forma Morfológica do Verbo	1) Sou/ã	161/164	98,17%	0,96
	2) Sei/sabe	1358/1431	94,90%	0,87
	3) Vou/vai	1466/1553	94,40%	0,90
	4) Andei/andou	2893/3201	90,38%	0,81
	5) Foi/tá	573/650	88,15%	0,69
	6) Vim/veio	76/108	70,37%	0,37
	7) Corri/correu	181/369	49,05%	0,21
	8) Vi/viu	325/653	49,77%	0,27
	9) Foi/foi	234/624	37,50%	0,12
	10) Fiz/fez	67/173	38,73%	0,11
	11) Quero/quê	371/470	78,96%	0,60
	12) Posso/pode	177/250	70,80%	0,18
	13) Falto/falta	1025/1663	61,66%	0,21
	14) Entendo/entende	24/257	28,39%	0,08
	15) Tenho/tem	149/545	27,34%	0,06
	16) Falava/falã	1057/1296	81,57%	0,69
	17) Trouxo/trouxe	85/8%	98,82%	0,97
Fluência	5	1538/2874	53,54%	0,32
	6	3871/5040	76,81%	0,59
	7	4563/5261	86,73%	0,60
Local da Residência	Posto Indígena L.V. Poas	2089/3273	61,32%	0,76
	Aldéia Kanayurá	4305/6024	71,46%	0,38
	Aldéia Yawalapití	2678/3878	69,06%	0,31
Traço Propulsor	Discurso Livre	9497/1222/87	77,29%	0,61
	Gatilho	475/886	53,49%	0,39
Status sócio	Jovem	6870/8155	84,24%	0,63
	Senior	3102/5020	61,79%	0,37
Contato extra-parque	+	2192/2697	81,28%	0,63
	-	7780/10478	74,25%	0,38
Superfície do Sujeito	Posição 0	5039/6657	75,54%	0,61
	" 1	1602/2264	71,12%	0,55
	" 2	416/595	69,76%	0,44
	" 3	3207/3950	79,91%	0,59
	" 4	35/46	54,35%	0,32
Status tribal	+	4054/5113	79,29%	0,52
	-	5918/8062	73,41%	0,48
Cronologia	1976	2827/3764	75,11%	0,50
	1977	2530/3613	69,64%	0,48
	1978/79	4615/5778	79,87%	0,52

TABELA 2

FORMA MORFOLÓGICA DO VERBO  
ALDEIAS E POSTO INDÍGENA LEONARDO VILLAS BOAS

Fatores	Local de Residência		Aldeia Kamayurá		Aldeia Yawalpiti		Posto Indígena Leonardo Villas Boas		
			Frequência	Prob.	Frequência	Prob.	Frequência	Prob.	
1) Sou/ê	64/64	= 100%	1,00	42/45	= 93,33%	0,90	55/55	= 100%	1,00
2) Sei/sabe	565/614	= 91,72%	0,88	336/358	= 93,65%	0,91	457/457	= 100%	1,00
3) Vou/vai	764/811	= 94,20%	0,93	449/488	= 92,01%	0,88	253/254	= 99,61%	0,96
4) Andei/andou	1645/1742	= 94,43%	0,90	770/978	= 78,73%	0,71	478/481	= 99,38%	0,94
5) Tou/tá	212/259	= 81,85%	0,68	153/183	= 83,61%	0,73	114/114	= 100%	1,00
6) Vim/veio	47/67	= 70,15%	0,46	13/14	= 85,71%	0,80	17/27	= 62,96%	0,16
7) Corri/correu	47/165	= 28,48%	0,17	43/116	= 41,53%	0,25	85/86	= 98,94%	0,90
8) Vi/viu	150/372	= 40,32%	0,25	81/186	= 43,55%	0,29	94/95	= 98,95%	0,90
9) Fui/foi	110/323	= 33,54%	0,15	03/154	= 49,91%	0,25	61/142	= 42,36%	0,06
10) Fiz/fez	18/74	= 21,62%	0,15	13/46	= 41,30%	0,20	32/93	= 60,35%	0,11
11) Quero/quê	134/171	= 78,36%	0,79	98/154	= 63,64%	0,46	139/145	= 95,86%	0,68
12) Posso/pode	59/97	= 60,82%	0,45	62/93	= 66,67%	0,46	79/92	= 85,87%	0,39
13) Falo/fala	123/482	= 25,52%	0,16	157/392	= 40,05%	0,25	428/472	= 90,68%	0,47
14) Entendo/entende	14/71	= 19,72%	0,15	15/113	= 13,27%	0,07	45/73	= 61,64%	0,11
15) Tenho/tem	28/214	= 13,08%	0,07	16/151	= 10,60%	0,05	105/180	= 58,33%	0,11
16) Falava/falã	305/468	= 65,17%	0,64	331/380	= 67,11%	0,85	416/416	= 100%	1,00
17) Trouxo/crouxe	22/23	= 95,65%	0,95	25/25	= 100%	1,00	37/37	= 100%	1,00
INPUT			0,47			0,52			0,89

TABELA 3

## FORMA MORFOLÓGICA DO VERBO - DADOS GLOBAIS

Fatores	Resultados Globais		Resultados Globais Amalgamados	
	Frequência	Prob.	Frequência	Prob.
1) Sou/ê	161/164 = 98,17%	0,97		0,96
2) Sei/sabe	1358/1553 = 94,90%	0,90		0,88
3) Vou/vai	1466/1553 = 94,40%	0,92		0,90
4) Andei/andou	2893/3201 = 90,38%	0,84		0,81
5) Tou/tã	574/669 = 85,80%	0,71		0,66
6) Vim/veio	76/108 = 70,38%	0,43		0,38
7) Corri/correu	181/269 = 19,05%	0,28		
8) Vi/viu	325/653 = 19,77%	0,32	506/1022 = 49,51%	0,26
9) Pui/foi	234/624 = 37,50%	0,14		
10) Fiz/fez	67/173 = 38,73%	0,14	301/797 = 37,77%	0,12
11) Quero/quê	372/472 = 78,81%	0,67		0,62
12) Posso/pode	200/282 = 70,92%	0,47		0,42
13) Falo/fala	708/1366 = 52,60%	0,26		0,23
14) Entendo/entende	74/257 = 28,79%	0,10		0,08
15) Tenho/tem	149/545 = 27,34%	0,08		0,06

TABELA 4

## ANÁLISE DE TRAÇOS DISTINTIVOS

Fatores		Freqüência	Probabilidade
Alternância vocálica	Horizontal	7160/8364 = 85,60%	0,80
	Vertical	451/1162 = 38,81%	0,34
	Inexistente	1227/2311 = 52,87%	0,33
Mudança estrutural	Acrescimento, perda ou alternância consonantal	2167/2457 = 88,20%	0,79
	Acrescimento de ditongo	4865/5776 = 84,23%	0,51
	Estrutura inalterada	1806/3614 = 49,97%	0,21
Tonicidade	Contexto tônico	7335/8945 = 82,00%	0,62
	Contexto átono	1503/2902 = 51,79%	0,38

T A B E L A 5

Local de residência

Fatores	Freqüência	Probabilidade
Posto Indígena		
Leonardo V. Boas	2536/2820 = 89,93%	0,81
Aldeia Kamayurã	3978/5533 = 71,90%	0,40
Aldeia Yawalapití	2322/3473 = 66,86%	0,28

TABELA 6

TRAÇO PROPULSOR  
ALDEIAS E POSTO INDÍGENA LEONARDO VILLAS BOAS

Fatores	Local de Residência	Aldeia Kamayurã		Aldeia Yawalapití		Posto Indígena Leonardo Villas Boas	
		Frequência	Prob.	Frequência	Prob.	Frequência	Prob.
Discurso Livre		3744/5091 = 73,54%	0,64	2220/3222 = 68,90%	0,63	1678/1923 = 87,73%	0,61
Canção		170/378 = 44,97%	0,36	102/251 = 40,64%	0,37	129/177 = 72,88%	0,39

TABELA 7

TRAÇO PROPULSOR  
DADOS GLOBAIS

Fatores	Frequência	Probabilidade
Discurso Livre	9497/1228 = 77,29%	0,62
Canção	475/888 = 53,49%	0,38



## TÓPICO E ORDEM VOCABULAR

Maria Luiza Braga

(UFF - CNPq)

### 1. Introdução

O trabalho que ora apresentamos é parte de um projeto mais amplo em que pretendemos analisar topicalizações (daqui por diante TOPs), deslocamentos para esquerda e aquelas construções em que SN aparece na posição mais à esquerda de uma oração e é, posteriormente, repetido no corpo da mesma oração. Aqui nos restringimos a topicalizações, visto que até o presente momento encontramos apenas um caso de deslocamento para a esquerda e cinco casos da outra construção referida acima.

Para se caracterizar uma determinada construção como TOP, utilizamos a definição proposta por Prince (1980):

$$\left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ S \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ X_1 \\ \end{array} \right] \\ SN \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \dots \\ \left[ \begin{array}{c} \\ \\ X_2 \\ \end{array} \right] \\ \dots \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ S \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ SN \end{array} \right] \dots \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ S \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ SN \end{array} \right] \dots \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ S \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ SN \end{array} \right] \dots \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ S \end{array} \right] \left[ \begin{array}{c} \left[ \begin{array}{c} \\ \\ \\ \end{array} \right] \\ SN \end{array} \right] \dots$$

em que  $X_1$  e  $X_2$  precisam ser co-referenciais;  $X_1$  precisa ser não vocativo e  $X_2$  precisa ser uma lacuna.

Embora TOPs possam envolver distintas funções sintáticas, neste trabalho nos limitamos a topicalizações de objeto direto. Nosso objetivo é analisar este tipo particular e, uma vez compreendidas suas características e funções, estender nossa análise às outras funções sintáticas de forma a obter uma visão global do funcionamento da regra de TOP.

Até o presente momento analisamos TOPs e orações não marcadas que ocorreram no discurso oral emitido por nove dos quarenta e oito falantes adultos entrevistados pelos membros do Projeto Censo da Variação Linguística do Rio de Janeiro. No que se segue nos referimos a três das onze variáveis utilizadas para descrever e caracterizar TOPs, oferecemos explicações para os resultados encontrados e tentamos analisar funções que as mesmas desempenham no discurso. Desnecessário dizer que nossas conclusões têm caráter preliminar, considerado o número reduzido de TOPs analisadas até o presente.

## 2. Variáveis

O primeiro grupo de fatores selecionado pelo VARBRUL foi o denominado presença/ausência de sujeito. Este grupo compreendia tres categorias:

a) a proposição referente ao SN topicalizado teria sujeito inexistente ou omitido. Exs.:

(β) Braço, quebrei em seis lugares (14 131)

(1) ... que aqui divertimento, há muito (15 104)

b) a proposição referente ao SN topicalizado teria sujeito explícito com dimensão não superior a cinco sílabas. Exs.:

(2) Elas por Elas, eu vejo de relance (35 121)

(3) Pós-operatório, todo mundo tem (11 136)

Como os exemplos acima indicam, não distinguimos sujeitos pronominais de sujeitos constituídos por SNs plenos.

c) a proposição referente ao SN topicalizado teria sujeito explícito com dimensão superior a cinco sílabas. Em nosso corpus não encontramos nenhum exemplo que satisfizesse essa condição.

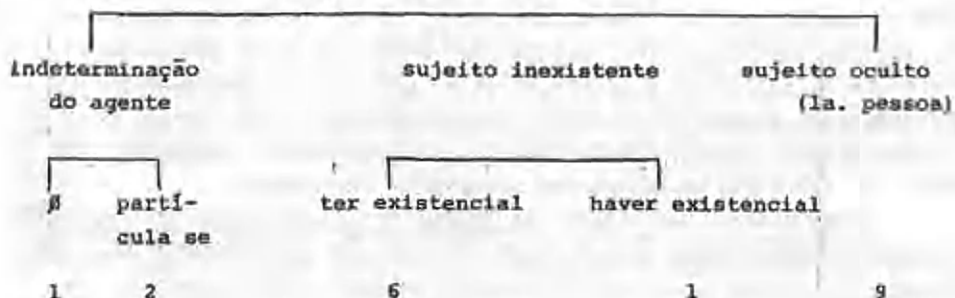
Obtivemos seguintes resultados:

T A B E L A 1

	Nº	Perc.	Prob.
Sujeito oculto ou inexistente	19/172	11,0%	.26
Sujeito explícito	66/171	39,0%	.74

Os números acima indicam que topicalizações de objeto direto tendem a ocorrer em orações com sujeito explícito. A análise das 19 topicalizações que não seguem esta tendência mostra que as mesmas apresentam a seguinte distribuição:

Orações sem sujeito explícito



QUADRO 1

Se excluirmos as sete topicalizações cujo predicado é constituído pelo verbo existencial ter ou haver, observaremos que a grande maioria dos casos restantes envolvem a primeira pessoa do singular como, sujeito. Ora, nestas circunstâncias, a omissão do sujeito não provoca nenhum problema de processamento ou interpretação visto que a informação sobre o agente expressa-se através da desinência verbal (8 ocorrências de 1a. pessoa do singular do presente do indicativo e uma de perfeito de indicativo). O que nos surpreendeu agradavelmente foi a ocorrência da partícula se, o que julgávamos improvável no tipo de discurso que estamos analisando. Em que pese o número reduzido de ocorrência desta partícula e o caráter preliminar de nossa pesquisa, acreditamos que esta presença explica-se por um processo que visa impedir a ocorrência de ambigüidade: o falante, prevendo que o desvio da ordem não marcada poderá provocar interpretações inadequadas do seu enunciado, utiliza uma marca explícita de indeterminação do sujeito, indicando, assim, que o SN mais à esquerda não deverá ser interpretado como sujeito. Compare

(4) O dinheiro, ainda, se ganha outro (05 018)

com

(4') "O dinheiro ainda se ganha outro,"

oração cuja aceitabilidade nos parece duvidosa.

Que o falante seja capaz de antecipar e prevenir interpretações ambíguas tem sido referido por vários autores. Assim, Chafe (1976) alude ao fato de que a pronominalização poderá ser evitada se o falante prever que a mesma causará ambigüidade. Oliveira e Silva (1982) ao estudar a variação entre seu/dele, mostra que a escolha da forma

possessiva dele se processa com antecedência relativamente grande para se evitar a ambigüidade que a escolha da forma seu causaria.

A análise das sessenta e seis topicalizações restantes revela que trinta e oito delas envolvem sujeitos de primeira pessoa do singular e as demais vinte e oito, sujeitos pronominais de terceira pessoa ou SNs plenos. Este último grupo é particularmente interessante. Se omitirmos o sujeito das topicalizações deste grupo, ou mudaremos a regência verbal, ou alteraremos radicalmente o significado do enunciado (possibilidade particularmente forte quando o SN mais à esquerda tem o traço [+hum] ou pode ser assim interpretado) ou obteremos orações cuja aceitabilidade é questionável. Considere os exemplos abaixo

(5) ... mas dinheiro mesmo, ele não tinha (05 164) vs.

(5') mas dinheiro mesmo, não tinha

(6) E os amigos assim cê vai ajudar? (25 103) vs.

(6') E os amigos assim vai ajudar?

(7) Carne ninguém pode quase comer (05 066) vs.

(7') ? Carne não pode quase comer

Resta um pequeno grupo de topicalizações cujo sujeito pronominal de terceira pessoa ou sujeito constituído por SN pleno poderia ser omitido desde que a pausa, o acento tônico e a curva entonacionai se acentuassem. Observe os exemplos abaixo:

(8) E tudo de ruim que tem nessa vida, aqueles cara já fizeram (21 140) vs.

(8') E tudo de ruim que tem nessa vida, já fizeram

(9) ...tudo que eu quero, eles me dão (24 01)

vs.

(9') tudo que eu quero, me dão

A explicação para a preservação do sujeito, nas orações topicalizadas, é aquela fornecida para a ocorrência da partícula se: o sujeito é mantido para que se evitem ambigüidades. É provável, todavia, que outros aspectos contribuam para a conservação do sujeito das orações topicalizadas. Assim, a omissão de sujeito parece mais aceitável naqueles casos em que há um elemento interferente entre o SN topicalizado e a proposição a ele referente. Observe os exemplos abaixo:

(10) Vontade, eu tenho (25 064)

(11) Vontade, eu não tenho não (25 081)

e

(12) Esseg, eu vejo (11 198)

(13) Essa, eu não sei fazer (35 140)

Enquanto em (11) e (13) o sujeito pode ser omitido sem causar estranheza, a sua omissão em (10) e (12) parece possível apenas se se intensificar a sílaba tônica do SN topicalizado e se se tornar mais marcada a curva entonacional da oração inteira. Levantamos estes aspectos aqui para lembrar a omissão ou preservação do sujeito em oração topicalizadas é matéria delicada e envolve a atuação de aspectos distintos.

Lira (1982) mostrou que, no discurso oral, diferentemente do referido pelas gramáticas tradicionais, sujeitos pronominais tendem a ser mais frequentes do que sujeito zero. A diferença percentual é de 12,0. Seus números são apresentados abaixo:

#### T A B E L A 2

Frequência de sujeitos pronominais  
e zero<sup>1</sup>

	nº	%
sujeito pronominal	5024	56
sujeito zero	3900	44
total	8924	100

No caso das topicalizações as diferenças percentuais e probabilísticas são muito mais acentuadas, conforme mostramos anteriormente e esta exacerbação parece-nos relevante: ela indicaria que topicalizações distinguem-se de orações não-marcadas pelo desvio da ordem das palavras, pelo tipo de informação transmitido e também pelo nível de preservação do sujeito.

Finalmente, este grupo de fatores sugere uma indagação de ordem metodológica: o mesmo condiciona a regra da TOP ou é por ele condicionado? Em outras palavras, o falante pode topicalizar um SN porque a proposição a ele referente apresenta sujeito explícito ou o falante preserva o sujeito da proposição porque topicalizou um de seus constituintes pós-verbais? A resposta a tal pergunta implica em analisar os

- Dados de 30 falantes, quinze minutos de gravação de cada um.

condicionamentos que determinam a omissão dos sujeitos quer nas topicalizações quer nas orações não-marcadas e em verificar se eles permanecem os mesmos ou se modificam de acordo com a mudança nas ordens das palavras. Todavia a questão fica aqui lançada pois parece-nos pertinente uma vez que se relaciona à aplicação da metodologia de teoria da variação a fenômenos sintáticos e discursivos. Lavandera e Naro (com. pes.) têm questionado a possibilidade de tal aplicação e aqui gostaríamos de lembrar que tal problema merece considerações cuidadosas.

Referir-mos-emos, agora, ao status informacional do referente. Para caracterizar o tipo de informação transmitido por um referente, utilizamos as três categorias propostas por Prince (1979): evocado, novo e inferível. Um referente será considerado evocado se já mencionado no discurso anterior (textualmente evocado) ou se presente no contexto físico em que se desenvolve o discurso em questão (contextualmente evocado). Um referente será considerado novo se está sendo mencionado pela primeira vez no discurso. Referentes novos se subdividem em totalmente novos e novos não-usados. Os últimos dizem respeito àquelas entidades que estão sendo mencionadas pela primeira vez, mas que se supõe sejam familiares ao ouvinte. Totalmente novas são aquelas entidades que o ouvinte terá de "criar" a partir do texto. A terceira categoria inclui os inferíveis, entidades dedutíveis de outras entidades já evocadas ou mesmo inferíveis<sup>2</sup>.

Introduzimos duas modificações no modelo referido acima:

- a) conservamos, apenas, as categorias básicas - evocado, novo inferível - ignorando as posteriores subdivisões;
- b) as categorias novo e evocado foram subdivididas de forma a captar o caráter genérico ou específico do referente.

A nossa versão do modelo de Prince consta, pois, de cinco categorias exemplificadas a seguir:

Novo específico:

- (14) Mas a minha situação agora não dá, no momento não dá para mim me divertir, porque eu tenho que tomar conta do bar com meu marido. O bar, sem eu lá, não é nada, n'ê? E meus filhos, tenho que olhar são dois pequenininhos. Eu não tenho carro, n'ê? Eu não tenho carro. E para mim... (10 002)

- Para maiores informações e exemplificações destas categorias e suas outras subdivisões, remetemos o leitor ao artigo de Prince e à reanálise do mesmo feita por Braga e Oliveira e Silva.

Novo genérico:

(15) Às vez ("quando vou") no mercado com ele, eu fico tonta! Tanta coisa que eu não sei por onde começar. E é ... E a ... O custo de vida está muito alto mesmo. Alto. Carne, ninguém pode quase comer mais, n'ê? (05 066)

Velho específico:

(16) E- ... fala aí um pouco, por exemplo, sobre seu... seu irmão, um dos seus irmãos.

F- Tem um que eu adoro! O mais novo, eu adoro! Fora de série, o garoto (21 001)

Velho genérico:

(17) F- Dinheiro não é muito, que eu nunca ando com muito dinheiro, só o necessário e mais algum... Ele pra me assaltar tem que ser antes de eu fazer as compras. (riso)

E- Põe uma plaquinha: "Já fiz as compras"

F- Porque depois já... aí já está... Só se ele carregar as compras.

E- É. Mas isso também acontece, n'ê?

F- Pois é. Então, dinheiro, não carrego muito (11 131)

Inferível:

(18) F- Falou que tem que operar, já estou lá no dia seguinte (riso). Não tenho medo não.

E- Caramba, quanta operação! E nenhuma delas você teve complicação, assim? Não?

F- Não, graças a Deus. Não Tive não. Não tive não.

E- Não tem lembrança desagradável nenhuma em relação a elas?

F- Não, não. Correu tudo bem, n'ê? Pós-operatório, todo mundo tem (11 136)

Obtivemos os seguintes resultados para esta variável<sup>3</sup>.

T A B E L A 3

Status informacional do referente

	nº	Per.	Prob.
Inferível	23/47	49,0	.73
Velho específico	16/36	44,0	.61
Velho genérico	30/110	27,0	.45
Novo específico	05/36	14,0	.25
Novo genérico	09/108	08,0	.18

A tabela 3 constitui um exemplo de uma bela hierarquia de fatores: topicalização de objetos diretos tende a envolver, principalmente, entidades inferíveis, e raramente, entidades novas. Ocupando posição intermediária, encontramos os referentes que transmitem informação velha. Chamamos atenção para o fato de que a probabilidade de ocorrência de entidades específicas em topicalizações de objeto direto é sempre superior à de entidades genéricas, para ambas categorias: evocado e novo.

Prince (1981), entre outros, utiliza o critério de tipo de informação transmitido por um SN mais à esquerda de uma oração para distinguir TOPs de "Focus-movement". Restringindo-se às duas primeiras regras, uma das diferenças seria que, para uma determinada construção ser considerada como TOP, o seu SN mais à esquerda precisa ser referencial, isto é, precisa representar uma entidade que já tenha sido evocada no discurso ou que esteja numa relação de conjunto com alguma outra entidade já evocada ou que seja inferível do discurso. Assim (19) B' é aceitável mas não (20) B'

(19) A: you want to see Stardust Memories?

B: I saw Stardust Memories Yesterday

B': Stardust Memories I saw  $\phi$  yesterday

- Desta tabela foram excluídos dois dados previamente classificados como inferíveis resumidores. O número de dados para esta categoria era tão reduzido que qualquer generalização sobre a mesma seria temerária.



(20) A: Why are you laughing?

B: I saw Stardust Memories yesterday. It was very funny.

B': = Stardust Memories I saw  $\bar{\delta}$  yesterday.

It was very funny.

Já no caso de "Focus-Movement", o SN mais à esquerda precisa representar atributos ou valores de atributos.

(21) They just bought a dog. Fido they named it

(22) This is a student who went here two years. Five semesters she was here.

Conforme explicamos anteriormente, nossas categorias para classificar o status informacional de um referente divergem em parte das de Prince e estamos interessados em regras distintas de "Focus-Movement". Apesar destas diferenças, parece-nos muito relevante que, também em português, a grande maioria de objetos diretos topicalizados envolva entidades inferíveis ou evocadas. A ordenação das categorias específico/genérico, por outro lado, sugere que, além de inferíveis ou evocadas, as entidades topicalizadas deverão ser facilmente identificáveis e localizáveis pelo ouvinte.

O comportamento desta variável explica-se ao levarmos em conta as funções que TOPs desempenham no discurso. Todavia é provável que aspectos relacionados à ordem não-marcada das palavras em português contribuam para a tendência de referentes inferíveis e evocados ocorrerem mais frequentemente em TOPs do que referentes novos. Observações informais mostram que a ordem não-marcada das palavras em português tende a ser Suj. V OD OI e também que informação nova tende a ser expressa pelo OD. Ora uma topicalização de OD envolvendo informação nova constituirá um duplo desvio: desvio de ordem não-marcada e desvio da tendência de informação velha preceder informação nova (Halliday). Daí a estranheza de TOPs envolvendo referentes novos e a tendência para se privilegiar entidades inferíveis ou evocadas. Convém lembrar que esta estranheza causada pela presença da entidade novas na posição mais à esquerda da oração já havia sido referida, também, por Pontas (1980) ao estudar construções de tópico em português.

O terceiro e último grupo de fatores a ser considerado aqui relaciona-se ao caráter definido do SN topicalizado. Para caracterizar este aspecto, utilizamos os determinantes explícitos que precediam o N do SN em questão. Trabalhamos com três categorias

(+ def) : o N era precedido por artigo definido, pronome possessivo ou demonstrativo.

- (23) Agora esse Júlio Iglésias, eu também queria ir assistir. (05 159)  
 [- def] : o N era precedido por artigo ou pronome indefinido;
- (24) Mas pelo menos uma orientação, eu dou (10 079)  
 [outros]: o N era precedido por  $\beta$ .
- (25) Pudim de leite condensado, cê num sabe fazer? (11 017)

Obtivemos os seguintes resultados para esta variável:

T A B E L A 4

Caráter definido do SN

	nº	Perc.	Prob.
[+ def]	39/120	32,0	.62
[- def]	11/82	13,0	.29
[outros]	34/141	25,0	.58

Inicialmente pareceu-nos que os resultados acima mencionados se explicariam por uma interação com a variável status informacional do referente, isto é, pensávamos que haveria uma correlação entre o traço [+ def] e referentes evocados e o traço [- definido] e referentes novos. Naro (com. pes.) tem alertado para a possibilidade da interação dos fatores, ponto crucial para a teoria da variação uma vez que o cálculo das probabilidades pressupõe a independência dos fatores. Para verificar se os números da tabela 4 estavam correlacionados os status informacional do referente, distribuímo-los pelas categorias inferível, evocado, específico, evocado genérico, novo específico, novo genérico. Obtivemos os seguintes resultados:

T A B E L A 5

Distribuição de entidades inferíveis, evocadas e novas segundo o seu caráter definido

	[+ def]	[- def]	[outros]
Inferível	12/25: 48,0%	04/25: 16,0%	09/25: 36,0%
Evoc. específico	12/16: 75,0%	02/16: 12,5%	02/16: 12,5%
Evoc. genérico	09/30: 30,0%	04/30: 13,5%	17/30: 56,5%
novo específico	04/05: 80,0%		01/05: 20,0%
novo genérico	02/09: 22,0%	01/09: 11,0%	06/09: 67,0%

Os dados acima mostram que não há interação entre tipo de informação transmitido por um referente e a presença ou ausência do traço [+ def]. A presença deste traço parece ser determinada pela maior ou menor necessidade de especificação de um referente e não de seu caráter novo ou velho.

O quadro acima mostra também que a especialidade e a genericidade não se circunscrevem a um único tipo de determinante; estas duas noções podem se exprimir quer através do traço [+ def], quer através do traço [- def], quer através de *o*, combinado com os demais elementos do contexto lingüístico em que o referente ocorreu.

### 3. Topicalizações e Discurso

Nesta seção nos referiremos a alguns dos fatores discursivos que podem levar à topicalização de um SN. Em nosso corpus, topicalizações são frequentemente usadas quando um falante quer destacar um elemento de um conjunto. Observe o exemplo abaixo:

(26) E- Que desastre que o senhor teve?

F- Eu bati... bati com o carro, num ... poste.

E- E aí foi... me quebrei todo, quase que perdi a perna. Cê tá vendo aí, ô? Aqui fez... só aqui tem seis operações aqui, nessa perna. Quebrei a fíbia, o perônio, entendeu? Braço; quebrei em seis lugares, tá bom? Aqui fez três, aqui tem nove! Olha!

(14 131)

Topicalizações com esta função representam 19,0% de nossos dados e todas apresentam a mesma estrutura: um tópico está sendo considerado, o falante está enumerando seus constituintes e, a uma certa altura, topicaliza um deles.

TOPs também foram utilizadas para se retornar a um tópico ou

aspecto do tópico mencionado imediatamente antes. A grande maioria das topicalizações envolve a presença de um demonstrativo revelando a consciência que o falante tem da proximidade do tema. A combinação destes dois aspectos - o uso do demonstrativo e desvio da ordem não-marca da - sugere que estas topicalizações foram utilizadas para reforçar aquele tópico sob consideração. Observe o exemplo abaixo:

(27) Então ali eu acho que devia existir o... o... (Inint) cozinheiro como existe, não é isso? Você vai no exército, você vai lá, é o cozinheiro, n'ê? Nos hotéis tod... A mulher mais é para ajudar! Cortar batata ou lavar louça, n'ê? Serviço mais leve. Eu acho que esses serviços brutos, assim, a mulher não devia exercer não.

(14 123)

Topicalizações com esta função constituem o grupo mais numeroso: representam 22,5% do total.

Há um terceiro grupo cuja função é bastante intrigante: a uma consideração geral segue-se uma topicalização que constitui uma atenuação, uma quebra das expectativas sugeridas pelo enunciado anterior. Muitas das topicalizações com esta função apresentam uma alternância entre negativo/afirmativo, isto é, se o enunciado é negativo, a TOP será positiva e vice-versa.

Considere (28) e (29)

(28) Eu sou segundo casamento com esse. Tem essas duas crianças, que, aqui, ninguém sabe da minha vida. Que eu moro aqui... Se você me perguntar o nome desse vizinho aí do lado eu não sei. Conheço, mas o nome não sei. (10 097)

(29) ...se for olhar bem tanta coisa, num tem nada bom aqui nessa, nessa terra. O presidente... T'áí, eu gosto desse presidente nosso. Eu gosto porque eu acho que ele... ele tem muita vontade de fazer muita coisa, mas a... o pessoal todo tem que ajudar, n'ê? Que se não ajudar, ele sozinho não pode fazer grande coisa. Vontade, ele tem.

Além disso, no trecho de discurso que precede topicalizações com esta função, alguns aspectos não são explicitados, cabendo ao ouvinte preencher as lacunas. Isso é evidente em (29): o falante considera a situação calamitosa do país, evoca o presidente e depois atenua a responsabilidade dele lembrando que, apesar de não poder fazer nada, "vontade ele tem", (05 061)

Visto que muitas destas topicalizações são precedidas por uma conjunção adversativa ou admitiriam a sua explicitação, uma análise superficial poderia considerá-la como TOPs com função contrastiva, inter

pratação de que discorramos. Alguns autores (Chate: 1976) tem argumentado que topicalizações são utilizadas basicamente para exprimir contraste, ponto de vista rejeitado por Prince (1981) e Pontes (1982). Estas autoras argumentam que esta função é apenas uma dentre as várias que podem ser desempenhadas por TOPs que a mesma tende a ocorrer nas enunciações. Ao analisar TOPs no crioulo caboverdeano, observamos que um grande número delas apresentava função contrastiva. Na ocasião, observamos, também, que um paralelismo superficial, isto é, repetição do mesmo verbo, explicitação dos referentes em questão, presença de conectivos adversativos reforçava a interpretação contrastiva atribuída àquelas TOPs. Na ocasião, impusemos como condição para considerar uma TOP como constrativa que o número de candidatos que se opunham ao referente do SN topicalizado fosse delimitável. A se manter o mesmo critério para o português, veremos que o número de TOPs com função constrativa é relativamente baixo: em nosso corpus, elas representam 9:5%.

(30) é um exemplo:

(30) Agora, garoto, aqui tem demais. Garota não tem muito não (24 007)

Topicalizações podem também ocorrerem resposta a uma questão proposta por um dos interlocutores, como (31) exemplifica:

(31) E: Você não tem vontade de passar carnaval, assim, na Bahia, em outro lugar?

F: Vontade, eu tenho ( 25 064)

Embora tenhamos nos referido a "resposta a questão", o estímulo apresentado pelo falante pode se encontrar num enunciado declarativo como mostra (32)

(32) E: E além de Sétimo Sentido, a senhora está vendo...

F: Ah, e as outras, eu não vejo assim de ficar sentada, prestando muita atenção, não (35 121)

Nossa interpretação é que, ao fazer uma pergunta, um dos interlocutores propõe um determinado tópico à consideração do outro que retoma, e nuncia e, então predica a respeito daquele tópico particular. Tal explicação aplica-se também aos casos de declarações semelhantes a (32). É como se o falante interrompesse seu enunciado e convidasse o outro interlocutor a completá-lo. TOPs com esta função representam 16,5% de nossos dados. É interessante lembrar que Pontes (1982) refere-se a diálogos como locais apropriados para a ocorrência de construções com tópico.

Finalmente, TOPs podem se seguir umas às outras, como se a ocorrência de uma primeira topicalização determinasse a ocorrência da

segunda:

(33) E: Bota tempero, uma manteiguinha, um claybon, ovos... Mistura tudo e põe pra assar, fica ô!

F: É? Vou fazer porque aí já com pouco bacalhau, n'ô?

E: Fica mais fácil

F: É. Essa, eu nunca fiz, não. Purê de forno, assim, eu gosto de fazer

A experiência deste tipo de condicionamento já havia sido referida por Labov e Weiner (1979) que mostravam que paralelismo de estrutura superficial é um fator poderoso na determinação da escolha de uma construção ativa ou passiva.

A consideração dos aspectos mencionados acima auxilia a compreensão dos resultados da TABELA 3, qual seja, que TOPs tendem a envolver, principalmente, referentes inferíveis ou evocados. Se lembrarmos que TOPs são utilizadas, basicamente, para destacar um elemento de um elemento de um conjunto, para atenuar uma afirmação anterior, ou para predicar sobre um elemento já introduzido no discurso, compreenderemos porque seus referentes topicalizados tendem a ser inferíveis ou evocados.

#### 4. Conclusão

Neste trabalho nos referimos a três variáveis que condicionam a ocorrência de TOPs no discurso semi-coloquial oral, mostramos algumas das funções que podem ser desempenhadas por esta construção e também como certos contextos podem favorecer o aparecimento de uma construção topicalizada. Gostaríamos de terminar lembrando que o âmbito das funções discursivas de TOPs merece cuidadosas investigações e que se TOPs, por um lado, podem auxiliar na caracterização dos tipos de discurso, por outro lado, a compreensão de suas características e funções pressupõe uma teoria global do discurso.

## 5. Referências

- BRAGA, ML. (1984). Left Dislocations and Topicalizations in Capeverdean Creole. University of Pennsylvania: PhD. Dissertation.
- CHAPE, W. (1976). Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and Point of View. In Li, Charles ed. Subject and Topic. New York: Academic Press.
- HALLIDAY, M. A. K. (1976). Notes on Transitivity and Theme in English. Journal of Linguistics 4.
- LABOV, W. and Weiner, J. (1977). Constraints on the Agentless Passive. University of Pennsylvania (mimeo)
- LIRA, S. A. (1982). Nominal, Pronominal, and Zero Subject in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania PhD. Dissertation.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. (1982). Estudo de Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro. UFRJ: Tese de Doutorado.
- PONTES, E. (1980). Da Importância de Tópico em Português. Artigo apresentado no V Encontro Nacional de Linguística, PUC/RJ.
- PRINCE, E. F. (1979). On the Given/New Distinction. Paper from the Fifteenth Regional Meeting, CLS.
- PRINCE, E. F. (1980). A Functional Syntax Approach to Text Analysis: Left Dislocation and Topicalization. Paper presented at the Symposium on Approaches to Text Analysis. University of Chicago.
- PRINCE, E. F. (1981). Topicalizations, Focus Movement, and Yiddish-Movement: A Pragmatic Differentiation. Paper presented at the Seventh Annual Meeting. Berkeley Linguistic Society.

Sebastião J. Votre e Anthony J. Naro  
(UFRJ)

## 1 - Introdução

Neste trabalho apresentamos alguns dos traços presentes em construções com sujeito depois do verbo na fala dos informantes do projeto Censo da Variação Lingüística no Rio de Janeiro. Prestamos atenção sobretudo para construções do tipo VSx ou VxS, em que x:

- é zero:

- (1) Chegaram aquelas senhoras (NIL, 2/7)<sup>1</sup>

- vem depois do S:

- (2) Se chegasse uma amiga dela em casa (LAU, 44/8)

- vem entre S e V:

- (3) Às vezes chegava lá meninas na 8a. série (LAL, 74/1)

Também classificamos as construções de acordo com a natureza sintática de x.

As estruturas com S depois do verbo ocorrem principalmente com verbos sem objeto direto superficial - as construções transitivas da fala estão quase sempre na ordem SVO (ou OSV, quando O está topicalizado), enquanto as não transitivas distribuem-se entre:

- (a) exemplos que parecem admitir apenas a ordem SVx;  
(b) exemplos que parecem admitir apenas a ordem VSx (ou VxS)  
(c) exemplos que, sob certas condições, apresentam a ordem SVx, e sob outras condições apresentam a ordem VSx (ou VxS).

Nosso interesse maior está em captar as possíveis razões de natureza comunicativa que teriam levado o falante a optar pela ordem VSx ou VxS. Reconhecemos ser necessário identificar também circunstâncias de natureza estritamente formal ou social que possam influenciar nesta escolha.

Antes de considerar as inversões na fala, vejamos em caráter ilustrativo o que se passa na escrita padrão.

## 2 - Variação de Ordem na Escrita Padrão

Uma vez que as categorias de verbo que admitem sujeito invertido são muito mais variadas e produtivas na escrita do que na fala,



vamos dar uma pequena mostra dessa variedade com uma apresentação das construções invertidas que aparecem no 19 caderno do Jornal do Brasil de 13/05/84. Por ora os dados da escrita parecem fornecer uma evidência inicial que esse canal utiliza mais os recursos que as alterações de ordem facultam.

A seguir apresentamos exemplos de construções até agora encontradas na escrita, classificados em termos sintáticos. Os números entre parênteses remetem à página e ao exemplo invertido.

(a) intransitiva:

(4) Deixou fornecer os diversos programas ligados ao desenvolvimento industrial e à agricultura (JB, 10.9)

(b) copulativa:

(5) São mínimas as chances de aprovação da emenda (JB, 4.1)

(c) transitivas com complemento locativo:

(6) E nas suas águas navega com desembaraço o Ministro Ibrahim Abi - Ackel (JB, 2.6)

(d) transitiva direta e indireta:

(7) Deixa o diabo ao nosso encargo o entendimento político, que lhe foge à especialidade, para trabalhar exclusivamente com a crise. (JB, 11.1)

(e) passiva analítica:

(8) Foram entregues 214 subemendas à proposta do governo (JB, 4.2)

(f) passiva sintética:

(9) Fundam-se em boa prática democrática as relações contrárias ao lançamento de candidatos avulsos (JB, 10.1)

Algumas destas construções, a exemplo da passiva sintética, são praticamente inexistentes na fala; outras, como as construções transitivas, são bastante frequentes nessa modalidade, mas dificilmente podem ser encontradas com sujeito posposto. Fica patente que na escrita o sujeito posposto tem maior liberdade de ocorrência do que na fala, desempenhando naquela um papel de cunho estilístico, de cunho talvez arcaizante ou latinizante. O uso deste dispositivo estilístico implica forçosamente no mascaramento dos efeitos comunicativos que acreditamos estarem presentes na fala.

### 3 - Variação de Ordem na fala

A observação informal dos casos de sujeito posposto da fala

revela alguns mecanismos categóricos, que por isso mesmo fogem ao escopo de descobrir o que está variando, e devem ser interpretados em termos de porquê foram utilizados. Por ora, vamos nos limitar a listar alguns desse mecanismos.

O primeiro mecanismo categórico de proposição de sujeito é o clivamento, tanto com que(m) (verbo) ser (sujeito) como com ser (sujeito) que(m) (verbo):

(10) o que fala a verdade hoje em dia é o dinheiro (LAL, 129/8)

(11) Era o meu irmão quem sustentava todos eles (LAL, 58/4)

Creemos que há uma tendência quase categórica de inverter construções iniciadas por estar, que atribuem comentário ou qualidade a quantificadores como todos, tudo, todo mundo:

(12) Está tudo muito difícil (LAU, 74/7)

Com todo mundo os dados até agora só registram inversão:

(13) Está todo mundo se queixando (LAU, 125/3).

Para os verbos que admitem a ordem direta e a inversa nem sempre é pacífico que se trata de variação; antes é comum a impressão de que a mudança de ordem acarreta mudanças não só de natureza comunicativa, mas também quanto ao próprio sentido da frase. É o que podemos observar em:

(22) Ficaram só as duas mulheres. (LAU, 27/1)

compare com:

(23) Só as duas mulheres ficaram.

A frase (23), com sujeito preposto, corresponde ao inglês "to stay" com sentido de "permanecer", enquanto (22) corresponde ao inglês "to be left" ou uma construção com "there" ("there remained only two women) com o sentido de "sobrar". No primeiro caso sentimos um ato volicional ou pelo menos proposital das duas mulheres, em que elas resolveram, por uma razão ou outra, não se deslocar de onde estavam. Já a segunda frase seria mais apropriada numa situação em que as outras pessoas por ventura presentes se deslocaram, deixando as duas mulheres no lugar onde estavam. É crítico, para o bom andamento da pesquisa, conseguirmos compreender melhor as diferenças de sentido entre VS e SV.

Alguns exemplos apresentam mais evidência a favor da hipótese da mudança de sentido associada a mudança de ordem.

Assim, para certos verbos, em determinados casos, é o sentido do verbo que se altera.

Tomemos as duas frases seguintes:

(24) Aquele projeto não vai sair; (vai à breca)

(25) Não vai sair aquele projeto; (os consultores não vão aprová-lo)

as extensões entre parênteses mostram que se trata de diferentes acepções de sair. No primeiro caso, trata-se de sair com sentido de ter sucesso; é exatamente o que se infere da extensão vai à breca; já no segundo caso trata-se do sentido de vir à luz, corporificar-se como projeto possível; daí, a validade da extensão com a idéia complementar, explicativa, de negação.

É verdade que esta parece ser a leitura normal, não - marcada, e que estamos investigando para ver se as outras possíveis são viáveis.

Há verbos que parecem ocorrer apenas em construções de ordem SVx, sem que até agora tenhamos suposições bem definidas sobre esse comportamento, como em:

(14) A barca passa encostada

(15) Meu pai sempre votou ( EB 195 )

A posposição dos sujeitos em (14) e (15) equivale a um movimento bem marcado de deslocamento para a direita, com entonação própria desse movimento.

(16) Sempre votou, meu pai.

(17) Passa encostada, a barca

Também a ordem inversa contém tipos de construção categórica, como haver:

(18) Aí houve esse imprevisto (NIL, 56/5)

Já com chegar a tendência à inversão alterna com a ordem direta:

(19) Seu Manoel chegou, botou o pessoal todo no pátio... (EB/134)

(20) ...e de vez em quando chega um bloco, chega outro... (EB/138)

No contexto a diferença entre estes dois usos de chegar fica bem clara: Em (19) trata-se de um ato intencional praticado pelo sujeito, enquanto em (20) não houve, estritamente, nenhum "ato" de chegar. Neste caso, o sujeito (um bloco) estava simplesmente andando pelas vizinhanças e nestas andanças estava sendo incluída a chegada aludida na frase. A ausência do sentido de "ato praticado pelo sujeito" na ordem invertida permite a ocorrência desta construção até com sujeitos inanimados:

(21) a. Chegou a subida da serra para vim aqui (EB/165)

b. ... porque chegou um carro da polícia... (EB/25)

#### 4 - Por que o falante produz frases invertidas

Supomos que a ordem dos constituintes sujeito e verbo não é livre, nem causal; o falante dispõe a informação na ordem invertida por razões fortes, de natureza discursiva, social ou formal, que vale descobrir e interpretar.

Vamos apresentar algumas dessas razões na forma de máximas que se supõem parte integrante da competência comunicativa do falante; essas máximas ou restrições, aparecem aqui sob a forma de comandos.

As máximas estão relacionadas a:

(a) limitações de memória e dificuldade de processamento (ponha os constituintes pesados no fim dos enunciados); (b) ritmo (balanço seus enunciados); (c) empatia (disponha os constituintes na ordem que favoreça novas extensões de comentário sobre o referente do qual está falando); (d) atribuição de importância aos referentes (ponha a figura antes do fundo); (e) respeito ao estado de consciência do ouvinte face aos referentes (ponha o velho antes do novo); (f) atenção à correlação entre ordem e intenção (o referente sendo animado, o que vem antes, é [+ intencional]). Poderíamos aumentar essa lista com novas considerações de natureza estrutural ou psicolinguística, mas nessa altura do conhecimento é fundamental prestar atenção para o modo como interagem (ou não interagem) quatro razões acima, exatamente as que se nos afiguram definitivas.

#### 5 - Implicações da possível situação categórica de fatores

A análise dos dados das cinco entrevistas inclinou-nos a considerar como possivelmente relevantes para a posposição do sujeito 4 das razões que acabamos de listar:

- (a) o status [+ intencional] do sujeito
- (b) o status [+ figura] do primeiro constituinte
- (c) o status [+ novo] do sujeito
- (d) o status [+ pesado] do sujeito

O mais importante, porém, é que suspeitamos que os 3 primeiros fatores não coatuam cumulativamente; quando um está presente os outros dois são indiferentes; apenas o peso coatua com qualquer dos outros três. Se isso for verdade, não faz sentido utilizar o sistema logístico (Sankoff & Rousseau) para a mensuração do efeito desses três primeiros fatores.

Para o pequeno grupo dos verbos que admitem sujeito antes ou depois, o efeito dos fatores acima parece relativamente tranquilo, conforme haveremos de ver a seguir, iniciando pelo traço + intencional (que engloba parte de [+ animado]: todo [+ intencional] é [+animado]; e nenhum [- animado] pode ser [+ intencional]).

Este fator é tão poderoso que compromete o conceito de variação pois em uma frase como:

(26) Quando chegar cinco horas vocês embora (TAU, 176/8)<sup>2</sup>

O fato de 5 horas ser [-animado], e por isso não poder ser [+intencional] impede a ordem direta.

Já uma frase como:

(27) Quando chegava uma cliente que ia lá para o consultório..., na ordem direta a frase mudaria de sentido, porque essa cliente teria o traço [+intencional]; conforme vimos no caso de (22) e (23).

Numa

3

(28) Ali correu dinheiro (LAL, 129/61),

a ordem direta faz pensar primeiro no traço [+animado] para dinheiro e chamar atenção para o segundo fator independente: do modo como está, a frase é um comentário sobre ali (Ponte Rio-Niterói), e não sobre dinheiro. A oposição entre figura e fundo é, no caso, definitiva para a opção invertida: a figura precede o fundo. Veja-se o exemplo seguinte:

(29) Ali defronte morava um general (LAL, 175/1)

Nessa frase, não faz sentido falar sobre o traço + ou - intencional, e sim sobre a oposição figura/fundo. No caso, estamos fazendo um comentário sobre ali defronte, e se desfizemos esta ordem, acabou-se o comentário.

A topicalização como meio de pôr um constituinte em posição de destaque traz à discussão um outro aspecto delicado da análise da inversão: o que é relevante é a figura (ali defronte); entretanto, a informação nova é o fundo (um general).

Por ora, quer-nos parecer que quando está presente a dimensão figura/fundo a dimensão velho/novo é indiferente. Assim é que interpretamos as frases abaixo:

(30) Tinha um muro ali onde começa o aterro (LAU, 7/4)

é a figura que determina a ordem, apesar de o aterro já ter sido mencionado anteriormente.

O efeito da topicalidade é mais convincente quando o verbo re quer um agente, [+intencional], como trabalhar. Comentando as exigências de uma firma de onde havia sido despedida, a informante diz:

(31) Lá não podia trabalhar mulher casada (LAU, 55/6)

Observe-se que esta frase poderia continuar naturalmente assim: - nem homem com filhos. Mas a frase (31) não poderia, sem causar estranheza, continuar assim:

Parece estar em cena uma dimensão do princípio de empatia: "continue a falar sobre que(m) está falando, a não ser que outra razão mais alta se alevante".

Um aspecto relacionado às alternativas de expansão, e associado à alternância VS~SV parece estar presente em frases do tipo:

(32) Começou o namoro (LAU, 25/7) em vez de:

(33) O namoro começou.

Enquanto a invertida não supõe extensão, a direta abre a expectativa de novos comentários em seguimento direto a esse começo.

Não é todo advérbio (ou complemento ou conjunção) à esquerda que provoca necessariamente um sujeito à direita. Na verdade, apesar da forte correlação entre advérbio e complemento à esquerda e sujeito à direita do verbo, não estamos seguros sobre quem manda quem pra onde. Quer-nos parecer, entretanto, que nem sempre é o advérbio/complemento quem determina a inversão: antes, parece-nos, é exatamente porque o sujeito está (vai ser) proposto que os complementos ou circunstanciais se deslocam para a esquerda.

No caso dos complementos pode-se falar na atuação de um princípio de distribuição que tende a bloquear a ocorrência, em posição contígua, de constituintes da mesma natureza (sequências de clíticos, de sintagmas nominais, de verbos).

Até agora falamos de fatores que estamos considerando como independentes entre si e não coatuantes: (+ intencional), (+ figura) e (+ novo).

Se há um fator coatuante ou coatuável com cada um dos três, ou sobretudo com (+ novo) é o peso, a massa fonética do constituinte: sujeitos pesados tendem a vir pospostos, ou melhor: os constituintes se ordenam linearmente em termos de seus pesos relativos, e os mais pesados tendem a vir à direita dos menos pesados. Esse princípio daria conta de frases do tipo (27), aqui repetida como (34):

(34) Quando chegava uma cliente que ia lá para o consultório (LAL, 92/6), ou

(35) São poucos aqueles estudante(s) que você não precisa estar em cima para estudar (LAU, 85/9).

É possível que razões de peso tenham cooperado decisivamente para a tendência quase categórica de pospor oração subjetiva:

(36) Porque deve ser interessante os alunos escutarem assim os papos (LAU, 108/2).

Reconhecemos, no entanto, que este fator ainda se configura bastante problemático. Por um lado, não sabemos se "peso" é causa ou consequência: um sintagma vai para a direita porque é pesado ou um sintagma pode crescer porque já foi à direita por outras razões (tais como as enumeradas acima)? Em segundo lugar, encontram-se na fala com uma certa frequência estruturas bastante desequilibradas, pelo menos se medidas pelos padrões de língua escrita:

(37) Um outro carro meu particular estava enguiçado (EB/170)

(38) E hoje em dia, sair de dentro de uma casa para ganhar menos de cem mil cruzeiros é atraso na vida (EB/154).

#### NOTAS

1. As referências entre parênteses ao final de cada exemplo remetem ao informante, página e linha em que ocorre cada exemplo. Os informantes são:

LAL - Lália, 71 anos, 49 ano primário, Campinho

LAU - Laurentina, 43 anos, colegial, Urca

MLU - Maria de Lurdes, 56 anos, primário, Irajá

NIL - Nilza, 45 anos, primário, Paqueta

JB - Jornal do Brasil

EB - Eduardo Borges, 41 anos, primário, Magalhães Bastos

2. Estamos considerando cinco horas como sujeito, independentemente da interpretação da gramática tradicional.

3. Pode-se imaginar um contexto para dinheiro vir em primeiro lugar se o tópico for dinheiro, como: Vieram muitos milhões para a obra, mas esse dinheiro todo correu ali.

FONÉTICA E ALFABETIZAÇÃO

Luiz Carlos Cagliari

(UNICAMP)

A alfabetização sempre foi uma questão importante em toda discussão educacional. Os órgãos oficiais sempre se preocuparam de modo especial com esse problema. Apesar de todo esse esforço, os resultados obtidos não têm sido muito significativos. Há muitas décadas se observam os mesmos problemas de aprendizagem, de reprovações e de evasão escolar. Muitos profissionais, como os pedagogos, os psicólogos, os fonoaudiólogos e até médicos têm colaborado na solução desses problemas. Recentemente, tem aparecido uma preocupação crescente de lingüistas, juntando-se aos demais profissionais envolvidos, em busca de uma compreensão maior do que acontece na alfabetização e de soluções que de fato resolvam velhos e emperrados problemas.

É curioso notar como essa preocupação esteja ocorrendo hoje, quando o mundo está trocando velhos hábitos culturais por novos valores. As máquinas estão chegando e irão mudar muita coisa no dia a dia das pessoas. Um livro, hoje, não tem o mesmo valor cultural que tinha até vinte anos atrás. Tenho a impressão de que, agora, a imagem vale mais do que a palavra impressa, apertar os botões vale mais do que escrever. A estocagem de informação, que antes era privilégio dos livros e das bibliotecas, está se mudando para os computadores, disquetes, fitas magnéticas, cartuchos, videocassetes, etc... Memória eletrônica! Ler livros hoje não é a mesma coisa que ler livros há décadas atrás... Alfabetizar para o mundo atual não pode ser o mesmo alfabetizar para um mundo do passado, que está cada vez menos presente na vida das pessoas.

Por ironia do destino, mas historicamente compreensível no comportamento humano, depois que o problema mudou de direção vamos nos empenhar da maneira mais séria de que nunca, para entender e resolver a velha questão, esperando talvez que ajude a nos entendermos melhor e a nos prepararmos para um futuro diferente. Está passando ao nosso lado, fascinante e assustador. Talvez valesse mais a pena abandonar a ênfase em velhos problemas e nos concentrar no presente e no futuro. Afinal, a nossa sociedade vive mais voltada para o futuro do que para o passado. Mas esse não é o nosso objetivo aqui e agora. Deixar-se-á de lado esse questão, dar-se-á uma olhada para trás para ver o que tem sido a alfabetização, de um modo geral, com rela-



ção aos problemas de fala e escrita nas nossas escolas, nesses últimos anos.

Em primeiro lugar, convém observar que a língua portuguesa, que aparece nas gramáticas, nos livros didáticos em geral, nos concursos, nas escolas e nos cursinhos tem sido explicada e institucionalizada no ensino por professores de português que foram formados pela velha escola filológica, adeptos da gramática normativa tradicional, e não acompanharam, em geral, os estudos contemporâneos da Linguística moderna. Em termos de estudos da linguagem, houve uma mudança profunda entre a abordagem antiga filológica e a linguística moderna. Porém, como os linguistas tem, até o momento, se preocupado pouco com o ensino de português e em fazer livros didáticos, as conquistas da linguística moderna ainda não foram colocadas a serviço das escolas.

A sociedade ainda não deu espaço de trabalho para os linguistas, fora dos muros das universidades, e a omissão dos linguistas com relação ao que ocorre com o português institucionalizado, através de currículos, provas e livros didáticos, etc., reflete bem a alienação de nossas universidades.

Para agravar mais a situação, há ainda a irresponsabilidade de muitos autores de livros de português, que reproduzem velhos erros, inventam novos, juntando conceitos novos da linguística, mal entendidos, com explicações contraditórias de velhas teorias, não raramente com o único objetivo de obter vantagens econômicas, às custas de uma população que acredita cada vez menos na importância e eficácia da escola. Livro didático é como remédio ou alimento: quando esmagados, não só não curam ou alimentam, mas trazem um transtorno maior, quando não matam.

Sem dúvida alguma, a Linguística moderna tem uma contribuição muito valiosa e indispensável ao ensino de português, inclusive na alfabetização. Porém, entre os profissionais voltados para isso, não se encontram os linguistas. Se por um lado as universidades são alienadas, por outro, os órgãos oficiais perpetuam velhos esquemas. O Ministério e as Secretarias de Educação contam com pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, mas não aceitam linguistas e outros profissionais para opinarem sobre problemas de sua especialização, como a língua portuguesa, a geografia, a história, as ciências, a matemática, etc.

A pedagogia de uma disciplina qualquer precisa estar apoiada em conhecimentos profundos e sólidos a respeito do próprio objeto de estudo. A pedagogia do português deve ser dada basicamente por um professor de português com formação linguística adequada, e

não por um pedagogo ou psicólogo, etc., que não tem os conhecimentos técnicos necessários, nem dispõe de um instrumental descritivo adequado, para entender como a ciência da linguagem e em particular, o português funcionam e quais os usos que tem.

Entendo que a pedagogia é indispensável para se organizar a educação na escola e no país, que a psicologia é indispensável para se entender o comportamento humano e dirigi-lo para o bom caminho, mas nem uma nem outra, servam para dar palpites sobre como se ensina o conteúdo de matérias como o Português, Matemática, etc.. Também não cabe aos fonoaudiólogos ver patologias de fala onde existem apenas problemas de variação lingüística. A escola não pode considerar carente um aluno com base em sua produção de fala e escrita, se não entende de fato o que é a fala e o que é a escrita!

O excesso de práticas pedagógicas de prontidão e de controle das atividades da criança na alfabetização tem levado a escola, às vezes, a se esquecer que o mais importante é aprender a ler e a escrever. Alguns métodos são tão rígidos em suas atividades e tão extensos em particularidades preparatórias que acabam não deixando a criança se desenvolver no seu aprendizado de leitura e escrita.

Ler e escrever sílabas, palavras ou mesmo frases isoladas não é a mesma coisa que escrever e ler textos. A língua portuguesa não existe como sílabas, palavras ou frases isoladas, mas como texto. As crianças quando falam dizem textos. O desmontar dos textos em seus componentes é útil para se analisar a linguagem, mas não é a linguagem propriamente dita. O excesso de atividades do tipo monta/desmonta que se faz, às vezes, na escola, pode passar aos alunos a falsa idéia de que a linguagem é isso, sobretudo se não houver um trabalho de leitura de escrita de textos com as crianças.

Procedendo com as crianças sob absoluto controle do conhecimento adquirido, indo de letras isoladas às famílias de letras, depois às palavras e frases, a escola pode classificar todos os alunos a qualquer momento com relação ao que foi ensinado. Neste caso, os alunos que não acompanharam, criam um problema sério para a escola, são facilmente tachados de carentes e candidatos a cliente de clínicas de reabilitação de fala (e de escrita!). Com relação à escrita, fica fácil evitar erros ortográficos, porque as crianças vão escrever somente palavras "já dominadas". Em resumo, esse é um método mecânico que condiciona automatismos no comportamento da criança e garante um método de avaliação único para todos e favorece mostrar tudo certinho na escola.

Acontece, porém, que esse método deixa "sobras" muí-

tas sobras, que vão ser os repetentes, os renitentes, etc. Faz parte da tradição da escola emparelhar os alunos no começo do ano para a corrida. Através de sucessivos anos, de fato, a escola consegue um grupo de corredores semelhantes entre si. Mas isso é conseguido com uma violência muito grande nos cortes, sobretudo no primeiro ano, porque as pessoas são muito diferentes, agem de maneiras diferentes, vem de grupos sociais diferentes, enxergam o mundo de maneiras diferentes e buscam coisas diferentes com a formação que esperam ou esperariam receber da escola.

Principalmente na alfabetização, a escola tem que aceitar e saber lidar com a heterogeneidade. As crianças que entram para o primeiro ano, têm experiências diferentes com relação à escrita, à leitura, à linguagem, ao próprio comportamento social e individual. Reduzir as crianças a um pelotão de quarenta alunos marchando com o mesmo passo pode parecer muito bonito, mas certamente é uma violência ao modo de ser das pessoas. O medo que a escola tem da heterogeneidade decorre da obsessão que lhe é peculiar de manter tudo sob estrito e rígido controle.

Há muito tempo e com ênfases diferentes, os educadores vêm fazendo esse tipo de consideração. As considerações teóricas já foram analisadas sob inúmeros aspectos, mas a prática parece não aceitar isso, sobretudo com relação à aquisição de conteúdos, à sua interpretação e expressão pelas crianças. Segregar as crianças em tipos diferentes de classes não é levar conta as diferenças individuais e sociais; é discriminar e confirmar os preconceitos da escola.

O ensino deve ser programado e passado aos alunos numa certa ordem e dosagem. Porém, deve prever ainda um espaço no qual cada criança possa evoluir, encontrar seu próprio caminho, utilizando para isso sua iniciativa, sua reflexão, sua autocorreção e apoiando-se nos ensinamentos que a escola lhe fornece, como subsídios para isso. O ensinamento não é a obra em si, é uma ferramenta. Um método que conduz o aluno letra por letra, palavra por palavra, não deixa espaço para a criança refletir sobre a linguagem, a escrita, a ortografia, a leitura, etc. Por outro lado, crianças que após as primeiras explicações a respeito do que é escrever, de como a escrita funciona e da identificação das letras do alfabeto, se põem a produzir textos espontâneos, revelam uma capacidade enorme de reflexão sobre o que estão fazendo e um poder de autocorreção muito eficaz, que as leva a dominar a escrita, inclusive a ortografia, com muita facilidade.

É óbvio que a criança, nessa fase, ao escrever desconhece a forma ortográfica de muitas palavras que quer usar; então, procura escrevê-las com letras cujos valores são possíveis dentro do

sistema de escrita, mas que nem sempre coincidem com a forma ortográfica. Por exemplo, vai escrever "dici" (disse), porque seu ponto de partida é a fala, e diz [disi]: usa a letra C porque sabe que o som que ela representa no alfabeto é o [s]. A criança pode escrever coisas como "quiaciora" (que é a senhora) porque diz isso tudo como um todo, não sabendo ainda qual a segmentação ortográfica que as palavras têm. Escreve "ciora" porque diz [ʃiɔɾã]. Em geral, nessa fase, encontra-se um riquíssimo material que revela as hipóteses que as crianças fazem sobre a variedade da língua que falam e sobre as possibilidades do sistema de escrita e o quanto disso elas já aprenderam.

Infelizmente, as professoras de alfabetização não têm uma formação que permita entender de fato esses "erros" dos alunos, que na verdade nada mais são do que uma perfeita transcrição fonética, seguindo a explicação que a própria professora deu aos alunos dizendo que a letra C tem o som de [s], que a letra I tem o som de [i], etc., o que leva obviamente o aluno a escrever "dici" (disse).

Se não se deixar as crianças escreverem livremente, não se encontrarão esses tipos de erros, mas por outro lado, não se deixa também as crianças fazerem essa reflexão bonita a respeito do próprio fenômeno da escrita.

Alguns dos problemas básicos da alfabetização, na verdade, não são problemas metodológicos, mas técnicos. Aqui se sente mais fortemente a falta que um lingüista faz como assessor nas Secretarias de Educação e até mesmo nas escolas.

Talvez a questão mais importante seja a não compreensão por parte da escola da realidade lingüística da criança e da sociedade, e em particular, do fenômeno da variação sociolingüística.

A alfabetização, de um modo geral, começa seu trabalho considerando que a criança está no zero, quando na verdade esse indivíduo já deu provas de suficiente inteligência e capacidade ao aprender a falar quando tinha apenas de um e meio a três anos, sem precisar de prontidão, nem de um controle rígido sobre as "formas dominadas".

Ao ser alfabetizado com sete anos, já é um falante nativo que tem um grande domínio sobre o português, usando-o, na verdade, para dizer tudo o que quer, perguntar tudo o que deseja, e entender a quase totalidade das coisas que ouve. Só lhe falta aplicar isso às atividades específicas de ler e escrever. O português, ele já sabe.

Mas há muitas maneiras de saber português, porque há muitos dialetos. Há dialetos de prestígio social e há dialetos estigmatizados pela sociedade. Para muitos alunos, se alfabetizar segun-

do os métodos tradicionais, não é só aprender a ler e a escrever, mas a falar uma variedade de português muito diferente da sua, um dialeto que não está presente na sua vida diária e que pode lhe ser tão difícil de manipular (falar, ler e escrever) quanto uma língua estrangeira.

A escola deve ensinar o dialeto de prestígio da região, deve ensinar a forma ortográfica das palavras, mas não pode esperar que todos os alunos partam do mesmo ponto para chegar aí. O caminho a percorrer por certos alunos é muito mais longo do que para outros que são falantes do próprio dialeto de prestígio que se usa na escola. Muitos erros de alunos que são considerados problemas de discriminação auditiva, nada mais são do que reflexos de problemas de variação sociolingüística. Muitas trocas de letras ou maneiras estranhas de grafar palavras não provam que os alunos são carentes, mas evidenciam formas dialetais diferentes, ou às vezes, até processos fonéticos comuns na fala, mas não revelados na forma ortográfica da escrita.


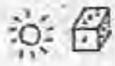

Uma criança que sussurra uma palavra ao tentar escrevê-la tem grande chance de escrever como surda uma consoante que se esperaria sonora. Em certos casos, a falta de discriminação auditiva é da professora e não do aluno, tanto assim é que ele percebeu que o sussurro é mais parecido com o desvozeamento do que com a sonoridade. Como se pode dizer que um aluno tem dificuldade em distinguir sons surdos de sonoros, se além dos poucos "casos de troca de letras", ele não erra com as outras letras que se relacionam, algumas com sons sonoros e outras com sons surdos? Nós adultos temos a ortografia como um ponto de referência muito forte na nossa maneira como entendemos o que ouvimos na fala. Ouvir a fala objetivamente e saber de fato o que se diz foneticamente, me parece ser, na nossa sociedade ortográfica, um privilégio dos lingüistas (foneticistas) e das crianças pré-alfabetizadas.

Embora a escola faça por que o ensino de português gire em torno da escrita, ela não sabe direito como a própria escrita funciona. Uma coisa é escrever, outra é escrever com um sistema de escrita como o do português. E esse mesmo sistema de escrita do português tem duas modalidades, uma dada pela forma ortográfica e a outra pela relação entre letra e som nos variados usos ortográficos.

Vivemos num mundo de escrita. Nossa civilização usa a escrita em tudo. Um logotipo é uma escrita, um desenho de uma mulher e de um homem numa porta significa toalete feminino ou masculino, e são formas de se escrever. Um desenho de uma mulher ou de um homem numa folha de papel não é uma escrita, é um desenho apenas. O objetivo da escrita é a leitura, a leitura lingüística, não leituras metafóricas.

cas (do mundo, etc.). Pode-se escrever, quer a partir dos significantes dos signos lingüísticos, como por exemplo a maneira como escrevemos o português em livros, redações, etc., quer a partir do significado, como a escrita icônica com que se identificam os toaletes, ou mesmo arbitrária com que se faz a sinalização de trânsito.

A escola nunca pensou seriamente na escrita, mas já teve boas instituições a esse respeito. Parece-me muito interessante, primeiro ensinar às crianças a escrever, por exemplo, através de marquinhas ou desenho, e depois a escrever usando das possibilidades de emprego das letras do alfabeto do português, e finalmente, chegar à ortografia. É claro que nem toda forma ortográfica precisa ser aprendida através dessas etapas, e pode ser apreendida diretamente. Mas ensinar o processo através dessas etapas metodológicas é ensinar a criança não só que deve escrever ortograficamente, mas o que é escrever e como a escrita funciona. Um exemplo para ilustrar as várias etapas e os diferentes modos de se escrever, é apresentado a seguir:

Etapas	A Escrita	Tipo de Escrita	Base
1		icônica	Escrita baseada no significado e representada por desenho retratando o objeto.
2		glífica	Escrita baseada no significado dos símbolos e no significante do que se lê. Forma pictórica com glífos de base morfológica.
3		ideográfica	Escrita baseada no significante com forma ideográfica de base silábica.
4	soudadu	alfabética	Escrita baseada no significante e nas possibilidades de uso das letras do alfabeto usado para se escrever o português.

O nosso sistema de escrita não só não tem uma relação unívoca e previsível entre letra e som, por exemplo baseada nas possibilidades articulatórias do homem, como nem sempre é sequer alfabético. Escreve-se "figue-ça" e "fixe" de maneiras diferentes, mas se pronunciam da mesma maneira; se escreve "lápiz" e se pode dizer [laps] ou [lápiz]; "piscina" é [psina] ; ou [pisina]; escreve-se "também" e se diz /tãmbẽi/ ou /tãmbẽx/ ou /tãmẽi/, /tãmẽx/, etc. Observa-se uma tendência forte nos usuários, no sentido de transformar o sistema de mais alfabético para mais ideográfico, por exemplo, usando-se abreviações oficiais como Dr., Av., Prof. ou particulares, do tipo çç (= criança) atual/ (= atualmente), nl (= natural ou normal), etc.

No nosso mundo de escrita, além das letras há os números. Os números formam um sistema de escrita ideográfico, semelhante à escrita chinesa, por exemplo. Como qualquer um pode constatar vendo os números, não há grandes dificuldades em se ler símbolos ideográficos. Para quem sabe ler, ler uma escrita ideográfica é mais fácil do que ler uma escrita alfabética como a nossa. Porém, para se decifrar o significante, é mais fácil a escrita alfabética, sobretudo quando não se tem um bom treinamento em leitura, possibilitando até a simples leitura do significante, sem uma compreensão do significado. É o caso de alguém que lê uma frase em grego ou latim e não sabe o que ela significa.

O alfabeto que usamos para escrever o português não é silábico. Portanto, não faz sentido perguntar quantas sílabas tem uma palavra escrita, porque dependendo do modo como as pessoas falam e dos processos fonológicos envolvidos, uma palavra escrita pode ter na fala um número variável de sílabas. Por exemplo, "lápiz" pode ter uma ou duas sílabas: [laps] ou [la-pis], táxi pode ter três [ta-ki-si] duas [ta-ksi] ou uma sílaba [taks] e assim por diante.

O sistema de escrita do português não marca a tonicidade. Os acentos gráficos só cobrem parte do problema e só funcionam para palavras isoladas, não para palavras em frases. A distribuição das sílabas tônicas num enunciado (e às vezes até em palavras isoladas) depende muito das atitudes que o locutor quer transmitir ao falar. Acento é uma medida relativa, portanto monossílabos isolados não são tônicos, nem átonos, como "a", "ã" e "hã".

Uma "pronúncia silabada" tende a produzir sílabas iguais quanto à tonicidade, como se fossem monossílabos. Quando se

ênfatisa uma palavra pode-se fazer todas as sílabas tônicas. Quando se grita só diz sílabas tônicas. Palavras muito longas tendem a ter um acento tônico na primeira sílaba, além do outro acento tônico, como em "constituição", "Guaratinguetá", etc.

Acento secundário não é menos tônico do que o acento tônico principal, simplesmente desempenha um papel morfológico diferente, em português.

Na alfabetização, pedir a um aluno que ainda não aprendeu a responder segundo as expectativas da escrita de palavras isoladas, que identifique sílabas tônicas, a partir da fala, pode provocar respostas inesperadas, corretas foneticamente, mas julgadas erradas pela professora que desconhece como a fala e a escrita do português funcionam.

A escola desconhece tudo sobre ritmo e entoação, e isso tem conseqüências sérias para o ensino da leitura, sobretudo em voz alta. Quando alguém lê, põe em ação o mesmo mecanismo que usa para falar. Para se dizer ou ler um enunciado, é preciso programar, antes dos segmentos, o padrão entoacional que se vai usar, porque ele tem uma extensão que cobre todo um grupo tonal, (uma unidade de informação), e somente depois de definida essa unidade é o tom que terá, é que se podem marcar os valores particulares de cada sílaba. E nunca ao contrário. Para se encaixar o padrão entoacional no grupo tonal, é preciso antes decidir sobre a tonicidade, o ritmo (pés, duração silábica) e os processos fonológicos relacionados com isso. Depois se preenche essa estrutura básica com os segmentos e se processa a modificação necessária do processo de respiração para a fala que se quer produzir; amente então, entram em ação os comandos neuromusculares que irão produzir as articulações.

Portanto, um leitor não pode ler letra por letra ou palavra por palavra, mas deve correr os olhos por uma extensão que identifique pelo menos um grupo tonal. Lendo por "loops" de sílabas ou palavras, terá a compreensão de texto fortemente comprometida e a produção da fala diatorcida. Quando alguém fala, o pensamento a ser transmitido parte do indivíduo e ele planeja lingüísticamente o que vai dizer, levando em consideração o exposto acima. Mas no caso da leitura, o leitor terá que processar um pensamento que não foi ele quem escolheu, mas que foi planejado lingüísticamente por outra pessoa e que ele, leitor, irá reproduzir. Isso complica muito a programação da produção da fala com relação aos aspectos aqui levantados.

Uma evidência de que quando se lê não se é capaz de acompanhar sempre letra por letra, ocorre quando alguém vai corrigir erros de datilografia. Faz a leitura de um texto várias vezes e, mesmo assim,



deixa escapar erros que não conseguiu "ver". Não se lê identificando letras, mas processos de produção de fala, num esforço para compor da melhor maneira as relações de significado com significante. Por isso é mais fácil ler a escrita ideográfica do que a alfabética ou a icônica. Pelo fato da leitura ter que se realizar dependendo dos mecanismos de produção da fala, não significa que, ao se decifrar a escrita, só se levam em consideração "pedaços" do tipo grupos tonais. As letras são interpretadas como devem, caso contrário, não se dá a partida para a leitura. O que se quer dizer aqui, em outras palavras, é que não se decifra letra e se diz o que a letra significa. Mas se decifram as letras e os outros elementos até se compor um grupo tonal, e a partir das informações "completas" dessa unidade, se processa a compreensão e a faixa da leitura.

Isto é válido não só para a leitura em voz alta, mas para qualquer tipo de leitura, mesmo aquela feita apenas com os olhos. Toda leitura passa por um processo lingüístico de produção de fala, seja ela realizada em voz-alta ou em silêncio. Somente dessa maneira ela pode se realizar plenamente. Ainda mais, a velocidade normal de leitura corresponde à velocidade normal de fala. Acelerando muito ou retardando demais, a compreensão da leitura fica comprometida. Uma "leitura por alto" pode ser feita muito velocemente, identificando-se palavras-chaves e suas principais relações com outras palavras e idéias, mas obviamente permite ao leitor tirar da leitura apenas os picos semânticos e não acompanhar todas as riquezas que o texto oferece.

Por isso, o ensino instrumental da leitura em língua estrangeira, não só cria problemas para o próprio aprendizado da língua, porque, através da leitura, os processos de produção de fala da língua estrangeira, com a transferência de regras da própria língua, como também leva o leitor a fazer apenas uma "leitura por alto" de um texto. Na verdade, nesses casos, o leitor não lê de fato (ler é um ato lingüístico, decorrente da escrita), mas simplesmente decifra pontos salientes do texto através do reconhecimento de palavras-chaves e do conhecimento "a priori" que se tem do assunto... Mas, a própria redação científica, sabemos, não é tão neutra, imparcial, explícita e completa em si, como às vezes, algumas considerações a seu respeito podem fazer crer.

Além do problema da mecânica da leitura em si, é preciso chamar a atenção para aquilo que a escola faz com a chamada interpretação de texto, atividade decorrente da leitura em escolas. Roteiros que levam as crianças a escreverem textos respondendo a perguntas do tipo "quem, quando, como, onde e por quê?" e roteiros de interpretação que partindo de um texto que diz: "João chutou a bola", preten-

de avaliar a compreensão da leitura perguntando "quem chutou a bola?" são uma ofensa à criança, ou uma brincadeira de mau gosto. Como seria a vida de uma pessoa, se para falar tivesse que organizar seu pensamento em função daquelas perguntas, e para entender o que os outros dizem precisasse responder a uma série de perguntas do tipo: "Quem chutou a bola?", "João chutou o quê?", "O que fez João?", ou pior ainda, "O que é João?", "O que é chutou?" etc.

Ao fazer ditados, a professora poderá ter como objetivo, por exemplo, examinar dificuldades específicas que os alunos tem com certas letras na forma gráfica, o domínio da ortografia de certas palavras consideradas mais importantes no ensino, a rapidez com que as crianças escrevem, a caligrafia, etc. Porém, o ditado não é sem dúvida alguma, uma técnica para se ensinar ortografia. Por isso, usar de uma pronúncia artificial para facilitar o ditado, é um absurdo! O ditado tem que ser feito com a pronúncia normal dos segmentos, da entoação e do ritmo. Ditado é uma atividade que não traz vantagem alguma ao processo de alfabetização.

Acho não só interessante, mas necessário que os alunos façam cópias. Na verdade, o início do aprendizado da escrita se baseia em atividades de cópia. Copiar implica não só na habilidade de usar o lápis e traçar linhas, mas ainda na interpretação do que se vai reproduzir. As atividades de cópia devem se basear em modelos que, na primeira etapa, devem ser copiados identicamente, e somente depois que o aluno dominou os aspectos básicos da escrita, é que se pode dar uma cópia com um tipo de alfabeto (de forma), para ser copiado num outro tipo de alfabeto (cursivo).

Obviamente, a escrita cursiva é a mais difícil de se ensinar, aprender e usar no início, e a mais vantajosa na vida da maioria das pessoas. No início, o mais e simples e fácil, é ensinar a escrever e ler letras de forma maiúsculas e em seguida, minúsculas, e finalmente a cursiva. A passagem das letras para a cursiva se faz com facilidade e deve ser incentivada tão logo os alunos tenham aprendido o que é escrever, o alfabeto e seus primeiros usos através das letras de forma. Introduzir os alunos à escrita cursiva diretamente acarreta às vezes, problemas sérios de compreensão de como a escrita é a função, e que podem ser evitados simplesmente pelo uso das letras de forma no início do aprendizado.

Tenho visto muitos erros de cópias de alunos, que, na verdade, são interpretações inesperadas que os alunos fazem da letra da professora, ou da cartilha. Uma professora que escreve *Centiêrie* pode encontrar numa cópia "Centiêrie", que o aprendiz da escrita imagina que seja "Antonio". Um aluno, apesar de toda insistência da

professora, continuava a escrever "Edeson", em vez de "Edson". Quando pedi para a professora que escrevesse para mim o nome do aluno, logo ficou claro porque o aluno escrevia aquele "E" intruso: *Edson*. Esta va claro que o aluno interpretava o "S" da professora como sendo "ES".

As atividades de cópia devem se restringir a uma ou duas reproduções de um mesmo material. Cópias que levam os alunos a repetirem muitas vezes uma palavra ou frase, produzem, em geral, um excelente trabalho nas primeiras versões e depois de uma deformação do modelo, encontrando-se não raramente, ao final, uma cópia errada. Cópias muito longas é uma agressão à reflexão de uma pessoa.

Alguns alunos não usam borracha, não corrigem o resultado do que escrevem não tem nada a ver com sua pronúncia, nem com a atenção ou capacidade de aprender. Tenho visto, por exemplo, coisas como *idade*, onde o segundo "A", por ter saído parecido com o "D", não foi corrigido pelo aluno, que optou por fazer um novo "A". Isso não é falta de atenção, nem de discriminação visual, auditiva, etc. O aluno espera que a professora entenda o que ele fez, mas é re-preendido e não raramente ouve a professora ler de maneira estranha, aquilo que ele fez "certo".

Alguns casos de troca de letras são devidos também à interpretação da escrita em cópias. É o caso do aluno que escreve "Pose" *pose* em vez de "José" *José*. As professoras, em geral, não levam em consideração fatos desse tipo na interpretação dos "erros" de escrita das crianças.

Antes de concluir esta apresentação, gostaria de fazer alguns comentários rápidos a respeito de reforma ortográfica, no seu aspecto fonético. Todas as propostas que tenho visto até hoje de reformas ortográficas se baseiam numa compreensão errada do que é a ortografia e de como funciona. A ortografia é algo maravilhoso lingüísticamente, justamente porque não é uma transcrição fonética, nem fonológica. Se não existisse, precisaria ser inventada. A ortografia quebra o rigor dos alfabetos, fazendo-os funcionar mais ideograficamente do que esperado. Assim, a ortografia não é a escrita de nenhum dialeto, mas uma maneira mais neutra de se escrever o português, de tal modo que permite a leitura por falantes de diferentes dialetos, sem um compromisso particular com um modo de pronúncia ou com outro. Como não se pode estigmatizar ninguém pela ortografia, os adultos fazem como as crianças, escrevendo segundo as possibilidades de uso das letras, quando querem marcar na escrita a variação dialetal.

Quanto à facilidade de leitura, a ortografia atual não é pior do que qualquer reforma ortográfica pode provar. Depois de decifrada uma palavra, seja em que tipo de ortografia estiver escrita

ta, o leitor que é falante nativo da língua, não terá dificuldade alguma em pronunciá-la porque não confundirá "casa" com "caça", e não ser num primeiro momento em que está aprendendo os valores das letras e pode ficar confuso diante de "casa", lendo como palavra isolada.

Na verdade, as propostas de reforma ortográfica visam não tanto a leitura, mas a produção da escrita. Neste caso, há dois pontos de partida: um é a grafia ortográfica em si, fixa, que se deve memorizar; outro é a fala como ponto de referência para se chegar à forma ortográfica (reformada). No segundo caso, não há saída possível, se se pretende levar às últimas consequências a relação letra/som. Poder-se-ia escrever "casas" com *z* (casas), mas como ficaria "casas amarelas"? (casas amarelas)? Muitas palavras como "casas" teriam então duas formas ortográficas, em vez de uma? Isso seria mais fácil para quem escreve? Como se escreveriam palavras do tipo "vem", "campo", etc. (vêi, vâinh, vên-tantar, venq comprar... câpu, câmpu)? Em geral, se levanta como problema, o fato do sistema atual de escrita prever, por exemplo, duas letras diferentes para um único som, questão que é revelada por perguntas do tipo: como se escreve, com X ou CH, G ou J, S ou SC? Esse é um tipo de problema, e o menor deles, na relação entre letra e som. A verdade das reformas ortográficas está no fato de se querer resolver problemas de ortografia que sobram na vida dos adultos (como é que se escreve "exceção"?). Para as crianças, o problema é outro. Há mais vantagem em se ensinar as pessoas a usarem o dicionário para saber se a palavra se escreve com esta ou aquela letra, do que criar uma confusão ainda maior com reformas ortográficas, porque não vão, de fato, resolver o problema. É preciso aprender que a ortografia se baseia em regras de convenção e que a transcrição fonética e fonológica é um instrumental de pesquisa lingüística e não irá homogeneizar a variação lingüística de nenhuma sociedade, nem apoiadas pela força de decretos governamentais. A grande maioria dos problemas de escrita advém de um conhecimento errado a respeito da própria escrita, e não da dificuldade em si de se escrever ortograficamente. Para uma criança, é tão difícil ou fácil, escrever "casa" com *z* ou com *s*. Para saber isso, depende muito mais de como ela entende o que está fazendo, do que da própria natureza do sistema de escrita que usa. As explicações corretas e adequadas, neste campo, não é a regra nas escolas, nem nos livros didáticos. Muito pelo contrário. Daí o apelo às reformas ortográficas...

O exposto acima, embora apresentado por itens tratados sucintamente, nos leva à conclusão de que muitos dos problemas do ensino de português, sobretudo na alfabetização, são devidos não à capacidade das crianças, nem à boa vontade dos professores ou dos órgãos oficiais, mas a uma compreensão

técnica correta de como o português falado, escrito e lido funciona e quais os usos que tem. A questão é em grande parte lingüística.

Na minha opinião, um dos grandes responsáveis por essa situação são as escolas de formação de professores, a começar pelas universidades. A omissão dos lingüistas, os preconceitos dos órgãos oficiais com relação à lingüística moderna e seu trabalho, e as tentativas de curar o doente com remédios errados, como corrigir erros de português com receitas de psicologia e terapia fonoaudiológica, geraram a situação atual do ensino de português na alfabetização. É preciso mudar. Mas sobretudo é preciso saber como mudar! E esse é claro, não é só um problema lingüístico.

✓

DEPOIMENTO SOBRE O INÍCIO DA PÓS-GRADUAÇÃO  
EM LINGÜÍSTICA, DA USP

Eni Orlandi  
(UNICAMP)

Janeiro de 1965. Nesta data, Emílio Giusti, Lélia Erbo-lato e eu fizemos um pedido dirigido à Faculdade de Filosofia - naquele tempo funcionando na Maria Antonia - para que se criasse o curso de Pós-Graduação em Lingüística Geral. Para tanto, contávamos com o apoio integral do Dr. T. H. Maurer, professor de Lingüística Indo-Européia.

Conseguimos que nosso pedido fosse atendido de forma parcial, isto é, o curso começaria como curso de Especialização em Letras.

Do curso constavam aulas expositivas de Lingüística Indo-Européia e de Lingüística Geral, ministradas pelo professor Maurer às 2as feiras, e aulas de Sânscrito, ministradas pela profa Maria Luíza Miazzi, às 5as feiras.

Completando as horas de curso, devíamos, durante todo o ano, sob a forma de revezamento entre os três alunos (Emílio, Lélia e eu), apresentar seminários sobre Fonética e Fonologia, Lélia, sobre o "Cours" de Saussure (não estou muito certo disso) e eu me atribui a responsabilidade de expor a Gramática Estrutural, na proposta de Hjelmslev.

Nesta época, o Estruturalismo ainda não se desenvolverá no Departamento de Letras da USP, embora já se tivesse desenvolvido na Filosofia e na Antropologia. O meu trabalho, nos seminários, suscitava portanto muitas restrições mas também muita curiosidade. Os debates eram vivos e interessantes.

No segundo semestre, passou a colaborar conosco o prof. Izidoro Blikstein que, retornando de Lyon, apresentou uma seqüência de exposições na parte relativa aos seminários. Já interessado por aspectos de Semiologia, o prof. Izidoro expôs trabalhos em que articulava a lingüística com a literatura (com a pintura e o cinema), principalmente em relação à obra Vidas Secas de Graciliano Ramos.

Para sobreviver, não tínhamos bolsas de estudo. Estas, raras, dirigiam-se mais para estudos no exterior. Dávamos aulas no secundário ou em outras faculdades; o Emílio trabalhava na cadeira de

Latim da USP. Eu lecionava inglês no curso noturno em um colégio estadual em Pinheiros e fazia o que muitos estudantes da Maria Antonia faziam como "bico": era revisora da Difusão Européia do Livro. Em 1966, passei a ter o privilégio de um emprego só: dava aulas de Português no Colégio de Aplicação da USP e terminava meu curso de Especialização que, em 1965, já passava a ser reconhecido como curso de pós-graduação em Linguística Geral.

O professor Maurer teve essa função dupla: desenvolveu, na perspectiva que era mais propriamente a sua, nossos estudos em Linguística Indo-Européia e, ao mesmo tempo, orientou nossos trabalhos em Linguística Geral. Tarefa que ele sempre levou com muita capacidade e de forma crítica. Muitas vezes me alertou para meu gosto exagerado pela "aridez" do Estruturalismo. Defendia o humanismo, ao mesmo tempo em que defendia a Linguística Histórica. Dono de enorme lucidez, capacidade crítica e erudição humanista, me fez entender melhor o método estruturalista, justamente porque não aderiu a ele. Sempre soube separar seu projeto pessoal, do projeto da Linguística Geral e, embora crítico, incentivou nossos trabalhos e a necessidade de se constituir a Linguística em sua autonomia, o que, de forma alguma, não era a posição de outros professores da Cadeira de Filologia Românica para quem a Linguística, institucionalmente, deveria continuar como uma disciplina de Filologia Românica.

O curso de Sânscrito, dado pela Profa Maria Luiza, ia na mesma direção da Linguística Indo-Européia, e, além de seu trabalho específico - aprendíamos a ler e a escrever em sânscrito e, ao mesmo tempo, conhecíamos a literatura, a civilização dos hindus e seu gosto pela descrição da língua, redescoberto no século XIX - esta professora nos fez vários seminários sobre o assunto de sua preferência: os neo gramáticos.

No segundo ano (em 1966) nesse curso de pós-graduação em Linguística Geral, Emilio Giusti e eu, após longos estudos de Geografia Linguística e andanças pela Dialektologia, nos concentramos no conhecimento do Atlas Prévio do Fálares Balanos de Nelson Rossi. A nossa proposta de trabalho conjunta para o segundo ano do curso foi uma pesquisa de campo sobre o falar caiçara na ilha dos Búzios do Litoral Paulista. O Emilio trabalharia com a fonética e eu com a morfo-sintaxe (a glossemática). Só cumprimos parcialmente este projeto pois após a coleta de dados e um esboço de sistematização, Emilio foi para a Universidade de Lyon onde permanece até hoje.

No final do curso, o Professor Maurer indicou-me como sua substituta, instrutora de Filologia Românica uma vez que estava se aposentando. Para a conclusão do curso, faltava-me apenas a apre -

sentação da tese que, como única aluna que cumpriu este curso até o fim, apresentou em 1970. Antes disso, porém, em 1967, já participava de reivindicações que propunham que a Lingüística não fosse apenas uma disciplina de Filologia.

Entre a minha ida para a França, em 1968, e o retorno em 1970, várias mudanças ocorreram. Entre elas, com a criação do Departamento de Lingüística e Línguas Orientais, a pós-graduação antiga de Lingüística Geral da USP ganhava nova forma, novo currículo, novo estatuto.

Ao retornar, voltei a desempenhar minhas atividades docentes no Departamento. Na França, durante este período de dois anos, eu havia cursado o "Doctorat de Troisième Cycle" para o cumprimento do qual só me faltava entregar a redação final da tese, cujo tema era "Uma análise estrutural semântica do verbo em português". Por questões de pouca independência acadêmica, recomecei o curso de doutoramento, então no regime novo, no curso de pós-graduação de Lingüística. Desta fase, melhor do que eu, podem falar meus outros colegas aqui presentes.

Para terminar, gostaria de lembrar que, enquanto história, este período foi marcado por vários fatos importantes:

1. Um fato político, em 1969: o fechamento político com o A15.
2. Um fato universitário importante: as reformas.
3. Um fato acadêmico importante: a criação do Departamento de Lingüística e Línguas Orientais.
4. Uma circunstância: a vinda do professor Cidmar Pais, em 1968.



## NOTICIÁRIO

### Quinze Anos da ABRALIN

A 9 de janeiro de 1984 a ABRALIN completou quinze anos de atividades. Para comemorar o evento, foi programado um Encontro a realizar-se na 37ª Reunião Anual da SBPC, além de uma sessão de evocação das atividades científicas de nosso fundador, o Prof. J. Mattoso Câmara Jr.

A primeira reunião para o estudo da fundação da Associação Brasileira de Linguística deu-se no Recife, a 24 de julho de 1968, tendo sido convocada pelo Prof. Dr. Joaquim Mattoso Câmara Jr. Celebrava-se na ocasião o "IV Seminário Brasileiro de Orientação Linguística para Professores", o que permitiu que se congregassem professores de diversas instituições universitárias brasileiras.

Foi redigida na oportunidade a seguinte ata, devendo-se frisar que esse documento, de caráter informativo, não foi apreciado em quaisquer das reuniões subsequentes, sendo aqui publicado tal como foi distribuído aos interessados:

"Sob a presidência do prof. Dr. Joaquim Mattoso Câmara Jr. realizou-se a 24 de julho de 1968, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Recife, uma reunião preliminar para a criação da Associação Brasileira de Linguística. (Por indicação da Presidência foi escolhido o Prof. Geraldo Cintra para secretariar a reunião).

Iniciando a reunião, lembrou o Prof. Dr. Joaquim Mattoso Câmara, que por ocasião do Primeiro Seminário de Linguística de Marília (agosto de 1966), o Prof. Ataliba de Castilho havia sugerido a criação de uma associação linguística, mas que na época essa idéia não havia obtido a repercussão necessária. Sugeriu então o Prof. Joaquim Mattoso Câmara que, aproveitando o ensejo da reunião de diversos linguistas, no Recife, em virtude da realização do IV Seminário de Orientação Linguística, se estabelecessem os estatutos da associação, a fim de que ela pudesse ser oficialmente lançada durante o II Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, a ser realizada em São Paulo, de 3 a 8 de janeiro de 1969.

A sugestão foi aceita pelo plenário, tendo o Prof. Francisco Gomes de Matos sugerido que a comissão encarregada da elaboração dos estatutos poderia examinar os de associações congêneres para o que punha à disposição os arquivos do Centro de Linguística Aplicada

Tomou então a palavra o Prof. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues, lembrando que o movimento era crítico no desenvolvimento dos estudos lingüísticos no país. E como aumenta não amente o número de pessoas seriamente interessadas em lingüística mas também o dos que simplesmente se dizem lingüístas, seria conveniente definir quais as pessoas que seria desejável agregar. Sugeriu a criação de duas categorias de membros: *efetivos* ( que deveriam preencher determinados requisitos, entre os quais ter publicado trabalhos dentro da especialidade e/ou lecionar a matéria ) e *agregados*, sendo que somente os membros efetivos teriam direito de voto.

Opinou o Prof. Dr. Nelson Rosa que, considerando que vivemos numa época eminentemente associativa e toda a associação implica em riscos e erros (de generosidade, limitação, discriminação, etc), poderia ser adotado o critério do Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas: limitar o número de membros, pelo menos por algum tempo, e estabelecer uma escala de admissões. Uma comissão seria encarregada de julgar a elegibilidade dos membros. Lembrou ainda as dificuldades que se apresentam no que diz respeito a publicações, tendo ainda sugerido que talvez fosse mais conveniente haver um número inicial, "cautelosamente pequeno", de membros.

Fazendo o uso da palavra, disse o Prof. Rosalvo do Valle que os benefícios que a associação traria seriam enormes e sem dúvida justificariam sua criação. Sugeriu que em princípio fossem membros professores de lingüística e que, se viesse a ser publicada uma revista, uma comissão fosse eleita para julgar quais trabalhos a serem publicados.

Fez então o uso da palavra o Prof. Geraldo Cintra, que fosse tomado como modelo o critério de *membros ativos e aderentes*, empregado até há pouco tempo pela "Association Phonétique Internationale". Acrescentou que seria conveniente que, dada a importância dessa reunião preliminar, fosse registrado o nome de todos os presentes. Lembrou ainda, com a relação à sugestão do Prof. Rosalvo do Valle, que há muitos professores que, por motivos diversos, não exercem funções do campo da Lingüística, embora desejassem fazê-lo, e que tal fato deveria ser levado em conta na escolha dos membros.

Manifestou-se em seguida o Prof. Francisco Gomes de Matos, lembrando que o critério adotado pela Sociedade Lingüística da Grã-Bretanha é de que os membros fundadores indiquem candidatos.

Falou em seguida o Prof. Dr. Aryon D. Rodrigues, dizendo que tomar como ponto de partida os professores de Lingüística seria perigoso, pois não se deixaria de lado uma série de lingüistas que não são professores de Lingüística, como também incluiria uma série de

professores não especializados, em virtude da maneira em que foi instituído o ensino da lingüística no Brasil. Outro risco seria o de, não havendo no momento no Brasil nenhuma associação profissional de professores de inglês, francês ou português, a associação ser levada por um grupo predominante de professores interessados em um só aspecto, fugindo à intenção inicial.

Tomando a palavra, disse o Prof. Dr. Nelson Rossi que parecia não haver dúvida de que todos concordavam com a criação da associação, sendo o único ponto em debate o critério de admissão de membros. Acrescentou que concordava com o Prof. Dr. Aryon D. Rodrigues em que o critério de ser professor de lingüística não era suficiente. A criação de associações profissionais dos professores de línguas compensaria o fato de não se admitir tais professores como membros da associação de lingüística. Deveria haver um número inicial de membros, "expressivo, mas sem excesso".

Dirigindo-se à audiência, observou o Prof. Dr. Joaquim Mattoso Câmara Jr. que a idéia da criação da associação fora unanimemente aprovada. Propôs então o seguinte procedimento: seria eleita pelos presentes uma comissão de estatutos que ao mesmo tempo ficaria com a direção provisória da associação. Os estatutos deveriam ser submetidos posteriormente a todos os que houvessem estado presentes à reunião preliminar, e estes se reuniriam em São Paulo, antes do lançamento oficial da associação. Lembrou ainda o Prof. Joaquim Mattoso Câmara que poderia ser seguido o exemplo da Associação de Antropologia, já que esta, em seu período de organização, havia passado pelas mesmas dificuldades. Sugeriu também que, como já existia uma publicação dedicada à lingüística - a revista ESTUDOS LINGÜÍSTICOS - esta poderia ser o órgão oficial da associação.

As sugestões da Presidência foram aprovadas pelo plenário.

Lembrou o Prof. Dr. Aryon D. Rodrigues que os membros da associação deveriam pagar uma taxa, a qual incluiria o valor da assinatura da revista.

Manifestando-se a esse respeito, o Prof. Geraldo Cintra lembrou que diversas outras associações, entre as quais a "American Association of Teachers of Spanish and Portuguese" e a "Linguistic Society of America" adotam um processo semelhante.

Solicitou a Presidência que fosse feita a escolha dos membros da comissão organizadora dos estatutos.

O Prof. Francisco Gomes de Matos sugeriu o nome do Prof. Dr. Ataliba de Castilho, que primeiro propusera a criação da associação.

Opinou o Prof. Geraldo Calábria Lapenda que os membros dessa comissão deveriam residir na mesma região para facilidade de comunicação.

Voltando a fazer uso da palavra, sugeriu o Prof. Francisco Gomes de Matos que se fizesse uma reunião quando da visita do Prof. Roman Jakobson a São Paulo, oferecendo a sede do Centro de Linguística Aplicada para a realização dessa reunião.

O prof. Rosalvo do Valle sugeriu que a comissão fosse constituída pelos profs. Drs. Joaquim Mattoso Câmara Jr., Aryon Dall'Igna Rodrigues e Ataliba de Castilho, tendo sido sua sugestão aceita pelo plenário.

Solicitou então o Prof. Dr. Joaquim Mattoso Câmara Jr. ao Prof. Francisco Gomes de Matos que o Centro de Linguística Aplicada se encarregasse de remeter os estatutos de associações congêneras aos membros da comissão eleita, servindo também de elemento de ligação entre os participantes da reunião preliminar. Essas solicitações foram aceitas pelo Prof. Francisco Gomes de Matos".

Participaram dessa reunião preparatória os seguintes Professores: Joaquim Mattoso Câmara Jr. (UFPR); Aryon Dall'Igna Rodrigues (Museu Nacional, RJ); Francisco Gomes de Matos (Centro de Linguística Aplicada, São Paulo); Nelson Rossi (UPPA); Ataliba Teixeira de Castilho (FFCL de Marília, São Paulo); Enzo Del Carratore (FFCL de Marília, São Paulo); Geraldo C. Lapenda (UPPe); Carlos Eduardo F. Uchôa (UFF); Rosalvo do Valle (UFF); Luiz Martins Monteiro de Barros (UFF); Humberto Lobo Novellino (UPPe); José de Meira Lins (UPPe); Geraldo Cintra (Centro de Linguística Aplicada, São Paulo)

No dia 9 de janeiro de 1969, às 20:30 horas, convocados pelo Prof. Dr. Joaquim Mattoso Câmara Jr., reúnem-se no pequeno auditório de Serviço Social do Comércio, sito à rua Dr. Vila Nova, 228 em São Paulo, diversas pessoas interessadas na instalação da Associação Brasileira de Linguística, ao ensejo da realização do II Instituto Brasileiro de Linguística. Após historiar os passos já dados nesse sentido, declara o Prof. Mattoso Câmara Jr. que os objetivos daquela reunião eram a discussão e aprovação dos estatutos da ABL e a eleição de uma diretoria "pro tempore"; a reunião foi secretariada pelo Prof. Ataliba T. de Castilho.

O projeto dos Estatutos, preparado pelo Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues, foi então apresentado, discutido e aprovado com emendas.

Procede-se em seguida à eleição da Diretoria e do Conselho da Associação, tendo o Prof. Mattoso Câmara Jr. informado que não poderia aceitar cargo na Diretoria, visto ter ainda reconduzido à

Presidência da "Associação de Linguística e Filosofia da América Latina"; os resultados foram os seguintes: para Presidente, Aryon Dall'Igna Rodrigues; para Secretário, Francisco Gomes de Matos; para Tesoureiro, Marta Coelho; Conselheiros: J. Mattoso Câmara Jr., Nelson Rossi, Ataliba Teixeira de Castilho, J. Philipson, Geraldo Lapenda e Isaac Nicolau Salum.

Assumindo a Presidência, o Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues põe em discussão o problema das anuidades, fixando-se proporções sobre o maior salário mínimo vigente no país, por proposta do Prof. Ataliba T. de Castilho. Aprova-se também do Prof. Albino de Bem Veiga segundo a qual são considerados membros da Associação os signatários da lista de presentes a esta reunião.

Dias após, celebra-se a primeira reunião do Conselho da ABL, tendo-se discutido proposta do Prof. Ataliba T. de Castilho no sentido de que se estudasse a implantação de núcleos regionais da ABL; tratou-se também da designação de um Delegado junto ao Comitê Internacional Permanente da Linguística.

A ABRALIN teve as seguintes Diretorias e Conselhos:

1. 1969-1971

Aryon Dall'Igna Rodrigues, Presidente  
Francisco G. de Matos, Secretário  
Marta Coelho, Tesoureira

Conselheiros: J. Mattoso Câmara Jr.,  
Nelson Rossi, Ataliba T. de Castilho,  
Jurn Philipson, Geraldo Lapenda e  
Isaac Nicolau Salum.

De 1971 a 1973 a ABRALIN teve suas atividades interrompidas.

2. 1973-1975

Ângela Vaz Leão, Presidente  
Eunice S.L.Pontes, Secretária  
Maria Antonieta Alba Celani, Tesoureira

Conselheiros: Nelson Rossi, Ataliba T. de Castilho, Jurn Philipson, Carlos Eduardo Falcão Uchoa, Albino de Bem Veiga, Aryon Dall'Igna Rodrigues.

3. 1975-1977

Nelson Rossi, Presidente  
Jacyrá Motta, Secretária  
Maria Antonieta Alba Celani, Tesoureira

Conselheiros: Ângela Vaz Leão, Ataliba T. de Castilho, Aryon Dall'Igna Rodrigues, Albino de Bem Veiga, Jurn Philipson, Carlos Eduardo Falcão Uchoa.

4. 1977-1979

Carlos Franchi, Presidente  
Esther M.S.Gebara, Secretária  
Dino Preti, Tesoureiro

Conselheiros: Ângela Vaz Leão, Ataliba T. de Castilho, Nelson Rossi, Yonne Leite, Maria Antonieta Alba Celani

5. 1980-1981

Yonne Leite, Presidente  
Giselle M. de O. e Silva, Secretária  
Alzira V. T. de Macedo, Tesoureira

Conselheiros: Carlos Franchi, Mário A. Perini, Francisco das Chagas Pereira, Paulino Vandresen, Nelson Rossi, Maria Antonieta Alba Celan

6. 1981-1983

Francisco Gomes de Matos, Presidente  
Luiz Antonio Marcuschi, Secretário  
Adair P. Palácio, Tesoureira

Conselheiros: Carlos Franchi, Yonne Leite, Leila Bárbara, Paulino Vandresen, Francisco das Chagas Pereira, Mário A. Perini.

7. 1983-1985

Ataliba T. de Castilho, Presidente  
Rodolfo Ilari, Secretário  
Luci Seky, Tesoureira

Conselheiros: Luiz A. Marcuschi, Yonne Leite, Neusa Carsson, Ulf Baranow, Dino Preti, Leila Bárbara

## Atividades da Diretoria:

1. Após algumas consultas aos Conselheiros e aos Associados e de algumas reuniões na sede da SBPC, foi aprovado o seguinte programa da ABRALIN para a 37ª Reunião Anual da SBPC (Belo Horizonte, 19 a 17 de julho de 1985):

### 1.1. Simpósios:

- a) Mattoso Câmara e os estudos lingüísticos (Carlos Eduardo Uchoa, UFF; Yonne Leite, Museu Nacional; Anthony J. Nauro, UFRJ; Margarida Basílio, PU-RJ)
- b) Os falares crioulos (Marco Antonio de Oliveira, UFMG; Fernando Tarallo, UNICAMP; Gillian Sankoff, U. Pennsylvânia; Tânia Maria Alkmin, UNICAMP)
- c) Aspectos Lingüísticos da alfabetização (Francisco Gomes de Mattos, UFPE; Maria Bernadete Abaurre, UNICAMP; Sebastião J. Votre, UPRJ; Mary Kato, PUC-SP)
- d) Os clíticos na sintaxe da oração (Milton Nascimento, UFMG; Roldolfo Ilari, UNICAMP; Carlos Franchi, UNICAMP; Samuel Moreira, UFMG)

### 1.2. Mesas Redondas:

- a) A preservação das línguas e culturas indígenas, no Brasil (Paulino Vandresen, UFSC; Daniel Cabixi, da tribo Pereci; representantes da FUNAI e CIMI)
- b) O currículo de letras (Mário A. Perini, UFMG; Mary Kato, PUC-SP; Italo Caroní, USP; Representante do MEC)

### 1.3. Conferências:

- a) Carlos Franchi, UNICAMP: "Gramáticas Formais";
- b) Eunice Pontes, UFMG: "Lingüística e Repressão Gramatical"

### 1.4. Encontro:

"A ABRALIN, retrospectiva e perspectivas"

### 1.5. Assembléia Geral Ordinária com a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de contas com a diretoria cessante;
2. Eleição da nova diretoria;
3. Vária.

2. No dia 25 de março de 1985 a Diretoria compareceu a uma ampla reunião com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, seu Secre

tário- Geral, Luciano Coutinho, e representantes de cerca de 60 sociedades científicas, convocadas pela SBPC para a discussão de temas relacionados com a política científica no país.

A reunião tinha sido solicitada à SBPC pelo próprio ministro, em manifestação ao Prof. Crodowaldo Pevan. Houve uma reunião preliminar, no dia 15, ocasião em que foram levantados os seguintes temas de discussão: estruturação da participação sistemática da comunidade científica nas decisões do MCT; definição do próximo plano quinquenal de desenvolvimento em Ciência e Tecnologia; implementação imediata de um programa de emergência para a preservação de projetos de pesquisa, programas acadêmicos e equipamentos científicos; ampliação do Conselho de Ciência e Tecnologia do CNPq, o qual passaria para a órbita do Ministério. Decidiu-se que a reunião teria dois momentos: uma sessão plenária, na qual o Ministro exporia seus pontos de vista e receberia perguntas dos participantes, e uma sessão reservada, com a participação de uma pequena comissão então eleita, para a discussão dos pontos que a própria SBPC vem levantando em ocasiões anteriores, além daqueles anteriormente enumerados. (sobre isto, veja matéria neste noticiário)

Em sua fala, o Ministro Renato Archer historicou os contactos com a SBPC e assegurou seu empenho em interagir com a comunidade científica na tomada de decisões. Informou que os recursos para Ciência e Tecnologia são declinantes, e que iniciativas estavam sendo tomadas junto ao Ministério da Fazenda e o BNDES para a recomposição do orçamento. E que o PADCT seria submetido a uma revisão, estando o assunto em fase de recolha de informações. Seguiram-se os debates e as respostas do Ministro, relativas sobretudo à composição do MCT e aos problemas de financiamento da pesquisa.

3. A Convite do CNPq, a Diretoria esteve reunida com alguns membros da Academia Nacional das Ciências Sociais da China, chefiada pelo Prof Wang Kinjian. Essa Academia foi organizada em 1977, quando deixou de ser um departamento da Academia Chinesa de Ciências. Ela compreende agora 33 institutos de pesquisa, três centros de estudos, uma escola de pós-graduação e uma editora. Cerca de 5.000 pessoas trabalham na Academia, 80% das quais em atividades de pesquisa. O órgão máximo da Academia é o Conselho, que conta com um presidente eleito (membro do Conselho de Estado) e com secretários gerais, que são funcionários de carreira.

As atividades da Academia estão relacionadas com o esforço de modernização da China. Esta primeira reunião, realizada no Departamento de Ciências Sociais da PFCH da USP, limitou-se à troca de informações e à manifestação de interesses por uma intera



ção acadêmica. Por sugestão do Prof. Carlos Franchi, que participou igualmente do encontro, será enviada uma correspondência à Academia objetivando identificar bons textos chineses sobre teoria gramatical. Em seguida, solicitar-se-á ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia que prepare sua tradução para o português ou espanhol, para divulgação entre os lingüistas brasileiros, de forma a veicular em nosso meio os produtos da reflexão chinesa sobre o fenômeno da linguagem. O endereço da Academia é The Chinese Academy of Social Sciences/5, Jianguomennei Dajie/Beijing/People's Republic of China.

4. A Tesoureira da ABRALIN, Profa. Lucy Seki, foi distinguida pela Comissão Fulbright com uma bolsa de pesquisa pós-doutoral, e encontra-se atualmente afiliada ao Departamento de Lingüística da Universidade do Texas em Austin. O Prof. Rodolfo Ilari assumiu as funções da Tesouraria.

#### Atividades dos Associados:

1. Por ocasião do VII Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina - ALPAL - (São Domingos, República Dominicana, setembro de 1984.), foi escolhido para Delegado Regional do Brasil junto à respectiva Diretoria nosso Associado, o Prof. Dr. Rafael Eugenio Hoyos Andrade.

Sua função é dinamizar a atuação dos brasileiros na entidade, juntamente com o Prof. Ataliba T. de Castilho eleito Vogal na Assembléia Geral do VI Congresso (Phoenix, Arizona, 1981).

Para associar-se ou obter informações, bastará entrar em contacto com o Prof. Hoyos Andrade (Caixa Postal 335, ILHPA UNESP, 1980 ASSIS, SP.) enviando-lhe nome e endereço, além da importância em cruzeiros (ao câmbio do dia) de 15 dólares correspondentes a um triênio (a anuidade é, portanto, de 5 dólares).

O Delegado Regional encarregar-se-á de remeter esses dados à Diretoria da ALPAL (Professores Juan M. Lope Blanch da Universidade de Porto Rico e Paula Bentivoglio da Universidade Central de Venezuela). O dinheiro, relativo ao triênio mencionado, será depositado na conta de poupança nº 27733-6 que a Associação abriu na Caixa Econômica Federal em Assis a nome do Delegado Regional. O recibo correspondente será enviado imediatamente ao novo sócio.

Parace supérfluo enfatizar o interesse que para os lingüistas brasileiros tem a afiliação à ALPAL. Esta Associação que congrega lingüistas de toda a América Latina, assim como de outras partes do mundo, interessados nos problemas peculiares da pes-

quisa lingüística ibero-americana, promove congressos em diferentes partes da América a cada três anos. Os próximos congressos estão previstos para Tucumán, Arg. em 1987 e para Campinas, Br. em 1990. A Associação publica e faz chegar a seus sócios o Boletim Informativo e os Cadernos de Lingüística. Para as Atas dos Congressos que correm geralmente por conta das instituições hospedeiras, os interessados costumam pagar as despesas postais.

A solidariedade e intercâmbio de conhecimentos e inquietação com os nossos colegas lingüistas de toda América constitui, sem dúvida, um enriquecimento não desprezível. Este enriquecimento é um dos argumentos mais convincentes para associar-se à ALPAL.

2. O Prof. Francisco Gomes de Matos estará de setembro de 1985 a junho de 1986 no Departamento de Línguas Românicas da Universidade de Georgia, em Athens, Estados Unidos, na qualidade de "Fulbright Visiting Professor". Ele ministrará cursos pós-graduados e proferirá conferências em várias universidades do país.
3. O Prof. Rodolfo Ilari publicou pela Martins Fontes, 1985, uma coletânea de ensaios sob o título A Lingüística e o Ensino da Língua Portuguesa, com reflexões muito oportunas sobre o momento atual no ensino da língua materna.

O volume compreende os seguintes textos: "O papel da Lingüística nos cursos de Letras", "Argumentação sintática e gramática escolar", "Aspectos do ensino e do vocabulário", "Uma nota sobre redação escolar", "Lingüística e ensino da língua", "Tem a Lingüística contribuído para o desenvolvimento dos estudos literários?".

A avaliação da presença da Lingüística no ensino de Letras encerra para o autor aspectos positivos e aspectos negativos. Entre os aspectos positivos, o autor lembra que a Lingüística leva a um ensino "em que se favorecem a observação, a reflexão, a criatividade e a crítica", o que concorre para a desritualização dessa atividade. Isso vem demonstrado numa análise das orações adjetivas. Entre os aspectos negativos, ele destaca a fragmentação da Lingüística em muitas disciplinas e o fato de que ela "não é aplicada ao ensino da língua materna na forma de uma teoria particular", o que se deve à pequena tradição da disciplina no Brasil.

4. O Prof. Dino Preti, ex-Tesoureiro da ABRALIN e o professor Adjunto de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, ganhou o prêmio Jabuti 1984 na categoria "Ciências Humanas", por seu livro "A Linguagem Proibida".

O prêmio foi conferido pela Câmara Brasileira de

Livro, em sessão na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, a 24 de outubro de 1984.

### Sociedades Científicas e o Ministério de Ciência e Tecnologia:

A Comissão constituída pelos representantes das Sociedades Científicas em 28 de março último, para promover e coordenar diálogo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e a comunidade científica na sua primeira reunião em 25 de abril último elaborou o seguinte programa de atividades para os próximos meses:

1. Encarecer junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia e órgãos a ele vinculados a necessidade urgente de medidas de emergência que assegurem continuidade e regularidade na liberação de recursos para pagamento de bolsas de estudo e financiamento dos programas de pesquisa.
2. Promover a definição e implantação de mecanismos de participação da comunidade científica nos órgãos responsáveis pela formulação de políticas de ciência e tecnologia e seu financiamento
3. Acompanhar a elaboração da estrutura funcional e administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia e eventuais reformulações dos órgãos a ele vinculados.
4. Através da SBPC e com a colaboração de suas Secretarias Regionais e das Sociedades Científicas, promover discussões sobre os problemas que afetam o desenvolvimento científico e tecnológicos do país.
5. Elaborar e submeter à discussão na 37ª Reunião Anual da SBPC documento propondo soluções para esses problemas e transmitir a versão aprovada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

As sugestões e recomendações das Sociedades Científicas podem ser encaminhadas ao Coordenador na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Rua Pio XI 1500 - CEP 05060 - São Paulo, S.P., ou ao Vice-Coordenador Gerhard Malnic, Departamento de Física, Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, Cidade Universitária, São Paulo.

## Criada a Associação Portuguesa de Linguística

Criada por ocasião do I Encontro de Linguistas Portugueses (Faculdade de Letras de Lisboa, 2-4 de Outubro de 1984), a Associação Portuguesa de Linguística tem como objetivos:

- a. promover e desenvolver estudos de linguística;
- b. fornecer aos seus associados um espaço de debate e possibilidades de cooperação relativos aos seus interesses em linguística;
- c. elaborar pareceres e formular sugestões e críticas sobre questões de ensino e de investigação em linguística.

A Associação tem ainda por obrigação, estatutariamente, difundir e recolher informações e documentação respeitantes à linguística, assim como promover a edição de publicações e organizar um encontro anual dos seus sócios.

Em Dezembro de 1984 foram eleitos pela primeira vez os órgãos da Associação - Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal - cujos mandatos são bienais.

A atual Direção decidiu levar a efeito a publicação de um Boletim Informativo semestral cujo primeiro número sairá em maio de 1985. Resolveu ainda a Direção que o Encontro a realizar em 1985 terá lugar de 2 a 4 de outubro.

Tendo em atenção o interesse atribuído pelos Estatutos à troca de informações com Associações congêneres relativamente ao desenvolvimento atual da investigação em linguística (eventualmente através de publicações) e à realização de congressos, seminários e colóquios sobre este domínio do conhecimento, solicitamos que nos seja enviada toda a documentação atinente a estas questões.

A Associação Portuguesa de Linguística está ainda aberta a receber como sócios coletivos outras Associações de linguística ou de domínios afins.

Todos os pedidos de envio e troca de publicações ou de informações sobre o processo de integração na Associação e os documentos necessários para esse efeito devem ser dirigidos à Associação que funciona provisoriamente no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Av. 5 de Outubro 85, 69 - 1000 - Lisboa - Portugal.